

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

IVAN DE ANDRADE PAIXÃO

**A economia brasileira perante a crise internacional
de 2008**

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

**São Paulo
2013**

IVAN DE ANDRADE PAIXÃO

A economia brasileira perante a crise internacional de 2008

MESTRADO EM ECONOMIA POLÍTICA

Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo para obtenção do título de
Mestrado em Economia Política

Área de Concentração: Economia Política

Orientador: Júlio Manuel Pires

São Paulo
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO DE CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL AUTOR: ivanpaixao1@hotmail.com

XXXX Paixão, Ivan de Andrade
A economia brasileira perante a crise internacional de 2008 / Ivan de Andrade
Paixão. — São Paulo, 2013.
183 p. : il.

Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Economia Política) – PUCSP.
Orientador: Júlio Manuel Pires

1. crise de 2008; 2. hegemonia financeira; 3. economia brasileira.

XXXXXXXXXX

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe Maria Inês e meu pai Fernando Paixão por me propiciarem a oportunidade de estudar e fazer meu mestrado. Também agradeço a meu orientador Júlio Manuel Pires, pela contribuição na elaboração dessa dissertação. Além disso, agradeço a todos que me ajudaram nesse trabalho: Ernesto Moura, Eliane Robert Moraes, Marion Frank, Carolina Suzuki, João Paulo Araújo, Nathalia dos Santos.

Queria também agradecer a minha namorada Fabiana Souza de Paula, que me deu apoio durante esse processo. A minha família, meus amigos do Carandá que sempre estiveram ao meu lado. Além dos meus amigos da FACAMP e da central de ensino, que me ajudaram a crescer como economista.

Para terminar, queria dedicar essa dissertação a minha tia Marli, que passou por um grande desafio esse ano, e, devido a esse trabalho, não pude estar mais presente durante esse período.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.”

Antonio Gramsci

Resumo

A presente dissertação procura analisar o comportamento do Brasil em face da crise mundial, deflagrada em 2008, levando em consideração a história recente do país e seus dilemas econômicos. São considerados os aspectos teóricos ligados à crise do capitalismo (Marx, Keynes e Minsky), bem como a análise de como a globalização gerou a supremacia dos interesses financeiros em ampla escala, influenciando negativamente o desempenho dos países. No caso brasileiro, a retrospectiva das últimas duas décadas torna-se importante porque apresenta um cenário econômico em transformação, o que permite compreender o desempenho brasileiro diante da crise.

Palavras-chave: crise de 2008; hegemonia financeira; economia brasileira.

Abstract

The present dissertation aims at analyzing Brazil's response to the 2008 world crisis, taking into consideration the country's recent history and its economic dilemmas. The argument takes into consideration theories about the crisis of Capitalism (Marx, Keynes, and Minsky), as well as an analysis of how Globalization has fostered financial agendas at large in a world scale, downplaying country-specific performances. In the Brazilian case, a review of the last two decades is paramount because it shows a changing economic scenario, which in turn allows for a better understanding of Brazil vis-à-vis the world crisis.

Keywords: 2008 crisis; financial hegemony; Brazilian economy.

Sumário

Introdução.....	11
1 As crises do capitalismo na visão de Marx, Keynes e Minsky: uma interpretação em seus princípios elementares	14
1.1 A inerência da crise capitalista no pensamento de Marx.....	14
1.2 Keynes e a questão da crise do capitalismo.....	21
1.3 Minsky e a teoria da hipótese da instabilidade financeira.....	24
2 Capitalismo Contemporâneo e a Hegemonia Financeira	27
2.1 Crise do Acordo de <i>Bretton Woods</i>	28
2.1.1 Os anos dourados.....	29
2.1.2 A crise.....	30
2.2 A globalização financeira e a era neoliberal.....	33
2.2.1 O Capital portador de juros	35
2.2.2 O Sistema Monetário Internacional e o mercado cambial.....	37
2.2.3 Principais atores e as empresas dentro da nova lógica financeira.....	40
2.2.4 A Hegemonia Norte Americana	43
2.2.5 Resultados da era neoliberal	47
2.3 A Inserção da América Latina.....	56
2.3.1 O Consenso de Washington.....	57
2.3.2 Anos 1990 e a abertura ao neoliberalismo.....	59
2.3.3 A década de 2000 e suas mudanças de rumo.....	64
3 O Brasil perante a Crise do Neoliberalismo	69
3.1 A década de 1990 e a inserção brasileira no Neoliberalismo	69
3.2 O Governo Collor e a entrada do Brasil no circuito neoliberal	70
3.3 O Governo Itamar e o Plano Real.....	71
3.4 O Primeiro Governo FHC	72
3.5 A Crise Asiática e Russa e a quebra do regime macroeconômico do Plano Real ...	80
3.6 Anos 2000: O Governo Lula e o reformismo gradual da economia.....	83
3.7 1999-2002: A adoção do novo regime em clima de instabilidade interna e desconfiança no mercado externo.....	84
3.8 2003-2005: Manutenção da política econômica e cenário externo favorável	85
3.9 2006-2008: O início de uma inflexão da política econômica e ambiente externo favorável	87
3.10 2008 (2º Semestre)-2010 (2º Semestre): Reação à crise financeira mundial e recuperação.....	88
3.11 2010 (2º Semestre)-2011 (2º Semestre): Nova inflexão, política “contracionista” ..	88
3.12 2011 (2º Semestre)–2013: A Busca pela retomada do crescimento econômico	88
3.13 O Funcionamento do Tripé Econômico	89
3.14 Câmbio flutuante	90
3.15 Metas de Inflação.....	95
3.16 Avanços e Gargalos da Economia Brasileira	98
3.16.1 Avanços	98
3.16.2 Gargalos.....	122
4 O Brasil frente à crise internacional	136
4.1 A Crise do Neoliberalismo	137
4.2 O Brasil e a crise financeira.....	141
4.3 Primeiro Ciclo da Crise em V (2008 a 2010).....	142

4.4	Segundo Ciclo da Crise: Perda do dinamismo e busca pela retomada (2011 a 2013)	
	152	
4.5	Avaliação da economia brasileira diante da crise internacional.....	167
	Considerações Finais	170
	Referências Bibliográficas.....	174

Lista de ilustrações, gráficos e tabelas

Ilustrações

Ilustração 1: Operação do sistema monetário internacional 39

Ilustração 2: Distribuição e concentração de renda 51

Gráficos

Gráfico 1: Riqueza Financeira Real 50

Gráfico 2: Produtividade do trabalho e compensação do trabalho - (Número Índice 1960 =100) Setor Produtivo EUA 52

Gráfico 3: Participação na riqueza dos 1% mais ricos nos Estados Unidos, 1913-2006. 53

Gráfico 4: Proporção de países em crise bancária, 1900-2008, ponderada por participação na renda mundial. 54

Gráfico 5: Duas medidas alternativas das taxas de lucro: Setor corporativo não oficial 55

Gráfico 6: Evolução dos preços nominais de commodities 66

Gráfico 7: Brasil e América Latina – Coeficiente de Gini: 2000-2009 67

Gráfico 8: América Latina (painel) - Coeficiente de Gini, variação média anual: 2001-2009 67

Gráfico 9: Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) Média Anual 92

Gráfico 10: Saldo em Transações correntes (em % do PIB) 94

Gráfico 11: Emprego Formal: Novos Postos de Trabalho (Milhares) 99

Gráfico 12: Taxa de Desemprego (% PEA) 100

Gráfico 13: Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE Brasil-1996 a 2012 101

Gráfico 14: Participação dos salários no PIB 103

Gráfico 15: Famílias atendidas e investimento do Bolsa Família 104

Gráfico 16: Programa de Transferência de Renda: Bolsa Família (R\$ bilhões, milhões de famílias e % do PIB) 104

Gráfico 17: Trajetória do Gasto Social Federal per capita, 1995 a 2010 105

Gráfico 18: Volume de Crédito no Sistema Financeiro Nacional (Em % PIB) 107

Gráfico 19: Evolução dos índices da renda por habitante e da desigualdade na distribuição pessoal da renda no Brasil 108

Gráfico 20: PIB – Decomposição do crescimento 109

Gráfico 21: Saldo da Balança Comercial (R\$ Bilhões) 111

Gráfico 22: Estrutura das exportações por países e blocos econômicos 113

Gráfico 23: Reservas Internacionais (em US\$ Bilhões) 114

Gráfico 24: Dívida Externa Total/ PIB (em %) 115

Gráfico 25: Reservas Internacionais/ Dívida Externa Total 115

Gráfico 26: Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) 116

Gráfico 27: Composição da Dívida Pública Federal (% do total da dívida) 117

Gráfico 28: Saldo em Transações Correntes (em % PIB) 119

Gráfico 29: Renda de Investimento em Carteira 124

Gráfico 30: Distribuição da dívida pública mobiliária brasileira por tipos de detentores, Março de 2012, % em relação ao estoque total 128

Gráfico 31: Dívida pública mobiliária brasileira: distribuição dos detentores de títulos indexados à SELIC segundo tipo março de 2012, em % 129

Gráfico 32: Taxa de Investimento do Brasil 130

Gráfico 33: Carga Tributária sobre a Renda Total das Famílias: 2004 Em % da Renda Mensal Familiar 133

Gráfico 34: Evolução da estrutura industrial por intensidade tecnológica 135

Gráfico 35: Taxas Mensais de Crescimento do Crédito – 2008/2010.....	147
Gráfico 36: Participação Relativa dos Bancos Públicos, Privados Nacionais e Estrangeiros no Aumento do Crédito – out 2008/dez 2009	147
Gráfico 37: Evolução trimestral da taxa de crescimento da FBCF 2008-2010 (em % a.a.)... 148	148
Gráfico 38: Brasil evolução do emprego formal 2008 a 2010	149
Gráfico 39: Produção Física Industrial Geral – Índice de Quantum (média 2002=100)	150
Gráfico 40: Brasil – Índices de Crescimento das Vendas Reais – 2008-2010.....	151
Gráfico 41: Variação Trimestral do PIB – 2007/201	151
Gráfico 42: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Mensal.....	153
Gráfico 43: Crédito referencial para a taxa de juros no Brasil — out./10-out./11	154
Gráfico 44: Variação PIB Trimestral (Trimestre/Trimestre imediatamente anterior).....	155
Gráfico 45: Spread Bancário: Pessoas Físicas e Jurídicas (p.p.).....	156
Gráfico 46: Investimento do setor público	158
Gráfico 47: Contribuição da formação bruta de capital no crescimento do PIB 1º Trimestre de 2008 a 1º Trimestre de 2013	159
Gráfico 48: Balança Comercial (US\$ Milhões FOB).....	161
Gráfico 49: PIB total e indústria variação % real com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.....	164
Gráfico 50: FBCF/PIB e Indústria/ PIB- %	165
Gráfico 51: Evolução da taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas	165
Gráfico 52: Resumo do crescimento econômico brasileiro pela ótica da demanda	166

Tabelas

Tabela 1: Evolução total de pobres na América Latina entre 1980-2007, segundo a situação domiciliar (1).....	60
Tabela 2: Balança de Pagamento América Latina década de 1990.....	61
Tabela 3: América Latina e Caribe, desemprego urbano; de 1990 e 1995 a 2000.....	62
Tabela 4: Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro em países selecionados (US\$ milhões).....	63
Tabela 5: Contas Externas do Brasil 1994-1998	74
Tabela 6: Crescimento do PIB, do PIB da Indústria e a taxa de investimento da economia brasileira	74
Tabela 7: Dados de Taxas de Desemprego e Participação dos Salários no PIB 1994-1998	76
Tabela 8: Coeficiente de Gini e % de população pobre	77
Tabela 9: Volume de Crédito na economia	77
Tabela 10: Dívida Externa, Interna e Gastos com juros nominais	78
Tabela 11: Reajuste do Salário Mínimo 2003-2013.....	102
Tabela 12: Índice de Relações de Troca (2000 = 100).....	112
Tabela 13: Passivo Externo Brasileiro – dez/2001 a dez/2011, em US\$ milhões.....	118
Tabela 14: Despesas com Juros Governo Central 2002 a 2012	125
Tabela 15: Pagamentos com juros da dívida (em % do PIB).....	126
Tabela 16: Dívida total (em % do PIB).....	127
Tabela 17: Medidas de Desoneração e Aumento dos Gastos Fiscais no Brasil em 2009 – Desonerações	145
Tabela 18: Aumento dos Gastos Fiscais.....	145
Tabela 19: Subsídios e Equalizações.....	146
Tabela 20: Total Geral.....	146
Tabela 21: Taxa de Spread e Inadimplência 2008.....	156

Introdução

Nas décadas de 1980 e 1990, ficou famosa entre economistas e na mídia especializada brasileira a expressão de que “qualquer espirro que acontece lá fora provoca uma pneumonia aqui dentro”. Sempre que acontecia uma crise externa, ela repercutia fortemente na nossa economia e, na maior parte das vezes, o país acabava sofrendo com a estagnação econômica, obrigando-o a atender ao FMI e sua cartilha de políticas neoliberais.

Em 2008, quando houve a crise nos EUA- difundida a partir da crise dos mercados imobiliário e financeiro daquele país - muitos “especialistas” e articulistas de jornais voltaram a repetir a frase acima, pois acreditavam que a história fosse se repetir. No entanto, para surpresa de muitos, apesar dessa crise ter sido muito mais forte que a da década anterior e ter tido como foco principal os países centrais, dessa vez o Brasil não sofreu como nas ocasiões anteriores. Claro que a economia nacional foi e está sendo afetada, mas de forma distinta e, até o momento, bem mais amena do que ocorria antes.

A crise internacional que abalou o sistema capitalista no início do novo século é fruto de um padrão de acumulação, que tem como principal agente o setor financeiro. Desde a crise no Acordo de Bretton Woods, no início dos anos 1970, o mundo passou por décadas de reestruturação neoliberal, provocando a *globalização financeira*, termo que designará no presente estudo esse modelo de capitalismo. Tal modelo tem como características o aprofundamento das desigualdades e a concentração do capital, além da transferência de capitais do setor produtivo para o especulativo.

Cabe lembrar que o capital financeiro não apenas se tornou protagonista dentro do sistema econômico, tornando-se objeto principal da valorização do capital, como passou a ter influencia e poder de desestabilizar as economias nacionais, que se abrissem para ele e depois tentasse não seguir mais sua cartilha de recomendações. Além disso, esse capital passou a servir como instrumento de disseminação da forte influencia dos EUA sobre os organismos internacionais (FMI, a OMC, o Banco Mundial), que passaram a impor às nações integrantes os instrumentos que consolidaram a desregulamentação financeira, o que só fez fortalecer a hegemonia do setor.

Como resultado dessa globalização e da adoção de políticas neoliberais, criou-se um modelo em que a lógica da acumulação financeira se sobrepôs aos demais setores econômicos, ultrapassando inclusive o campo da economia e passando a influenciar boa parte das relações sociais. Levando em conta esse contexto que levou ao colapso do modelo, nosso

trabalho pretende estudar a reação da economia brasileira perante a crise internacional iniciada em 2008 e seus efeitos para a economia nacional até 2013.

Para tanto, as grandes questões a serem abordadas serão:

- Como a economia brasileira se portou perante a crise?
- Quais foram às medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise?
- Como explicar que o país foi menos afetado nesta crise, em comparação com as crises de décadas anteriores?

Assuntos que geraram muito debate nos últimos anos. Para muitos, parte da resposta está na alta dos preços das *commodities*, causada pelo crescimento chinês; para outros, o melhor desempenho do Brasil se explica pelos programas sociais e pelo fortalecimento do mercado interno; para um terceiro grupo, foram as respostas anticíclicas do governo perante a crise que atenuaram as consequências. O presente estudo pretende justamente detalhar esse debate e contribuir para discussão.

Sabemos que o tema é complexo, permitindo diferentes interpretações, e as respostas a essas questões devem levar em conta uma série de conjunturas políticas, sociais e econômicas, pelas quais a economia global está atravessando. Consideramos mais apropriado como metodologia fazer uma análise geral desses fatores, dissecando as conjunturas e a correlação de forças que estão por trás delas, ao longo do período estudado no presente trabalho. Em seguida, trataremos especificamente da reação brasileira a esse contexto internacional e procuraremos analisar qual foi o diferencial desta crise, em relação às anteriores.

A dissertação se divide em quatro capítulos: no primeiro, serão retomadas as visões econômicas que explicam a crise do capitalismo, sem se aprofundar o assunto, mas mostrando como a teoria pode nos ajudar a entender melhor nosso objeto central de análise. Nesse capítulo, resgataremos as ideias principais de Marx para explicar a essência e tendências do sistema e da crise, seguido do pensamento de Keynes, que disseca os fenômenos da crise no capitalismo e a importância das políticas anticíclicas perante a recessão; por fim, Minsky nos ajuda a entender a dinâmica das crises financeiras.

No segundo capítulo, abordaremos o tema da globalização financeira, processo hegemônico e sistêmico, que afetou a economia global e sem o qual não poderemos entender as transformações e eventos ocorridos nas duas décadas de análise do trabalho. Esse capítulo também trata da América Latina e de sua inserção no novo padrão de acumulação.

O terceiro capítulo pretende avaliar o comportamento do Brasil dentro dessa nova ordem global, analisando sua economia no período pré-crise e mostrando as transformações ocorridas no país. De um lado, houve importantes avanços em algumas áreas e, de outro, ocorreu também à manutenção e criação de fortes entraves da economia brasileira. Por fim, no último capítulo, trataremos do nosso tema central, ou seja, uma análise da reação da economia brasileira perante a crise de 2008, com um levantamento das respostas e resultados obtidos pelo país diante da turbulência internacional.

Dessa forma se buscará entrelaçar o pensamento teórico sobre a crise e a globalização financeira, com os aspectos práticos e conjunturais que levaram o Brasil a não sofrer dessa vez da “pneumonia” perante a crise de 2008, que abalou e continua afetar todas as economias globais em diferentes graus e formas. O fundamental será mostrar de forma clara, os aspectos que fizeram o país está resistindo a tempestade e os que nos levam em direção ao olho do furacão da crise.

1 As crises do capitalismo na visão de Marx, Keynes e Minsky: uma interpretação em seus princípios elementares

Este capítulo propõe uma breve análise teórica sobre a crise dentro do sistema capitalista. Para tanto, apresenta um relato sobre como Marx, Keynes e Minsky interpretam esse fenômeno bastante recorrente dentro do capitalismo, o que vai servir de base teórica para a compreensão dos movimentos que geraram a crise de 2008.

1.1 A inerência da crise capitalista no pensamento de Marx

Karl Marx (1818-1883), em sua obra *O Capital*, procura abordar a essência do sistema capitalista – e o faz por meio de uma análise dialética que compreende o sistema segundo a contradição capital/trabalho que pressiona as taxas de lucro para baixo.

Em relação à crise propriamente dita, Marx não elabora um tópico específico, pois em sua visão ela é inerente ao capitalismo. Ou seja: não se encontra nem explicação, nem teoria das crises do capitalismo no pensamento desse autor, a partir de uma leitura atenta de sua obra fundamental. Ao contrário, para entender as crises do capitalismo segundo a ótica de Marx, é preciso analisar o seu todo teórico, enquanto exposição contraditória do conceito de capital. Somente expondo esse conceito em seu modo dialético, é possível compreender que as crises não são impulsionadas por nenhuma causa especial.

Não se trata, porém, de uma visão unânime dentro da escola marxista. Ao contrário: há economistas dessa vertente que entendem as causas da crise no capitalismo como fruto de renovações periódicas do capital fixo, superprodução, subconsumo, desproporção intersetorial ou queda da taxa de lucro. Nesta análise da visão de Marx sobre a crise do capitalismo, será considerado que nem mesmo a mera soma de todas as chamadas “causas”¹ poderiam explicar a tendência sistêmica de abalos no sistema. Assim, este estudo entende que a análise dialética do conceito de crise deve se desenvolver simultaneamente à apreciação e ao desenvolvimento do conceito de capital.

¹ Para melhor entendimento e análise sobre as inúmeras interpretações marxistas que surgiram estimuladas pela atual crise econômica mundial, ou seja, sobre a Lei da Queda tendencial da taxa de lucro ou sobre a interpretação das teses de subconsumismo do capitalismo e da tendência à estagnação, ao crédito e ao processo de ‘financeirização’ da força de trabalho, e das teses de superprodução - temas que não serão objeto de estudo neste trabalho -, ver o excelente artigo de CIPOLLA (2012).

Cabe frisar que as crises do capitalismo que, na obra marxista, são inerentes ao sistema, servem também como condição necessária para recriar valor na medida em que permitem, nas fases posteriores ao colapso, um novo ciclo de crescimento da produção. Ou seja: a crise funciona não somente como ruptura, mas também como processo de renovação e expansão da acumulação capitalista. Com respeito à afirmação anterior, vale a pena destacar esta passagem de TAVARES (1998, p. 65):

(...) O capital que caminhou historicamente sobre duas “pernas”, duas “mercadorias especiais” – o trabalho assalariado e o dinheiro – tende a negar progressivamente o valor de uma delas – o trabalho vivo – e a afirmar-se na outra – o dinheiro. [...] O capital-dinheiro sempre se “... alonga demais em sua expansão inexorável e mundial”, mas sempre se revela “insuficiente” e termina por “quebrar” nas crises. Só para se repor com mais força na etapa seguinte da expansão.

A seguir, serão apresentados conceitos da obra de Marx, que apontam as contradições inerentes ao capitalismo e ajudam a compreender a possibilidade geral da crise.

A) A lei da tendência declinante da taxa de lucro

A lei da queda tendencial da taxa de lucro, exposta por Marx no Livro III, é um fator de contradição em processo do sistema. A concorrência entre os capitalistas pela busca de maior produtividade, por meio da introdução de inovações tecnológicas, acaba gerando, no limite, uma queda geral da taxa de lucro do sistema capitalista – e a própria dialética entre esses opostos conduz também à “contratendência” da queda, “contratendência” que não cabe aqui ser analisada pelo escopo deste trabalho.

B) A contradição da mercadoria

Segundo o autor de *O Capital* (MARX,1983, p. 943):

(...) A dissociação entre o processo de produção (imediate) e o processo de circulação também evidencia e desenvolve mais a possibilidade da crise, a qual aparecia na mera metamorfose da mercadoria. Quando os dois

processos não se convertem um no outro com fluidez, mas sim se afirmam independentes um do outro, sobrevivem à crise.

Assim, em primeiro lugar, a mercadoria sofre um processo de metamorfose, algo que se dá na sua circulação quando ela é trocada por dinheiro. Em seguida, ocorre a segunda transformação, quando o dinheiro, tipo especial de mercadoria, é trocado por outra mercadoria. A Metamorfose da Mercadoria é esquematizada por Marx da seguinte maneira: $(M - D - M)^2$ (MARX, 1996a, 229).

Quando o dinheiro é considerado uma das formas apresentadas pelo capital, a lógica da circulação de mercadorias é substituída pela da circulação do capital. Esse, na forma dinheiro, se converte em sua forma de mercadoria no intuito de se valorizar e, posteriormente voltar à forma de dinheiro para alcançar sua valorização (MARX, 1996a, p. 267-269).

Tal processo envolve a separação das operações de compra e venda. A partir da utilização das funções monetárias de meio de pagamento e entesouramento, a contradição entre valor de uso e valor de troca é legitimada (MORAES, 1996, p. 9).

C) A desproporção departamental nas condições de exploração do capital

Outra contradição do sistema capitalista destacada na obra de Marx é a reprodução social do capital, momento em que o sistema se divide em dois departamentos de produção: o departamento de bens de consumo e o departamento de bens de produção.

É quando a crise aparece como a possibilidade de interrupção de um movimento que traduz a própria relação entre eles, de mútua negação, muito mais que do que complementaridade – a chamada crise de desproporção entre setores.

D) A intensificação do uso do dinheiro como meio de pagamento

Ainda conforme o mesmo autor (MARX, 1996a, p. 206):

² No processo de circulação de mercadorias, o dinheiro é considerado como dinheiro, e não como capital.

A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto a figura retificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifesta inicialmente no fato de que seus produtos de trabalho assumem, em geral, a forma de mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante.

A caracterização da economia capitalista como economia monetária de produção é uma das peças centrais para a configuração da possibilidade geral da crise. Assim, o dinheiro é descrito por Marx como um tipo especialíssimo de mercadoria. Há de se considerar, contudo, que o dinheiro é especialmente contraditório por ser – e também não ser – mercadoria. As mercadorias se comparam umas às outras por seus valores de uso e se comparam todas ao dinheiro por seus valores de troca – é assim que o dinheiro legitima a contradição da mercadoria (MARX, 1996, p. 228).

E) O ‘descasamento’ entre compra e venda

Esse ‘descasamento’ se inicia, por exemplo, com a questão da relação entre mercadoria e o dinheiro, exposta por Marx, no Livro I, de *O Capital*: no nível da chamada circulação simples, a crise se define pela possibilidade de não ocorrer de modo fluido a passagem da venda para a compra, a troca de mãos do dinheiro entre quem vendeu e quem comprou. A possibilidade de crise aqui já está inscrita ou latente, pois ela diz respeito a essa separação violenta que, no nível mais amplo da circulação simples, interrompe a circulação da mesma (GRESPLAN, 2009, p.30).

O próprio sentido mercantil de “vender para comprar” representa tanto a unidade das duas fases como a determinação de uma pela outra. Como elas são opostas, apesar de obrigadas a conviver de forma conjunta, destaca-se aqui o caráter dialético da oposição.

F) A atomização das decisões de produção

No capitalismo, as decisões de produção são atomizadas e, ao contrário do que supõe a corrente liberal, não existe a tal mão invisível que faça com que as decisões individuais

visando o bem privado, quando agregadas, gerem o bem comum de toda sociedade. O objetivo da produção é maximizar a taxa de lucro e não satisfazer as necessidades dos consumidores. Dessa forma, a produção se desenvolve de modo anárquico e desatrelado das necessidades das sociedades.

G) Marx e a superprodução

A própria relação entre capital e trabalho assalariado coloca aqui – e em seus termos mais claros –, outra oposição que convive de forma dialética, a oposição entre trabalho morto e trabalho vivo, também analisada por Marx, no Livro I, de *O Capital*. O trabalho assalariado e a existência de mais valia, ou seja, a configuração da exploração do trabalho pelo capital faz com que o valor produzido não se traduza em poder de compra na mesma proporção, o que desencadeia um consumo abaixo da produção, e se torne uma das causas das crises de superprodução.

O capitalismo é um sistema de produção baseado em decisões anárquicas: nele, a produção é separada do consumo. Essa separação, acrescida da total ausência de um pacto prévio que vincule a produção ao atendimento das necessidades de consumo, faz com que ocorra uma constante corrida por novos mercados e uma expansão dos já existentes, desembocando em crises de superprodução na ausência ou insuficiência daquelas possibilidades.

A crise surge, portanto, na medida em que não está garantida a conexão entre produzir e vender, sendo agravada pela tendência à superprodução de capital, condição inerente ao funcionamento do sistema capitalista. A acumulação e a busca frenética do lucro se chocam com as condições de realização das mercadorias como valores, de forma que o capital em seu funcionamento tende a superar as próprias condições de realização da produção. Assim, a superprodução se torna uma característica endógena a esse regime de produção, como afirma Mazzucchelli (1985, p. 30):

(...) A superprodução (...) está condicionada de modo específico pela lei geral de produção do capital: produzir até o limite estabelecido pelas forças produtivas (...) sem ter em conta dos limites reais do mercado ou das necessidades respaldadas com a capacidade de pagamento.

Ficam assim caracterizadas não apenas a superprodução de mercadorias, mas igualmente a superprodução de capital – o que significa, ao mesmo tempo, a existência de uma massa de mercadorias que não alcançou sua conversão em dinheiro ou de uma massa de valores de uso que não se realizou como valor. Seguindo as ideias de Mazzucchelli (1985, p.32),

(...) a possibilidade formal das crises, que emerge da fratura do intercâmbio nos atos de compra e venda e da substantivação do valor do dinheiro, se converte em real e assume um caráter geral apenas e tão somente quando a circulação das mercadorias é um processo subordinado à acumulação de capital.

Não se deve aqui interpretar de forma equivocada que as crises, no capitalismo, se explicam pelo fato de a produção de mercadorias ser além do que os trabalhadores possam consumir. Esse tipo de análise do sistema capitalista pode dar a entender (equivocadamente) que a produção no capitalismo é feita em função dos trabalhadores. Quando na verdade as crises do capitalismo são de realização das necessidades do capital aquém da sua taxa de lucro – e não crises de subconsumo, plasmado no raciocínio da insuficiência de demanda por parte dos trabalhadores. Seguindo aqui o argumento de Tavares (1985, p.14 e 15):

(...) o consumo dos trabalhadores é, como em Marx, apenas uma condição necessária da produção capitalista, ou, como em Keynes, uma componente passiva da renda. O componente ativo não é o consumo futuro, mas sim o investimento presente decidido a partir de uma avaliação do futuro. E não o futuro do consumo, mas sim o da valorização do capital.

H) Marx e o capital financeiro

É válido observar que o capital financeiro possui papel importante na configuração da crise em Marx, tanto no que compete à possibilidade geral, quanto no que diz respeito ao lado real da crise. As dificuldades de realização originadas com a produção desordenada demandam o desenvolvimento do capital bancário (portador de juros), além de servir de substrato real para desmandos de toda a sorte do capital financeiro.

A superficialidade da Economia Política evidencia-se, entre outras coisas, quando ela faz da expansão e da contração do crédito mero sintoma dos períodos de variação do ciclo industrial, a causa do mesmo. (...) Efeitos tornam-se por sua vez causas, e as alternâncias de todo o processo, que reproduz continuamente suas próprias condições, assumem a forma de periodicidades. (...) Ao contrário, deve-se concluir das leis de produção capitalista que acabamos de desenvolver que (sic) (a duração dos ciclos) é variável e que o período dos ciclos tornar-se-á gradualmente mais curto. (MARX, 1996B, p. 264).

Conforme Marx, quando as funções técnicas do dinheiro, no processo de circulação do capital produtivo, se transformam em função autônoma de um capital particular, surge o capital financeiro que, ao se entrelaçar com os bancos e demais instituições financeiras, permite o desenvolvimento do sistema creditício. Desse modo, o dinheiro se transforma em mercadoria de “gênero peculiar”, o chamado capital portador de juros:

(...) Por isso, além do valor de uso que possui como dinheiro, passa a ter outro valor de uso, isto é, o de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste agora justamente no lucro que produz uma vez transformado em capital. Nessa qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar (MARX, 2008, p.453-454).

Nessa situação, não é mais preciso o capital passar pelo processo de produção para se valorizar, ele se automultiplica, como Marx (2008, p.520) explica, a seguir:

(...) O capital produtor de juros é o fetiche autômato perfeito - valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e, nessa forma, desaparecem todas as marcas da origem.

Se, antes, o dinheiro era empregado na produção, o crédito era pago e o capital se reproduzia em maior escala e ritmo, permitindo assim que a mais-valia aumentasse. Na nova fase do capitalismo, em que impera o capital fictício, tudo acontece de modo diferente, segundo Marx (2008, p. 521): “(...) primeiro, se transforma o dinheiro embolsado em juros e, quando se tem juros, se acha em seguida (e por capitalização) o capital que o produziu”.

Assim, para Marx, toda a renda regular é capitalizada à taxa de juros vigente e a soma obtida é considerada capital, mesmo que não tenha sido convertida em meios de

produção e força de trabalho, não gerando, portanto, valor novo. A esse não capital, Marx denomina capital fictício.

Quando se faz a análise da crise atual – que não será detalhada neste capítulo, a propósito –, percebe-se que os seus limites se originam de uma produção que cresceu pouco, quando comparada às finanças. Se os recursos aplicados no mercado financeiro não retornam para serem investidos na produção, faltarão recursos para manter a valorização dos títulos e os consequentes ganhos fictícios obtidos naquele mercado. Essa foi a razão objetiva para a crise de 2008.

Em resumo, aqui se buscou realçar as principais ideias da obra de Marx que jogam luz sobre as crises no capitalismo, facilitando o seu entendimento.

1.2 Keynes e a questão da crise do capitalismo

John Maynard Keynes (1883-1946) foi um economista britânico cujos ideais revolucionaram a macroeconomia moderna, tanto na teoria quanto na prática. Estudioso dos fenômenos do capitalismo, ele defendia uma política econômica de Estado intervencionista por meio de medidas fiscais e monetárias que seriam utilizadas pelos governos para mitigar os efeitos adversos dos ciclos econômicos.

Segundo Belluzzo (2009), o manuscrito de 1933, descoberto tardiamente e incorporado ao Volume XXIX, das *Obras Completas*, marca a ruptura teórica entre Keynes e seu mestre Alfred Marshall e, em consequência, com as chamadas teorias marginalistas do Equilíbrio Geral. Sua teoria desenvolvida em *Treatise on Money* (“Tratado da moeda”) desenvolve uma argumentação teórica que distingue a economia cooperativa (ou de salário real) e a economia empresarial.

Belluzzo destaca ainda que, para Keynes, a economia liberal (cooperativa) só existiria se as decisões de produção fossem tomadas de forma centralizada e a distribuição dos recursos obedecesse a um plano racional e não à anarquia de diversas decisões privadas. Ou seja, em uma economia cooperativa, o objetivo é a maximização do produto material; nela, não há o problema da demanda efetiva, já que poupança é igual ao investimento – modelo de economia dos liberais, onde o dinheiro só existe como unidade de conta (BELLUZZO 2009).

No caso de uma economia empresarial, também entendida como economia monetária da produção³, Keynes tem o entendimento de que ela funciona à semelhança do que Marx também entendia, segundo o circuito dinheiro-mercadoria-dinheiro (D-M-D'). Nele, o gasto capitalista é a variável relevante em um duplo sentido: 1) uma classe social tem a faculdade de gastar acima da sua renda corrente; e 2) essa decisão cria um espaço de valor (renda nominal) mediante pagamento de salários sob a forma monetária. Ao contrário da Lei de Say, em que a oferta cria a sua própria demanda, aqui é o gasto que cria a renda. Dinâmica que permite ao capitalista da economia empresarial gastar acima de sua renda, servindo-se do crédito (BELLUZZO 2009).

Em sua principal obra, *A Teoria Geral*, Keynes tratou do caráter instável do investimento privado. Ou ainda: será a expectativa a respeito da evolução do rendimento do novo capital produtivo e o sentimento de segurança proporcionado pelo dinheiro que irão determinar, em cada momento, o desempenho das economias de mercado.

A partir dessa análise, o autor elabora o princípio da demanda efetiva, ponto de intersecção entre oferta e demanda que corresponderia a um dado volume de emprego. Conceito que pode ser considerado um dos pilares da teoria keynesiana para o entendimento da economia, já que na teoria clássica, a demanda efetiva comporta infinitos valores, caracterizando a irreal tendência constante ao pleno emprego. A teoria keynesiana, em contrapartida, o volume de emprego é decidido pelos empresários em função das expectativas de lucro presente e futuro, e depende da função de demanda agregada que, por sua vez, resulta do consumo e do investimento (KEYNES, 1982).

Assim, o desempenho da economia capitalista vai depender do volume de gastos que os empresários detentores dos meios de produção e os bancos controladores do crédito estarão dispostos a realizar, criando mais renda e mais emprego. Fica claro, portanto que os capitalistas gastam na expectativa de obter lucros, gerando renda por meio da remuneração dos fatores de produção.

³ Uma economia monetária da produção é caracterizada pelo fato de a produção ser realizada com o objetivo de gerar lucro monetário. Como citado em Keynes apud Feijó (1999), "... a explicação para isso é evidente. O emprego, pelo empresário, de fatores de produção para aumentar seu produto, envolve o desembolso, não de produto, mas sim de dinheiro".

É importante aqui salientar o papel da moeda em uma economia monetária de produção. Para Keynes, a moeda é um meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor com elasticidades de produção e de substituição nulas⁴.

Dessa forma, à semelhança da incerteza que permeia toda a economia monetária de produção, a moeda passa a ser de primordial importância para garantir o adiamento do poder de compra. Pode-se mesmo dizer que a moeda, para Keynes, é poder de compra transportável no tempo ou reserva de valor (entendido como poder de compra). Assim, conforme esclarece MOLLO (2003, p. 462):

a moeda possui uma qualidade que a faz desejável por si mesma e, por isso, o entesouramento não é uma atitude irracional, como assim pensavam os neoclássicos com relação a essa atitude, haja visto a hipótese que adota essa escola de pensamento, que a moeda tem uma neutralidade no sistema econômico a longo prazo.

Daí decorre a importância do conceito “armadilha da liquidez⁵”, em Keynes. Este conceito, em parte, explica a crise que domina a economia monetária da produção, uma vez que a análise da preferência pela liquidez parte da noção de incerteza que envolve toda a economia e também da descentralização das decisões e do desconhecimento do futuro, como já foi apresentado neste estudo.

Por isso, torna-se fundamental a importância do sistema bancário como fornecedor de crédito para lastrear as decisões de investimento por parte dos empresários. Nesse sentido, compreende-se a taxa de juros como um fenômeno monetário, que decorre da preferência pela liquidez e da demanda de moeda, como reserva de valor.

O capital financeiro tem de fato grande importância, pois, se, de um lado, é fundamental para financiar os investimentos e aumentar as expectativas dos empresários, de outro, ele precisa ser fortemente regulado pelo Estado para permitir a “eutanasia dos rentistas”, como defendia o autor (KEYNES, 1985, p.116):

⁴ Para melhor entendimento das peculiaridades do dinheiro em Keynes, ler a seção III, do capítulo 17, intitulado: “As propriedades essenciais dos juros e do dinheiro”.

⁵ Armadilha de liquidez ocorre quando a taxa de juro nominal se aproxima de zero ou perde seu poder de estimular a economia, devido à desconfiança dos agentes. Nesse momento, a autoridade monetária se vê impedida de utilizar os instrumentos tradicionais da política monetária, pois a maioria não espera grandes retornos dos investimentos físicos ou financeiros e mantém seus ativos em depósitos de alta liquidez em lugar de investimentos de longo prazo. O que torna a recessão ainda mais severa, contribuindo até mesmo para um clima de deflação.

(...) Os especuladores podem não causar dano, quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas, a situação torna-se séria, quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo. Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte em subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser malfeito.

Assim, levando em conta tais considerações feitas a partir do pensamento de Keynes, é possível afirmar que, em relação à crise internacional deflagrada em 2008, o estímulo à busca de ganhos rápidos inspirou a preferência generalizada por ativos líquidos, punindo dessa forma os investimentos na produção real de mercadorias.

1.3 Minsky e a teoria da hipótese da instabilidade financeira

Com relação ao pensamento dito pós-keynesiano, tem-se em Hyman Philip Minsky (1919-1996) a melhor análise sobre o entendimento da dinâmica interna das crises financeiras do capitalismo.

A teoria pós-keynesiana, em particular, a Hipótese da Instabilidade Financeira (HIF), de Hyman Minsky, fornece subsídio para a compreensão do funcionamento do sistema financeiro e de sua capacidade de conduzir à instabilidade e à crise. Por sinal, ambas objetos centrais de sua teoria; cíclicas e endógenas, elas se encontram baseadas no movimento capitalista em busca de maiores rendimentos, que se inicia em épocas de calma, quando ocorre afrouxamento do arcabouço institucional (MINSKY, 1986).

Os choques exógenos, portanto não são os causadores das crises, mas sim estimuladores. As economias capitalistas, dessa forma, passam continuamente por um ciclo de boom, crise, inflação, estagnação, recuperação e expansão (MINSKY, 1986).

Para Minsky, existem três tipos de unidades empresariais⁶:

a) O início de um período de crescimento estável da economia real, com os agentes econômicos e investidores agindo de forma conservadora e com expectativas geralmente atingidas. Nesse período, o financiamento predominante da atividade econômica pode ser pago pelos fluxos futuros de renda dos próprios projetos financiados, isso porque os agentes

⁶ Para definições e análises mais aprofundadas, ver MINSKY (2010), capítulo 9, “Compromissos financeiros e instabilidade”.

ainda atuam de forma cautelosa. Trata-se de um agente de comportamento *hedge*: ele não precisa de novos endividamentos para arcar com os antigos (MINSKY, 1986).

b) Em razão do período de estabilidade econômica e de retornos sobre os investimentos dentro das expectativas, o prêmio pela liquidez é reduzido, estimulando que os agentes se disponham a arriscar. É quando aumenta a demanda dos ativos financeiros no mercado, de preços inflados. Nesse momento, os agentes tendem a tomar empréstimos especulativos – dívidas contraídas que visam o investimento arriscado e de retorno incerto, sobre o qual não se tem certeza de vai pagar mais que os juros, o que ao menos manteria o passivo estável. Trata-se de um agente que assume o comportamento especulativo (MINSKY, 1986).

c) De acordo com Minsky, é a partir das operações especulativas que se inicia a formação de bolhas nas economias de mercado financeiro mais desenvolvido e sem regulamentação adequada. Neste momento, surge a postura das unidades *Ponzi*, que são caracterizadas pela insuficiência das receitas líquidas de pagar os juros devidos (MINSKY, 1986).

Vale ainda acrescentar que, em Minsky, é possível encontrar uma explicação de como se desenvolve o processo de “instabilização da estabilidade” – e isso, a partir de pontos de vista distintos sobre o financiamento do investimento: o ponto de vista do devedor e o do credor.

Segundo o autor, a decisão de empréstimo depende de: 1) risco do tomador de empréstimos quanto à rentabilidade esperada; 2) risco do prestador quanto à insuficiência de margem de garantia, no caso de o tomador não pagar sua dívida.

A partir dessas colocações, fica claro que a economia será mais frágil quanto maior for o número de unidades especulativas (em *Ponzi*). É quando, como bem ressalta Mollo (2011, p.31), “(...) qualquer mudança que restrinja as condições de empréstimos inviabilizaria os refinanciamentos, transformando as unidades especulativas em *Ponzi* e exigindo que, tanto as unidades *hedge* quanto as especulativas, vendam ativos para pagar as dívidas acumuladas”.

Assim, tanto na argumentação marxista, quanto na pós-keynesiana aqui exemplificada em Minsky, evidencia-se que a motivação do capitalista no processo de acumulação de capital é a busca pela rentabilidade, ou seja, a maximização do lucro.

As elaborações teóricas de Minsky também ajudam a identificar o caráter originário das crises no capitalismo, criadas em geral pela fragilidade financeira de um sistema econômico típico de uma economia do endividamento, caracterizada pela subjetividade e pela incerteza dos agentes econômicos.

Por fim, é preciso salientar que as argumentações de Marx, Keynes e Minsky aqui brevemente apresentados servem de apoio ao método de análise deste trabalho, auxiliando a compreensão tanto da globalização financeira, quanto da crise de 2008.

2 Capitalismo Contemporâneo e a Hegemonia Financeira

O capitalismo mundial sofreu uma grande transformação no último quarto do século XX, devido ao protagonismo que o capital financeiro passou a ter no padrão de acumulação do sistema. Dentro desse quadro, a crise de 2008, como grande parte das mudanças econômicas pelas quais passou o mundo nas últimas décadas tem forte relação com esse desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Mais: para se compreender o Brasil perante a crise do *subprime* é necessário abordar as transformações da economia moderna e como o país se inseriu nesse novo contexto.

Neste capítulo, a ideia é fazer uma análise da economia capitalista dos últimos 30 anos, período conhecido pela escola regulacionista⁷ como Mundialização Financeira⁸, que tem como principal característica a hegemonia do setor financeiro, a liberalização e a desregulamentação da economia. Primeiramente, pretende-se apresentar a origem dessa nova fase, que começou a ganhar força com a crise do Acordo de *Bretton Woods*⁹ e a desregulamentação da economia; em seguida, detalhar as características desse período e como ele refletiu na economia. Por fim, o foco vai destacar o desenvolvimento da nova fase econômica e a inserção da América Latina nesse cenário.

⁷ A Escola da regulação ou teoria da regulação é uma corrente heterodoxa do pensamento econômico de origem francesa. Baseia-se no conceito de regulação econômica. A teoria foi concebida em meados da década de 1970, com base nos trabalhos de Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat e Alain Lipietz. Teve como ponto de partida uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procurou ultrapassar através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales. A obra de Michel Aglietta, *Régulation et crises du capitalisme* (1976) vale como fundadora desta corrente.

⁸ Mundialização Financeira é o termo que a escola da regulação usa para retratar o novo padrão de acumulação capitalista, que surge nos anos 1970. Esse padrão é conhecido como Globalização Financeira, ou só globalização em outras escolas.

⁹ O Acordo de *Bretton Woods* foi resultado de uma conferência realizada em *Bretton Woods*, no New Hampshire, Estados Unidos da América, em Julho de 1944, no final da II Guerra Mundial e estabeleceu as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados e tinha como objetivo assegurar a estabilidade monetária internacional e criar uma nova ordem econômica mundial.

2.1 Crise do Acordo de *Bretton Woods*

O Acordo de *Bretton Woods* foi firmado em 1944, momento de grande turbulência internacional e de contexto socioeconômico peculiar. Além de o mundo estar envolvido nos confrontos da Segunda Guerra Mundial, anos antes, em 1929, havia ocorrido à maior crise econômica que o capitalismo já tinha conhecido.

A Europa estava destruída, o comércio internacional, estagnado, e era grande o risco de o comunismo expandir sua influência por todo continente europeu. Nesse cenário, fazia-se necessário criar um Sistema Monetário Internacional (SMI) de modo a buscar um novo modelo de desenvolvimento econômico dentro dos marcos do capitalismo. Segundo Belluzzo (1995, p.11):

Para evitar a repetição do desastre era necessário, antes de tudo, constituir uma ordem econômica internacional capaz de alentar o desenvolvimento, sem obstáculos, do comércio entre as nações, dentro de regras monetárias que garantissem a confiança na moeda-reserva, o ajustamento não deflacionário do balanço de pagamentos e o abastecimento de liquidez requerido pelas transações em expansão. Tratava-se, portanto, de erigir um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social.

Sob a liderança dos Estados Unidos, o Acordo de *Bretton Woods* foi então estabelecido, impondo o dólar como moeda dominante do novo SMI. Segundo esse modelo, as demais moedas se alinharam ao dólar, a única a ter o valor fixo convertido em ouro. O que permitiria à moeda norte-americana se tornar o grande ativo de reserva internacional com o surgimento do padrão dólar-ouro.

Para tanto, os EUA tiveram de alterar as características da sua economia, deixando de ser um país de pequena abertura comercial, fortemente protecionista, e passando a ser provedor de liquidez internacional. Nesse contexto, o país seria a fonte da demanda efetiva e o prestador de última instância.

É preciso também destacar que o Acordo de *Bretton Woods* formalmente consistiu em um novo sistema de regras e instituições para regular a política econômica internacional. Os planejadores de *Bretton Woods* estabeleceram a criação do Banco Mundial (BID) e a do

Fundo Monetário Internacional (FMI), assim como a adoção das taxas de câmbio fixas e dos mecanismos para alterá-las (DATHEIN, 2005, p. 3).

Outro ponto exaltado do Acordo, sobretudo por seus defensores: o de ser um arcabouço de regras, que pregava a separação entre os bancos comerciais e os outros intermediários financeiros, o controle qualitativo sobre o crédito, o teto para a taxa de juros e, principalmente as restrições sobre a livre movimentação do capital. Isso resultou em um controle de tal forma sobre o capital financeiro que ele tendeu a se direcionar mais ao crédito bancário do que à compra de títulos financeiros (CHESNAIS, 2005, p. 8).

2.1.1 Os anos dourados

O primeiro grande problema enfrentado após a Conferência de *Bretton Woods* foi encontrar meios de garantir a liquidez necessária em dólares. No pós-guerra, a Europa era incapaz de fazer grandes exportações para os Estados Unidos e as instituições recém-criadas para regular o novo SMI não tinham aporte suficiente de recursos para afiançar a liquidez internacional (DATHEIN, 2005, p. 4).

A solução só foi possível com o surgimento e o acirramento da Guerra Fria, que criou as condições políticas para os Estados Unidos fazerem substanciais doações e empréstimos para reconstruir a Europa – apoio que ficou conhecido como Plano Marshall. Obviamente, nada foi de graça; e a Europa teve de aceitar, em contrapartida, a entrada de empresas americanas no seu mercado, a instalação de bases militares no seu território e adotar o modelo de produção fordista (DATHEIN, 2005, p. 4).

Se, de um lado os EUA estavam inundando o mundo com dólares, de outro, o saldo positivo em sua balança comercial cobria grande parte dessas emissões. Como Triffin (1966, p.13) ressaltou, os superávits comerciais dos Estados Unidos eram muito similares às reservas de ouro dos demais países; e, como eles não adquiriam esse ouro, o superávit financiava a demanda internacional por dólar (KILSZTAIN, 1989, p. 89). E segundo Dathner (2001, p.5):

Nos primeiros anos (aproximadamente até 1960) o padrão de *Bretton Woods* foi amplamente benéfico para a economia dos EUA. A transferência de dólares para a Europa permitiu compras de bens e serviços dos EUA, gerando saldos comerciais favoráveis e baixo desemprego, quase sem inflação. As empresas multinacionais aumentaram o poderio econômico dos

EUA e sua capacidade bélica cresceu muito com as instalações de bases militares por todo o mundo. Portanto, houve uma conjugação de hegemonia econômica, militar e política, que pode ser chamada de ‘Pax Americana’.

O resultado desse processo de “ajuda norte-americana” foi uma rápida e bem sucedida reconstrução dos países afetados pela Segunda Grande Guerra, além de uma convergência entre as políticas econômicas dos Estados Sociais pela busca e pela manutenção do pleno emprego e a atenuação dos mecanismos de mercado que causavam as desigualdades sociais. Até meados dos anos 1960, houve de fato um forte aumento da produtividade somado a um forte aumento dos salários reais.

2.1.2 A crise

Os frutos do sucesso de *Bretton Woods* foram muitos – tantos, que acabaram por alimentar inúmeras de suas contradições, gerando a crise. Assim, o primeiro aspecto a se destacar é a recuperação das bases produtivas da Europa, principalmente da Alemanha e do Japão, que reconstruíram suas economias por meio de sistemas industriais sofisticados, com alta tecnologia e alta capacidade de inovação. Em consequência, o modelo dos grandes superávits comerciais americanos sofre um baque efetivo com a entrada dos potenciais produtores, que passam a concorrer com a indústria dos EUA que dominava grande parte do mercado, principalmente na década de 1950 e no começo de 1960 (BELLUZZO, 1995, p.14).

Com o aumento dos déficits da balança comercial e de pagamentos dos Estados Unidos, mais a rigidez da conversibilidade das moedas, o dólar começou a gerar desconfiança nos mercados mundiais sobre a sua capacidade de conversão em ouro. Consequência: em 1971, foi suspensa a conversibilidade do dólar em ouro e, em 1973, o mercado cambial de paridade fixa foi transformado em sistema de flutuações sujas (BELLUZZO, 1995, p.14). Aqui é importante citar Triffin (1989, p.91) e o seu conhecido “Dilema de Triffin”:

O economista de Yale, Robert Triffin, identificou a debilidade fundamental do sistema monetário baseado no dólar – na verdade, de qualquer sistema monetário internacional baseado numa moeda nacional: os Estados Unidos tinham de incorrer em déficits do balanço de pagamentos para prover liquidez internacional. Mas, quanto maior e mais prolongado o déficit americano, menor confiança os outros teriam de que Washington continuaria

a converter dólares em ouro a uma taxa fixa. Como resultado, teríamos eventualmente pânico no sistema monetário.

Outro fator que abalou as estruturas do Acordo de *Bretton Woods* foi o surgimento, nos anos 60, de um mercado de moedas na Europa em razão da alta liquidez de dólares no plano internacional, propiciada pelos déficits americanos. Nesse período, muitos bancos americanos abriram sedes no continente europeu para fugir da forte regulação exercida no país de origem sobre o setor financeiro. Dessa forma, muitas empresas multinacionais americanas começaram a deixar de enviar seus lucros de volta para o país-sede, passando a investir no novo mercado totalmente desregulado, ele que estava fora do sistema de regulação proposto nos anos 40 (DATHEIN, 2005, p. 8).

Na década de 70, com o fim da paridade cambial e com a crise do petróleo, o euromercado sofreu uma forte expansão e todo excedente de capital originário da explosão do preço do petróleo foi revertido para o mercado de eurodólares, gerando assim nova explosão de liquidez no quadro internacional. Como as taxas de crescimento das multinacionais europeias e americanas já estavam em desaceleração, grande parte desses recursos foram revertidos em empréstimos a juros muito baixos para os países do Terceiro Mundo. Mais: também foi na década de 70 que surgiram muitos dos paraísos fiscais, como Bahamas e Cayman, o que estimulou ainda mais os bancos e os grandes investidores a fugirem das amarras da regulação de *Bretton Woods*.

Além dos problemas causados pelo capital excedente e pela perda de uma regulação do sistema sobre esse setor financeiro, outro fator que ajudou a abalar as estruturas do Acordo de *Bretton Woods* foi o esgotamento dos ganhos de produtividade por anos seguidos. Em razão de um cenário de alta real de salários, com as principais economias capitalistas trabalhando próximas do pleno emprego e com os sindicatos fortes, começou a ocorrer, a partir do final dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970, uma queda intensa nas taxas de lucro das empresas. Segundo Carvalho (2002, p.49):

Conforme argumentam Marglin&Schor¹⁰ (1990), a diminuição do ritmo de incorporação de progresso técnico rompe a regra de crescimento proporcional entre salários e produtividade que mantinha inalterada a distribuição funcional da renda. Isso e mais o choque de preços de matérias primas, em especial, o petróleo, conduziram à redução da parcela dos lucros

¹⁰ MARGLIN, S.; SCHOR, J.B. (orgs). *The golden age of capitalism*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

no produto e a um desestímulo ao investimento. Considerados esses aspectos, pode-se afirmar que o próprio crescimento econômico criou os obstáculos à sua continuidade.

Nesse cenário extremamente complexo, de esgotamento do modelo construído por *Bretton Woods*, os EUA tentaram recuperar o controle sobre o dólar para reafirmar sua hegemonia. Ao elevar os juros unilateralmente em 1979, parte do dólar que estava circulando pelo mundo voltou para os títulos do tesouro americanos – e os juros acabaram por subir em todo mundo, gerando forte recessão internacional e crise da dívida nos países do Terceiro Mundo, caso do Brasil. Segundo Belluzzo (1995, p. 15):

Se alguém desejasse marcar uma data para a derrocada final da arquitetura de *Bretton Woods* teria alguma chance de acertar, escolhendo outubro de 1979. Não se trata apenas de constatar que os Estados Unidos deixaram de exercer o papel de “país residual”, isto é, de país capaz de amortecer as tensões - tanto as inflacionárias quanto as recessivas - do sistema, funcionando como fonte autônoma de demanda efetiva e *lender of last resort*. Ao impor a regeneração do papel do dólar como reserva universal por meio de uma elevação sem precedentes das taxas de juros, os Estados Unidos deram o derradeiro golpe no estado de convenções que sustentara a estabilidade relativa da era keynesiana.

O Acordo de *Bretton Woods* foi muito importante para o renascimento da economia mundial, após anos de crises e guerras. Entre as décadas de 1950 e 1960, o mundo chegou mesmo a conhecer um momento único de crescimento e de ganhos sociais dentro do modelo de produção capitalista. Entretanto, ele acabou por entrar em colapso, o que se explica em boa parte pelo sucesso alcançado por esse padrão de crescimento. A partir do choque dos juros de 1979, com o esgotamento do Acordo de *Bretton Woods*, teve início um novo ciclo de acumulação capitalista, agora baseado na hegemonia do capital financeiro e marcado pela liberalização, pela desregulamentação e pela instabilidade da economia.

2.2 A globalização financeira e a era neoliberal

Com a crise do Acordo de *Bretton Woods*, a economia mundial enfrentou grandes transformações, iniciando uma fase caracterizada pela centralização do dólar, pelo regime de taxa de câmbio flutuante e pela livre mobilidade do capital (CARNEIRO, 1999).

Nesse período, mais fortemente nos anos 1980 e 1990, o padrão de acumulação capitalista mudou. E as bases do crescimento econômico que marcaram o pós-guerra, com maior controle e intervenção estatal, cederam lugar a uma forte liberalização e a uma livre mobilidade dos capitais.

Os símbolos políticos mais bem acabados dessas transformações foram Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos EUA. Com um discurso conservador contra o Estado e os impostos, ambos promoveram grandes desmontes e desregulações em seus respectivos países, um movimento que pode ser chamado de reestruturação neoliberal. As leis trabalhistas foram flexibilizadas, os sindicatos tiveram seus poderes restringidos e o “Estado do Bem Estar Social” sofreu um desmonte com o corte de verbas. Por fim, os impostos, principalmente das camadas mais altas da sociedade, foram reduzidos.

No campo das finanças, houve uma autêntica revolução com a adoção de inovações, caso dos mecanismos de securitização, sendo os *hedges*¹¹ os mais conhecidos. Esses mecanismos, que tinham a princípio a função de proteger o investidor dos riscos de mudanças repentinas, se tornaram grande objeto de especulação nos anos seguintes.

Mais: uma revolução tecnológica se fez notar recentemente, provocando grandes mudanças em setores como o da comunicação – o que facilitou, de um lado, a livre mobilidade do capital, mas dificultou, de outro, a regulação desse mesmo movimento. Hoje, um japonês pode colocar seu dinheiro no Brasil pela manhã, sacar à tarde para mandar de imediato à Índia e finalmente transferir, depois do jantar, para os EUA. Tudo isso, sem sair da frente do seu computador, em Tóquio.

Outro setor que sofreu profundas alterações foi o de logística, principalmente com a invenção dos contêineres, agilizando a locomoção de mercadorias, o que tornou bem mais fácil a rotina de produzir em diferentes partes do mundo. Com isso, inúmeras indústrias,

¹¹ *Hedges* designam uma técnica ou estratégia de cobertura de riscos nos mercados financeiros provocadas pelas variações e oscilações de preços dos ativos e que visa à proteção de uma determinada posição no mercado (atual ou futura) num determinado ativo. Para anular o risco, toma-se uma posição no mercado de futuros de igual magnitude e de sinal oposto à posição presente.

principalmente dos países desenvolvidos, puderam transferir sua produção para aqueles de mão de obra mais barata e leis trabalhistas mais frágeis atrás da redução de custos. Processo que gerou grande mudança na divisão internacional do trabalho: as empresas, principalmente as dos EUA, transferiram suas cadeias produtivas para os países periféricos, em especial, os asiáticos.

A China é outro ator fundamental da nova ordem, principalmente nos anos 2000, ao receber grande parte dessas indústrias, o que alterou a lógica até então vigente na relação centro-periferia. O que fez da China mega produtor de manufatura, alcançando expressivas taxas de crescimento, além de desenvolver internamente grande e complexa cadeia produtiva. Em contrapartida, para se tornar a grande “fábrica global”, a China investiu pesado em infraestrutura e passou por forte processo de urbanização.

O resultado dessa dinâmica foi, primeiro, a mudança na ordem até então vigente, pois os países que antes eram os grandes exportadores de manufatura se tornaram os grandes importadores; e, segundo, a queda expressiva de preços, sobretudo na última década, dos produtos industrializados, assim como o aumento real nos preços das *commodities*¹².

A globalização financeira também afetou a administração das empresas devido ao fortalecimento dos acionistas e sua busca por ganhos no curto prazo. Com isso, o planejamento mais duradouro perdeu força dentro das corporações; e, a título de diminuir custos, muitas firmas optaram por grandes cortes nos quadros de funcionários, perdendo, em consequência, conhecimento intelectual. Outra mudança administrativa de relevo: a tesouraria ganhou papel de destaque, uma vez que os investimentos financeiros se tornaram tão ou mais importantes que o investimento produtivo propriamente dito.

Para estudar esse período da economia tão amplo e diverso, este trabalho irá priorizar como fontes duas escolas de pensamento econômico de raízes marxista e pós-keynesiana – a escola regulacionista francesa que apresenta, entre seus autores, François Chesnais, Giovanni Arrighi, Suzanne de Brunhoff, Gérard Duménil e Dominique Lévy; e a escola da UNICAMP, com Luiz Gonzaga Belluzzo, Ricardo Carneiro, Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho e José Carlos Souza Braga. Não será fonte de análise estudar as semelhanças e as

¹² *Commodities* (significa mercadoria em inglês) podem ser definidas como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em nível mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto seus preços são definidos em nível global, pelo mercado internacional.

diferenças das duas escolas, mas sim utilizá-las para realçar as características e as consequências desse período histórico.

Trata-se de um tópico de fundamental importância para a pesquisa, pois todas as crises merecedoras de estudo tem como raiz o novo modelo de acumulação capitalista que se tornou hegemônico nas economias ocidentais a partir dos anos 1980, com a era neoliberal.

Esse estudo irá se dividir em seis itens. Em primeiro lugar, pretende-se falar sobre o capital portador de juros, que é o núcleo central da atual dinâmica econômica. A seguir, a ideia é apontar as mudanças ocorridas no Sistema Monetário Internacional, apresentando o novo modelo cambial. Depois, apontar quem são e como atuam os novos atores desse período. O quarto item irá tratar da hegemonia norte-americana e dos seus desdobramentos. O quinto item vai abordar a lógica financeira e sua interferência na administração das empresas. Por fim, será feita uma análise da inserção da América Latina no novo regime de acumulação ao longo das décadas de 1990 e 2000.

2.2.1 O Capital portador de juros

Chesnais (2005), em seu livro, “*A Finança Mundializada*”, diz que o capital portador de juros é hoje o “centro das relações econômicas e sociais” da nossa sociedade – capital que busca se valorizar sem sair da esfera financeira (CHESNAIS, 2005, p.35). Em síntese, a respeito do capital portador de juros, ele afirma que:

Esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a títulos de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos.

Como foi mostrado no capítulo 1, o conceito de capital portador de juros se origina em Marx, quando ele apresenta o modelo de reprodução do capital D-D’, que é o momento em que ocorre a autonomização do processo de reprodução do capital. Para entender esse movimento, é necessário lembrar uma de suas leis gerais, a saber, que o capital, dentro do sistema capitalista, busca incessantemente acumulação e, quando “livre”, tende sempre à

concentração e à centralização. Nessa dinâmica de funcionamento do capital, o D-D' é um catalisador, que facilita sua reprodução (BELLUZZO, 2009, p.37). Belluzzo (2009, p. 37) exemplifica esse processo destacando a confluência de interesses durante esse ciclo, segundo ele:

A autonomia do capital-dinheiro sob a forma de capital a juros e a correspondente expansão do sistema de crédito são os elementos que permitem entender a centralização do capital e a fusão de interesses entre bancos e indústria. A modalidade de organização capitalista que historicamente concretiza essa fusão é a sociedade anônima, cujo caráter “coletivista” se sobrepõe aos capitais dispersos e, ao mesmo tempo, reforça sua rivalidade.

Porém, para se tornar hegemônico dentro do sistema contemporâneo, o capital financeiro necessitou, por parte dos Estados, da desregulamentação de políticas de controle de capitais impostas nos anos anteriores à crise de *Bretton Woods*. Gradualmente, nas décadas de 1980 e 1990, houve abertura das contas de capitais dos países, além de facilitações de políticas que favorecessem a centralização do capital e a utilização das dívidas públicas como “cooptadoras” das pressões e interesses dos países centrais sobre os periféricos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

O resultado desse processo foi a emergência do setor financeiro sobre as demais esferas da economia. Ou seja, como propõe Carneiro (1999, p. 59): “a acumulação financeira condiciona ou determina a acumulação produtiva”. Afora isso, a liberalização e a desregulamentação, somadas ao fim dos entraves à livre mobilidade dos capitais, fragilizaram a soberania dos países sobre suas políticas econômicas que se tornaram, em quase todo o Ocidente, vulneráveis aos ditames da ditadura financeira. Ocorreram – e continuam a ocorrer – casos de países forçados pelos agentes representantes do mercado financeiro a seguir a cartilha recessiva de desmonte e de privatização de suas economias. Chesnais (2005, p.35) classifica o poder das finanças em três dimensões:

A personificação dos “mercados” (seu antropomorfismo) não é trivial. Exprime, simultaneamente, ao menos três dimensões do poderoso crescimento das finanças. A primeira concerne ao movimento de autonomia relativa da esfera financeira em relação à produção, mas, sobretudo em face da capacidade de intervenção das autoridades monetárias. A segunda relaciona-se ao caráter fetiche, perfeitamente mistificador, dos “valores”

criados pelos mercados financeiros. A terceira remete ao fato de que são os operadores que delimitam os contornos da ‘mundialização’ financeira e decidem quais agentes econômicos, pertencentes a quais países e em que tipo de transações participarão.

Nesse cenário, não é exagero chamar a era neoliberal de “ditadura financeira”. A lógica financeira e sua ideologia se tornaram presentes em toda a sociedade, cujos tentáculos atingem quase a totalidade das atividades. Podemos pegar como exemplo da afirmação acima a mídia, que se tornou o disseminador da ideologia do neoliberalismo, ou mesmo os sistemas políticos, que devido a seu modelo de financiamento privado, se curvam aos interesses do capital, tornando o sistema democrático algo discutível em termos de representatividade.

2.2.2 O Sistema Monetário Internacional e o mercado cambial

O Sistema Monetário Internacional (SMI) é o formato de funcionamento da economia global, que se altera de acordo com as mudanças nas correlações de forças existentes. São três os pilares básicos do SMI, que se transformam ao longo dos anos, a saber: 1) Forma da moeda internacional; 2) Regime de cambial; e 3) Mobilidade de capitais (CARNEIRO, 2002, p. 228).

Neste tópico, o estudo irá mostrar como funciona cada um desses pilares na atual conjuntura econômica, pois o seu funcionamento (e suas contradições) serão fundamentais para recriar o ambiente da crise – principal objeto da dissertação.

Assim, o primeiro ponto a ser abordado é a moeda internacional e suas funções, que devem ser iguais às de uma moeda nacional, só que em âmbito global. Ou seja, ela deve ser meio de troca, unidade de medida e reserva de valor. Sua definição normalmente decorre de um compromisso entre países centrais, que fazem a definição da moeda baseados em suas relações de forças (PRATES, 2005, p. 266).

Tanto na fase da globalização financeira, quanto no período de vigência plena do Acordo de *Bretton Woods*, a moeda internacional tem sido o dólar. Acontece que, em *Bretton Woods*, ele era atrelado ao ouro e tinha certa paridade com as outras moedas. Com o fim da conversibilidade ao ouro em 1971 e o choque dos juros em 1979, houve uma mutação no sistema. O dólar continuou a ser a moeda global, mas agora com liberdade e força para o emissor, os EUA, que retomaram (e aumentaram) seu poder. Tudo porque o dólar deixou de

ter lastro, não é mais vinculado à mercadoria real; e, com sua centralização, os EUA ganharam autonomia para ditar a política monetária internacional. (TAVARES; MELIN, 2007).

Na era da hegemonia financeira, o dólar passa a exercer o papel de moeda financeira e os EUA começam a pressionar os países para que abram suas contas de capitais e deixem suas moedas flutuarem, permitindo ao dólar cumprir suas novas funções, como exemplifica Prates (2005, p. 266):

A denominação em dólar das operações plurimonetárias (de securitização, arbitragem etc.) realizadas no mercado financeiro internacional cumpre três funções primordiais para os investidores globais: fornece liquidez instantânea em qualquer mercado; garante segurança nas operações de risco; e serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura. Ou seja, o dólar passou a cumprir o papel de moeda financeira de origem pública, capaz de cumprir o papel de denominador comum da riqueza financeira global (TAVARES; MELIN, 1997). E os títulos da dívida americana consolidaram sua posição como um refúgio seguro nos momentos em que a confiança dos investidores globais é abalada.

O regime cambial, ao longo dos últimos 30 anos, é marcado pela adoção cada vez maior do câmbio flutuante – em lugar do câmbio fixo de *Bretton Woods* – e pela hierarquização das moedas nacionais. Essa nova configuração de poder divide as moedas em três grupos: o primeiro diz respeito ao dólar, que funciona como núcleo desse sistema, tendo o papel de moeda de reserva global e funcionando como a mercadoria de maior liquidez; o segundo é formado pelas moedas dos países centrais, conversíveis ao dólar; e o terceiro apresenta as moedas dos países periféricos não conversíveis ao dólar (BRUNHOFF *in* CHESNAIS, 2002, p. 69).

A figura abaixo, extraída do livro “*Desenvolvimento em Crise*”, de Carneiro (2002), ilustra esse sistema com perfeição:

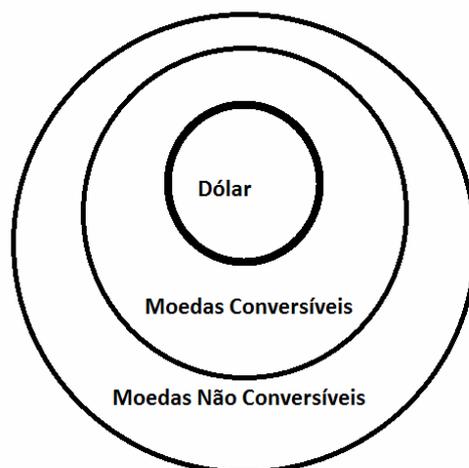


Ilustração 1: Operação do sistema monetário internacional

Fonte: CARNEIRO, 2002, p.232.

A partir dessa divisão internacional das moedas, as taxas de juros dos países são definidas. Os EUA, emissor do dólar – o “coração” monetário desse sistema –, estabelece a taxa básica de juros que todos irão seguir. Quanto aos outros países, de acordo com a posição na hierarquia apresentada anteriormente, terão de elevar a taxa de juros, além de depender do potencial de conversibilidade de sua moeda (CARNEIRO, 2002, p. 231). Ou seja: o país que possui a moeda considerada não conversível pelo mercado, precisa pagar juros elevados para não sofrer fuga de capitais.

Por fim, temos a mobilidade do capital que, nesse novo ciclo, é marcada pela liberalização e pela desregulamentação. Essa guinada ao modelo anterior teve origem na perda de eficácia dos mecanismos de regulação econômica criados no sistema de *Bretton Woods*, com o surgimento do eurodólar e dos mercados paralelos. Nesse cenário, agravado com as crises dos anos 70, uma guinada conservadora acabou por acontecer no fim daquela década, capitaneada por Margaret Thatcher e Ronald Regan, e que iria culminar com a onda de políticas neoliberais, nas décadas posteriores.

Somada a essas novas políticas para destravar a circulação do capital e dando seqüência à lógica de valorização financeira, nos anos 1980 e 1990, uma revolução na comunicação conduz a inovações financeiras: a velocidade de mobilidade do capital se torna incomparavelmente maior do que em qualquer outro período da história.

2.2.3 Principais atores e as empresas dentro da nova lógica financeira

Nessa nova dinâmica econômica, o capital financeiro se torna a principal personagem e sua lógica de acumulação passa a influenciar todos os setores da economia. Aqui o estudo pretende discutir como a lógica financeira transformou a estrutura da economia real. Ou ainda: quem são os novos atores econômicos que surgiram com essa dinâmica e como ela influenciou os atores já existentes.

Antes de falar sobre as empresas das décadas de hegemonia financeira, porém, é importante ressaltar o que ocorreu com os setores produtivo e empresarial nos anos que precederam a emergência do setor financeiro. Para tanto, vale citar Duménil e Lévy (2007, p. 3), que muito bem retrataram essa situação:

O poder e a renda da classe capitalista foram diminuídos depois da Grande Depressão e da II Guerra Mundial. Durante o compromisso keynesiano ou socialdemocrata (entre a Guerra e os anos 1970), os quadros administrativos (gerentes) das grandes sociedades por ações (na gestão das suas empresas) e os empregados públicos superiores (na definição das políticas) desenvolveram comportamentos mais autônomos, nos quais o poder e os privilégios da classe capitalista se encontraram consideravelmente reduzidos, ainda que não radicalmente apagados. Crescimento, emprego e progresso técnico tendiam a se tornarem alvos bastante autônomos, independentemente da remuneração da propriedade (em dividendos e juros). Uma fração bastante importante dos lucros permanecia nas empresas e era investida produtivamente. A rentabilidade das instituições financeiras era tipicamente baixa (em particular, no contexto da propriedade pública dessas instituições financeiras). Em países da Europa e no Japão, e em países da Periferia, institucionalidades alternativas, frequentemente chamadas de “economias mistas”, foram estabelecidas e revelaram-se muito proveitosas. O Estado estava fortemente envolvido na gestão econômica; em vários casos, a propriedade de setores inteiros da economia era transferida ao Estado. Os EUA atravessaram tais transformações, mas numa medida consideravelmente inferior à Europa ou ao Japão.

Esse foi o quadro até meados dos anos 1970, com a crise de *Bretton Woods*. Entretanto, uma forte mudança ocorreu com a emergência do setor financeiro e sua liberalização. Nesse novo momento, como Marx já mostrava, o capital, quando em liberdade, tende à centralização para aumentar sua valorização. A esse respeito, temos exemplos bem acabados dessa centralização, com o surgimento dos fundos de pensão e dos fundos mútuos, graças ao fortalecimento das políticas de “desintermediação” financeira no período. Esses

novos participantes, somados aos bancos, seguradoras, corretoras e às próprias empresas transnacionais, são considerados os principais atores da Globalização Financeira.

Em relação aos fundos, sua lógica consiste em centralizar parte da poupança dos agentes de modo a aumentar o poder de barganha na especulação financeira. Segundo Sauviat (2005, p. 109):

Receptáculos privilegiados da poupança financeira dos assalariados das grandes empresas e das famílias afortunadas ao longo dos anos 80-90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda, os fundos de pensão e os fundos mútuos surgiram como os principais autores dos mercados financeiros, transformando a amplitude, a estrutura e o funcionamento desses mercados. Tornando-se os principais acionistas de empresas, mas também seus principais emprestadores, assim como dos Estados, puderam reivindicar um duplo poder, de “proprietário” e de credor, e fazer novas exigências.

A partir dessa colocação, é possível observar a amplitude da lógica essencialmente financeira em relação aos diversos setores econômicos. Como há hegemonia do capital financeiro, a riqueza deixou de ter como seu polo dinamizador o setor produtivo e passou a ser gerida basicamente pela esfera financeira. A esse respeito, Chesnais (1995, p. 19) diz:

O triunfo de uma abordagem essencialmente rentista, cuja obsessão é mais a apropriação de riquezas do que sua criação mediante ampliação da produção, foi fortemente facilitado pelo surgimento de novas formas de centralização do capital-dinheiro, que não fossem os bancos, e sem as tradições e a relativa disciplina que esses haviam aceitado outrora. O crescimento dos grandes fundos de pensão anglo-saxões e japoneses, assim como aquele dos fundos comuns de aplicação e de gestão de portfólios de títulos (*mutual funds*), geraram instituições que lidam com massas financeiras gigantescas, procurando se valorizar por meio de formas e critérios puramente financeiros. Essas massas buscam maior rentabilidade e, também, máxima mobilidade e flexibilidade, sem ter nenhuma obrigação a não ser a de crescer/valorizar-se. As consequências de suas operações sobre a acumulação e o nível de emprego não são de seu interesse. No entanto, os principais beneficiados pela “globalização financeira” foram justamente essas operadoras financeiras de um tipo qualitativamente novo. Trata-se com frequência de formas de centralização de capitais dispersos já antigas, mas que nunca haviam se beneficiado de uma fase de acumulação tão longa quanto nos “trinta anos gloriosos”. Seu advento representa um salto qualitativo no processo de restauração do “poder opressor” do capital rentista que Keynes tanto temia e denunciava.

Dentro dessa nova dinâmica, as empresas de capital aberto sofreram grandes transformações na sua gestão administrativa – muitas vezes as empresas necessitam de planejamentos de longo prazo, principalmente quando se opta por grandes investimentos que levam um tempo para maturar. Acontece que a demanda do capital financeiro não tem tempo para esperar, exigindo a maximização do ganho no curto prazo custe o que custar. Sobre esses rentistas, que controlam as ações das empresas, Plihon (2005, p. 140) afirma:

Esses atores praticam uma política acionária muito ativa, que repousa sobre dois princípios fundamentais:

- as empresas devem estar organizadas de maneira que o controle externo pelos acionistas possa se exercer plenamente;
- os objetivos perseguidos pelas empresas devem ser orientados prioritariamente à “criação de valor acionado”, isto é, à maximização do valor do patrimônio do acionista.

Como o setor financeiro acabou se apropriando de grandes firmas mundo afora e os investidores institucionais se tornaram os principais *players* de suas gestões, passou-se a exigir ganhos imediatos para contemplar os interesses rentistas. Em consequência, grandes e médias corporações começaram a fazer reestruturações produtivas, baseadas em pesados corte de custos. Mais: as tesourarias das empresas começaram a ter papel de destaque dentro das corporações – ao invés da produção, muitas delas optaram por investir no setor financeiro para maximizar o lucro.

Simultaneamente às mudanças administrativas, nos anos 1980 e 1990, uma autêntica revolução atingiu o setor de logística, permitindo uma brusca queda dos custos, principalmente de transporte de cargas. Nesse cenário, onde as empresas têm a opção de produzir em diferentes localidades sem gastar fortunas na mobilidade das mercadorias, os trabalhadores de diferentes países passaram a concorrer entre si e as empresas a pressionar os governos para diminuir o custo trabalhista. Sobre esse tema, Plihon (*in* CHESNAIS, 2005, p. 134) diz:

Uma das características do novo capitalismo, desejada por seus promotores, é estabelecer uma nova relação de forças em favor dos detentores do capital na economia mundial. O objetivo era reconsiderar o compromisso entre capital e trabalho, fundado sobre a divisão dos ganhos de produtividade,

assim como o papel ativo das políticas públicas, que haviam prevalecido na fase fordista do capitalismo e reduzido provisoriamente o poder da finança.

Assim, os altos índices de produtividade alcançados nas décadas de 80, 90 e 2000 pouco representaram em ganhos reais para os trabalhadores. Ao contrário. Além de ter roubado parte dos empregos (em razão do grande avanço tecnológico, os trabalhadores foram substituídos por máquinas), houve forte pressão política por parte dos agentes representantes do capital para que os governos, em várias partes do mundo, adotassem reformas trabalhistas de modo a diminuir os direitos dos trabalhadores. Nesse contexto, os sindicatos tiveram seu poder de barganha fortemente reduzido e a renda média do trabalhador cresceu bem menos que os ganhos financeiros, aumentando a desigualdade.

2.2.4 A Hegemonia Norte Americana

Os Estados Unidos saíram mais favorecidos da Segunda Guerra Mundial do que qualquer outro país do bloco capitalista. Se, anteriormente ao conflito, eles já eram a principal economia do planeta, conseguiram se tornar ainda mais poderosos com o fim da guerra. A eles coube o papel principal na estruturação da nova estrutura do SMI no Acordo de *Bretton Woods*, além de impor o dólar como moeda internacional.

Como já foi demonstrado, para recuperar as economias destruídas durante os longos combates, os EUA tiveram de injetar uma quantidade considerável de dólares em vários países, além de tornar sua balança comercial deficitária com o resto do mundo. Esse déficit inicial, acrescido dos gastos com a Guerra Fria, principalmente no período da Guerra do Vietnã (1955-1963), deixaram o governo com altíssimos déficits correntes. Para complicar o quadro, nos anos 70, as economias da Europa e do Japão já se encontravam recuperadas dos prejuízos causados pela guerra, com novas indústrias de alto grau de competitividade, aptas a disputar o mercado com as indústrias americanas (BELLUZZO, 2005, p.227). A respeito desse período, Belluzzo (2005, p. 227) analisa:

A rápida recuperação das economias europeias e o espetacular crescimento do Japão foram causas importantes do progressivo desgaste das regras monetárias e cambiais concertadas em *Bretton Woods*. A concorrência comercial das renovadas economias industrializadas da Europa e do Japão e o fluxo continuado de investimentos americanos diretos para o resto do

mundo, além dos gastos da Guerra Fria, determinaram, desde o final dos anos 1950, a ampliação do déficit do balanço de pagamentos americano e a acumulação de dólares nos bancos centrais da Europa e do Japão.

Os dólares excedentes queimavam nas mãos dos bancos centrais e dos agentes privados. Tinham, em geral, dois destinos: ampliavam os depósitos no euromercado em formação ou buscavam a prometida transfiguração no ouro abrigado nos cofres de *Fort Knox*. Desde meados dos anos 1960, começaram a aparecer os primeiros sintomas de fadiga do arranjo monetário concebido em *Bretton Woods*. (BELLUZZO, 2005, p. 227)

Nessas condições, muitos apostavam na queda da hegemonia americana durante a década de 70, principalmente após o primeiro¹³ (1973) e segundo¹⁴ (1979) choques do petróleo. Porém, com a política econômica que chegou a ser chamada, por algumas vezes, de “*Reagnomics*”, a partir de 1979 os EUA reverteram essa tendência, retomando o controle financeiro internacional por meio da diplomacia do dólar forte e do aumento brutal das taxas de juros, iniciativa tomada por Paul Volcker, então presidente do *Federal Reserve Bank*. Medidas que geraram uma recessão generalizada, tornando os destinos da economia mundial dependentes das ações da potência norte-americana. Como explica ainda Belluzzo (2005, p. 227):

Na esteira da decisão do Federal Reserve eclodiu a crise da dívida externa da periferia. A América Latina foi atingida com especial virulência. Ao mesmo tempo, engordadas pelas taxas de juros elevadas, expandiram-se as dívidas públicas dos Estados Unidos e da Europa. Com o dólar supervalorizado, os Estados Unidos inverteram sua situação externa: passaram da posição credora para a devedora. Os bancos internacionais puderam se beneficiar da formidável expansão da dívida pública norte-americana. Os papéis do governo americano e as taxas de juros elevadas vieram em socorro do ativo e da rentabilidade dos bancos credores, num momento em que a dívida latino-americana sofria forte desvalorização.

A partir de então, é sobre o peso e a reputação de sua dívida que os EUA sustentaram a supremacia do dólar e, com isso, impulsionaram a ‘transnacionalização’ de seu mercado financeiro e de capitais e a metástase “global” de sua grande empresa.

Assim, é possível dizer que, nos anos de implementação da globalização financeira, ocorreu “a retomada da hegemonia americana”, como tão bem explica Tavares (1985) em seu

¹³ O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973, quando os países produtores diminuíram a produção e elevaram o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses.

¹⁴ O segundo choque do petróleo ocorreu em 1979, quando houve a revolução fundamentalista no Irã, que era um dos principais produtores. O resultado foi outro salto nos preços desse produto que era e ainda é fundamental para economia.

artigo¹⁵, intitulado com esse nome. O que a autora apresenta nesse estudo sobre a economia dos EUA é como sua vitória “político-ideológica” e sua dominação econômica, a partir dos anos 1980, foram precedidas por um reenquadramento por parte do governo americano do “movimento policêntrico”, que já vinha ganhando força a partir da ‘transnacionalização’ dos capitais de origem norte-americana nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Outra questão importante que Tavares analisou diz respeito à tendência de uma nova divisão internacional do trabalho, em que os EUA passaram realmente a se comportar como potência capaz de reordenar a economia mundial, com base em um novo tipo de globalização de sua própria economia.

Com a política do “*Reaganomics*”¹⁶, além do brutal aumento das taxas de juros, o governo Reagan cortou profundamente os gastos públicos na área social, aumentou o dispêndio no setor de armamentos bélicos e cortou os gastos com o Estado de Bem Estar, trocando despesas em capital social básico por aquelas com armas. Também cortou impostos dos mais ricos, transferindo a renda em favor da classe endinheirada.

A subida abrupta dos juros levou os países devedores à bancarrota, forçando os demais países a um ajuste recessivo e sincronizado com as iniciativas colocadas em prática pela política monetária americana. A partir desse momento, o sistema de crédito interbancário orientou-se para os EUA e o sistema bancário passou a ficar sob o controle da política monetária do *Federal Reserve System* (FED). As flutuações das taxas de juros e do câmbio foram mais uma vez ancoradas ao dólar: por meio delas, o movimento de liquidez internacional se colocou a serviço da política fiscal americana.

Em outras palavras, o FED desempenha um papel central nesse jogo global, provendo liquidez, garantindo a rentabilidade e o valor da moeda internacional. Mais: o FED passa a dispor de autonomia para definir os patamares da taxa de juros americana, independentemente dos interesses da banca internacional e dos especuladores.

Assim, todos os países desenvolvidos do mundo, quaisquer que fossem a orientação política dos seus governos – socialista, social-democrata, conservador etc. – acabaram por se

¹⁵ TAVARES, Maria Conceição. “*A Retomada da Hegemonia Norte-Americana*”. Campinas, IE/UNICAMP, mimeo, 1985.

¹⁶ *Reaganomics* se refere à política econômica promovida pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, durante a década de 80. Os principais pilares da política econômica de *Reagan* eram:

- a.Reduzir gastos do governo, principalmente os sociais
- b.Reduzir impostos sobre rendas mais altas e ganhos de capital,
- c.Reduzir regulação da economia pelo governo,
- d.Política monetária restritiva para reduzir inflação.

alinhar em relação às políticas cambial, monetária e fiscal. Um equilíbrio da economia mundial que conduziu a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas, de cunho recessivo, para obter superávits comerciais crescentes como forma de compensar os déficits comerciais da potência hegemônica.

Com o aumento do volume de capital fictício, a desregulação cambial e financeira atingiu o globo por inteiro. E o capital financeiro, em seu jogo especulativo, só tem contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. Como explicam, a seguir, Tavares e Belluzzo (1980, p.101):

A autonomia do capital financeiro em sua forma de capital a juros assume aqui contornos dificilmente imagináveis por Marx em seus piores pesadelos. Pior do que isso, pelo fato desta autonomização se dar através da operação de um circuito intrabancário, que não mais respeita nenhum padrão monetário estável, o jogo especulativo imobiliza os controles exercidos pelos Bancos Centrais, inclusive os dos países de moeda forte, que estão obrigados, periodicamente, a socorrer as moedas fracas. No caso particular do dólar americano, qualquer que seja a posição do balanço de pagamento ou a posição do Tesouro, a solidariedade dos circuitos do capital financeiro, indissolivelmente ligados a suas matrizes, obriga quer a um socorro periódico do dólar, quer à submissão das demais moedas aos movimentos deliberados de sua desvalorização.

Nesse momento de globalização da economia mundial, o dólar é o principal agente da ‘financeirização’ crescente, em particular, dos mercados globalizados. Moeda que passa a cumprir três funções primordiais para o capital internacional: 1) provê liquidez instantânea em qualquer mercado; 2) garante a segurança nas operações de risco; 3) serve como unidade de conta da riqueza financeira virtual, presente e futura (TAVARES; MELIN, 1988, p. 64).

Isso significa que o dólar hoje cumpre o papel de moeda financeira em um sistema desregulado, onde não existem paridades cambiais fixas estabelecidas por um padrão monetário rígido. Portanto, as funções centrais do dólar, no sistema monetário ‘financeirizado’, passam a ser a de segurança e a de arbitragem (TAVARES; MELIN, 1998, p. 65).

Mais: o dólar é a moeda que se torna referência obrigatória, pois o aumento da dívida dos EUA gera liquidez para os ativos internacionais, que utilizam a moeda americana nas carteiras de quase todas as instituições financeiras. Nessas circunstâncias, a política monetária norte-americana submete a economia global às tomadas de decisões sobre os juros e o

câmbio. Em retrospectiva, o dólar, na condição de única moeda de referência global, não esteve sujeita a qualquer ameaça significativa em nenhum momento até os dias atuais, nem mesmo em 2008, quando a crise acertou em cheio a economia dos EUA (TAVARES; MELIN, 1998, p. 67).

2.2.5 Resultados da era neoliberal

O neoliberalismo, ou ainda, a faceta política e teórica da hegemonia financeira, nasceu logo após a Segunda Guerra Mundial na Europa e na América do Norte, mas só ganhou expressão política em meados dos anos 1970 com a crise do consenso keynesiano – momento em que se tornou a força política e ideológica dos interesses do capital financeiro, disseminando seus valores e lições pelo mundo nas décadas de 80 e 90 (ANDERSON, 1995).

Segundo Duménil e Lévy (2007, p. 1), esse estágio do capitalismo destaca-se por fenômenos precisos na economia, “(...) a dinâmica mais favorável da mudança tecnológica e da rentabilidade, a criação de rendas a favor das classes mais abastadas e a redução da acumulação”.

Nos tópicos anteriores deste capítulo, foram detalhadas as características desse novo estágio do capitalismo. Agora, a intenção será relatar os resultados e as tendências marcantes desse período de modo a obter uma compreensão mais ampla dos seus efeitos ontem e hoje. Essa análise é fundamental para, nos próximos capítulos, entender o contexto global em que a América Latina e o Brasil estavam inseridos nas décadas de 1990 e 2000, assim como debater os resultados e respostas do Brasil às crises desse período.

A) Neoliberalismo: a base teórica

Primeiramente, vale tecer uma breve análise sobre a visão teórica que está por trás da ideologia neoliberal de modo a seguir a maneira de enxergar a economia dos seus formuladores. O neoliberalismo tem sua raiz na doutrina clássica do liberalismo econômico, cuja essência está na ideia de que o mercado tende, sem intervenções, a ser equilibrado e eficiente. Dessa forma, as pessoas e as instituições privadas devem ter total liberdade, ou seja, deve ocorrer a liberdade da empresa e de comércio, assim como o direito à propriedade privada, sem intervenção externa de qualquer espécie a esses mercados.

Ótica que perdeu força após a crise de 1929 e no período em que o ‘keynesianismo’ surgiu e ganhou força, até a década de 1970, quando aconteceu a crise de *Bretton Woods*. Porém, na academia, ela ressurgiu sob nova faceta, quando Hayek (1944) lançou o livro, “*O caminho da servidão*”, e depois, com Friedman, um dos mais influentes teóricos do neoliberalismo econômico – principal apóstolo da Escola Monetarista e membro da Escola de Chicago, que é o grande centro teórico da ideologia. Para se entender o pensamento e as ideias desses autores e escolas, Sader e Gentili¹⁷ (1995) fazem uma síntese dos principais pontos do pensamento de Hayek:

1. Qualquer tipo de planejamento econômico por parte do Estado deve ser rejeitado
2. É falsa a ideia de que a economia e a sociedade modernas, devido à complexidade, requeiram planejamento e coordenação por parte do Estado. A concorrência é a melhor forma de dar coordenação à sociedade tendo em vista que ninguém pode avaliar todas as motivações dos indivíduos nas suas decisões
3. O desenvolvimento da sociedade, por estar baseado nas forças impessoais do mercado, não pode nem deve prover a garantia econômica de ninguém
4. Decidir se aqueles que dependem da comunidade deveriam gozar indefinidamente as mesmas liberdades que os demais
5. O monetarismo é a política econômica do neoliberalismo.

A escola monetarista acima citada está vinculada ao pensamento de Milton Friedman e tem seu centro em Chicago. Assim, a estabilidade e o desenvolvimento de uma economia capitalista dependem do uso “adequado” de instrumentos monetários, que devem controlar o volume de moeda disponível e de outros meios de pagamentos. O monetarismo se apoia na chamada teoria quantitativa da moeda¹⁸, tirando conclusões a partir dessa teoria para a política monetária mais adequada. Ou seja: a inflação, de acordo com essa corrente de pensamento econômico, é causada unicamente por um excesso de moeda em circulação. Portanto, ela é responsabilidade exclusiva do governo, tendo em vista que é o próprio governo o responsável pela emissão desse dinheiro e também por seus gastos. Dessa forma, os economistas que defendem essas ideias entendem o livre mercado como fundamental e rejeitam o

¹⁷ SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

¹⁸ A teoria quantitativa da moeda defende que o nível dos preços é determinado pela quantidade de moeda em circulação e pela sua velocidade de circulação.

‘Keynesianismo’, abominando qualquer tipo de regulamentação econômica, intervenção e planejamento do Estado na economia.

A partir dessa análise econômica, os neoliberais consideravam que a crise do modelo de Bem Estar Social do pós-guerra estaria no poder excessivo dos sindicatos e dos operários, que pressionavam por políticas de aumento de salário e dos gastos sociais do Estado, diminuindo assim o lucro, corroendo as bases da acumulação das empresas e aumentando a inflação. A solução para todos os problemas estaria na adoção de políticas liberais, que buscassem desmontar o “pacto social democrata” dos anos do Acordo de *Bretton Woods*. Mais: na visão liberal, o Estado deveria diminuir drasticamente sua atuação na economia de modo a que pudesse diminuir impostos sobre os rendimentos e as rendas mais altas, aumentando assim o incentivo para o capital realizar o investimento. O mercado da desregulamentação, da livre concorrência e da livre mobilidade dos capitais iria gerar eficiência e, como resultado, a maximização dos interesses de todos os agentes seria alcançada (FILGUEIRAS, 2000, p. 88).

B) Neoliberalismo: resultados

A era neoliberal, no entanto, não trouxe os resultados esperados. Na verdade, ela só pode ser avaliada positivamente, quando se faz foco nos interesses das elites financeiras: afinal, seu maior resultado foi reafirmar o poder das finanças, após um período de perda de sua hegemonia. Segundo Duménil (2006, p. 185),

o neoliberalismo não é, de maneira alguma, um modelo de desenvolvimento. É uma nova ordem social marcada pelo restabelecimento da hegemonia das finanças, isto é, frações superiores das classes capitalistas e instituições financeiras. É o resultado de uma luta de classes. Seu objetivo é assegurar o poder e a renda das classes capitalistas. Nisso, ele obteve um grande sucesso. Seus métodos são: 1) novas formas de gestão das empresas voltadas para os acionistas; 2) políticas econômicas visando à estabilidade dos preços e das taxas de juros reais elevadas; e 3) abertura das fronteiras comerciais (livre mercado) e financeiras (livre circulação de capitais) entre países de níveis de desenvolvimento muito desiguais. Uma consequência dessa abertura das fronteiras é colocar em concorrência trabalhadores do mundo inteiro, com o objetivo de rebaixar os salários e os direitos trabalhistas.

A hegemonia financeira marca principal desse período histórico, teve grande contribuição dos avanços tecnológicos, principalmente na área de comunicação, que, somadas

à livre movimentação dos capitais e às inovações financeiras, fizeram com que a velocidade e as opções de movimentação do capital aumentassem vertiginosamente, gerando o aumento da acumulação em capital fictício. Como é destacada no gráfico a seguir, nos últimos trinta anos, a riqueza financeira cresceu em uma taxa bem superior à da economia real.

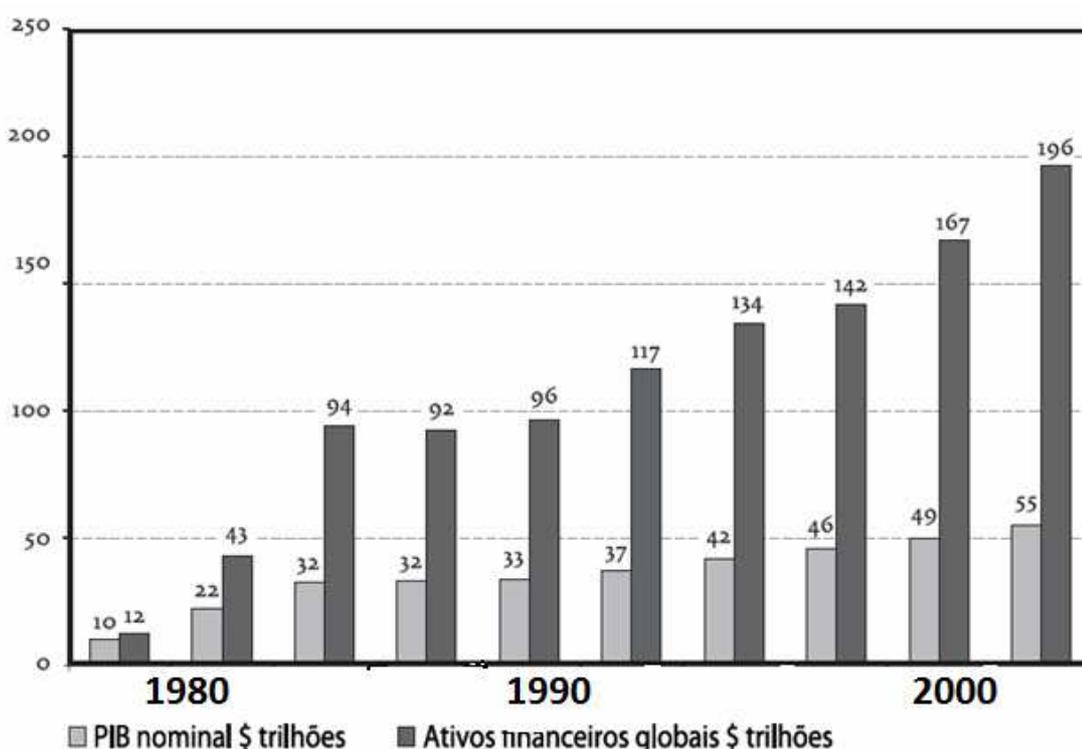


Gráfico 1: Riqueza Financeira Real

Fonte: McKinsey Global Institute.

Esses ganhos financeiros se concentraram fortemente no topo da pirâmide de renda da nossa sociedade. A Ilustração 2, extraída do texto “*Crisis e oportunidades em tempos de mudança*”, de Sachs, Lopes e Dowbor (1992, p. 35 e 2005, p. 37), destacada a seguir, exemplifica bem essa concentração. Segundo os autores,

(...) os 20% mais ricos se apropriam de 82,7% da renda. Como ordem de grandeza, os dois terços mais pobres têm acesso a apenas 6%. Em 1960, a renda apropriada pelos 20% mais ricos era 70 vezes o equivalente dos 20% mais pobres; em 1989, era 140 vezes.

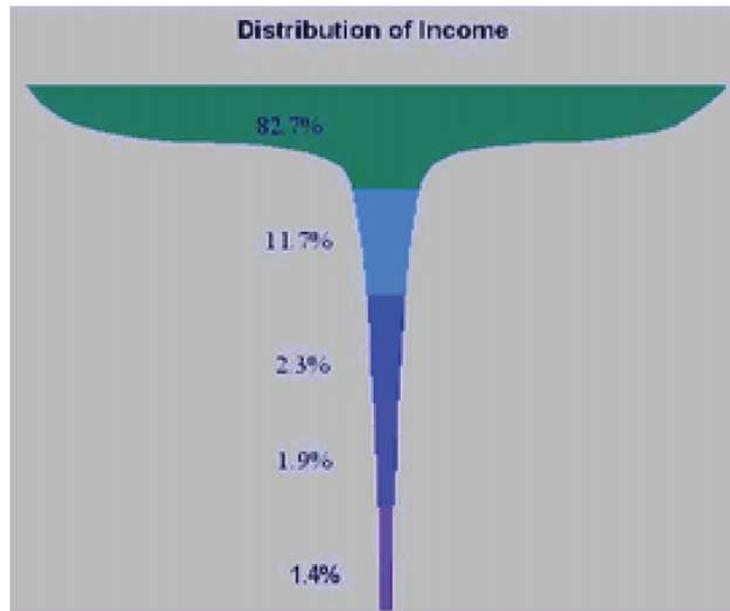


Ilustração 2: Distribuição e concentração de renda

Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano (1992, p.35 e 2005, p.37).

Essa concentração do capital pode ser percebida também no aumento de fusões e aquisições de grandes grupos, fato marcante nas últimas décadas. As grandes cadeias produtivas globais têm cada vez mais menos *players*, tornando-se grandes oligopólios, com o poder de decisão concentrado nas mãos de poucos. Segundo o estudo feito por matemáticos na *Eidgenössische Technische Hochschule* (ETH), de Zurich, na Suíça, 737 grupos controlam 80% do universo das grandes corporações transnacionais, enquanto um núcleo duro de 147 corporações, que controlam 40%, é quase todo composto de financeiras (DOWBOR, 2012, p. 3).

O aumento da desigualdade também é notável ao observar o próximo gráfico – ele destaca como a flexibilização do mercado de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e a redução dos direitos trabalhistas fizeram com que a classe de empregados como um todo recebesse cada vez menos, apesar de produzir cada vez mais.

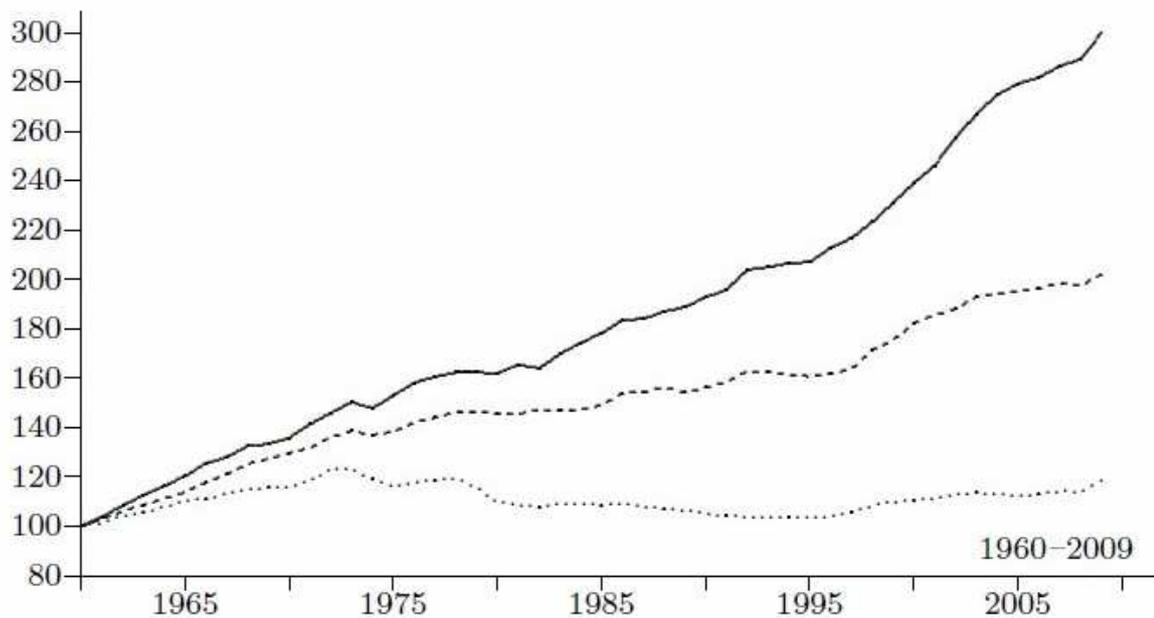


Gráfico 2: Produtividade do trabalho e compensação do trabalho - (Número Índice 1960 =100) Setor Produtivo EUA

Legenda:

- Produtividade do Trabalho (_____)
- Evolução da compensação do trabalho (-----)
- Evolução dos salários dos trabalhadores de “produção” (.....)

Fonte: NIPA (BEA); Fixed Assets Table (BEA); OCDE.

No gráfico anterior, fica evidente as perdas dos trabalhadores nos anos do neoliberalismo: apesar do salto de produtividade do período, não houve melhora proporcional nos ganhos dos empregados – olhando a linha contínua, que representa a produtividade do trabalho, percebe-se, porém, um grande salto. Quanto à linha tracejada, que destaca a evolução da compensação do trabalho, nota-se um avanço, mas não tão representativo quanto o da produtividade. Acontece que há um problema a respeito dessa linha, pois ela diz respeito aos benefícios, bônus e salários de todos os trabalhadores - sua evolução acaba por ser ascendente por incluir a alta na remuneração dos gerentes e diretores das grandes corporações. Já a última linha mostra a evolução dos salários dos trabalhadores de “produção”, excluindo os benefícios e as remunerações de gerentes e diretores. Para ter uma ideia do tamanho das diferenças aqui simbolizadas, os trabalhadores de “produção” representam 80% do total de pessoas em atividade na agricultura, no comércio, na indústria e no setor de serviços nos EUA (DUMÉNIL; LÉVY, 2012, p. 16).

A concentração da renda, também fica evidente, quando se examina o percentual da renda global que os 1% dos mais ricos passam a ter. O gráfico a seguir deixa claro como essa percentagem aumentou nos EUA durante as décadas neoliberais. Um fenômeno, como já foi demonstrado neste estudo, que se deve ao baixo crescimento dos salários reais e ao estratosférico crescimento dos ganhos financeiros.

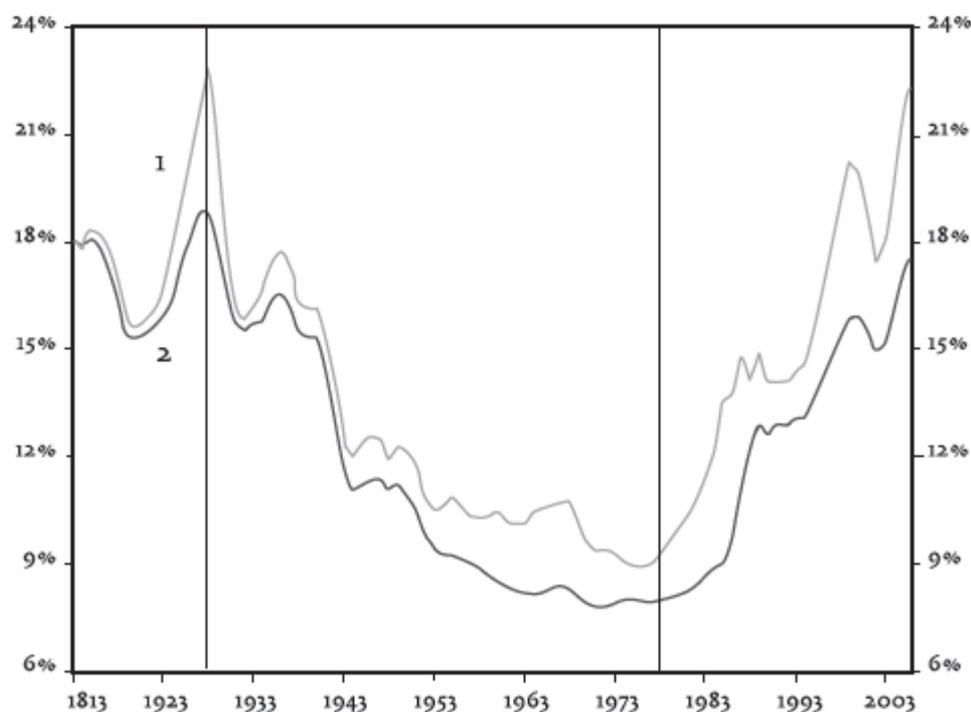


Gráfico 3: Participação na riqueza dos 1% mais ricos nos Estados Unidos, 1913-2006.

Fonte: PALMA, Gabriel. *The revenge of the market on the rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature*. Cambridge Journal of Economics: 2009, vol. 33, pp. 829-69, p. 836 baseado em PIKETTY e SÁEZ. *Income inequality in the United States, 1913-1998*. Quarterly Journal of Economics: 2003, vol. 118, nº 1, pp. 1-39.

Nota: Define-se renda como a renda anual bruta apontada nas declarações de imposto de renda, exceto todas as transferências governamentais e antes de imposto de renda da pessoa física e impostos retidos na fonte e deduzidos da remuneração (mas após impostos retidos na fonte devidos pela fonte pagadora e imposto de renda da pessoa jurídica). Obs.: Médias móveis de três anos (1), inclusive ganhos de capital realizados; (2) excluídos os ganhos de capital.

Além do crescimento enorme da desigualdade, outra característica latente nos últimos anos é o aumento da instabilidade financeira – em nenhum outro momento da história do capitalismo ocorreram tantas crises seguidas em diferentes partes do globo. Bresser-Pereira (2010, p. 51) cita, em seu texto “*A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?*”, estudos de vários autores que mostram como as crises se tornaram mais frequentes:

(...) segundo Bordo e outros¹⁹, enquanto no período de 1945 a 1971 o mundo passou por apenas 38 crises financeiras, entre 1973 e 1997 passou por 139 delas, ou seja, no segundo período, houve entre três e quatro vezes mais crises do que no primeiro. Segundo um critério diferente, Reinhart e Rogoff²⁰ identificaram apenas uma crise bancária de 1947 a 1975 e 31, de 1976 a 2008.

O aumento da instabilidade se deve muito à dissociação entre a economia real e a financeira. Ou seja: o setor financeiro, que tinha a função de apoiar o desenvolvimento produtivo nos Anos Dourados, passou a se reproduzir endogenamente. O resultado é o contato com uma economia frequentemente em estado “*ponzi*”, como diz Minsky, gerando forte aumento da instabilidade dentro do sistema. O que também é destacado no gráfico a seguir, de autoria de Reinhart e Rogoff.

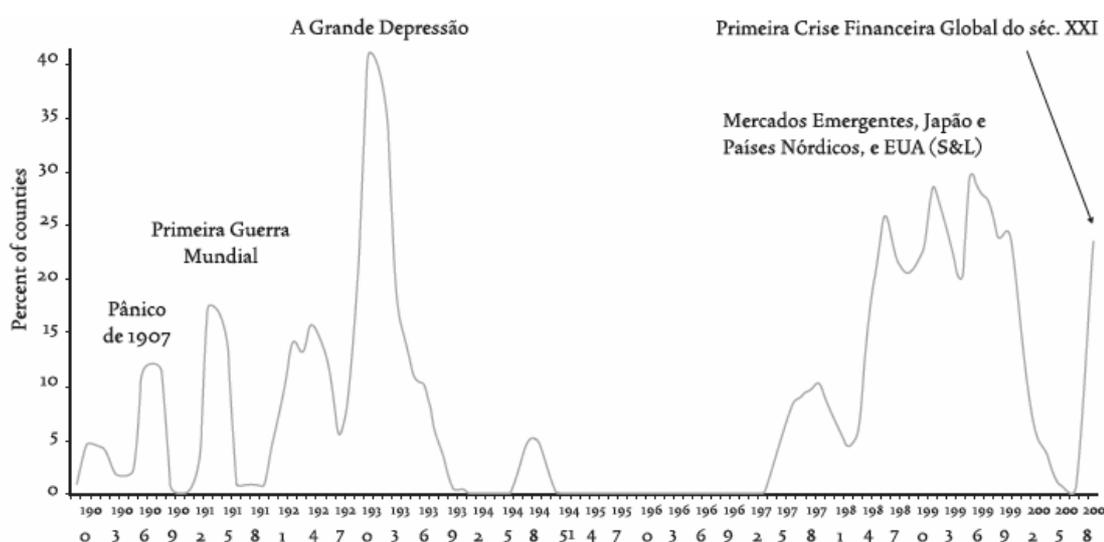


Gráfico 4: Proporção de países em crise bancária, 1900-2008, ponderada por participação na renda mundial.

Fonte: REINHART, C. N.; ROGOFF, K. S. “*Banking crises: an equal opportunity menace*”. NBER Working Paper, 2008, nº 14.587, dez., p. 6.

Nota: A amostra abrange todos os 66 países listados na Tabela A1 [da fonte citada] que eram estados independentes no ano respectivo. Foram usados três conjuntos de ponderações pelo PIB, 1.913 pesos para o período de 1800 a 1913, 1.990 para o período entre 1914 e 1990, e, finalmente, 2.003 para o período de 1991 a 2006. Os dados de 2007 e 2008 elencam crises na Áustria, na Bélgica, na Alemanha, na Hungria, no Japão, na Holanda, na Espanha, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A figura apresenta uma média móvel de três anos.

¹⁹ BORDO, M. et al. “*Is the crisis problem growing more severe?*”. *Economic Policy*: 2001, abr., pp. 53-82.

²⁰ REINHART; ROGOFF. “*Banking crises: an equal opportunity menace*”. NBER Working Paper: 2008, nº 14.587, dez., Apêndice, p. 6.

Outra característica marcante das últimas décadas: a queda do lucro retido, fórmula criada por Duménil e Lévy com o objetivo de entender por que houve, nesses últimos anos, um deslocamento entre taxa de lucro e taxa de crescimento do capital fixo. Para tanto, os autores resolvem, gradualmente, retirar da taxa de lucro os efeitos dos impostos, dos juros líquidos e dos dividendos líquidos. Quando todos estes itens são retirados, o índice que sobra é a taxa de lucros retidos, calculada sobre o passivo líquido do setor privado. O resultado: a taxa de lucros retidos tem tendência negativa desde 1965, tornando-se negativa em 2009, como é demonstrado no Gráfico 5 (DUMÉNIL e LÉVY; 2009, p. 25):

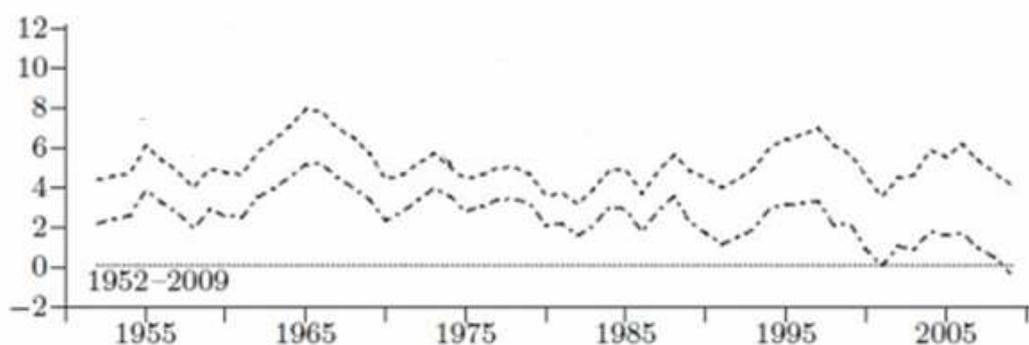


Gráfico 5: Duas medidas alternativas das taxas de lucro: Setor corporativo não oficial

Legenda:

Taxa sobre os fundos próprios, após o pagamento de juros (.....)

Taxa de lucros retidos (- . - . -)

Fonte: DUMÉNIL; LÉVY, 2009, p. 25.

Por fim, a última questão que se pretende aqui abordar é a da destruição do meio ambiente. Ela não é apenas fruto do neoliberalismo, mas sim do modo de produção capitalista e dos seus avanços tecnológicos, que alcançaram como externalidade negativa a destruição e a poluição de parte do nosso habitat. Para enfrentar esse desafio, o mercado parece não ser a melhor opção, pois sua lógica é a da busca pela valorização do capital, não a de diminuir esse tipo de deseconomia causada pela produção. Ou ainda: a lógica da ideologia de liberalização do mercado é outro risco para o surgimento de novas crises para as nossas sociedades. A esse respeito, Chesnais e Serfati (2003, p.62) dizem:

O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida

e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo de certos países. Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação.

Assim, foram aqui ressaltados os principais resultados da era neoliberal, caso da hegemonia financeira, do forte aumento das desigualdades e da dominação das classes dominantes. O objetivo dessas análises, vale a pena repetir, é o de entender os movimentos do Brasil, nas décadas de 90 e 2000, perante a nova fórmula de acumulação capitalista, que afetou a economia e os países ao redor do mundo de diferentes formas.

2.3 A Inserção da América Latina

Com a nova ordem global, a partir dos anos 80, as economias regionais e nacionais acabaram se transformando na tentativa de lidar com o novo padrão de acumulação capitalista. Neste capítulo, o foco está em estudar como o processo de globalização financeira afetou a América Latina – análise importante, uma vez que os acontecimentos e as medidas que afetaram o Brasil ficam mais claros quando contextualizados na esfera regional.

A região latino-americana tem sua história no século 20 marcada pela submissão à política externa dos Estados Unidos – tanto é verdade que a frase célebre da época afirma que “(...) somos o quintal dos EUA²¹”. Nosso desenvolvimento até os anos de 80, apesar de diverso dos países da região, tem como fortes características a existência de um Estado forte e a dependência do capital externo, tanto na forma de investimento direto estrangeiro, quanto na de empréstimos, pilares importantes da política de desenvolvimento econômico adotada na região, conhecida como “substituição de importação”²².

²¹ "Quintal dos Estados Unidos" é usado para se referir às áreas tradicionais onde os EUA possuem posição dominante, especialmente na América Latina. Esse conceito é muitas vezes utilizado em ciência política para exemplificar as relações internacionais entre os americanos do Norte e o resto do continente, principalmente no século 20.

²² O modelo de “substituição da importação” diz respeito ao modelo de industrialização tardia que caracterizou as economias latino-americanas de 1930 a 1980. Esse modelo é fruto de um estrangulamento externo e se caracteriza pela redução das importações dos produtos manufaturados e pelo aumento da produção doméstica. No Brasil, o processo de industrialização por substituição de importações foi impulsionado pela crise pela qual passou o capitalismo mundial em 1929, primeiramente de forma não induzida e, depois, avançando para um estágio de planejamento e de orientação do Estado.

Na década de 1980, quando se deu início ao processo de hegemonia financeira, a economia da região sofreu bastante com o aumento abrupto da dívida externa dos países²³ em razão da crise do choque dos juros que se seguiu a um período de quase uma década de estagflação²⁴. No campo político, o fato marcante foi a redemocratização de países que viviam como ditaduras desde a Guerra Fria, graças ao apoio norte-americano.

No cenário de crise econômica e de certa aversão ao Estado – que representou por muito tempo os regimes de exceção –, as condições para a introdução do discurso neoliberal e sua ideologia antiestatal eram perfeitas. E o resultado foi exatamente esse, a adoção maciça de experiências das políticas neoliberais ao longo dos anos 90. Ou seja: de repentinas aberturas e desregulamentações econômicas, além de grande número de privatizações e da diminuição de atuação e de investimento dos Estados, tudo isso somado à valorização cambial que afetou gravemente o setor produtivo regional.

Na análise a seguir, serão apreciadas as características e as transformações provocadas por esse contexto econômico latino-americano, além dos efeitos para a região como um todo.

2.3.1 O Consenso de Washington

A maior parte das economias da América Latina aderiu às políticas neoliberais e ao sistema de hegemonia financeira na primeira metade da década de 90²⁵. Foi quando houve a renegociação das dívidas²⁶ dos países da região, o que possibilitou a abertura das suas economias para o capital financeiro, agora livre das amarras do período do Acordo de *Bretton Woods*.

Entretanto, isso aconteceu com economias em crise e altamente dependentes da ajuda de instituições multilaterais, principalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do

²³ A crise da dívida foi consequência do estouro das dívidas dos países da América Latina em razão do choque dos juros americanos, ocorrido em 1979. A situação se agravou com a moratória mexicana (1982) e só foi resolvida nos anos 1990.

²⁴ Estagflação é definida como uma situação típica de recessão com inflação alta.

²⁵ O Chile é aqui exceção, pois foi o primeiro país a adotar políticas neoliberais no mundo, mais precisamente no final dos anos 70, em pleno governo militar de Pinochet. Houve um acordo do governo da época com Milton Friedman e outros intelectuais da escola de Chicago em torno de um plano de abertura e desregulamentação da economia chilena.

²⁶ A renegociação da dívida dos países da América Latina ocorreu entre o final dos anos 1980 e o começo dos anos 1990 – um plano de reestruturação das dívidas dos países da região, organizado pelo então secretário do tesouro americano Nicholas F. Brady. O que explica ter ficado conhecido como “Plano Brady”.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os governos da região sofreram fortes pressões para adotar as políticas recomendadas por esses órgãos que, muitas vezes, defendiam com maior veemência os interesses dos seus acionistas²⁷ do que os dos países que deveriam ajudar.

Foi nesse cenário que aconteceu o famoso Consenso de Washington, nome que se deu ao resultado de uma reunião ocorrida em 1989, na capital dos Estados Unidos, envolvendo funcionários do governo americano, do FMI, do Banco Mundial e do BID, comandado por John Willianson. Tal encontro resultou em uma cartilha a ser seguida pelos países latino-americanos, abrangendo diferentes frentes: a política fiscal; as políticas de estabilização; a liberalização comercial e financeira (caracterizada pela abertura unilateral dos mercados nacionais); e as ações para as privatizações e para a desregulamentação das atividades econômicas.

Segundo Tavares e Fiori (*apud* FILGUEIRAS, 2000, p. 96), “trata-se (...) de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes”.

Segundo a cartilha do Consenso de Washington, os dez passos econômicos a serem seguidos pelos países latino-americanos, como ressalta Batista (1994, p. 18), eram:

1) **Disciplina fiscal:** não deveria existir déficit fiscal. O orçamento do Estado seria equilibrado, já que grandes e contínuos déficits fiscais acabavam se tornando a principal fonte de perturbações macroeconômicas com o aumento dos processos inflacionários, o déficit da balança de pagamentos e a fuga de capitais;

2) **Redução dos gastos públicos:** deveria ser adotada a ideia do “Estado Mínimo”. Significa dizer que ao Estado caberia garantir a ordem e a legalidade, além de ficar concentrado nos serviços necessários, como o policiamento, a saúde e a educação, por exemplo. Mas o Estado não deveria atuar na economia diretamente, caso das empresas estatais. Como diz Batista (1994): “Para justificar o encolhimento do Estado, invocam-se os excessos de regulamentação, asfixiantes das forças produtivas. Sua ineficiência, como empresário, e sua irresponsabilidade fiscal, foco principal de inflações crônicas”;

3) **Reforma tributária:** daria prioridade ao aumento da base de incidência dos tributos e não ao seu aumento, menor progressividade dos impostos de renda e maior contribuição dos impostos indiretos;

²⁷ O EUA é o principal acionista do FMI, o único país com poder de veto.

4) **Juros de mercado:** deveriam ser definidas pelo mercado para impedir distorções na alocação dos recursos. Também deveriam ter taxas reais positivas, assim incentivaria a poupança, além de evitar a fuga de capitais;

5) **Taxa de câmbio:** deveria ser estabelecida pelas forças de mercado. No caso brasileiro, foi adotado o regime de câmbio flexível limpo, em que o governo não influi mesmo quando comprando ou vendendo reservas de dólar. Mais: a moeda norte-americana deveria ser o centro do regime cambial dos países, de forma indireta ou direta, implicando na dolarização da economia. De acordo com Filgueiras (2000), a partir do “Consenso” deveria ocorrer uma acelerada abertura dos mercados domésticos, o que aumentaria a competitividade dos países latinoamericanos e ampliaria a entrada de capitais externos;

6) **Política comercial:** seria indispensável à abertura dos mercados nacionais para aumentar a competitividade dos países da América Latina e sua inclusão no mercado mundial de mercadorias;

7) **Investimento Estrangeiro Direto (IED):** seriam complementares à poupança nacional e tratados como capital nacional. De acordo com Filgueiras (2000), dessa forma o capital estrangeiro poderia ser aplicado em todas as áreas econômicas;

8) **Privatizações:** deveriam ser colocadas em prática a fim de aumentar a eficácia das empresas privadas e incentivar a competitividade. E também com o objetivo de reduzir o peso do Estado na economia de modo a estabilizar as contas do governo, como dito anteriormente sobre a manutenção do “Estado Mínimo”;

9) **Desregulamentação:** entre outros aspectos já detalhados neste trabalho, facilitaria a maior entrada de capitais de fora na economia nacional;

10) **Direito à propriedade intelectual:** deveria corresponder à necessidade de proteção da propriedade intelectual e da propriedade industrial por meio de patentes.

2.3.2 Anos 1990 e a abertura ao neoliberalismo

Com base na cartilha do consenso de Washington e na promessa de modernização e de eficiência que as políticas neoliberais trariam para a região, os anos 1990 foram marcados por fortes reformas e transformações das economias da América Latina. Cada país,

independentemente de suas peculiaridades, aderiu em maior ou menor grau à cartilha formulada pela reunião em Washington.

O principal problema da adoção dessas políticas, como foi destacado no capítulo anterior, está no aumento das desigualdades sociais. Explica-se: a América Latina, diferentemente dos países centrais, vinha de um período de forte concentração de rendas, arrochos salariais e ausência dos direitos básicos à maioria da população. Assim, a adoção das políticas neoliberais, em termos sociais, só serviu para manter e/ou aumentar o quadro de extrema instabilidade social. Destaque da Tabela 1, o número de pobres continuou em ascensão ao longo dos anos 1990, mesmo após a década de crises e recessões que marcaram os anos 80, a propósito, conhecida como a “década perdida”.

Ano	Número Absoluto de Pessoas Pobres *		
	Total	Urbana	Rural
1980	135,9	62,9	73,0
1990	200,2	121,7	78,5
1999	211,4	134,2	77,2
2002	221,4	146,7	74,8

Tabela 1: Evolução total de pobres na América Latina entre 1980-2007, segundo a situação domiciliar (1)

* Total de pessoas (em milhões) com renda inferior à linha de pobreza. Estão incluídas aquelas classificadas como indigentes. Obs: Dados correspondentes a 18 países da região, mais Haiti.

Fonte: IBGE

Se, no campo social, a década de 1990 não trouxe grandes resultados, no campo econômico, por sua vez, a adoção das políticas do Consenso de Washington criou um ambiente de extrema vulnerabilidade aos países da região. Com a abertura comercial e financeira intempestiva, esses países testemunharam, em sua maioria, a deterioração de suas balanças comerciais, tornando-se dependentes do fluxo de investimentos de portfólio, com a cobrança de juros altos para investir na região. Como é destacado na Tabela 2, o déficit de conta corrente aumentou e teve de ser coberto pela abertura da conta de capital. Assim, os países perderam não só suas reservas, mas também se viram dependentes do capital especulativo que acabou sendo atraído para a região, mas que poderia ir embora a qualquer momento.

Ano	Conta Corrente	Conta de Capital	Varição de Reservas
1991	-17,5	30,34	-16,14
1992	-34,8	56,26	-21,95
1993	-46,1	69,5	-21,54
1994	-51,8	48,9	3,75
1995	-37,1	36,72	-25,18
1996	-39,3	71,9	-20,32
1997	-66,3	105,74	-30,59
1998	-90,6	86,34	8,14
1999	-56,6	52,04	7,6
2000	-48,6	44,98	-1,61

Tabela 2: Balança de Pagamento América Latina década de 1990

Fonte: FMI, WEO data base.

Assim, a América Latina, caracterizada por economias com grau baixo de abertura e câmbio desvalorizado devido à inflação dos anos 80, acabou por apresentar outro cenário ao longo dos anos 90. A adoção das políticas do Consenso de Washington foi responsável por grandes transformações em curto espaço de tempo. A abertura comercial, somada à valorização cambial, fez com que os setores produtivos, principalmente dos países que tinham se industrializado caso do Brasil, por exemplo, sofressem brutalmente com a concorrência externa. O mercado foi invadido por produtos importados e as indústrias e as empresas nacionais, antes protegidas, se perceberam desamparadas – o câmbio se tornou hipervalorizado, os juros subiram e os governos abriram mão de qualquer política industrial. Nessas condições, muitas empresas faliram, enquanto outras demitiram boa parte dos funcionários para aumentar a produtividade. E as que tinham maior competitividade aproveitaram as reestruturações produtivas da economia para crescer a margem de lucro, cortando capital humano. O resultado desse processo foi um salto no desemprego.

América Latina	1990	1995	2000
Argentina	7,5	17,5	15,1
Bolívia	7,3	3,6	7,5
Brasil	4,3	4,6	7,1
Chile	7,8	7,3	9,7
Colômbia	10,5	8,8	17,3
Costa Rica	5,3	5,6	5,2
Cuba	5,4	8,1	5,4
Equador	6,1	6,9	14,1
El Salvador	7,5	7,0	6,7
Guatemala	6,3	3,9	2,9
Honduras	6,9	6,6	-
México	2,8	6,2	3,4
Nicarágua	7,6	16,9	7,8
Panamá	20,0	16,4	15,3
Paraguai	6,6	5,3	10,0
Peru	8,3	7,1	7,8
Rep. Dominicana	-	15,8	13,9
Uruguai	8,5	10,3	13,6
Venezuela	10,4	10,3	13,9

Tabela 3: América Latina e Caribe, desemprego urbano; de 1990 e 1995 a 2000

Fonte: Elaboración OIT, com base nas informações dos países analisados.

As privatizações do período e a as empresas nacionais em dificuldade criaram mercado vantajoso para os países centrais investirem em fusões e aquisições na América Latina. Dessa forma, quando olhamos o “Investimento Direto Estrangeiro” na região, percebemos que houve um salto nos valores durante os anos 90 – grande parte do aumento se explica por meio dessa política de compras e não em razão de novos investimentos produtivos (SARTI; LAPLANE, 2002).

Países e Regiões	1990/95 ⁽¹⁾	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Mundo	225.321	386.140	478.082	694.457	1.088.263	1.491.934	735.146
Países desenvolvidos	145.019	219.908	267.947	484.239	837.761	1.227.476	503.144
Países em desenvolvimento	74.288	152.685	191.022	187.611	225.140	237.894	204.801
América Latina	22.259	52.856	74.299	82.203	109.311	95.405	85.373
Mercosul	5.634	18.024	28.505	36.204	53.017	44.312	26.110
Argentina	3.458	6.951	9.156	6.848	24.134	11.152	3.181
Brasil	2.000	10.792	18.993	28.856	28.578	32.779	22.457
Chile	1.499	4.633	5.219	4.638	9.221	3.674	5.508
México	8.080	9.938	14.044	11.933	12.534	14.706	24.731
Coréia do Sul	978	2.325	2.844	5.412	9.333	9.283	3.198
China	19.360	40.180	44.237	43.751	40.319	40.772	46.846
Índia	703	2.525	3.619	2.633	2.168	2.319	3.403

⁽¹⁾ Média anual

Tabela 4: Fluxos de Investimento Direto Estrangeiro em países selecionados (US\$ milhões)

Fonte: UNCTAD. World Investment Report (2002).

A respeito desse processo econômico e dos seus resultados, Barbosa (2001, p. 17) faz uma síntese para o Brasil, mas que também serve para a América Latina:

A abertura num contexto de inexistência de políticas setoriais, de sua insuficiência na promoção de exportações e de entrada das empresas multinacionais em vários setores produtivos trouxe um cenário heterogêneo onde se combinaram novos padrões de concorrência e estagnação da produção industrial nacional. Esse fraco desempenho comercial e produtivo tornou a economia brasileira vulnerável à atração de empréstimos e capitais de curto prazo para fechar o balanço de pagamentos. A tecnologia passou a ser incorporada seja via importações de componentes sofisticados, seja através das *joint ventures*, pressionando o déficit comercial e de serviços.

As políticas neoliberais também provocaram maior concorrência na economia mundial, atingindo todas as esferas econômicas, tanto no que diz respeito ao aumento no campo produtivo, quanto ao acréscimo na busca de atração dos capitais especulativos. Nesse contexto, houve uma tendência dos países de se alinhar em blocos regionais, aumentando o poder de barganha nas negociações comerciais internacionais.

Na região, destacam-se ainda dois acordos comerciais regionais, o NAFTA²⁸ e o Mercosul²⁹. O primeiro era um acordo de livre comércio entre países da América do Norte, ao

²⁸ O NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) é um tratado envolvendo Canadá, México e Estados Unidos – e que tem o Chile como associado –, em atmosfera de livre comércio, com custo reduzido para a troca de mercadorias entre os três países. O acordo entrou em vigor em 1º de janeiro de 1994. As finalidades desse bloco econômico são: eliminar as barreiras alfandegárias e facilitar o movimento de produtos e serviços entre os territórios dos países participantes.

passo que o segundo seria a união aduaneira entre países da América do Sul, mas acabou se tornando acordo de livre comércio, que não soube criar políticas mais abrangentes das relações econômicas entre os países participantes, muito menos a sua integração física na região.

Para os Estados Unidos, o Mercosul representava um modo de ampliar o NAFTA ao continente americano por inteiro, aumentando seu poder político-econômico na América do Sul, assim como o mercado às empresas norte-americanas. Assim, em 1998, os EUA apresentaram a proposta de criar a Alca³⁰, área de livre comércio, sem barreiras alfandegárias para todo o continente americano.

2.3.3 A década de 2000 e suas mudanças de rumo

O fim dos anos 90 e o começo dos anos 2000 dizem respeito a um período de transição na América Latina, principalmente na parte Sul do continente. Se, de um lado, se vivia o auge das adoções das políticas neoliberais, de outro, começaram a surgir crises que colocaram o modelo neoliberal em contestação.

A Alca seria o símbolo do aprofundamento das políticas do Consenso de Washington, mas as crises do fim da década colocaram em xeque as políticas ortodoxas para a região.

As crises atingiram vários países da região em anos distintos³¹, mas a causa de todas elas foi basicamente a mesma, problemas na balança de pagamentos devido à adoção das políticas neoliberais – e as conseqüentes vulnerabilidade e dependência dos países latino-americanos. A seguir, Bresser-Pereira (2008, p. 26) mostra, de forma resumida, como a lógica das políticas de desregulamentação está por trás das crises dos países da América Latina, entre o fim dos anos 1990 e o começo dos anos 2000:

²⁹ O Mercosul, como é conhecido o Mercado Comum do Sul é uma união aduaneira, que originalmente foi formada por quatro países (Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai) e em 2012 teve a entrada da Venezuela.

³⁰ Alca (Área de Livre Comércio das Américas) foi um projeto de se criar a maior zona de livre comércio do mundo, com acordos comerciais entre os 34 países das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe. Seu lançamento foi em Abril de 1998 na Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, Chile.

³¹ Anos das crises econômicas nos países sul-americanos: Venezuela, 1998; Brasil, 1999; Equador, 1999; e Argentina, 2002.

Ao contrário do que afirma a teoria econômica convencional, não são os déficits públicos, mas sim os déficits em conta-corrente continuados que causaram as crises de balanço de pagamentos no período aqui examinado. Déficits públicos podem ser causadores de crise quando a hipótese dos déficits gêmeos se confirma – fato que nem sempre sucede, porque nem sempre a taxa de câmbio prevalente é a taxa de câmbio de equilíbrio. A taxa de câmbio pode permanecer sobreapreciada durante um tempo relativamente grande porque os credores externos, atraídos pelos altos rendimentos de seus capitais nos países em desenvolvimento, subestimam as restrições de liquidez e solvência, e essa taxa pode permanecer permanentemente sobreapreciada, se o país sofrer da doença holandesa (...). Dessa forma, a política de recorrer à poupança externa para crescer, além de implicar uma taxa geralmente elevada de substituição da poupança interna pela externa, não resultando, portanto, em aumento proporcional dos investimentos, tende a causar crises financeiras – especificamente, crises de balanço de pagamentos.

A probabilidade de crise aumenta em decorrência dos efeitos do crescente endividamento externo sobre as restrições de solvência e liquidez. Para países altamente endividados, a captação de poupança externa tende a afetar, sobretudo, a restrição de solvência, enquanto países menos endividados tendem a ser afetados por meio da restrição de liquidez.

O resultado dessas crises se fez mostrar nas eleições posteriores, com a vitória de candidatos de centro-esquerda em vários países da região, caso de Hugo Chaves (Venezuela, 1999), Luis Inácio Lula da Silva (Brasil, 2002), Nestor Kischner (Argentina, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2005) e Rafael Correa (Equador, 2007).

Somada a essa guinada política, outra guinada, desta feita econômica, ocorreu a partir de 2002-2003, em razão do forte crescimento da China, provocando choque de demanda e fazendo com que os preços das *commodities* se elevassem exponencialmente, como se destaca no Gráfico 6.

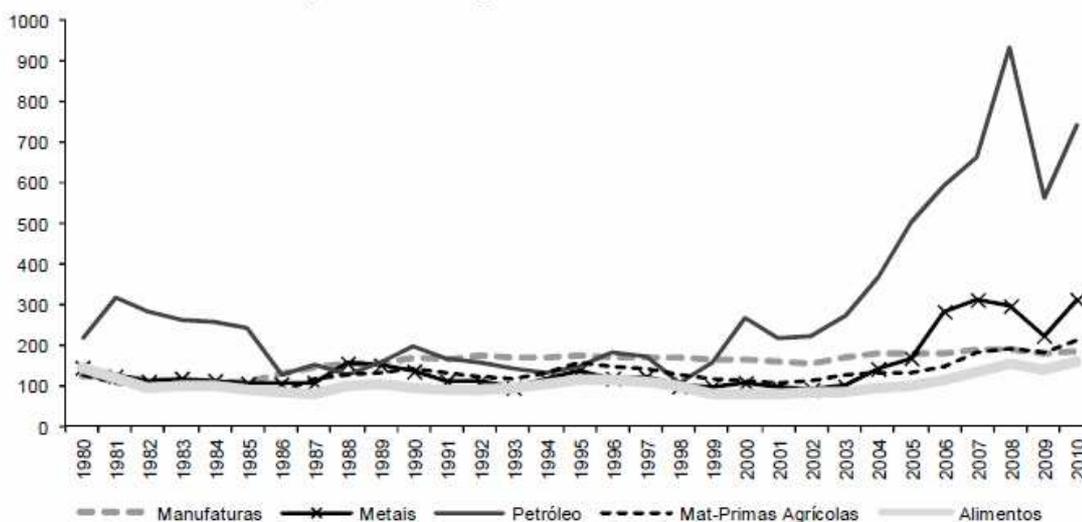


Gráfico 6: Evolução dos preços nominais de commodities

Fonte: Cepal e PFAFFENZELLER, 2007; World Bank Commodity Price Data; IMF Primary Commodity Price Tables, U.S. Energy Information Administration (EIA).

Evento que teve seu lado positivo ao permitir que as balanças comerciais dos países da região, antes deficitárias, invertessem de sinal. Dessa forma, os problemas de balança de pagamentos foram reduzidos e os países puderam até criar reservas, diminuindo suas dívidas externas e construindo modos de proteção contra a fuga de capitais.

Porém, como diz Carneiro (2012), “ocorre uma re-especialização para todos os países nas exportações de bens primários somados à manufatura baseada em recursos naturais”. O que tornou a região muito dependente e volátil em relação à demanda internacional.

Com o alívio financeiro permitido pela alta dos preços dos principais produtos de exportação da América Latina, surgiu um quadro fiscal mais ameno para os governos de centroesquerda que saíram vitoriosos das eleições na região. Folga que permitiu a esses governos massificar as políticas assistência sociais de modo a enfrentar o principal problema regional, qual seja, a grande desigualdade de renda.

O resultado tem sido um aumento forte de renda da base da pirâmide social que faz surgir, para o consumo, um mercado interno pujante que durante décadas tinha se mantido afastado dos interesses de empresários e políticos dos países da região.

A desigualdade, como já foi destacado neste trabalho, mostrou tendência de aumento durante a era neoliberal no mundo. Na América Latina, que sempre se caracterizou por contar

com países de alto grau de concentração de renda, ela sofre uma alteração positiva, como mostram os gráficos a seguir.

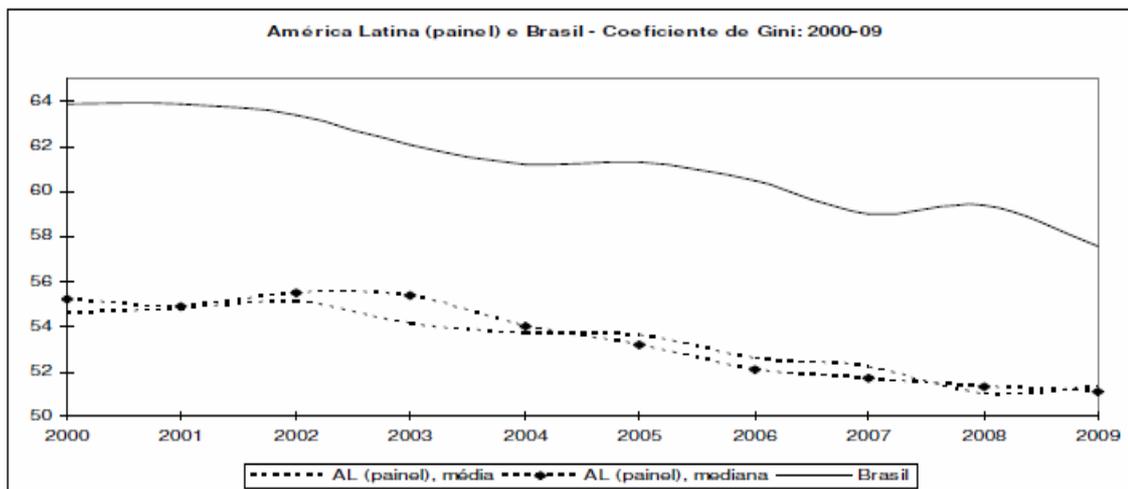


Gráfico 7: Brasil e América Latina – Coeficiente de Gini: 2000-2009

Fonte: Cepal.

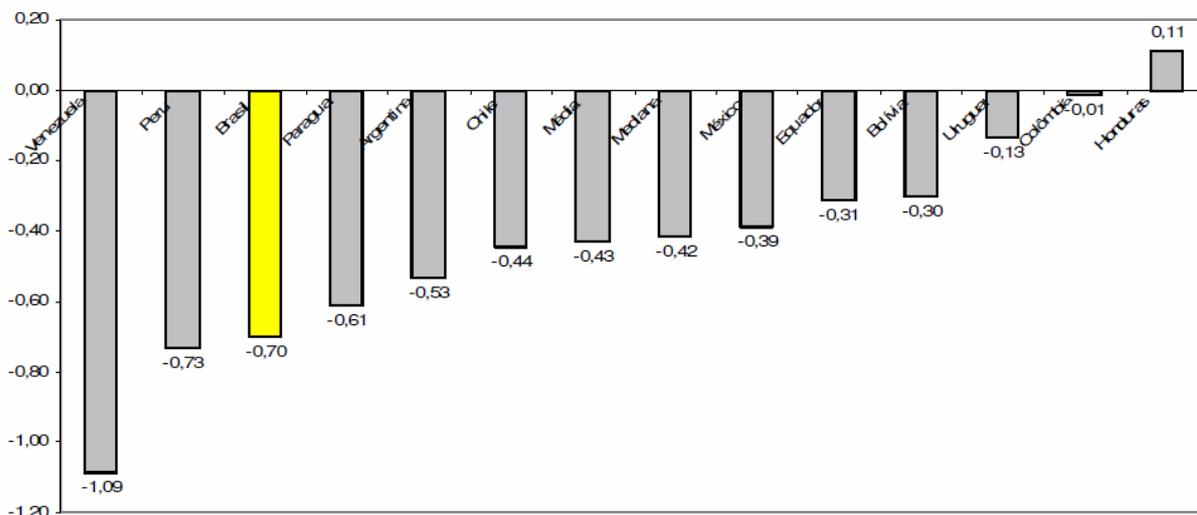


Gráfico 8: América Latina (painel) - Coeficiente de Gini, variação média anual: 2001-2009

Fonte: Cepal.

No que se refere à integração regional, o projeto da Alca acabou não vingando em grande parte devido à recusa do governo brasileiro – e também do posicionamento de outros países da região, idêntico ao do Brasil. Em compensação, o discurso de maior integração

regional ganhou força, apesar de muito pouco ter sido realizado nesse sentido, salvo a criação da ALBA³².

Nesse capítulo se buscou apresentar a economia neoliberal, que como já dito se tornou hegemônica durante as últimas três. Por fim, o trabalho apresentou como a América Latina vem se inserindo nesse novo padrão de acumulação capitalista.

³² ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe.

3 O Brasil perante a Crise do Neoliberalismo

Neste capítulo, pretende-se examinar as respostas e os resultados da economia brasileira perante a crise do modelo neoliberal, iniciada em 2009 – exatamente, a questão central de toda a dissertação. Será, portanto feito foco sobre a economia brasileira e em sua capacidade de reagir a esse período turbulento da economia mundial, quais medidas vem sendo tomadas para mitigar os efeitos da crise e quais resultados já foram obtidos. Ou seja: este estudo não irá se aprofundar nas causas estruturais da crise internacional, mas sim nos seus efeitos sobre a economia brasileira.

Para tanto, será preciso primeiro estudar o funcionamento da economia brasileira nos últimos anos para compreender, em um segundo momento, os reflexos da crise nesse universo. Assim, o primeiro passo consiste em apresentar um resumo da economia brasileira nos anos 1990 – a década da inserção da economia nacional no modelo neoliberal – para então aprofundar a análise dos anos 2000 e chegar a uma avaliação do período em estudo.

3.1 A década de 1990 e a inserção brasileira no Neoliberalismo

O final do século 20 foi de extrema dificuldade para o Brasil, após passar por um longo período de crescimento e desenvolvimento econômico (1930-1980), quando o País ganhou fama de ser um dos países de maior crescimento ao redor do mundo e um dos únicos a conseguir se industrializar a ponto de contar com um parque produtivo diversificado. A partir dos anos 1980, porém, o cenário mudou, os anos de desenvolvimento se esgotaram e o Brasil entrou em forte crise³³, período caracterizado pelo baixo crescimento e pela alta generalizada nos índices de inflação.

Do ponto de vista político, foi a época de transição de um regime ditatorial para outro, democrático, que iria culminar, em 1988, com a aprovação de uma nova Constituição Federal e, no ano seguinte, com a primeira eleição para Presidente da República em mais de 30 anos. Em relação à Constituição, é bom ressaltar que ela teve papel fundamental quanto às

³³ O segundo choque do petróleo e a elevação dos juros nos EUA em 1979 fizeram com que a dívida externa brasileira aumentasse vertiginosamente e o país entrasse em uma forte crise que durou por toda década de 1980. Sobre esse assunto ler: CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX- São Paulo, Editora UNESP IE-Unicamp, 2002.

políticas sociais que caracterizaram as décadas seguintes por pregar a universalização dos serviços públicos, assim como a criação da aposentadoria rural para os trabalhadores do campo que não eram contribuintes da previdência. Como se tratava de uma Carta Magna que defendia um Estado capaz de fornecer serviços públicos aos cidadãos, ela acabou por funcionar, nos anos 1990, como entrave aos avanços neoliberais no campo social, facilitando a adoção das políticas de inclusão da década seguinte. Mas, ao descentralizar boa parte das obrigações referentes a esses serviços sem também cuidar da descentralização dos recursos, a Constituição criou um problema, tornando ainda mais lentos os avanços na criação dos serviços universais.

Do ponto de vista econômico, foi um período de estagflação, agravado por problemas relacionados à dívida externa e ao corte do fluxo de capital estrangeiro, que financiava a economia nacional. Assim, o País foi obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), adotando políticas recessivas por toda a década, o que prejudicou ainda mais a nossa economia, travando o Estado e sua capacidade de investimento. Como se não bastassem tantos problemas, também ocorreu uma disparada da inflação, que chegou a três dígitos por ano e não cedeu a plano econômico algum, apesar de inúmeras tentativas do Governo³⁴.

Foi dentro desse cenário que a década de 1990 teve início e, com ela, a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, após a redemocratização do País. Cenário perfeito para a adoção, por parte da elite brasileira, da ideologia e das receitas neoliberais propostas pelo Consenso de Washington – ‘promessas’ de modernidade e desenvolvimento econômico para o País.

3.2 O Governo Collor e a entrada do Brasil no circuito neoliberal

A política econômica do governo Collor foi marcada pelo começo da liberalização comercial e financeira, assim como o das privatizações. Período em que também ocorreu a abertura do mercado aos produtos estrangeiros, com a redução das tarifas de importação, incluindo a eliminação da reserva de mercado (caso da informática, entre outros).

³⁴ Mais informações sobre os planos econômicos que combatem a inflação nos anos 1980 em CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX- São Paulo, Editora UNESP IE-Unicamp, 2002.

Se, para muitos, a economia do governo Collor ficou marcada pelo Plano Collor³⁵ - a propósito, outra tentativa infrutífera de frear a inflação -, hoje, ao olhar para trás, percebe-se claramente que a principal herança foi a abertura financeira, no início dos anos 90. Tinha por objetivo retomar a capacitação dos recursos externos; por isso, o governo tentou ao máximo estimular a entrada de capitais, servindo-se da desregulamentação e da liberalização financeira.

3.3 O Governo Itamar e o Plano Real

Após a grave crise política que conduziu ao *impeachment* de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência do País, em 1992. E logo enfrentou um cenário desfavorável à continuação do processo de cunho neoliberal, alimentado pelos fracassos do governo Collor na economia e pelos efeitos da recessão no cotidiano nacional.

Itamar Franco deixou claro – e o fez desde os primeiros dias do seu governo – que a sua principal meta se traduzia no combate à inflação. Assim, ele deu início a um plano econômico de estabilização, o Plano Real, que, finalmente, conseguiu acabar com o mal que tanto desestabilizava a economia nacional. Ele foi colocado em prática pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, que fazia do êxito em estabilizar a economia e a inflação a sua plataforma política para obter, ainda no primeiro turno, o cargo de Presidente da República (eleições de 1994).

O Plano Real foi implementado em três fases, segundo Filgueiras (2000: 101): 1ª fase –estabelecimento do equilíbrio das contas do governo, objetivando eliminar a principal causa da inflação; 2ª fase – criação de um padrão estável de valor, a URV; e 3ª fase – emissão desse padrão como moeda nacional, agora, de poder aquisitivo estável, o Real.

O grande diferencial do Plano Real em relação às demais tentativas de estabilizar a economia está atrelado à mudança no cenário externo, que permitiu a volta do fluxo de

³⁵ Plano Collor foi um plano econômico criado para conter a inflação, estabelecendo como prioritárias as seguintes medidas: um radical aperto monetário, reduzindo a liquidez; a desindexação geral, principalmente entre preços e salários, a reformulação dos mercados cambiais e a criação do dólar livre; o programa de privatização de empresas estatais e a criação de uma instituição dos certificados de privatização, mecanismo pelo qual o setor privado poderia comprar as empresas estatais; a total abertura aos capitais estrangeiros com a desregulamentação, incidindo inicialmente sobre as facilidades de exportação e importação; a reforma administrativa e a supressão dos subsídios fiscais. Em suma: as políticas monetárias e fiscais se configuraram como as grandes “âncoras” do plano em uma política de liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias.

capitais do exterior para o Brasil; caso, por exemplo, do Plano Brady³⁶, que renegociou a dívida dos países da América Latina; à deflagração da recessão nos Estados Unidos e ao estouro das bolhas especulativas, gerando queda de juros nos países centrais e ambiente de sobrelíquidez no mercado global. Nesse cenário, os mercados emergentes se tornaram novamente destino para o capital de curto prazo (BELLUZZO & ALMEIDA; 2002 p. 366).

Para tanto, foi de suma importância a liberalização desses mercados financeiros, seguindo a cartilha do Consenso de Washington. O capital externo se sentiu atraído para entrar no Brasil graças ao diferencial das taxas de juros aqui praticadas –com a taxa de juros bem alta, o País recebeu grande afluxo de capitais de curto prazo, o que fez com que as reservas cambiais alcançassem o total de US\$ 40 bilhões (igual ao nível de 18 meses de importação), o que era mais do que o suficiente para amparar a fixação do câmbio como política de estabilização (BELLUZZO & ALMEIDA; 2002 p. 366).

3.4 O Primeiro Governo FHC

Em 1º de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso (FHC) tomou posse como Presidente do Brasil – político consagrado entre a maioria dos eleitores por ser o principal responsável pelo plano que estabilizou a economia brasileira. Como era esperado, seu mandato teve início em clima de otimismo, afinal, a queda da inflação fez com que a renda da população, em particular, a dos mais pobres, aumentasse com o fim da corrosão dos salários causada pela alta dos preços. O resultado foi o aumento do consumo e do bem-estar geral da população – não por acaso o PIB nacional, naquele ano, cresceu em 4,2%.

A respeito de sua política econômica, o primeiro Governo FHC teve por base a ancoragem dos preços domésticos nos preços internacionais, gerando forte valorização do Real. Houve de fato uma dolarização da economia, isto é, o Real passou a ser ancorado ao Dólar, R\$1,00 valendo US\$1,00. Uma política que se sustentava na grande quantidade de capital de curto prazo que entrava no país, graças ao diferencial da taxa de juros nacional quando comparada à internacional– nesse contexto, o Real estava bastante sobrevalorizado. A principal arma da política de estabilização era, portanto a abertura econômica e, com ela, a sobrevalorização do câmbio por meio da atração de capitais especulativos. Do ponto de vista

³⁶ Plano Brady é o nome dado ao plano de reestruturação da dívida externa de alguns países – lançado no final dos anos 80, ganhou a assinatura do Brasil em 1994.

macroeconômico, essa política pretendia conter a inflação, esquecendo-se de buscar a estabilidade em outros índices macroeconômicos. Como explica Belluzzo e Almeida (2002 p. 374) a estratégia de desenvolvimento se baseava nos seguintes pressupostos:

- a) a estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado;
- b) a abertura comercial (e valorização cambial) impõem disciplina competitiva aos produtos domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade;
- c) as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência;
- d) a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e financiar o déficit em conta corrente.

Ou seja: no longo prazo, o crescimento econômico ocorreria pela conquista da estabilidade de preços; e, apoiado nas recomendações do Consenso de Washington, tinha-se por certo que a maior abertura da economia induziria a produção local a adquirir ganhos de produtividade, atraindo poupança externa para financiar o déficit em conta corrente (BELLUZZO & ALMEIDA; 2002).

Entretanto, foi logo no início do primeiro governo FHC que começaram a surgir os sinais de ser a estratégia de dependência dos capitais especulativos insustentável ao longo do tempo. Em primeiro lugar, o aquecimento do nível de atividade da economia, com a liberalização comercial somada à sobrevalorização do Real frente ao Dólar, fez com que houvesse rápido aumento do volume das importações e queda das exportações. O que gerou queda na balança comercial, que passou de saldos positivos para sucessivos saldos negativos, como é destacado na tabela a seguir. Nos primeiros anos do Plano Real, esse déficit somado ao aumento do déficit das transações correntes foi em parte compensado pela entrada dos capitais especulativos de curto prazo, tirando proveito dos altos rendimentos então oferecidos. Porém, essa política deixou o País bastante vulnerável economicamente ao reforçar a dependência nacional do capital especulativo de curto prazo (FILGUEIRAS, 2000).

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Saldo Balança Comercial - em Bilhões US\$	10,466	-3,465	-5,599	-6,752	-6,574	-1,198
Saldo Transações Correntes em % do PIB	-0,33%	-2,39%	-2,80%	-3,50%	-3,96%	-4,32%

Tabela 5: Contas Externas do Brasil 1994-1998

Fonte: IBGE. Elaboração do Autor.

Não demorou muito para a combinação de juros altos e câmbio valorizado, mantida a todo o custo pelo governo, afetar a economia real e lançar o País numa trajetória pífia de crescimento. Com os juros nas alturas e o câmbio extremamente apreciado, afora o ambiente de abertura comercial, o setor produtivo se viu preso em um cenário de concorrência desleal, o que fez despencar nossas taxas de crescimento, principalmente no setor industrial – que passou a decrescer, gerando queda na taxa de investimento da economia, como mostra a Tabela 6.

Ano	Crescimento do PIB %	Crescimento PIB da Indústria%	Taxa de investimento a preços correntes (%PIB)
1994	5,33%	8,05%	18,32%
1995	4,42%	4,72%	16,87%
1996	2,15%	1,07%	17,37%
1997	3,38%	4,24%	16,97%
1998	0,04%	-2,59%	16,97%
1999	0,25%	-1,91%	15,66%

Tabela 6: Crescimento do PIB, do PIB da Indústria e a taxa de investimento da economia brasileira

Fonte: IBGE.

O câmbio bastante valorizado, assim como o ambiente de abertura comercial, tornavam os produtos importados bem mais competitivos que os nacionais, enquanto os juros

altos travavam qualquer ideia de investimento nas indústrias nacionais de olho no aumento de produtividade. Nessa situação, as indústrias capazes de se salvar poderiam optar entre duas alternativas: 1) buscar o aumento de produtividade, aprofundando a especialização e a racionalização da capacidade produtiva, com forte redução do emprego; 2) redirecionar investimentos do setor produtivo para o mercado financeiro (LAPLANE & SARTI, 2006).

Essa crise industrial também permitiu a desnacionalização de setores importantes da economia. Aproveitando o quadro de dificuldades do empresariado nacional, o capital externo avançou País afora atrás de fusões e aquisições de empresas brasileiras, ocorrendo, no período, um aumento no Investimento Direto Estrangeiro (IDE); porém, ele não foi fruto da criação de novas instalações produtivas, mas sim resultado, em grande parte, da aquisição de ativos preexistentes, localizados principalmente em setores “não transacionáveis”³⁷ (TAVARES, 1997). A respeito do setor industrial ao longo dos primeiros anos do Plano Real, assim se expressam Belluzzo e Almeida (2002 p. 377):

O regime cambial e monetário do Plano Real provocou a destruição das cadeias produtivas em vários setores da indústria, sobretudo nas áreas metal mecânica (com destaque para autopeças e bens de capital), eletroeletrônica e química. A perda de elos nessas cadeias significou a redução do valor agregado para um mesmo valor bruto da produção, o que, na prática, representa a eliminação de pontos de geração de renda e de emprego.

³⁷ Tavares (1997) mês

mo com o aumento da participação dos investimentos diretos na economia nacional, o componente mais importante na rubrica dos investimentos externos é o investimento em portfólio, que representa 70% do total.

Com a queda da atividade econômica, a ascensão social e o aumento de renda, que surgiram logo após a adoção do Plano Real, começaram a perder força com o aumento do desemprego e a diminuição do volume de crédito na economia. A diminuição de postos de trabalho gerou um aumento da “precarização” do mercado de trabalho, com aumento da informalidade. Empregos que apareceram, sobretudo sob a forma de “criadagem” (serviços de alimentação, alojamento, vigilância, conservação de imóveis e empregos domésticos, por exemplo) (TAVARES, 1997).

	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa de desemprego Brasil (IBGE)*	9,0%	9,9%	10,2%	11,7%	12,1%
Taxa de desemprego Região Metropolitana de São Paulo (DIESE)	13,20%	15,10%	16,00%	18,20%	19,30%
Participação dos Salários no PIB (IBGE)	35,20%	34,10%	33,00%	33,10%	32,10%

Tabela 7: Dados de Taxas de Desemprego e Participação dos Salários no PIB 1994-1998

Obs.: Os dados do desemprego utilizavam o antigo método adotado pelo IBGE.

Fonte: Elaboração do autor.

A tabela acima mostra que, além de um vertiginoso aumento das taxas de desemprego do País, ocorreu uma queda na participação dos salários no PIB. O que pode ser explicado tanto em razão dos problemas que dificultaram a geração de emprego, como também do aumento dos ganhos financeiros proporcionados pelos juros exorbitantes. Dado que também ressalta o fato de o aumento da produtividade das empresas, naquele período, não ter representado ganho para os trabalhadores; ou ainda, a produtividade cresceu bem mais que os salários.

Ao observar os resultados do regime macroeconômico e os do Plano Real, percebe-se que um jogo de soma zero ocorreu em relação à desigualdade social. A partir de cálculos com o coeficiente de Gini³⁸ do período, chega-se à conclusão de que ocorreram apenas mínimas

³⁸ O Coeficiente de Gini é o nome de uma medida de desigualdade social. Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (todos têm a mesma renda) e 1, à completa desigualdade

alterações; e se, de um lado, a estabilidade de preços trouxe ganhos de renda a todas as camadas da população (principalmente a mais pobre, cujo salário era corroído pela inflação), de outro, a nova política econômica provocou retrocessos em questões sociais importantes, caso da queda do emprego com a desaceleração da atividade econômica e da queda do crédito, atingindo em cheio o consumo popular com a adoção dos juros altos.

As tabelas em destaque a seguir demonstram que o coeficiente de Gini ficou em torno de 0,6, sem apresentar grandes alterações ao longo dos anos de regime macroeconômico pós-Plano Real. Houve ainda uma retração do crédito na economia, fruto dos altos custos com juros embutidos nesse crédito, o que prejudicou o nível de consumo e a sensação de ganhos de renda típicos dos primeiros anos do Plano Real.

Ano	Coeficiente de Gini	Pessoas Pobres (% da população total)
1995	0,601	35,1%
1996	0,602	34,7%
1997	0,602	35,2%
1998	0,600	34,0%
1999	0,594	35,3%

Tabela 8: Coeficiente de Gini e % de população pobre

Fonte: IBGE Ipeadata.

Ano	Volume de Crédito % PIB
1995	34%
1996	30%
1997	28%
1998	28%
1999	27%

Tabela 9: Volume de Crédito na economia

Fonte: BCB.

(apenas uma pessoa detém toda a renda, enquanto as demais nada têm). O índice de Gini é um coeficiente que se expressa em pontos percentuais (igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Outro aspecto econômico que despertou negativamente a atenção nesse período foi o desempenho das dívidas do País: tanto a dívida interna quanto a externa sofreram grandes aumentos, como é destacado na Tabela 10. O acréscimo da dívida externa foi resultado das ações do setor privado, que obtinha empréstimos fora do País, ganhando condições de financiamento mais barato. Quanto ao endividamento interno, de acordo com Carneiro (2002), ele cresceu, sobretudo em consequência da “combinação entre altas taxas de juros e a esterilização da absorção dos recursos financeiros externos”, o que fez o Governo Federal aumentar os gastos com os juros da dívida pública. Contudo, ele também pode ser explicado pela incapacidade do setor público de alcançar o ajuste fiscal das suas contas e pelo forte aumento das dívidas dos Estados e municípios, que acabaram mais cedo ou mais tarde por serem salvos pelo Governo Federal.

Ano	Relação Dívida Externa Bruta (%PIB)	Dívida interna (%PIB)	Gastos com juros nominais em R\$ Bilhões
1995	20,7%	24,9%	48,750
1996	21,2%	29,4%	45,001
1997	22,1%	30,2%	44,922
1998	26,5%	36,9%	72,596
1999	38,5%	39,0%	127,244

Tabela 10: Dívida Externa, Interna e Gastos com juros nominais

Fonte: BCB Ipeadata.

Para tentar sanar parte dos problemas das finanças públicas, buscar novos investimentos e aumentar a produtividade da economia, o primeiro governo FHC pôs em prática um dos principais ideais da cartilha do Consenso de Washington: a privatização. Como já destacado neste capítulo, o início das privatizações de empresas do setor público aconteceu no governo Collor, mas foi com a ascensão de FHC à Presidência do País que se atingiu 90% do total das privatizações ocorridas nos anos 90. Afinal, o processo de privatização era defendido desde o início no Plano Real como condição absolutamente necessária para o êxito do processo de estabilização econômica.

Em defesa desse ideário, justificativas foram apresentadas – e posteriormente classificadas segundo dois tipos: as de natureza estrutural e as de natureza conjuntural

(PEREIRA, 1996, *apud* FILGUEIRAS, 2002, p. 112). Entre as justificativas de natureza estrutural, destacam-se:

1. Ideologia: a defesa da livre iniciativa;
2. Eficiência: aplicar a eficiência de mercado às gestões extremamente politizadas;
3. Mudança dos setores estratégicos: a saída do governo de segmentos da economia não vanguardistas e de novos setores, como o das telecomunicações, em que o governo não dispunha de recursos necessários para a adoção de novas tecnologias;
4. Evitar o *crowding-out*: o governo deixa de atuar no mesmo setor das empresas privadas de forma a não fomentar o desestímulo ao investimento nesses ou seja, o governo deixa de atuar no mesmo setor das empresas privadas de forma a não fomentar o desestímulo ao investimento nesses setores

A respeito das justificativas mais importantes de natureza conjuntural, elas diziam respeito à credibilidade política, à crise fiscal, à estabilização monetária (de forma a abater as dívidas públicas e balancear o orçamento público), ao investimento público e seus efeitos catalisadores sobre a economia, com o fortalecimento do mercado de capitais.

De acordo com Belluzzo & Almeida (2002: 391), entre 1991 e 1998, a receita originária das privatizações somaram US\$ 68,6 bilhões, total que inclui as vendas das empresas federais (US\$ 46,2 bilhões) e estaduais (US\$ 22,5 bilhões), além de cerca de US\$ 16,5 bilhões oriundos de dívidas transferidas ao setor privado. Os principais setores privatizados foram a telefonia, a siderurgia, a mineração, a petroquímica, as ferrovias, o setor elétrico e o financeiro.

Contudo, o resultado prático das privatizações sobre o desempenho das finanças públicas foi quase nulo, como é demonstrado na Tabela X, que dá destaque ao aumento da dívida interna. Segundo Belluzzo & Almeida (2002: 391), as receitas das privatizações foram corroídas pelo aumento exponencial do endividamento do setor público, seguidos dos déficits das transações correntes e da instabilidade gerada pela crise da Ásia (tema a ser tratado mais adiante, a propósito), diante da qual o governo foi obrigado a aumentar outra vez as taxas de juros para resguardar as reservas cambiais nacionais e a própria “saúde” do Plano Real.

Também não é possível afirmar que as privatizações atraíram grande volume de investimentos para o País. Quem atenta aos principais setores privatizados constata a criação de oligopólios, que investiram pouco e ainda mantêm taxas de lucros em patamares

exorbitantes, muito acima do que é praticado ao redor do mundo, resultando em serviços de baixa qualidade a preços acima da média internacional.

3.5 A Crise Asiática e Russa e a quebra do regime macroeconômico do Plano Real

No segundo semestre de 1997, uma onda de instabilidade perturbou o mercado financeiro internacional como um todo: gerada nos países conhecidos como “Tigres Asiáticos”, teve por estopim a grande e acelerada liberalização dos fluxos de capitais externos para esses países, provocando o surgimento de grandes bolhas no mercado imobiliário e nas Bolsas de Valores dessa região.

O que estava por trás da crise? A forte desvalorização da moeda tailandesa, que acabou gerando impactos na economia dos outros “Tigres” (Filipinas, Malásia e Indonésia), seguida de forte queda da Bolsa de Nova York e da desvalorização da moeda sul-coreana. Rapidamente, a crise se espalhou pelo mercado internacional de capitais, atingindo principalmente os países em desenvolvimento, caso do Brasil (FILGUEIRAS, 2000).

Como é praxe acontecer em crises internacionais, ainda mais em um período de liberalização financeira, houve uma fuga de capitais rumo aos títulos que despertavam maior confiança do mercado – e maior liquidez. Nesse cenário, o Brasil sofreu bastante com a fuga de capitais, pois, como já foi apresentado neste trabalho, era grande a sua vulnerabilidade externa em razão da deterioração de seus principais índices macroeconômicos. O nível das reservas nacionais, que haviam atingido US\$ 63 bilhões, em agosto de 1997, no mês seguinte, caiu para US\$ 52 bilhões de dólares³⁹. Para manter a política econômica cambial, mesmo em situação tão adversa, o governo aumentou a taxa de juros para 43% e lançou um pacote econômico de ajustes, pensando em fomentar a entrada de capitais no País.

Entre as medidas então sugeridas pelos economistas brasileiros de vertente ortodoxa, destacam-se, segundo Filgueiras (2000: 137): suspensão do reajuste salarial do funcionalismo público não estável da União; suspensão do reajuste salarial do funcionalismo público; redução em 15% dos gastos em atividades e corte de 6% no valor dos projetos de investimento; aumento de 10% da alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física; elevação

³⁹ Segundo dados fornecidos por Filgueiras (2000: 137).

dos impostos sobre automóveis; e aumento dos preços dos derivados de petróleo. Esses ajustes, aliados ao empréstimo feito pelo FMI aos “Tigres Asiáticos”, fez com que o Brasil voltasse a receber capitais financeiros internacionais, permitindo a recuperação (momentânea) do nível de suas reservas.

Porém, o País não conseguiu se recuperar totalmente da crise de 1997, pois, já no ano seguinte, outra crise se fazia sentir a nível mundial, desta feita, deflagrada na Rússia, a partir do colapso de sua economia. Nesse momento, a disponibilidade do financiamento externo para o Brasil foi ainda menor do que ocorrera na época de crise asiática. Em resposta, o governo implantou medidas restritivas à economia para tentar conter o impacto da crise russa no País à semelhança do ocorrido em outros períodos de turbulência internacional.

Novamente, foram postas em prática políticas restritivas como: aumento nas taxas básicas de juros, cortes nos gastos do governo, diminuição dos empréstimos dos bancos federais aos estados e municípios, e adoção de metas para o superávit primário. Além disso, o governo criou o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF), um dos fundamentos para o empréstimo apresentado posteriormente pelo FMI ao País (FILGUEIRAS, 2000).

O Programa de Estabilidade Fiscal foi utilizado no período de 1999 a 2001. Segundo Filgueiras (idem: 139-140), ele identificou a Previdência Social como o principal causador do déficit nos resultados fiscais do setor público. Assim, o governo decretou que esse setor deveria alcançar um superávit primário de 2,6% do PIB, em 1999; 2,8%, em 2000 e 3%, em 2001. Também houve a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal⁴⁰, que estabeleceu diversos regulamentos para o endividamento público de modo a evitar o aumento do déficit fiscal, tanto no âmbito federal, como no estadual e no municipal.

Além dessas tentativas de controlar a dívida pública, o governo procurou aumentar suas receitas com o aumento de impostos (CPMF e Cofins). Entretanto, desde a ocorrência da crise asiática e do colapso russo, na opinião de Belluzzo & Almeida (2002, p. 395),

(...) sendo reduzida a disponibilidade de financiamento e de capitais para os países em desenvolvimento [...] o que significa que, se o mercado financeiro internacional estava disposto a financiar aquele nível de déficit em transações correntes projetado, agora não mais estaria.

⁴⁰ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), oficialmente Lei Complementar nº 101, é a lei brasileira que tenta impor o controle dos gastos de estados e municípios, condicionado à capacidade de arrecadação de tributos desses entes políticos.

Com isso, mudou a reação dos mercados financeiros internos e externos frente às alterações do cenário internacional, principalmente em relação ao financiamento externo – mais precisamente, esses mercados começaram a mostrar desconfiança frente às crescentes instabilidades na economia brasileira. Como bem ressaltou Belluzzo & Almeida, o déficit de confiança foi agravado ainda mais pelo entendimento de que os regimes cambial e monetário geravam um déficit externo excessivo, além de produzir expressivo crescimento do déficit público devido sobretudo à conta de juros pagos pelo setor público federal com o intuito de sustentar a política econômica e a estabilidade do Real.

Diferentemente do que ocorrera em crises anteriores, caso da mexicana e da asiática, dessa vez o Brasil foi obrigado a buscar ajuda ao prestador de última instância, o Fundo Monetário Internacional. Quais as razões que levaram o País a novamente se subordinar às políticas do FMI em busca de financiamento? A ameaça de crise cambial e o gargalo externo que realmente poderiam levar à decretação de moratória, o que contagiaria a economia mundial, levando em consideração o tamanho da economia brasileira.

No desenrolar da crise que se abateu sobre o Brasil no segundo semestre de 1998, o País sofreu aceleradas e seguidas quedas em suas reservas internacionais⁴¹. Quedas que foram descontinuadas apenas com a entrada da primeira parcela do financiamento negociado junto ao FMI. Contudo, esses recursos não conseguiram acalmar o receio do mercado quanto a estabilidade do Real, levando a uma contínua fuga de capitais nos meses seguintes.

De acordo com dados de Belluzzo & Almeida (2002: 397-398), o Brasil perdeu mais de US\$ 45 bilhões em reservas por conta da iminente propensão da queda do Real. O acordo com o FMI apenas reforçava as políticas restritivas já seguidas pela política econômica: manutenção do regime cambial, abertura comercial, continuação das privatizações e urgência de ajuste fiscal, o que já estava sendo feito com o Programa de Estabilidade Fiscal durante a crise asiática.

Outro ponto acertado com o FMI que merece ser destacado: não fazer controle sobre as saídas de capitais do Brasil, mesmo ao longo de seguidas quedas das reservas internacionais. Além disso, o País deveria tentar diminuir o déficit nominal (1999) e aumentar o saldo positivo na balança comercial, o que não ocorria desde o início do governo FHC. Em suma, o FMI queria fazer com o que Brasil apresentasse garantias de que iria manter o

⁴¹ Segundo dados de Belluzzo & Almeida (2002:397), o País perdeu, a partir da crise gerada pela Rússia, mais de US\$ 25 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões apenas no mês de setembro.

pagamento em dia dos empréstimos tomados junto a instituições internacionais (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002).

Esse acordo com o FMI serviu para dar um último respiro ao Plano Real, o que só foi possível devido ao alto risco de contaminação nos mercados internacionais, caso ocorresse de fato uma explosão da moeda nacional. Essa busca da manutenção da taxa de câmbio sobrevalorizado do Real não seguia uma lógica econômica – como escreveu Belluzzo & Almeida (2002: 398) –, mas sim uma lógica política, tendo em vista a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, a propósito, nunca admitiu a desvalorização da moeda.

Resultado? A manutenção do real valorizado custou ao País 6,5% do seu PIB, além de servir mais uma vez para aumentar a sobrecarga sobre o setor público por conta dos efeitos da desvalorização cambial sobre a dívida pública com correção cambial. Mesmo assim, o presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu ser reeleito. Mas houve um senão: logo no início do segundo mandato, em 1999, ele não conseguiu cumprir as promessas de manutenção do regime cambial, sendo obrigado a flexibilizar o câmbio e a desvalorizar o Real. Em consequência, o valor da moeda americana saltou de R\$ 1,20 para mais de R\$ 2,00 em menos de 45 dias.

3.6 Anos 2000: O Governo Lula e o reformismo gradual da economia

Após a breve análise sobre os principais acontecimentos econômicos do final dos anos 90, o foco deste trabalho recai sobre a economia da primeira década do século 21, que de fato começou em 1999, com a crise do regime macroeconômico do Plano Real. Foi quando ocorreu uma alteração no regime econômico do País, que passou a funcionar baseado em um tripé – câmbio flutuante, metas de inflação e superávit primário.

Esse novo regime macroeconômico perdurou por toda a década e até hoje é mantido como alicerce da economia brasileira, apesar de ter sofrido inúmeras “flexibilizações” ao longo do período de vigência. Por sinal, se há algo de positivo no tripé econômico, é essa capacidade de se adaptar diante de diferentes cenários e políticas econômicas, o que pode explicar sua longevidade.

Adotado o tripé econômico, o País passou por diversas transformações na política econômica, causadas por mudanças internas e externas de ordem econômica e política. Em

2002, ocorreu uma grande reviravolta na política nacional com a vitória do candidato da oposição ao governo FHC, Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). O fato de ser um político historicamente ligado à esquerda despertava insegurança do mercado internacional, mas também esperanças de mudanças para a população, após duas décadas de crises, baixo crescimento e grandes dificuldades sociais.

A seguir, um resumo das diferentes políticas macroeconômicas que marcaram a economia baseada no tripé econômico ao longo dos últimos 13 anos⁴².

3.7 1999-2002: A adoção do novo regime em clima de instabilidade interna e desconfiança no mercado externo

O segundo mandato de FHC começou com o estouro da crise e a desvalorização do Real. A partir dessa desvalorização – e com a ascensão de Armínio Fraga ao posto de presidente do Banco Central –, a política macroeconômica brasileira articulada com o FMI passou a ser baseada em três pilares: taxa de câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais, necessário para o ajustamento das contas externas; metas de inflação, apoiadas na alta taxa de juros para o cumprimento das metas de inflação; e superávit primário crescente, capaz de segurar o endividamento do setor público.

O objetivo dessas medidas? Despertar a confiança dos mercados, tanto interno quanto externo. A preocupação principal do governo era demonstrar aos agentes financeiros internacionais que o País estava se esforçando em estabilizar seus indicadores macroeconômicos. Com isso, o governo perdeu grande parte de seu raio de ação na economia, pois a principal intenção das ações governamentais buscava privilegiar a esfera financeira em detrimento da esfera produtiva – algo evidente com os seguidos aumentos dos juros promovidos pelo Banco Central, base para as tomadas de decisão dos empresários de investirem ou não na produção.

Para tornar o cenário nacional ainda mais sombrio: em 2001, após uma breve recuperação da economia no ano anterior, houve a crise energética em razão da falta de investimentos e da queda no volume de chuvas no País. Além disso, a crise na Argentina e o atentado de 11 de Setembro, nos Estados Unidos, inspiraram forte aversão ao risco nos

⁴² Para mais informações, ver Nelson Barbosa (2013).

mercados internacionais, diminuindo o fluxo de capitais rumo ao Brasil. Em consequência, o governo foi novamente obrigado a aumentar a taxa de juros com o objetivo de atrair a entrada de capital externo e evitar o agravamento ainda maior da situação de risco do País, que já estava piorando assim como em outras nações emergentes.

3.8 2003-2005: Manutenção da política econômica e cenário externo favorável

As evidências da vitória de Luis Inácio Lula da Silva e do PT à Presidência da República e as ameaças de um descontrole econômico com a possível vitória do petista, feitas por parte do governo, no segundo semestre de 2002, intensificaram o clima de insegurança do Brasil na apreciação dos mercados interno e externo. O Risco-País⁴³ atingiu um patamar histórico, chegando a 2.173 pontos, em setembro de 2002. Além disso, devido à fuga do capital estrangeiro, ocorreu uma forte desvalorização do Real frente à moeda norte-americana, o dólar valendo praticamente R\$ 4,00.

Essa desestabilização na economia do País continuou a persistir, mesmo após o então candidato petista tentar acalmar os mercados com a publicação da “*Carta ao Povo Brasileiro*”. Nela, Lula deixava claro que, se eleito, seu governo se mostraria comprometido com a estabilidade econômica e da inflação, além do assumir integralmente o cumprimento de contratos. O que de fato aconteceu desde o início de governo: Lula não apenas cumpriu o que havia assinado, como também evitou romper com a estratégia neoliberal de desenvolvimento, mantendo a busca pela estabilidade como base para qualquer política de longo prazo. Assim, as reformas estruturais “pró-mercado, incluindo a liberalização comercial, financeira e produtiva, não apenas são mantidas como aprofundadas em seu governo” (CARCANHOLO, 2010).

No tocante à política fiscal, o governo Lula manteve a meta de obter elevados superávits primários, tendo como objetivos principais demonstrar responsabilidade econômica e manter a confiança do mercado na austeridade de um controle sobre os gastos públicos. Com isso, pretendia também diminuir a relação dívida/PIB – exemplo dessa intenção foi a

⁴³ O Risco-País pondera a opinião que os investidores externos têm em relação a economia de um país. Esse risco é calculado tendo como referência os juros pagos pelos EUA, risco zero, e mostra o quanto o país precisa pagar a mais de juros que os EUA para conseguir empréstimos no exterior. Ou seja: quando menor o risco, mais barato se torna para um país a captação de recursos.

meta instituída pelo então Ministro da Fazenda, Antonio Palloci, de obter um superávit primário de 4,25% do PIB, meta essa acima da acordada com o FMI, no ano anterior, ainda no governo FHC.

A política monetária continuou, portanto a ser baseada no regime de metas de inflação, usando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como referência para eventuais alterações. Esse regime abalizava todas as políticas praticadas pelo governo, inclusive em relação às políticas das taxas de juros, como o ocorrido no governo anterior.

Deve ser ainda ressaltado que a mudança do cenário externo foi de grande serventia para que o governo Lula tivesse alguma folga para adotar as políticas neoliberais recessivas que o mercado exigia e assim conseguisse estabilizar a economia, melhorando inclusive os resultados do crescimento econômico em meio ao cenário de corte dos gastos públicos e aumento dos gastos financeiros (com juros). O que permitiu essa transformação radical do desempenho da economia brasileira foi que, a partir de 2003, a balança comercial brasileira se tornou superavitária e o país começou a bater recorde atrás de recorde de exportações, graças ao forte crescimento chinês e ao vertiginoso aumento do preço das *commodities*. Fora isso, o mercado externo apresentava um cenário de alta liquidez, causada principalmente pela queda dos juros nos EUA e em outros países centrais.

Nesse período, encerrado pela crise financeira de 2008, foi verificado um ciclo de elevado crescimento da renda, ampliação do comércio internacional e recuperação do dinamismo das economias periféricas, que estavam em estado de “semi-estagnação” desde o final dos anos 70. Mais importante, porém, foi a entrada em vigor de uma nova estrutura da economia mundial, onde alguns países emergentes passaram a participar com maior intensidade na determinação do ritmo de expansão da economia global.

Em meio a esse cenário positivo, as ações do governo Lula conseguiram apaziguar o mercado e o dólar teve uma forte queda, dando ao novo governo fôlego para se estabelecer no poder. Em seguida, começou a colocar em prática suas políticas, entre elas, a massificação dos programas sociais, a mais importante do seu ideário. O que ocorreu sem criar qualquer animosidade com o mercado financeiro – setor que, a propósito, continuou a receber privilégios.

Entretanto, como será destacado adiante, o governo buscou alternativas para avançar no combate aos distúrbios sociais das décadas anteriores.

3.9 2006-2008: O início de uma inflexão da política econômica e ambiente externo favorável

O Governo Lula enfrentou inúmeras turbulências ao longo de 2005. Foi o caso de uma grave crise política, que fez o governo reforçar suas ligações com as bases sociais, e de uma inesperada queda na taxa de crescimento (3,16%), após o ótimo resultado no ano anterior (5,71%), alcançado graças ao aperto de juros por parte do BC. Mas nem só de fatos negativos acabou por ser caracterizado aquele ano de governo. Foi ao longo de 2005 que a política de aumentos reais do salário mínimo⁴⁴ teve início – política essa longamente combatida por alguns economistas no Brasil, sob o argumento de que seria responsável por provocar inflação. Também foi em 2005 que a massificação dos programas sociais começou a apresentar seus resultados, confirmando o aumento de renda das camadas mais pobres da população e a consequente melhora do bem-estar.

Sob os efeitos desse cenário político-econômico, Lula enfrentou novas eleições, em 2006. Porém, antes da disputa eleitoral, outra mudança importante iria agitar o governo, no início daquele ano: a queda do Ministro da Fazenda Antonio Palocci, que tinha grande afinidade com o setor financeiro, e a nomeação de Guido Mantega, próximo às correntes heterodoxas, para o posto de máxima importância da economia brasileira. Nas eleições, Lula foi reeleito em segundo turno, sem maiores dificuldades.

Com essas importantes mudanças ministeriais, o governo Lula finalmente conseguiu colocar em prática uma política de cunho nacional desenvolvimentista⁴⁵. Isso sem que houvesse, como analisou Barbosa e Souza (2010) apud Moraes e Saad Filho (2011), uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais; ao contrário, ocorreu, sim, uma inflexão, mas não o advento de uma nova política econômica.

O significado mais amplo das mudanças foi o de dar ativismo ao papel do Estado no domínio econômico, principalmente por meio de: (a) fomento à produção via financiamento de capital e investimentos públicos em infraestrutura; (b) expansão do mercado de consumo

⁴⁴ Em 2005, o governo concedeu um aumento real de 8,2% no salário mínimo, segundo o Ministério do Trabalho

⁴⁵ “O novo-desenvolvimentismo pode ser sintetizado em quatro teses: "(1) Não haverá mercado forte sem Estado forte; (2) Não haverá crescimento sustentado [...] sem o fortalecimento... do Estado e do mercado, e sem implementação de políticas macroeconômicas adequadas; (3) Mercado e Estados fortes somente serão construídos por um projeto nacional de desenvolvimento que compatibilize crescimento ... com equidade social; e (4) Não é possível [reduzir] a desigualdade sem crescimento econômico a taxas elevadas e continuadas" (Sicsú, Paula e Michel, 2005: xxxv apud Moraes e Saad Filho, 2011).

de massa via programas de transferência de renda, elevação do salário mínimo e crédito ao consumo; e (c) apoio à formação das grandes empresas brasileiras, transformando-as em agentes competitivos frente às multinacionais, tanto no mercado interno como no mercado internacional. Política que se tornou possível graças ao crédito e a outros incentivos regulatórios para aquisições e fusões, e também via apoio diplomático, em especial, nas relações Sul-Sul. (MORAIS e SAAD FILHO, 2011).

3.10 2008 (2º Semestre)-2010 (2º Semestre): Reação à crise financeira mundial e recuperação

Essa fase da política econômica do Brasil constitui o principal objeto de estudo deste trabalho e será analisada em detalhe mais à frente (Capítulo 4). O que pode ser aqui adiantado é que, devido à crise do *subprime* nos EUA, o mundo foi atingido por uma crise de liquidez, o que obrigou o governo brasileiro a adotar uma série de medidas anticíclicas, reforçando as políticas heterodoxas iniciadas no período anterior.

3.11 2010 (2º Semestre)-2011 (2º Semestre): Nova inflexão, política “contracionista”

Trata-se de outro período a ser detalhado no próximo capítulo. Aqui, vale apenas ressaltar que, em razão da perspectiva de melhora do cenário internacional, depois de a queda ter atingido economias do mundo inteiro (2009), o Brasil começou a tomar medidas para desacelerar a economia, após uma série de bons anos.

3.12 2011 (2º Semestre)-2013: A Busca pela retomada do crescimento econômico

No segundo semestre de 2011, a crise financeira voltou a mostrar suas garras, dessa vez, no continente europeu. Assim, o Brasil, que buscava frear sua economia, viu-se em meio a uma rota de baixo crescimento. Para recuperar o dinamismo interno do país, o Governo vem

adotando desde então uma série de medidas anticíclicas, aprofundando sua disputa com as forças do mercado financeiro e os defensores das políticas neoliberais.

Após o breve histórico sobre os períodos que marcaram o regime macroeconômico baseado no tripé econômico, é hora de aprofundar a análise para poder avaliar a economia brasileira nos anos 2000. Em primeiro lugar, o objetivo será explicar o funcionamento do tripé econômico; em segundo, serão apresentados os avanços econômicos alcançados na última década – e, por fim, os gargalos que continuam travando a economia brasileira.

3.13 O Funcionamento do Tripé Econômico

Chama-se de tripé econômico ao regime macroeconômico implantado no Brasil por meio de um acordo entre o Fundo Monetário Internacional e o Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999. Como toda política econômica implantada na época, sob a supervisão do FMI, a receita geral era baseada na teoria neoliberal, que enxerga o livre mercado e a estabilização como solução dos problemas econômicos. Ao Estado restava o papel de manter as contas estáveis e não se intrometer na economia.

No regime inspirado no tripé econômico, seria de responsabilidade do governo manter a inflação sob controle, utilizando a taxa básica de juros como único instrumento. Assim, o câmbio deveria ser flutuante e gerido pelo mercado, cabendo ao governo fazer forte ajuste de seus gastos para atingir o superávit primário elevado. Segundo o pensamento neoliberal, o Estado cederia assim por completo o controle da política econômica para deixá-la na mão do mercado, o que faria com que os dois principais índices da economia – a taxa de juros e a taxa de câmbio – ficassem sob a influência das oscilações do mercado. Segundo Bresser-Pereira (2012), o objetivo desse regime era obter:

uma taxa de juros nominal a mais alta possível e uma taxa de inflação a mais baixa possível; o objetivo final é uma taxa de juros real elevada, que remunere os capitalistas rentistas e os financistas que administram sua riqueza.

Porém, como foi enfatizado anteriormente, o que permite entender a longevidade desse regime econômico é a sua flexibilidade – é ela que abre espaço para a adoção de um mix de políticas econômicas, sem mudar as bases do tripé. Assim, ao longo da década, em

especial, após 2006 e mais incisivamente durante a crise, o governo adotou várias medidas de modo a retomar certo controle sobre a política econômica.

Exemplos? As medidas macroprudenciais, com o intuito de disponibilizar novos instrumentos para o combate a inflação e deixar a taxa dentro da meta. Quanto ao câmbio, houve a imposição de impostos sobre os fundos hedges e o fluxo de capital que entra no país. E, em relação ao superávit, o governo retirou os investimentos do seu cálculo, além de flexibilizar a meta a ser atingida.

Com a adoção dessas medidas, fica claro que o regime do tripé econômico, apesar de ter sido criado para atender aos interesses do capital financeiro, permitiu a criação de instrumentos que buscavam mitigar o controle do mercado sobre a economia. Isso não significa que o setor financeiro perdeu sua força em influenciar a economia nacional, mas sim que se procuraram alternativas para adotar um “mix” de políticas econômicas, contemplando outros interesses.

Ou seja, vivemos um momento histórico em que o capital financeiro e seus interesses se tornaram particularmente relevantes nas economias globais. Como foi demonstrado no capítulo anterior, ao incorporar o novo padrão de acumulação capitalista, iniciado no final dos anos 70, o capital fictício se tornou o centro da dinâmica de funcionamento do sistema, impondo sua lógica sobre as outras esferas da economia. Dessa forma, diminuiu drasticamente a capacidade dos Estados nacionais de desenvolverem políticas econômicas nacionalistas e intervencionistas, contrariando os interesses do mercado financeiro, principalmente após a abertura econômica dos anos 1990.

Contudo, a partir da segunda metade dos anos 2000 e, principalmente depois da Crise de 2008, o Brasil teve de buscar novos mecanismos para retomar a capacidade de condução da política econômica, sem romper totalmente com os interesses do capital financeiro e sua lógica, mas, sim, criando novos mecanismos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista atual. A seguir, este estudo vai aprofundar a análise dos três pilares que dão sustentação ao regime macroeconômico, em vigor desde 1999.

3.14 Câmbio flutuante

Escolher um regime cambial adequado constitui uma decisão estratégica de política econômica na medida em que afeta todas as relações de troca de um país com o resto do

mundo. Por meio da taxa de câmbio, define-se o custo médio em dólares do valor agregado (trabalho) e, por sua vez, a demanda por esse trabalho. Essa demanda é composta pelo fator externo, relacionado à capacidade de determinados produtos serem vendidos no exterior, e pelo fator interno, associado ao mercado nacional. Segundo Bresser Pereira (2010, p. 121), o câmbio é a principal variável para o desenvolvimento econômico de uma nação:

Para se desenvolver, um país deve manter seu orçamento público em equilíbrio, sua taxa de juros moderada e sua taxa de câmbio competitiva. Eu sabia disso há muito tempo, e também que dessas três variáveis políticas a mais estratégica era a taxa de câmbio, pois é um poderoso determinante não apenas das exportações e importações, mas também dos salários, do consumo, dos investimentos e da poupança. Assim, uma taxa de câmbio competitiva – uma taxa de câmbio que não está nem sobrevalorizada nem depreciada – desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico.

A taxa de câmbio flutuante, adotada pelo Brasil a partir de 1999, permite que o câmbio sofra oscilação em função da oferta e da demanda no mercado. De um lado, trata-se de um regime positivo, por não deixar o País tão vulnerável à fuga de capitais, como o ocorrido no fim da última década do século passado. De outro, porém, é arriscado deixar ao gosto do mercado uma das principais variáveis do desenvolvimento econômico. Por isso, na última década – em particular, após a crise de 2008 –, os governos optaram em desenvolver mecanismos para tentar intervir no mercado de câmbio e induzir o mercado a não deixar o preço da moeda muito volátil.

Em relação ao regime cambial flutuante, quando a moeda está depreciada, os produtos nacionais ganham competitividade no mercado global; em contrapartida, as importações se tornam mais caras. No caso de a taxa de câmbio ser apreciada, porém, ocorre um encarecimento dos produtos nacionais e, conseqüentemente maior dificuldade desses produtos serem vendidos no exterior, enquanto as trocas externas e as importações ficam mais baratas.

Como é possível observar no próximo gráfico, o Brasil teve o câmbio apreciado durante quase toda a última década, exceto nos anos de crise (2003, 2009, 2012). A valorização do Real trouxe muitos ganhos para quem especulou no mercado brasileiro, pois além de o Brasil pagar os maiores juros do planeta (o que já atraía grande volume de capitais especulativos para o País), o especulador também ganhava com a valorização cambial.

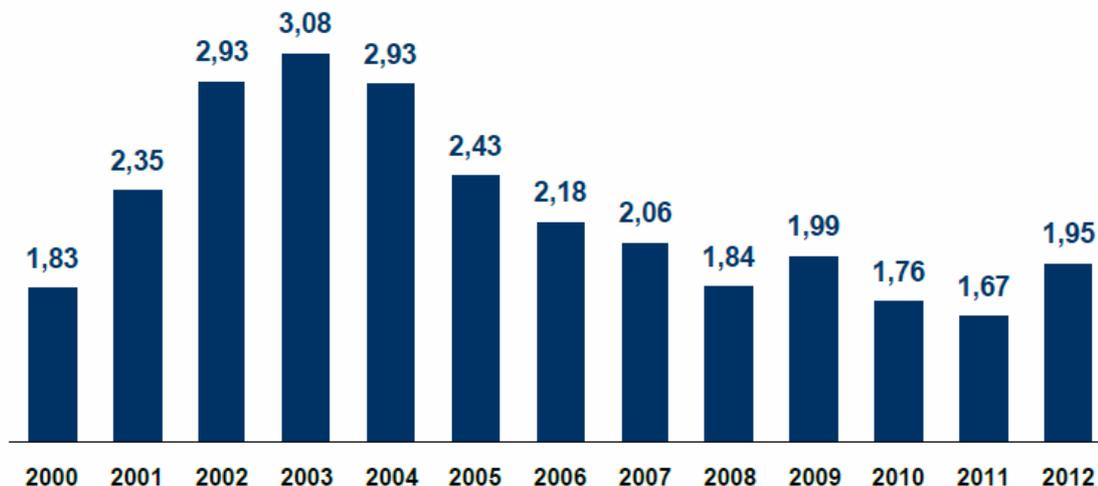


Gráfico 9: Taxa de Câmbio Nominal (R\$/US\$) Média Anual
 Fonte: BCB.

A título de exemplo: se um japonês viesse especular no Brasil e resolvesse investir US\$ 1.000,00 em títulos públicos brasileiros, no momento em que US\$ 1,00 = R\$ 2,00, esse japonês teria de trocar seus dólares por reais, resultando em R\$ 2.000,00. Montante a ser investido em títulos públicos, que renderiam 15% a.a., por exemplo. Depois de um ano, esse especulador tomaria a decisão de vender seus títulos e recuperar o investimento; só que a taxa de câmbio brasileira já tinha se valorizado naquele período, valendo agora US\$ 1,00 = R\$ 1,60. Como o japonês tinha direito ao rendimento de 15% do título, isso significaria o total de R\$ 2.300,00, que, ao serem trocados por dólar, com a nova cotação, valeriam de fato US\$ 1.437,50. Em suma: além de ganhar nos juros do título, quando a moeda nacional se valorizou, o investidor estrangeiro ganharia outro bônus com a taxa de câmbio.

Se, para o setor financeiro, a valorização do Real aumentava seus ganhos no País, para o Governo, o câmbio valorizado, apesar de prejudicar o setor produtivo, servia como pretexto para empurrar os índices da inflação para baixo – com sua valorização, os produtos importados invadiam o País a um preço artificialmente baixo, concorrendo de forma desigual com o produto nacional. Em consequência, essa valorização começou a afetar principalmente a indústria nacional, que sofria com a entrada de produtos externos desde a implementação do plano Real, resultando na queda da participação da indústria no PIB nacional e na perda de

cadeias produtivas. Pior: grandes indústrias perderam mercado, enquanto outras conseguiam grande parte do seu lucro na especulação financeira⁴⁶ e não mais do setor produtivo.

Para mudar esse cenário cambial, será preciso enfrentar fortes resistências na economia e na sociedade. Na economia, o principal entrave é o capital financeiro, atraído pelos altos juros brasileiros, permitindo uma enxurrada de capitais especulativos ao País. Na sociedade, há a presença marcante de uma classe média com padrões de consumo internacionalizado – que reclamaria ao sentir seu poder de compra atingido com a desvalorização da moeda nacional. Já no setor produtivo – que, em tese, seria o principal defensor da depreciação do Real –, há bom número de indústrias que ganha especulando no sistema financeiro; e outras, que estão acostumadas a tomar empréstimos em moeda estrangeira, em razão dos juros altos praticados no País, tendo muito a perder com a desvalorização do Real.

Mais: na última década, ocorreu uma subida vertiginosa dos preços das commodities, o que afetou os termos de troca do Brasil e atingiu o setor produtivo, que perdeu espaço nas exportações do País. Quanto à sobrevalorização da moeda no Brasil e nos países em desenvolvimento, Bresser Pereira (2010, p. 133) opinou:

A tendência da taxa de cambio a sobrevalorização tem duas causas estruturais principais: a doença holandesa e a atração que as altas taxas de lucro e de juros existentes nos países em desenvolvimento exercem sobre o abundante capital internacional, como resultado da escassez relativa de capital existente. São causas estruturais, porque são independentes de políticas econômicas ou da intervenção humana. A segunda causa, porém, é inflada por três políticas, duas delas recomendadas pela ortodoxia convencional (a política de crescimento com poupança externa e o “aprofundamento de capital”), e a terceira com origem nos países em desenvolvimento: o populismo cambial.

Dessa forma, o Brasil, apesar de ter crescido a taxas satisfatórias na década de 2000, não conseguiu aproveitar o período para uma forte retomada do crescimento dos setores produtivos nacionais, o que pode ser explicado em grande parte pela taxa de câmbio, que se encontrava em patamar prejudicial para a produção nacional. Apesar de o Governo ter adotado, a partir de 2011, mecanismos de intervenção no mercado cambial para desvalorizar a

⁴⁶ Durante a crise de 2008, algumas empresas brasileiras tiveram graves problemas financeiros devido à especulação no mercado financeiro.

moeda, como será objeto de análise no próximo capítulo, a moeda ainda se mantém com a taxa apreciada para promover uma retomada da indústria.

Com a taxa de câmbio valorizada, outro risco que se mostra no horizonte do país é o dos déficits sistêmicos na conta corrente que, caso sejam mantidos por um longo período, podem gerar crises semelhantes às dos anos 1990. Observando os dados da conta corrente brasileira na última década, é possível perceber que, após anos de superávit, o Brasil apresentou déficits seguidos nos últimos cinco anos, déficits com tendência de crescimento, o que pode se tornar fator de vulnerabilidade para o País em caso de situação de crise (interna ou externa).

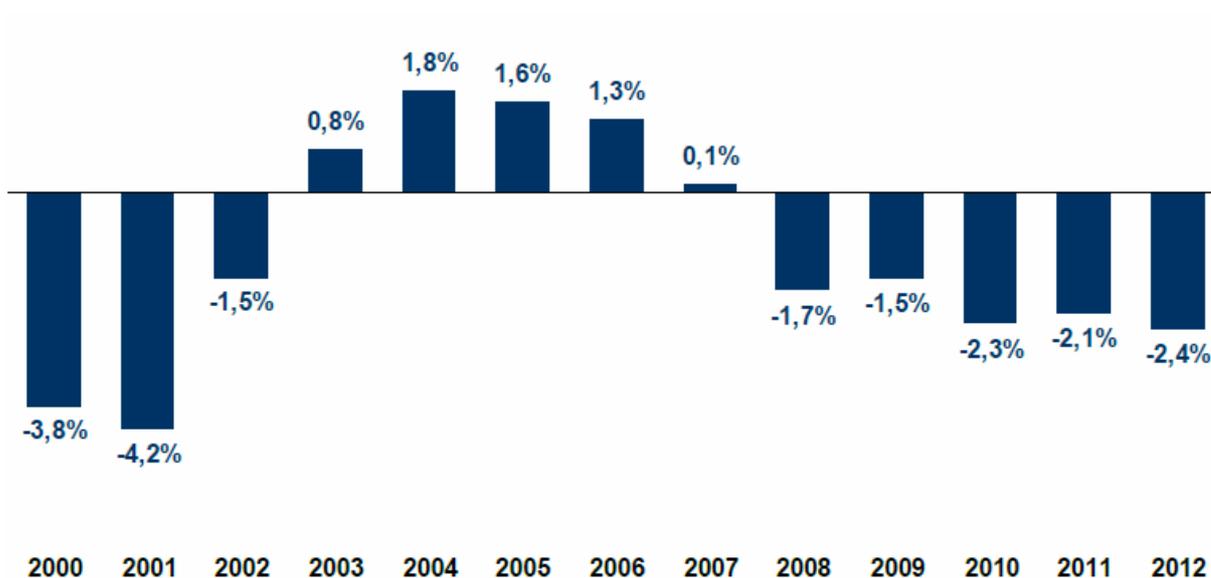


Gráfico 10: Saldo em Transações correntes (em % do PIB)

Fonte: IBGE.

Por fim, analisando o desempenho da política cambial da última década sob a influência do regime flutuante, nota-se que parte do crescimento do mercado interno brasileiro na primeira década de 2000 não foi absorvido internamente em razão da cotação da moeda nacional, que passou a ter sua taxa decidida pelas oscilações do mercado. Além disso, a manutenção da moeda valorizada pode representar risco às contas externas nacionais.

3.15 Metas de Inflação

O novo regime cambial precedeu cronologicamente a instituição do regime de metas de inflação, ocorrido em junho de 1999. O regime de metas de inflação consiste na adoção de meta para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), elaborado pelo IBGE e estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Tal meta deve ser perseguida pelo Banco Central, que tem autonomia total para atingir esse resultado. O instrumento utilizado pelo Banco Central para o alcance das metas inflacionárias é a taxa de juros básica Selic, definida pelo Conselho de Política Monetária (COPOM). No caso brasileiro, existe a margem de erro de dois pontos percentuais para cima e para baixo da meta de inflação, permitindo à economia absorver choques inesperados. Segundo Eichengreen (2002, p. 36):

O regime de metas de inflação é uma forma de condução de política monetária utilizando-se de quatro elementos: compromisso institucionalizado de que a estabilidade de preços seja o objetivo principal da política monetária; mecanismos que permitam ao Banco Central a mensuração do alcance ou não de seus objetivos; anúncio público das metas de inflação e política de comunicação entre Banco Central e o público em geral, a respeito das decisões tomadas e das razões destas.

Essa nova forma de realizar a política monetária começou a ser aplicada, no início da década de 1990, em países como Nova Zelândia, Canadá e Reino Unido. A ideia é propor um limite para o crescimento de um índice de preços pré-estabelecido, sendo essa meta o único objetivo que deve ser perseguido pelo Banco Central. Tem como pressuposto teórico a crença de que a política monetária é ineficaz para afetar as variáveis reais da economia (níveis de produto e do emprego, por exemplo) de maneira consistente e duradoura. Portanto, ao se adotar esse tipo de regime, há um reconhecimento implícito de que o objetivo exclusivo da política monetária em questão é a manutenção de uma taxa de inflação em um patamar pré-estabelecido (em geral, taxa baixa e estável).

O regime se apoia na ideia de que há um hiato de produto (diferença entre produto real e potencial). Caso a economia cresça mais que o produto potencial, a autoridade monetária prevê a possível ação de pressões inflacionárias, já que o aumento da demanda criará maior procura por bens e serviços, o que pressionaria os preços desses para cima, pois a oferta não consegue acompanhar a demanda. A qualquer manifestação semelhante, o Banco

Central faz uso de seu mecanismo principal – alterações na taxa de juros (no caso, elevação da taxa) para tentar conter as pressões.

Não há consenso quanto à adoção de um regime de metas de inflação combinado ao regime de câmbio flutuante. Como afirma MaryseFarhi (2007), a combinação de metas inflacionárias e a taxa de câmbio flutuante sujeita a grandes oscilações tem se mostrado, no Brasil, uma combinação de políticas econômicas particularmente perversa, levando a recorrentes episódios de *stop and go*. Isso porque, em economias emergentes como a brasileira, há uma grande vulnerabilidade externa em relação aos fluxos internacionais de capital, gerando expressivas desvalorizações da taxa de câmbio, como visto anteriormente.

Tal volatilidade tem provocado surtos inflacionários por meio da transmissão (*passtrough*) da desvalorização cambial aos preços, segundo Farhi (2007, p. 15):

A correia de transmissão parte das taxas de juros para a taxa de câmbio por meio da paridade descoberta de juros que liga os diferenciais de taxas de juros a movimentos esperados da taxa de câmbio. Assim, um aumento das taxas de juros domésticas, e relação às taxas dos demais países, conduz a uma apreciação cambial e a uma redução tanto das exportações como da demanda agregada total.

Ou seja, evidencia-se assim a correlação entre política cambial e política monetária. Correlação que se torna ainda mais intensa, no caso brasileiro, devido à estrutura de formação dos preços do país, visto que as variações nas taxas de câmbio influenciam os preços dos bens e serviços. Segundo Farhi, 69% do índice perseguido pelo Banco Central, o IPCA, é composto por bens comercializáveis (que compõem a pauta do comércio exterior) e por produtos e serviços de preços administrados (contratos que são reajustados com base nos Índices Gerais de Preços, o IGP's), que são particularmente sensíveis à taxa de câmbio e aos demais choques de oferta. Logo, prossegue Farhi, “essa particularidade faz com que a evolução do índice de preços que condiciona a política monetária brasileira seja muito mais sensível aos choques exógenos e à variação cambial do que as demais economias emergentes” (p.24).

Assim, a combinação destas políticas macroeconômicas (câmbio flutuante e regime de metas de inflação) deixava evidente sua capacidade de transmitir a instabilidade gerada nos mercados financeiros à atividade econômica. Fica, portanto difícil acreditar que a política

monetária não influencie o lado real da economia. Ao contrário: salta à vista a sua intenção de privilegiar a esfera financeira (FARHI; 2007).

Superávit Primário

Assim como a política monetária e cambial, a política fiscal adotada pelo governo brasileiro na última década vislumbrava obter maior credibilidade do mercado internacional. O que vale aqui destacar, no entanto, é que a necessidade de destinar os recursos públicos para a obtenção de superávits primários, exigidos para garantir a sustentabilidade da dívida pública, tirou do governo a capacidade de investir. Além disso, a política monetária conservadora criou efeitos perversos sobre a política fiscal, que se viu obrigada a exercer forte corte na expansão dos gastos para não colocar em risco o movimento da dívida pública, o que acabaria por comprometer o superávit primário, influenciando negativamente a imagem do país no cenário externo.

A necessidade de o setor público alcançar elevados superávits primários refletiu uma das principais bandeiras da política ortodoxa neoliberal. A criação do superávit primário permite uma divisão entre as despesas orçamentárias e os gastos financeiros realizados pelo Estado. Mais: esses gastos financeiros, com juros e pagamento de serviços da dívida pública, não são contabilizados como despesas. Assim, o setor público é forçado a fazer um grande esforço fiscal de corte das despesas orçamentárias, que incluem gastos de saúde, educação, investimento. Com isso, os resultados dos cortes de gastos do orçamento são dirigidos para o pagamento das despesas financeiras, ou seja, os cortes acontecem nas despesas “não-financeiras” de modo a assegurar que as despesas que beneficiam o setor financeiro não sofram mudanças.

Com a hegemonia financeira verificada nas últimas décadas, a dívida dos países tem servido de grande fonte de especulação e financiamento do setor financeiro – inúmeros governos chegam a ser literalmente chantageados pelos mercados: se não aceitarem a orientação fiscal sugerida, vão sofrer os efeitos de ataques especulativos (criação de expectativas negativas, por exemplo), que provocam instabilidade política e acumam os governantes.

Nessas condições, é fundamental para o Estado manter a relação Dívida/PIB controlada, além de aumentar o percentual da dívida em títulos pré-fixados, de modo a diminuir o risco de ataques especulativos do mercado sobre a sua situação fiscal. O que afeta

as expectativas dos empresários nacionais, bem como dos investidores estrangeiros, colocando em cheque a economia do País. Ter a questão fiscal controlada é, portanto condição vital para a saúde econômica.

3.16 Avanços e Gargalos da Economia Brasileira

Apesar da adoção do regime macroeconômico baseado no tripé econômico e de todos os entraves para o desenvolvimento daí originados, o Brasil dos anos 2000 foi cenário de avanços, que transformaram a estrutura social brasileira e as correlações de forças que sempre governaram o País. Mesmo assim, gargalos oriundos das políticas econômicas dos anos 1990 e de outros problemas estruturais continuam a afetar a economia brasileira.

Nos próximos tópicos, serão apresentados os avanços e os entraves da economia nacional na primeira década do século 21. Retrospecto que se justifica por ser o período marcado por nova correlação de forças econômicas, a mesma que irá enfrentar a crise de 2008.

3.16.1 Avanços

Ascensão da Classe Trabalhadora

No futuro, quando for feita uma avaliação por parte dos historiadores da primeira década do século 21, a característica que lhe tornará única será, sem sombra de dúvida, a queda das desigualdades sociais no Brasil. O País, reconhecido por abrigar uma das piores distribuições de renda do planeta, pela primeira vez, era capaz de melhorar esses índices graças a uma profunda transformação no campo social. É verdade que ainda é preciso avançar muito para dispor de uma estrutura social minimamente civilizada. Porém, não é porque ainda não foram alcançados os índices (mínimos) de desigualdade dos países desenvolvidos que se deve menosprezar os inexoráveis avanços obtidos nos últimos anos. Em relação a essa situação, Pochmann (2013, p. 145) diz:

No ano de 2000, a economia brasileira era a 13ª do mundo, o desemprego aberto atingia quase 11 milhões de pessoas e o rendimento do trabalho respondia por somente 39% da renda nacional. Vinte anos antes, em 1980, o Brasil encontrava-se entre as oito maiores economias do mundo, com menos de 2 milhões de desempregados e o rendimento do trabalho representava a metade da renda nacional. O Brasil recuperou o dinamismo econômico e o rendimento das famílias cresceu generalizadamente nos anos 2000. Mas, vale notar, isso também ocorreu nos anos 1970 – e de forma mais intensa –, sem ter resultado na diminuição simultânea da pobreza e da desigualdade de renda do trabalho.

Tal mudança nas condições sociais do País foi possível graças à geração e à formalização do emprego, ao aumento do salário mínimo, à massificação dos programas sociais e ao aumento do crédito – exatamente os quatro pilares que permitiram ao País dar um salto de qualidade na questão social.

Em relação ao emprego, segundo o Ministério do Trabalho, foram criados mais de 16,8 milhões de vagas, desconsiderando-se as contratações do setor público, nos últimos dez anos. Tema em destaque no gráfico a seguir



Gráfico 11: Emprego Formal: Novos Postos de Trabalho (Milhares)

Fonte: MTE/CAGED e RAIS. Elaboração: Ministério da Fazenda.

São dados que evidenciam o desempenho superior ao dos anos 1990, década marcada pela baixa geração de postos de trabalho e pelo aumento vertiginoso dos índices de desemprego. A propósito: o número elevado de novos postos de trabalho provocou a queda de

mais de 50% nas taxas de desemprego, que caíram de 12,3%, em 2003, para 5,5%, em 2012 – dados destacados no próximo gráfico.

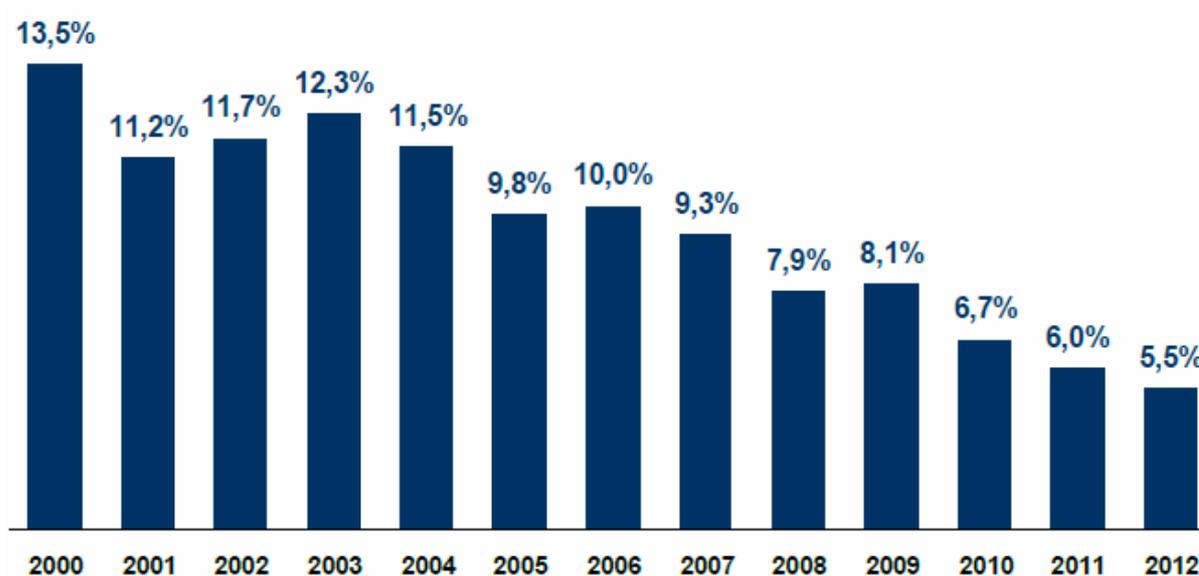


Gráfico 12: Taxa de Desemprego (% PEA)
Dados em: % da população economicamente ativa
Fonte: IBGE

Com a queda nas taxas de desemprego e a melhora nas taxas de crescimento econômico, os trabalhadores conseguiram grandes avanços nas negociações salariais. Em 2012, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), 95% das negociações trabalhistas então ocorridas no Brasil resultaram em ganhos reais aos salários. O próximo gráfico demonstra que, a partir de 2004, os trabalhadores passaram a ter aumento real em seus salários, ou seja, acima da inflação. Ganhos que estão relacionados ao desempenho do mercado de trabalho, ao crescimento econômico do País e aos aumentos reais nos salários mínimos.

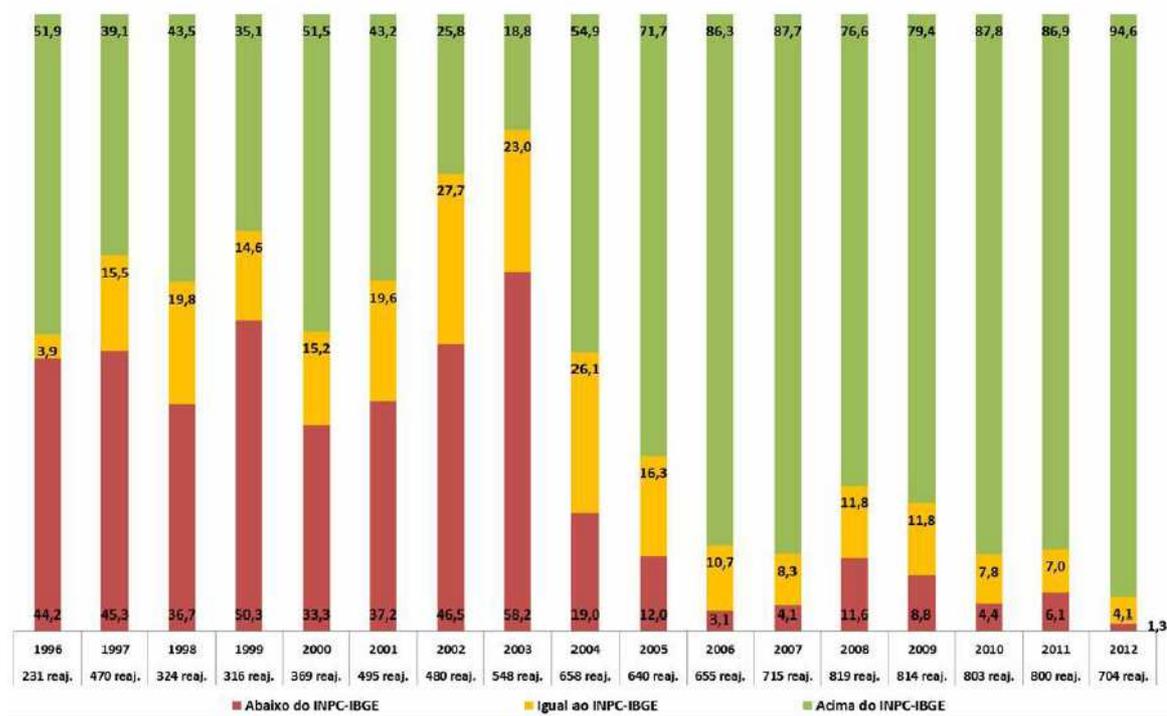


Gráfico 13: Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE Brasil- 1996 a 2012
 Fonte: DIEESE. SAS - Sistema de Acompanhamento de Salários.

Segundo Pochmann (2013), 95% dos empregos gerados na década de 2000 foram postos de trabalho com rendimento de até 1,5 salários mínimos mensais. Porém, é importante ressaltar, que nesse período houve um aumento do salário mínimo bem acima da inflação. Dessa forma, se supõem que esse dado se deve a forte formalização do emprego e mesmo sendo a maior parte de baixos salários ocorreu um aumento da renda. Portanto, concluiu-se que em relação ao trabalho, houve um aumento da geração de emprego e renda principalmente para as classes sociais mais baixas.

Em relação ao salário mínimo, a partir de 2005, ocorreu uma mudança estrutural em sua política de reajuste. Apesar de ele ter crescido, na década de 90, acima da taxa de inflação em alguns anos, na década seguinte, a política de valorização do salário-base da economia se tornou política de Estado e, diferentemente da previsão de muitos analistas, não causou descontrole inflacionário.

Na verdade, essa política de avanço real no valor do salário mínimo ajudou – e muito – a fortalecer o rendimento de grande parcela da população: segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o salário mínimo incide diretamente sobre o dia a dia de 27,5 milhões de trabalhadores, assim como o de 18,4 milhões de aposentados e pensionistas. Ou seja: direta ou indiretamente, 45,9 milhões de pessoas são afetadas por qualquer mudança

que possa ocorrer com a política sobre o salário mínimo. O que gera impacto importante na distribuição da renda e do trabalho, fortalecendo o mercado interno.

Ano	Salário Mínimo R\$	Aumento Real (%)
2003	240,00	1,23
2004	260,00	1,19
2005	300,00	8,23
2006	350,00	13,04
2007	380,00	5,1
2008	415,00	4,03
2009	465,00	5,79
2010	510,00	6,02
2011	545,00	0,37
2012	622,00	7,59
2013	678,00	2,73
Total do Período		70,49

Tabela 11: Reajuste do Salário Mínimo 2003-2013

Fonte: DIEESE.

A tabela 11, que acaba de ser destacada neste trabalho, prova que o salário mínimo cresceu 55,32% acima da inflação nos últimos dez anos. Em tempo: a política de valorização do salário mínimo diz respeito ao acordo entre governo e centrais sindicais que prevê a reposição integral da inflação, além do acréscimo da variação do PIB de dois anos antes da vigência do novo valor.

Por fim, outro resultado importante a salientar em relação ao mercado de trabalho e ao aumento salarial é a maior participação dos salários no PIB. Como é destaque do gráfico a seguir, nos anos 1990, o salário perdeu participação em relação ao PIB por motivos já analisados neste estudo; porém, em razão das melhorias obtidas pelo governo Lula, o salário recuperou essa participação ainda na primeira década do século 21.

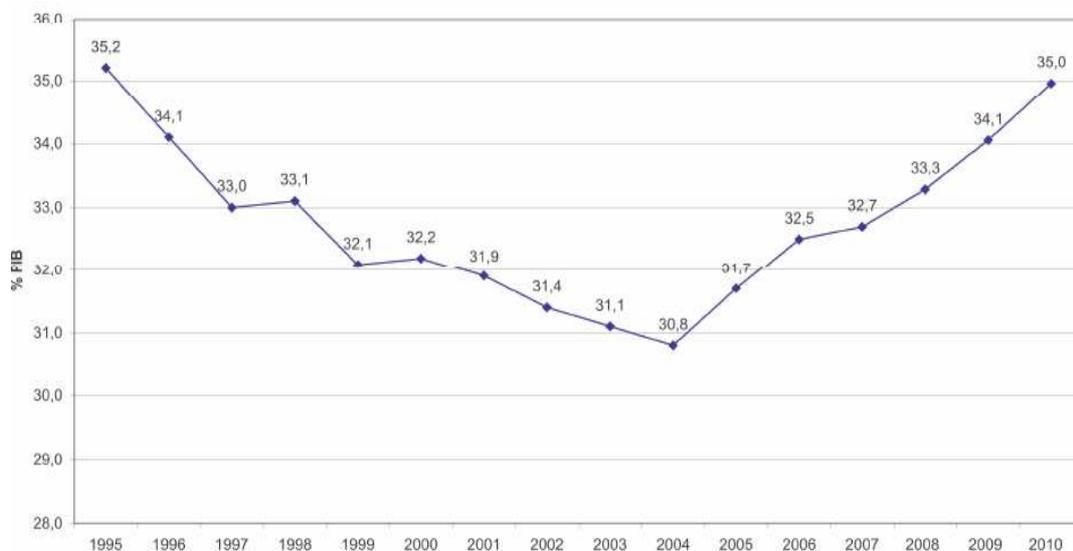


Gráfico 14: Participação dos salários no PIB

Fonte: IPEA e IBGE.

O terceiro fator responsável pela queda da desigualdade no Brasil e pela ascensão da classe trabalhadora é a massificação dos programas sociais. Programas que tiveram início durante o governo FHC, no final dos anos 1990: tanto o Banco Mundial quanto o FMI pregavam a sua adoção como forma de diminuir os efeitos perversos do aumento das desigualdades, sobretudo a partir dos anos 1980.

Acontece que o governo de Luis Inácio Lula da Silva, eleito em 2002, tornou bandeiras de sua administração exatamente a diminuição da pobreza e a queda da desigualdade. Os programas sociais passaram então a ser foco de um processo de massificação e centralização, tornando-se fundamentais para o processo econômico ao incorporar no mercado de consumo milhões de brasileiros, antes totalmente excluídos.

Como é possível apreciar no gráfico a seguir, o programa Bolsa Família, o principal exemplo de programa social criado durante o Governo Lula, revolucionou os programas sociais até então implantados no Brasil. Se, em 2003, existiam 3,6 milhões de famílias inscritas em programas sociais, resultando em investimentos da ordem de R\$ 600 milhões, hoje esse programa conta com a inscrição de 13,8 milhões de famílias, o que representa mais de 50 milhões de pessoas beneficiadas, graças ao orçamento da ordem de R\$ 21,5 bilhões.

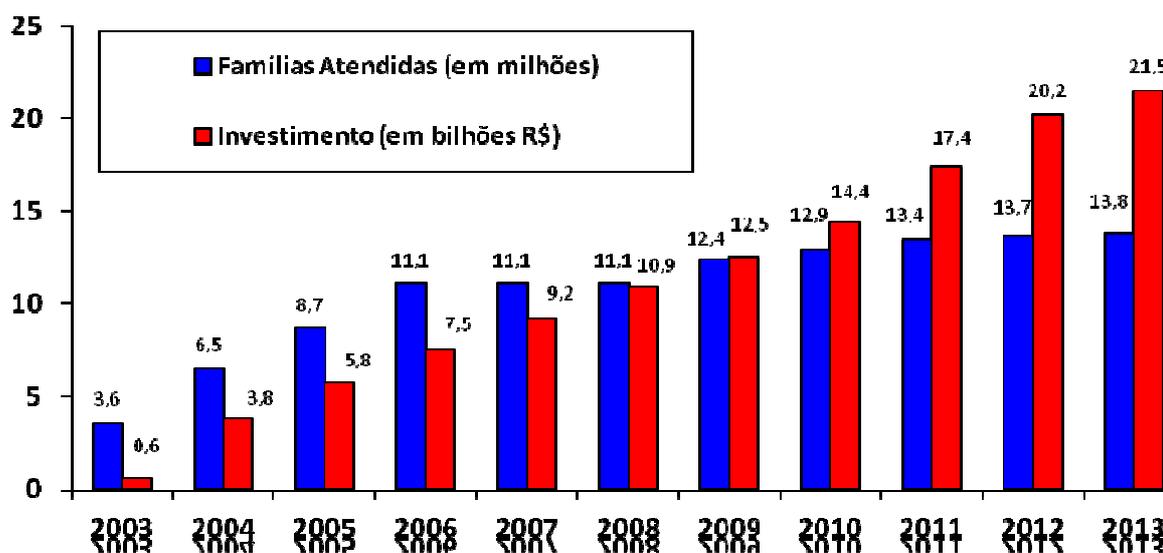


Gráfico 15: Famílias atendidas e investimento do Bolsa Família
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

Apesar do forte aumento dos investimentos com o Bolsa Família, quando se faz a comparação de sua importância de multiplicador para a economia com a sua representatividade em relação ao PIB, percebe-se que todo o dinheiro gasto até hoje com esse programa social representou apenas 0,5% do PIB nacional.

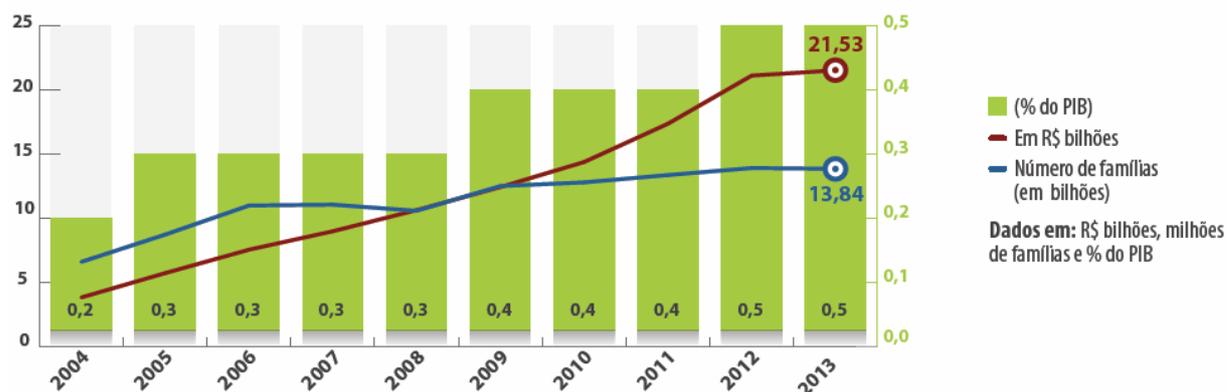


Gráfico 16: Programa de Transferência de Renda: Bolsa Família (R\$ bilhões, milhões de famílias e % do PIB)
 Fonte: MDS e Banco Central do Brasil. Elaboração: Ministério da Fazenda.

Apesar de ser pequeno o valor em relação ao PIB, quando é feita uma análise dos investimentos federais na área social *per capita*, nota-se a ocorrência de um forte aumento na última década – o valor do investimento por pessoa mais do que aumentou duas vezes, em reais. O que é demonstrado no gráfico a seguir:

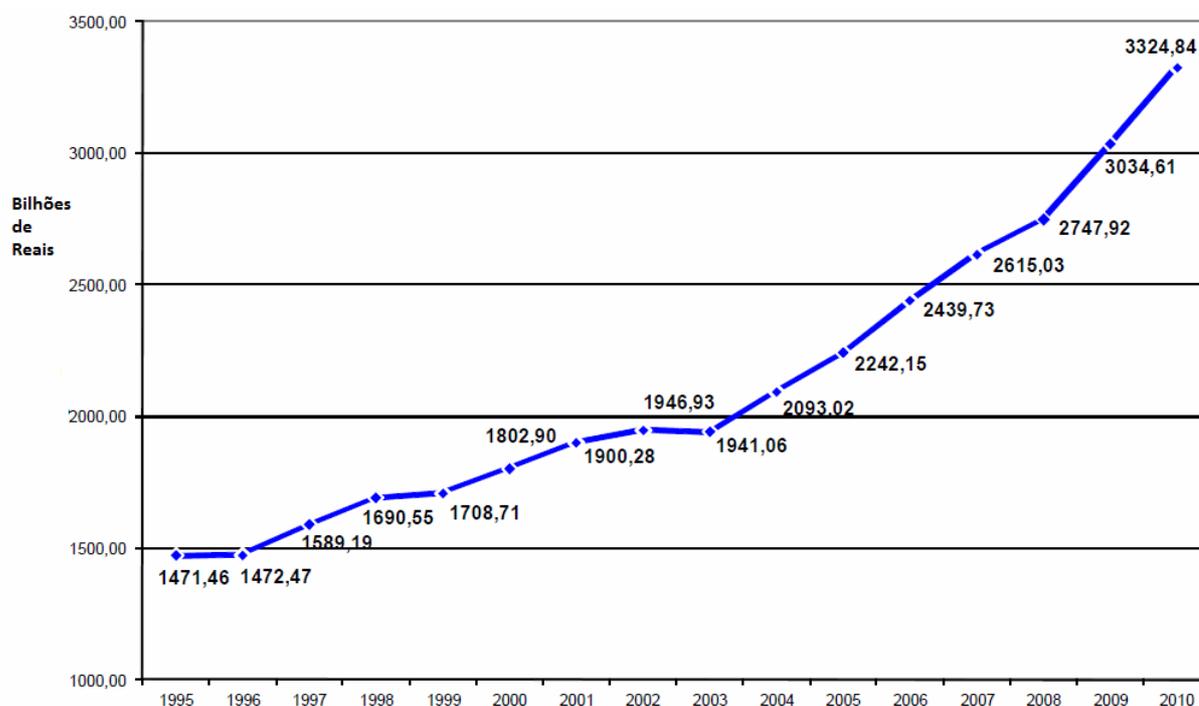


Gráfico 17: Trajetória do Gasto Social Federal per capita, 1995 a 2010

Fonte: SIAFI/SIDOR e Ipeadata. Elaboração: Disoc/Ipea.

Como os gastos sociais aumentaram significativamente, eles serviram de multiplicador econômico importante, principalmente nas regiões mais carentes do País. Também ocorreu, nesse período, o fortalecimento do mercado interno, assim como o aumento do volume de crédito na economia brasileira – um dos principais vetores a propiciar o aumento considerável do consumo, na última década.

Em relação ao volume de crédito da economia brasileira, vale lembrar o que ocorreu nos anos 1990, quando a deflagração das crises internas e externas provocou um ciclo de juros altos e baixo crescimento. Houve ainda uma queda na taxa de crédito da economia, em patamares muitos baixos para uma economia de modelo capitalista. Em contrapartida, nos anos 2000, fatores como a maior liquidez internacional, o melhor desempenho econômico do

Brasil e a queda realtiva nos juros deram impulso ao crédito, que teve forte alavancagem e quase dobrou sua percentagem em relação ao PIB.

Nos primeiros anos do Governo Lula, reformas microeconômicas tiveram a importância de facilitar o acesso ao crédito, como explica Barbosa (2013, p. 74):

O período de 2004 a 2005 também foi marcado por duas pequenas reformas financeiras, que contribuíram para a expansão do crédito nos anos seguintes. Do lado das empresas, a reforma da Lei de Falências, em 2004, ajudou na expansão do crédito, uma vez que simplificou e agilizou a recuperação de empréstimos em caso de dificuldades financeiras por parte do devedor. Do lado das famílias, a principal inovação financeira foi a introdução e difusão do crédito pessoal a ser pago com base na retenção de parte do salário do devedor. Chamada de “crédito consignado”, essa iniciativa foi fruto de uma sugestão da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e começou com um acordo entre os sindicatos e as instituições financeiras, no final de 2003. Nos anos seguintes o mesmo produto foi estendido aos servidores públicos e aos aposentados pelo INSS, ampliando substancialmente a oferta de crédito às famílias brasileiras.

O resultado desse conjunto de ações foi fortalecido também com uma política mais ativa dos bancos públicos no aumento do volume de crédito, bem como, a partir de 2012, com a queda dos *spreads* para aumentar os financiamentos no País.

Como podemos ver no gráfico 18 a relação Crédito/PIB teve um crescimento de 134% entre 2003 a 2012, saltando de 22,8%, em 2003, para 55,3% em 2012.

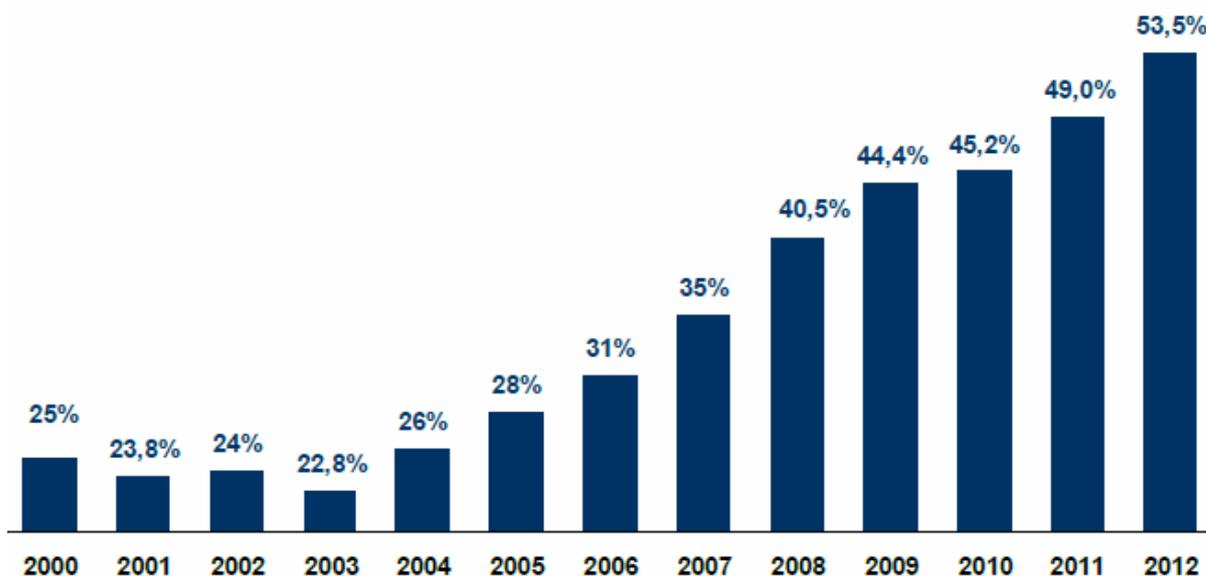


Gráfico 18: Volume de Crédito no Sistema Financeiro Nacional (Em % PIB)

Fonte: BCB.

A melhora desses indicadores conduziu ao melhoramento das condições sociais do País, principalmente na base da pirâmide de renda, resultando na queda na desigualdade. Segundo a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Desigualdade, pobreza e políticas de renda*, entre 2001 e 2011, os 10% mais pobres da população do Brasil tiveram um crescimento de renda acumulado de 91,2%, enquanto os 10% mais ricos obtiveram, no mesmo período, um incremento de 16,6% da renda acumulada.

O aumento de renda das camadas mais pobres do País, a um nível superior ao das camadas do topo da pirâmide, é evidenciado pela análise do índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda da sociedade, das últimas décadas (em destaque no próximo gráfico). Pois, foi precisamente nos anos 2000 que aconteceu, de modo inédito, uma queda consistente nesse indicador de desigualdade, como explica Pochmann (2013, p; 156):

(...) pela primeira vez, combinar maior ampliação da renda por habitante com redução no grau de desigualdade na distribuição pessoal da renda do trabalho. Recuperou-se também a participação do rendimento do trabalho na renda nacional e houve um quadro geral de melhora da situação do exercício do trabalho, com a diminuição do desemprego e o crescimento do emprego formal.

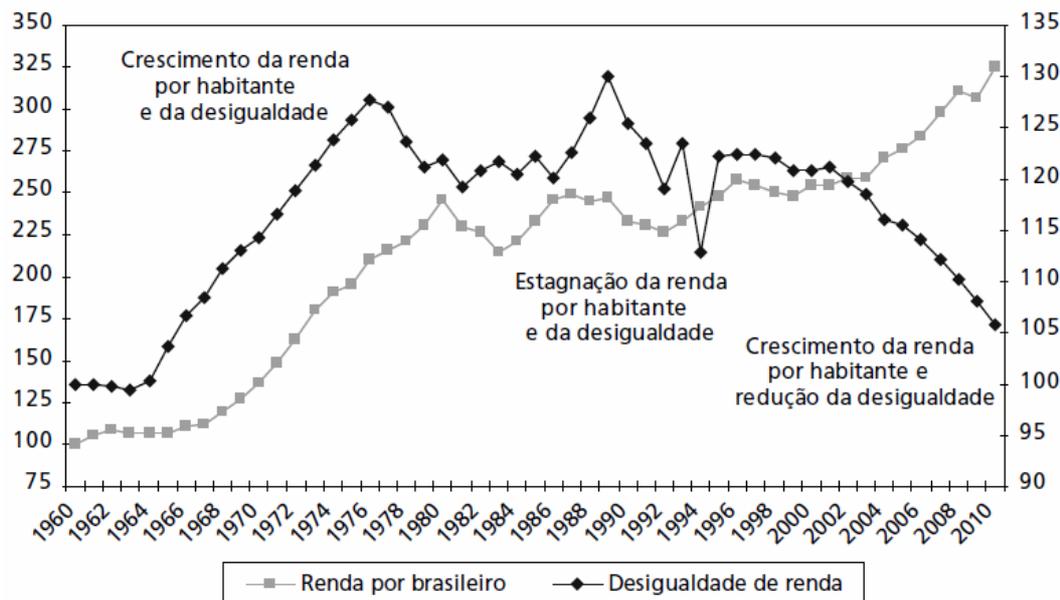


Gráfico 19: Evolução dos índices da renda por habitante e da desigualdade na distribuição pessoal da renda no Brasil

Obs.: Índice de Gini e 1960=100

Fonte: IBGE/Contas Nacionais (elaboração Ipea).

Esse fenômeno se explica pelo fato de o perfil do crescimento brasileiro, nessa década, ter sido distinto dos outros períodos. Como podemos ver no gráfico 20, elaborado por Ricardo Carneiro (2010, p.10), o que propiciou a arrancada do crescimento brasileiro, no início dos anos 2000, foi o crescimento da demanda externa oriundo da aceleração do crescimento do comércio internacional; porém, a partir de 2004, foi a demanda doméstica a grande responsável pelo aumento do PIB nacional (CARNEIRO,2010).

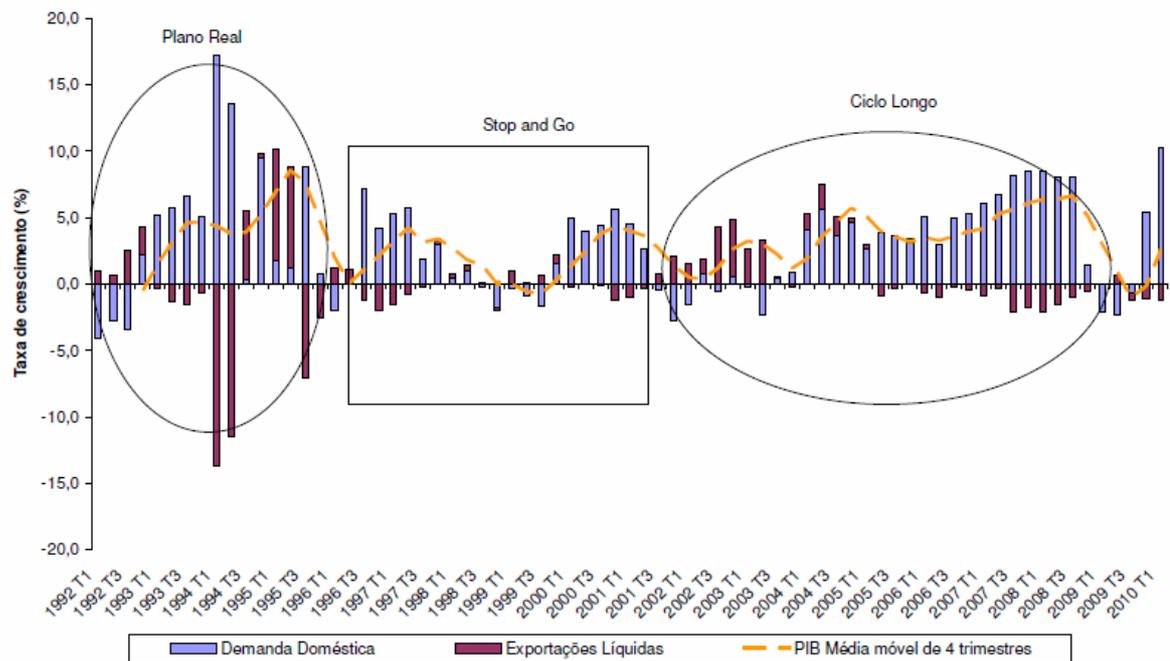


Gráfico 20: PIB – Decomposição do crescimento

Fonte: IBGE, Contas Nacionais.

Ou seja, a ascensão da classe trabalhadora criou um mercado interno robusto, o grande motor da economia brasileira, diferentemente do que ocorreu em outras décadas em que tivemos crescimento, mas sem inclusão social, ao contrário, com aumento substancial da desigualdade. A conjuntura externa favorável também teve papel fundamental por retirar o Brasil da crise do final dos anos 1990 e melhorar as condições das contas externas nacionais, diminuindo a vulnerabilidade em que o País se encontrava.

O gráfico anterior deixa claro que a dinâmica desse período de crescimento econômico esteve relacionada à inclusão social com o consequente fortalecimento do mercado interno brasileiro. Tese defendida por Celso Furtado⁴⁷, que sempre defendeu a ideia de que o Brasil só iria se desenvolver quando diminuísse suas desigualdades.

Por fim é fundamental salientar que, apesar da melhora em praticamente todos indicadores sociais nos últimos anos, o Brasil continua sendo um país extremamente desigual e com gravíssimos problemas sociais. Nesse sentido, podemos terminar o presente tópico com

⁴⁷ Segundo Celso Furtado, a superação do subdesenvolvimento só seria possível por meio um projeto nacional que passava pela industrialização, pelo fortalecimento do mercado interno, pela redução da desigualdade social e pela distribuição de renda. Fonte: FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

a conclusão de Barbosa (2012, p. 139) em seu estudo *O Brasil Real: a desigualdade para além dos indicadores*:

Pode-se dizer, em primeiro lugar, que o Brasil ainda é Brasil. A queda no índice de Gini desde 1995- mais concentrada no período 2003-2009- não foi suficiente para impedir que a desigualdade se mantenha como um dos traços mais marcantes da sociedade brasileira (...)

Entretanto, fica também evidente que o Brasil pode ser muito mais que o Brasil. A economia brasileira voltou a crescer e gerar empregos. Novas políticas sociais foram implantadas, reduzindo a pobreza do país. Trata-se, de fato, da primeira vez na história brasileira que se reduz desigualdade e pobreza num período de consolidação das instituições democráticas.

Ambiente externo favorável e a diminuição da vulnerabilidade

Se a ascensão da classe trabalhadora foi a grande marca da primeira década do século 21, deve-se ressaltar, porém, que a mudança no cenário externo foi fator vital para estimular o Brasil a sair da crise que perdurou de 1999 até 2004, recuperando as contas externas e retornando a crescer. O grande responsável por essa mudança na economia internacional foi a China, que se tornou, na última década, a principal fonte de crescimento da economia global. O elevado ritmo de expansão daquele país fez com que se tornasse o segundo maior PIB do planeta (US\$ 8,28 trilhões, em 2012), o maior produtor global de manufaturas e ávido consumidor de matérias-primas.

São inúmeros os fatores que permitiram esse *boom* chinês⁴⁸, que não serão aqui aprofundados por estarem longe do foco desta dissertação. O que se deve enfatizar, no entanto, é que o crescimento chinês fez com que os preços das *commodities* se elevassem, gerando forte queda nos preços das manufaturas devido ao baixo custo de mão de obra chinesa e ao câmbio desvalorizado.

Para compreender os efeitos da ascensão chinesa para o Brasil e para outros países periféricos, merece ser transcrito um trecho do estudo “A Crise Financeira Global e as Perspectivas da Economia Chinesa”, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2008, p. 2):

⁴⁸ Para maiores informações sobre o desenvolvimento econômico da China, ler: ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

O ambiente corrente da economia mundial contrasta de forma marcante com aquele experimentado desde o final de 2002. Neste período, encerrado pela crise financeira, verificou-se um ciclo de elevado crescimento da renda, ampliação do comércio internacional, recuperação do dinamismo de economias periféricas que se encontravam em um estado de semi-estagnação desde o final dos anos 1970 e, mais importante, de explicitação de uma nova estrutura da economia mundial, onde alguns países emergentes passaram a participar com maior intensidade na determinação do ritmo de expansão da economia global. Nesse novo contexto, a tão esperada ascensão chinesa deixou de ser uma promessa para se tornar o fator mais relevante a moldar a ordem econômica e política internacional.

Em suma: o cenário internacional, a partir do final de 2002, passou a favorecer o crescimento de economias emergentes como a brasileira. Essa mudança no cenário externo teve reflexos nos saldos da balança comercial, como mostra o gráfico a seguir:

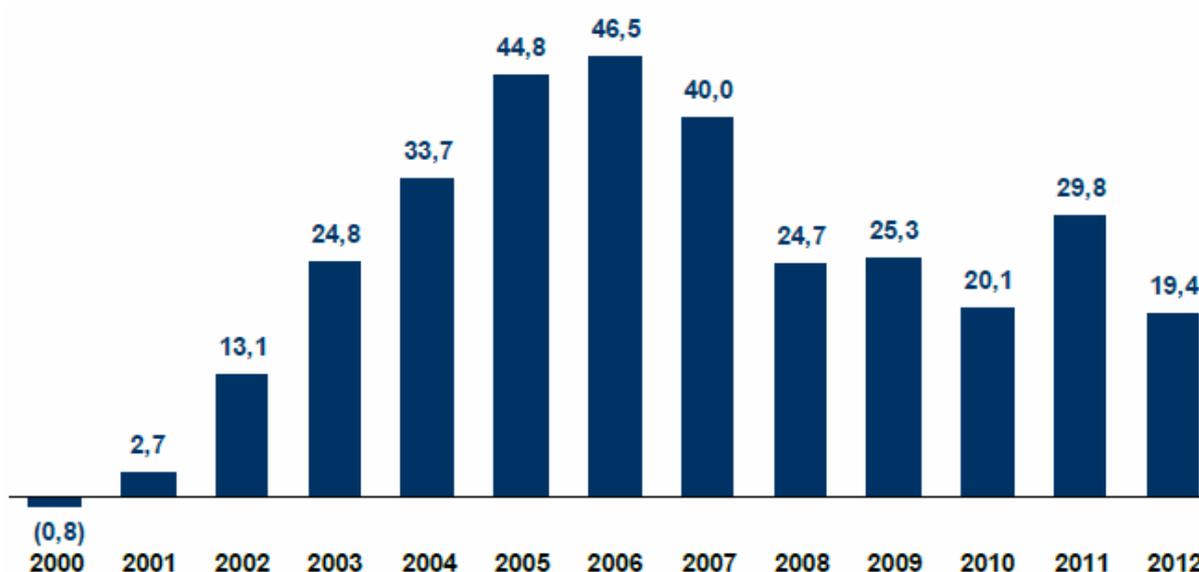


Gráfico 21: Saldo da Balança Comercial (R\$ Bilhões)
Fonte: Ipeadata IBGE

Assim, já em 2002, o saldo da balança comercial alcançava pouco mais de US\$ 13 bilhões de dólares, cerca de cinco vezes mais elevado que o do ano anterior. Esse movimento de ascensão continuou praticamente incólume até 2008 (ano da crise), atingindo o pico no ano de 2006, quando o saldo da balança comercial foi de quase US\$ 46,5 bilhões de dólares.

A tabela 12, em destaque a seguir, induz à análise do índice de relação de troca do Brasil e dos países da América do Sul reconhecidos historicamente como importadores de matéria-prima. Percebe-se que houve um aumento nesses índices, propiciando crescimento e aumento da renda na região. No caso brasileiro, como explica Ricardo Carneiro (2009, p. 26), o País “beneficiou-se indiretamente por ser um exportador de manufaturas para a América Latina, cuja capacidade para importar se ampliou substancialmente no ciclo recente”.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Argentina	100	99.7	89.6	96.2	98.4	96.4	100.5	102.9	112.5
Bolívia	100	96.2	113.9	127.4	135.2	141.5	169.9	164.1	166.5
Brasil	100	98.2	96.6	96.2	98.3	102.1	108.1	112.5	116.7
Chile	100	93.1	95.9	100.4	118.4	130.9	166.5	170.5	158.3
México	100	97.7	98.2	98.4	100.6	103.1	103.8	104.8	107.5
Venezuela	100	82.6	87.2	96.6	114.8	150.2	179	196.2	250.3
América Latina	100	96.4	96	97.3	101.7	107	113	115.8	120.4

Tabela 12: Índice de Relações de Troca (2000 = 100)
 Fonte: Cepal.

Além do aumento das exportações e dos índices de relação de troca, nesse período, ocorreu uma reorientação da política externa e da corrente de comércio brasileira; com isso, o País diversificou a rede de destinatários dos seus produtos, antes vendidos sobretudo para os EUA e a União Europeia. O comércio com o Mercosul, por exemplo, teve forte aumento, saltando de US\$ 3,3 bilhões, em 2002, para US\$ 22 bilhões, em 2008, estimulado, em especial, pelo crescimento dos negócios com a Argentina. A China se tornou parceiro fundamental do Brasil, que foi além, expandindo seus interesses comerciais com outros países da Ásia e da África. Resultado? Redução da dependência comercial com os mercados norte-americano e europeu, como fica evidente no gráfico a seguir (Mercadante; 2010).

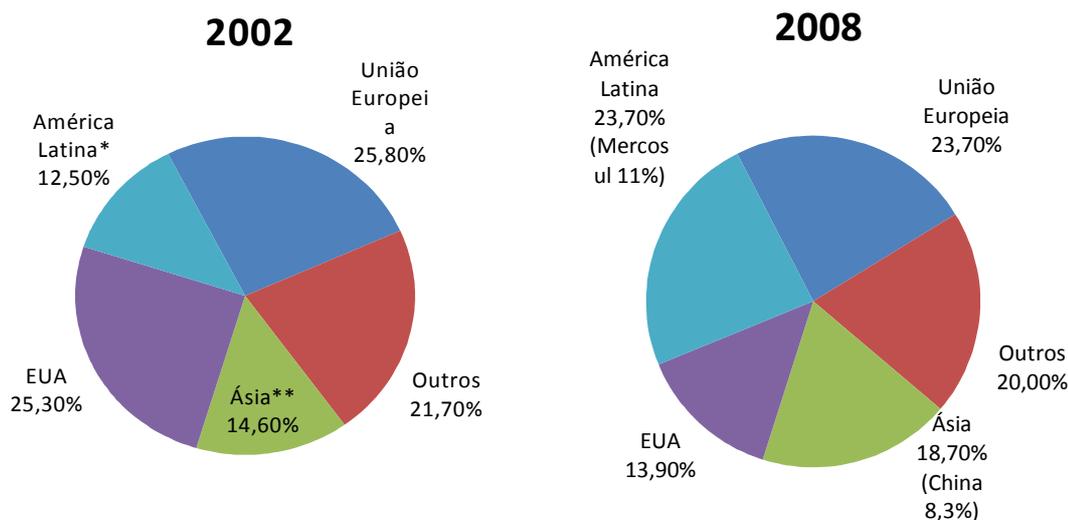


Gráfico 22: Estrutura das exportações por países e blocos econômicos
 Fonte: MDIC.

Mas, nem tudo foi positivo nesse processo. A pauta exportadora brasileira concentrou-se cada vez mais em commodities agrícolas e industriais, produtos de baixa intensidade tecnológica e bens intensivos em trabalho e recursos naturais. Com o apetite chinês por matérias-primas e concorrência dos seus produtos em mercados relevantes para exportação brasileira de manufaturas, afora a situação de um Real valorizado, acentuou-se a tendência à especialização primária de nossa pauta de exportações (Mercadante; 2010).

O cenário externo favorável, que gerou entrada de divisas no País por meio de saldos na balança comercial, também gerou forte entrada de capital financeiro. Nesse quadro, o governo optou por uma estratégia defensiva, de construção de um “colchão” de desestabilização cambial ou financeira. O Banco Central intensificou sua intervenção no mercado de câmbio, comprando divisas para recompor reservas, além de não renovar os títulos da dívida pública indexados ao câmbio. Como resultado, houve acúmulo de um grande volume de reservas internacionais, como demonstra a próxima tabela.

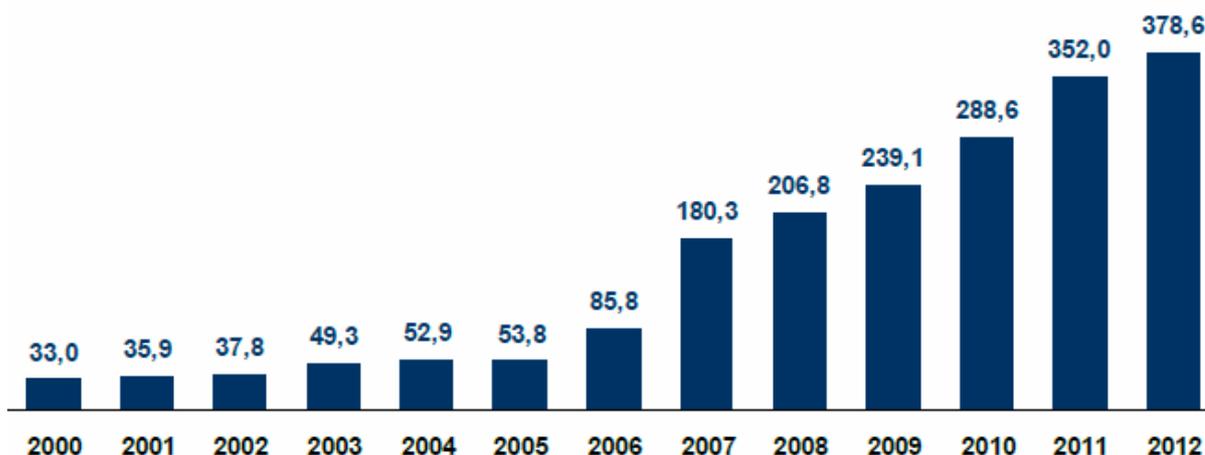


Gráfico 23: Reservas Internacionais (em US\$ Bilhões)

Fonte: BCB.

As reservas internacionais funcionam como “colchão” aos impactos de crises externas, quando há grande fuga de capitais e o País necessita ter à mão recursos de emergência. Se faltar linhas de financiamentos em dólares no exterior, em razão de uma crise internacional, o País com reservas mantém em dia pagamento de suas importações, servindo-se desse dinheiro.

Outro fator de diminuição da vulnerabilidade externa brasileira nos últimos anos se deve à queda na dívida externa, com o maior fluxo de capitais entrando no País. Dessa maneira, o débito, que interferiu na economia brasileira durante anos, perdeu relativamente sua importância. O País pode quitar a dívida com o FMI e a dívida externa que ainda existe caiu em porcentagem do PIB, além de ser hoje inferior ao volume de reservas do governo.

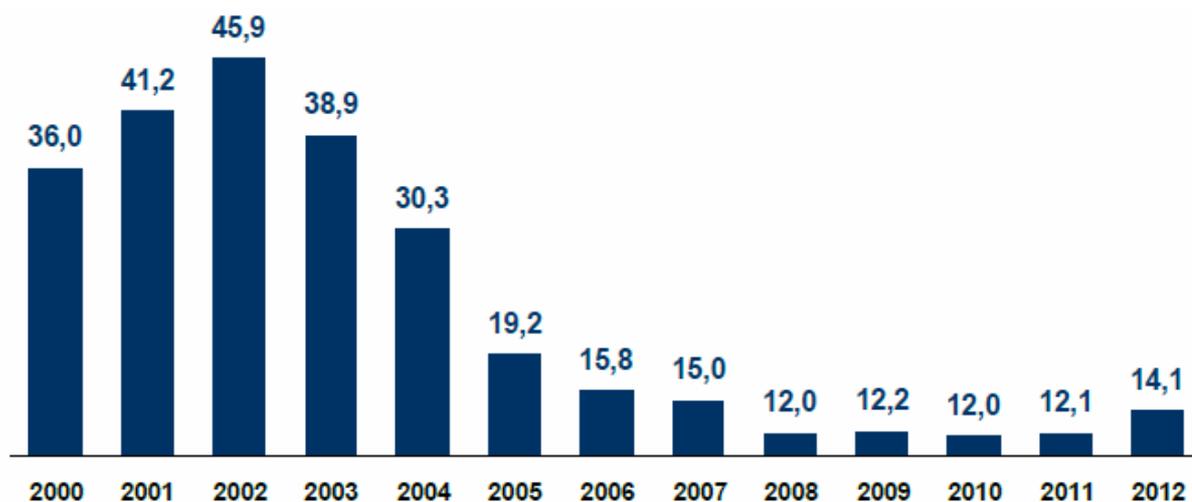


Gráfico 24: Dívida Externa Total/ PIB (em %)
 Fonte: BCB.

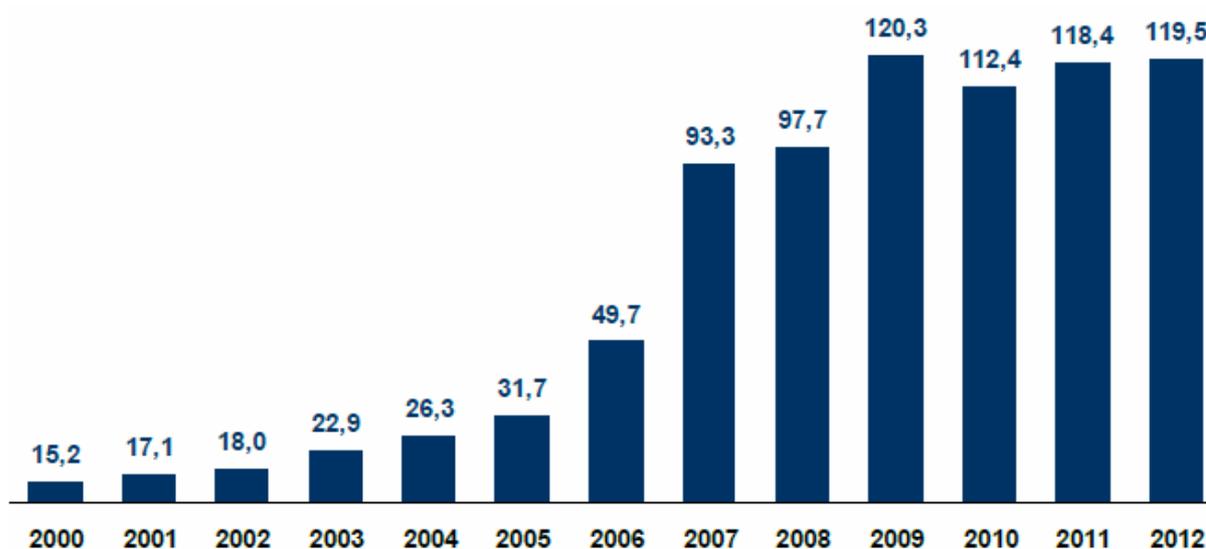


Gráfico 25: Reservas Internacionais/ Dívida Externa Total
 Fonte: BCB.

Além da dívida externa, que sofreu queda expressiva no período, dever ser levada em conta a dívida pública brasileira, que tinha sido marcada por um grande salto, nos anos 1990. Entretanto, ela também sofreu forte retração, caindo de um patamar de 60% do PIB, em 2002, para 35,7%, em 2013. Dados que ressaltam a consistência das contas públicas nacionais, melhorando consideravelmente o problema da solvência do País.

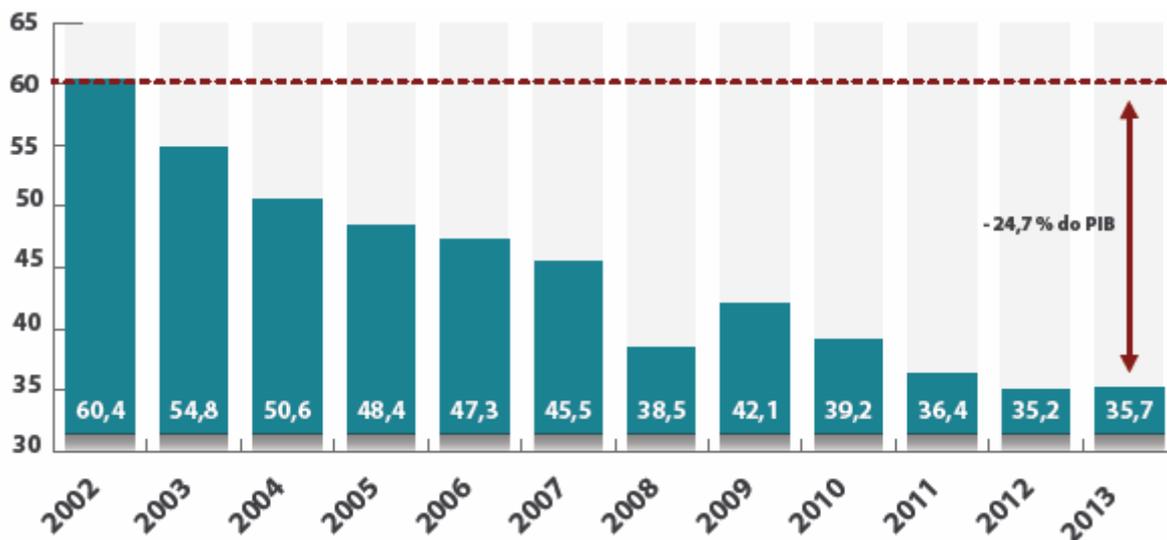


Gráfico 26: Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)
 Fonte: BCB.

Outro fator importante que merece ser analisado é o perfil da dívida interna (veja Gráfico X, a seguir). Se a maior parte dos seus papéis for flexível – ou seja, são pós-fixados e vinculados a um indicador –, a dívida é considerada instável, pois crises e mudanças abruptas do mercado podem causar variações de valor. Mas, se a dívida tiver a maior parte dos seus papéis do modelo pré-fixado, ela é considerada mais estável, pois o Estado mantém controle sobre a variação de valor.

No caso brasileiro, por muitos anos a dívida esteve atrelada a papéis pós-fixados: em razão da instabilidade que o País vivenciou nos anos 1980 e 1990, o mercado só aceitava financiar a dívida brasileira por meio da compra de papéis atrelados à taxa de cotação do dólar ou à inflação (a propósito, fora de controle, na época).

Mas, esse cenário vem mudando nos últimos anos, quando a parcela de títulos com taxas flutuantes na Dívida Pública Federal alcançou, em fevereiro de 2013, um dos menores valores desde novembro de 1997: 23%. Além disso, a parcela de títulos pré-fixados somados aos índices de preços – que garantem maior previsibilidade para a gestão da dívida pública – atingiu 71,7%, o maior nível histórico para o mês de fevereiro.

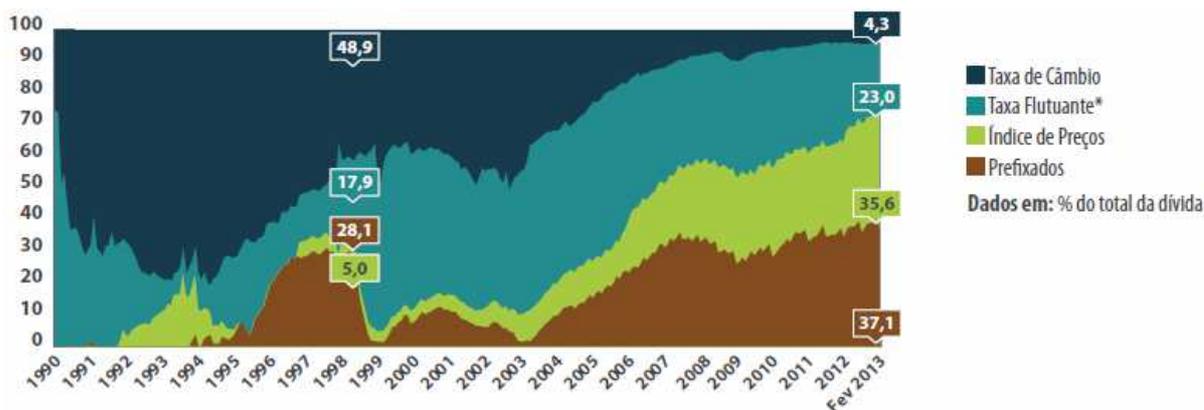


Gráfico 27: Composição da Dívida Pública Federal (% do total da dívida)

*Inclui SELIC, TR e outras.

**Inclui dívidas interna e externa administradas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Fonte: Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda

Porém, o debate sobre a vulnerabilidade do Brasil não se restringe a esses dados. Para muitos economistas, o País ainda tem alto grau de exposição – nos últimos anos, vem aumentando a quantidade de investimentos no setor financeiro (investimento em carteira no País) e a balança de transações correntes⁴⁹, após alguns anos de superávit, voltou a apresentar déficits crescentes.

A abertura da conta de capital nos anos 1990 e a sua manutenção nos anos 2000 geraram forte aumento dos investimentos em carteira no País, principalmente nos últimos anos em que a economia teve bons resultados e o Brasil se tornou um dos principais países a atrair Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Esses investimentos especulativos são voláteis e podem sair com facilidade do País; mas, como afirma Biancareli (2011), “(...) esse capital, por ter se convertido em reais, sofre dupla desvalorização em caso de crise. Primeiramente, o efeito câmbio, que irá se desvalorizar na crise, seguida da desvalorização dos ativos, o que também afetaria seu volume”.

Assim, apesar de ter ocorrido o aumento da entrada de capitais especulativos no País, por estarem atrelados a moeda nacional, eles não representam grande risco no curto prazo (NOIJE, 2012).

⁴⁹ O déficit na balança de transações correntes será melhor analisado no tópico dos gargalos

Discriminação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Externa Bruta*	209934	210711	214930	201374	169450	172589	193219	198340	198192	256804	298204
Estoque de Investimentos Externos	372 061	343 432	406 716	446 145	484 775	607 735	920 284	691 588	1 079 881	1 503 363	1 470 626
Investimento estrangeiro direto	121 948	100 863	132 818	161 259	181 344	220 621	309 668	287 697	400 808	674 764	669 670
Investimento em carteira	151 741	137 355	166 095	184 758	232 352	303 583	509 648	287 533	561 848	663 801	602 903
Derivativos	45	250	125	320	219	445	1 771	2 450	3 413	3 781	4 846
Outros investimentos	98 327	104 965	107 678	99 809	70 859	83 087	99 197	113 908	113 813	161 017	193 208
Passivo Externo Bruto	581.995	554.143	621.646	647.520	654.225	780.324	111.3503	889.928	1.278.073	1.760.167	1.768.830
Estoque de Investimentos no Exterior	71 220	75 077	84 927	95 601	114 383	153 035	199 456	214 420	240 566	328 978	370 764
Investimento direto brasileiro	49 689	54 423	54 892	69 196	79 259	113 925	139 886	155 668	164 523	188 637	202 586
Investimento em carteira	6 402	5 845	6 950	9 353	10 834	14 429	19 515	14 910	16 519	38 203	28 485
Derivativos	42	105	81	109	119	113	142	609	426	797	668
Outros investimentos	15 087	14 705	23 004	16 943	24 171	24 567	39 912	43 232	59 098	101 340	139 025
Posição de reservas internacionais	35 866	37 823	49 296	52 935	53 799	85 839	180 334	193 783	238 520	288 575	352 012
Ativo Externo	107.086	112.901	134.223	148.536	168.182	238.874	379.789	408.203	479.085	617.552	722.776
Passivo Externo Líquido	474.909	441.242	487.423	498.983	486.042	541.451	733.713	481.725	798.988	1.142.615	1.046.054

Tabela 13: Passivo Externo Brasileiro – dez/2001 a dez/2011, em US\$ milhões

Fonte: BCB. Elaboração: Vanessa da Costa Val Munhoz e Gabriela Oliveira Gonçalves⁵⁰

Quanto à balança de transações correntes, que tinha sido a grande lacuna nos indicadores de vulnerabilidade do Brasil, após cinco anos de superávits, voltou a apresentar déficits, o que já é razão de preocupação para as contas nacionais. Ainda mais em um momento como o atual, em que há risco de desaceleração da China e previsão de queda nos superávits comerciais. Nessa situação, o País será forçado a repensar sua política cambial, cabendo até a possibilidade de desvalorizar a moeda nacional, sob pena de o Brasil ficar cada vez mais dependente de sua conta de capital, utilizada para cobrir os déficits de transação corrente.

⁵⁰ MUNHOZ, V. C. V.; GONÇALVES, G. O. *Os impactos macroeconômicos da vulnerabilidade externa do Brasil no período 1999-2011: uma investigação por meio de vetores auto-regressivos com correção de erros (VEC)*. São Paulo: Anpec, 2012

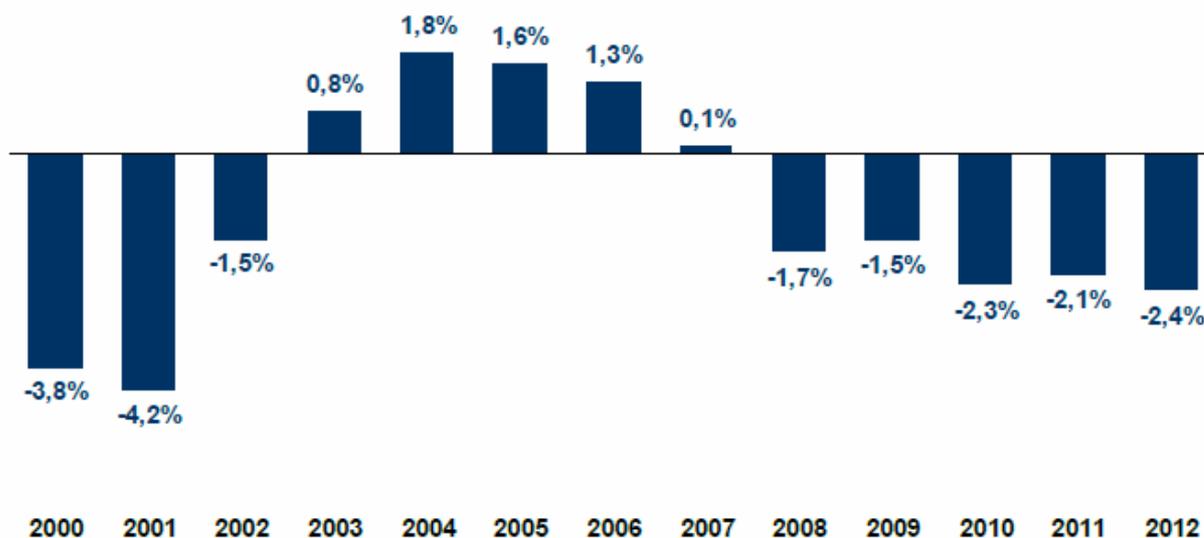


Gráfico 28: Saldo em Transações Correntes (em % PIB)
 Fonte: IBGE.

Concluindo, é bom lembrar, como já analisado no capítulo 2 deste estudo, que a dependência dos mercados aumentou muito nos anos da globalização neoliberal, cada vez mais interligados e expostos a crises. Apesar da melhora nos indicadores externos e internos do Brasil, uma crise aprofundada pode reverter essa aparente estabilidade nacional e colocar o País em situação de risco. Além disso, se não houver uma reversão no crescimento dos déficits da balança de transações correntes, o País se tornará cada vez mais dependente da conta de capital e da entrada de capitais especulativos.

A volta do Estado à economia

Com a crise nas décadas de 1980 e 1990, somada à hegemonia financeira e à disseminação da ideologia neoliberal, o Estado brasileiro sofreu forte desmonte e passou por um processo de reestruturação destrutiva durante o período. Além das privatizações, houve cortes de gastos para pagamento de ativos financeiros e sucateamento das estatais, incluindo a aprovação de marcos regulatórios que travaram a atuação do governo central.

Se, até 1980, o desenvolvimento e a industrialização nacionais contaram com planejamento e investimento estatais, nas décadas seguintes, esse panorama mudou – o Estado simplesmente perdeu a capacidade de planejar e investir com a criação de leis que prejudicavam seus investimentos para permitir alcançar superávits elevados. Segundo Teixeira

e Pinto (2012, p. 11), uma das explicações para entender esse processo está na hegemonia da fração “bancário-financeira” sobre as elites do país. Isso permitiu um total controle desse setor sobre as diretrizes das políticas adotadas pelos governos vigentes. Segundo os autores:

(...) a caracterização da situação de dependência envolve, como visto, a caracterização da articulação entre o sistema econômico e o político e entre as classes e grupos sociais domésticos e externos. Neste sentido, a fração bancário-financeira do capital (bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de rating, etc.) passa a deter a hegemonia no interior do bloco no poder, e sua influência passa a se expressar especialmente a partir de um dos principais centros de poder no Estado: o banco central. Sua influência se exerce tanto indiretamente, com a propagação da ideologia da ortodoxia econômica por meio da grande imprensa e daquela especializada nos temas econômicos, seja diretamente, pela troca de posições entre diretores e presidentes do Banco Central e ocupantes dos postos-chave no mercado financeiro.

Destaque-se ainda a solidariedade ideológica e de interesses do mercado financeiro doméstico e do mercado financeiro internacional, este último inclusive por meio do apoio decisivo das instituições-chave do sistema financeiro internacional, o Banco Mundial e o FMI, que impunham as políticas ortodoxas ao Brasil e outras economias por meio das condicionalidades exigidas para os empréstimos e para o socorro às crises nos países periféricos.

Com essa correlação de forças políticas e econômicas instaladas no poder, Luiz Inacio Lula da Silva foi eleito com maciço apoio das classes médias e dos movimentos sociais. Como já destacado neste capítulo, o governo trabalhista de Lula manteve a política econômica ditada pelo setor bancário-financeiro. Porém, durante seu primeiro governo (2003-2006), perdeu o suporte das classes médias devido às acusações de corrupção de integrantes de seu governo. Em contrapartida, o sucesso de seus programas sociais conquistou o apoio das classes baixas e populares ao seu governo⁵¹ (SINGER, 2012).

Turbulências no campo político e o cenário econômico externo extremamente positivo estimularam o governo petista a continuar os avanços sociais, que se tornaram a base de sustentação do governo, no momento em que havia se instalado uma grave crise política no país. Com essa mudança na perspectiva do governo, o setor bancário-financeiro perdeu sua hegemonia sobre a política econômica brasileira, tendo então início uma lenta, gradual e por muitas vezes insuficiente inflexão na política econômica. A partir do ano de 2005, e com a

⁵¹ Para outras informações sobre as mudanças políticas e sociais durante o Governo Lula, ler: SINGER, André. 2012. *Os Sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservado*. São Paulo, Companhia das Letras.

reeleição de Lula no ano seguinte, o Estado voltou paulatinamente a ser entendido como elemento planejador e indutor do desenvolvimento econômico.

Para entender melhor esse processo, serão destacados a seguir alguns programas criados pelo Governo Lula: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Minha Casa Minha Vida (MCMV); Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e Brasil Maior – e, com eles, serão ressaltadas a mudança do papel exercido pelos bancos públicos e a atuação das empresas estatais. Porém, é importante enfatizar que os programas sociais e os aumentos do salário mínimo, tratados anteriormente, também fazem parte desse novo arcabouço de política econômica.

De início, vale constatar que o Brasil ficou mais de 25 anos (de 1980 a 2007) sem grandes obras e projetos de infraestrutura, período em que o Estado perdeu sua capacidade de planejar e executar obras. Para mudar essa situação, em 2007, no começo de seu segundo mandato, Lula lançou o PAC, uma tentativa de retomar a capacidade de investimento na economia.

O PAC 1 projetava investir 657,4 bilhões em quatro anos (2007-2010), com recursos provenientes de diversas esferas do governo e do setor privado. Esses investimentos foram direcionados para as áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Segundo o balanço final em 2010, mais de 94,1% do montante previsto (R\$ 657,4 bilhões) foram executados. Com o sucesso do primeiro pacote de suas obras, o Governo lançou o PAC 2, que prevê recursos da ordem de R\$ 1,59 trilhão em uma série de segmentos, tais como transportes, energia, cultura, meio ambiente, saúde, área social e habitação.

Quanto ao programa Minha Casa Minha Vida, ele foi lançado após a crise financeira de 2009 com o objetivo de enfrentar um problema antigo: o elevado déficit habitacional, concentrado nas famílias de baixa renda. Em sua primeira etapa, concluída ao final de 2010, foram contratados mais de 1 milhão de moradias e, para o quadriênio 2011-2014, foi feita a promessa da contratação de mais 2,4 milhões de habitações.

Outros programas importantes, apesar de ainda não terem resultados a destacar, são o Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e o Brasil Maior. Ambos pretendem retomar a política industrial do Estado brasileiro por meio de incentivos à inovação de modo a alcançar maior competitividade dos principais setores produtivos nacionais.

Outra ação importante do protagonismo estatal está na atuação dos bancos públicos. Em muitos países que adotaram as cartilhas neoliberais, o Estado privatizou seu sistema bancário e se tornou dependente dos intermediários financeiros privados. Apesar da privatização de parte dos bancos públicos nos anos 1990, o Governo brasileiro conseguiu manter os três principais bancos estatais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES.

Nos anos 2000, principalmente, no segundo mandato de Lula e no primeiro de Dilma Rousseff, a atuação dos bancos públicos se tornou um instrumento fundamental para o desenvolvimento da economia e a adoção de políticas anticíclicas. Como será apresentado no próximo capítulo, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal aumentaram seus volumes de crédito, quando estourou a crise de 2008 – recentemente, no Governo Dilma, houve diminuição das taxas de *spreads* para forçar os bancos privados a diminuírem suas taxas. Já o BNDES – que, nos anos 1990, servira como financiador das privatizações –, retomou seu papel como instituição de fomento, amentando suas reservas de financiamento. Segundo dados do próprio banco, em 2002, foram liberados R\$59,86 bilhões de recursos, ao passo que, em 2010, esse montante foi de 168,4 bilhões. Atualmente, por meio do BNDS, são realizadas as principais obras de infraestrutura e quase que a totalidade dos projetos de longo prazo do País.

Até aqui foi feito destaque aos avanços da economia brasileira na década de 2000, período de grandes avanços no campo social e nas contas externas, bem como às tentativas ainda tímidas do Estado de voltar a ser uma instituição indutora e planejadora do desenvolvimento econômico. A seguir, serão apresentados os gargalos que continuam a travar a economia brasileira.

3.16.2 Gargalos

Para entender a economia brasileira dos anos 2000 e sua reação à crise do modelo neoliberal, em 2008, será necessário compreender os avanços do País perante a hegemonia neoliberal e os entraves às mudanças que prejudicam nosso desenvolvimento. Entraves que fazem com que o Brasil tenha grande dificuldade em alcançar maior crescimento econômico, levando em conta a inclusão social e o desenvolvimento produtivo.

Brasil: O Paraíso dos Rentistas

O primeiro ponto a se tratar, no que se refere aos gargalos da economia brasileira, é a manutenção do privilégio dos rentistas e especuladores do mercado financeiro no País. Como afirma o ex-ministro da fazenda Antônio Delfim Netto, “O Brasil é o último peru com farofa na mesa dos investidores fora do Dia de Ação de Graças”.

Como mostra Rodrigo A. Teixeira e Eduardo Pinto (2012), muito da política voltada ao interesse do capital financeiro e dos seus especuladores resulta da “caracterização da articulação entre o sistema econômico e o político e entre as classes e grupos sociais domésticos e externos”. No caso atual brasileiro, “a fração bancário-financeira do capital (bancos, seguradoras, fundos de pensão, corretoras, agências de rating etc.) passa a deter a hegemonia no interior do bloco no poder e sua influência a expressar-se especialmente a partir de um dos principais centros de poder no Estado”.

A principal instituição dentro do Estado a serviço do interesse do capital financeiro é o Banco Central que, ao longo dos Governos FHC e Lula, teve uma relação umbilical com o mercado financeiro e seus interesses. Como bem exemplifica Leda Paulani⁵², o país vive em um “estado de emergência econômico” permanente; sempre que se colocam em discussão as políticas monetárias ortodoxas adotadas pelos governos, surgem os “velhos do restelo⁵³” nacionais, fazendo ameaças sobre fugas de capital, crises cambiais e volta da inflação.

Essa hegemonia da turma da Banca, com altos ganhos financeiros, se mostrou mais forte após a abertura financeira e o Plano Real, de juros exorbitantes. Como fica claro no gráfico a seguir, houve, no período, uma evolução dos rendimentos das aplicações em títulos do governo pelo capital especulativo, que saltaram de US\$ 1 bilhão para US\$ 4 bilhões em 1995; daí em diante, as rendas das aplicações passaram a girar em torno dos US\$ 10 bilhões anuais.

⁵² PAULANI, L. M. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 23, p. 25-39, 2009.

⁵³ Velho do Restelo é um personagem criado por Luís de Camões, no canto IV, da sua obra, *Os Lusíadas*. O Velho do Restelo simboliza os pessimistas, os conservadores e os reacionários que não acreditavam no sucesso da epopéia dos descobrimentos portugueses; surge na largada da primeira expedição para a Índia com avisos sobre a odisséia que estaria prestes a acontecer.

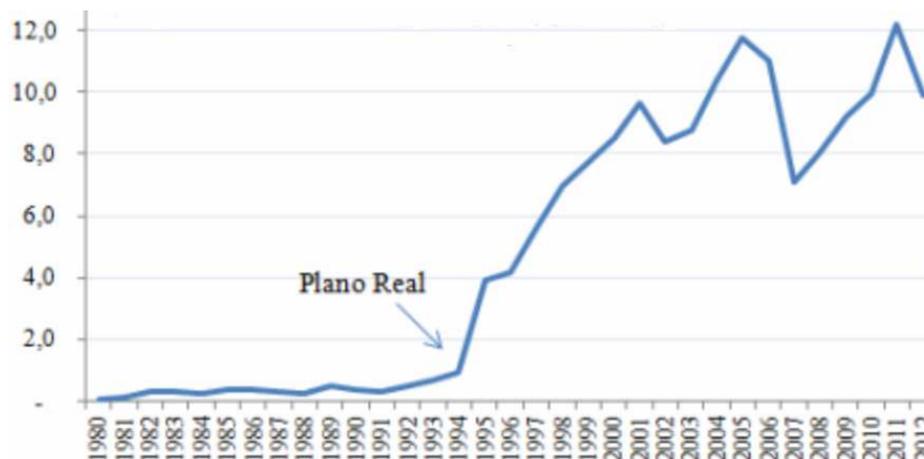


Gráfico 29: Renda de Investimento em Carteira

Fonte: BCB. Elaboração: Amir Khair⁵⁴.

Quando é analisado o volume de recursos brasileiros destinados ao pagamento de juros atrelados à dívida, percebe-se que ocorre no País, há quase vinte anos, uma transferência da riqueza nacional para o setor financeiro. A ortodoxa e conservadora política monetária adotada pelos Governos Lula e FHC, de modo abusivo, transferiu elevada quantidade de recursos públicos para o setor privado naquele período.

A tabela seguinte evidencia que o governo brasileiro desembolsou, apenas nos últimos dez anos, o correspondente a quase R\$ 2 trilhões de reais em pagamento de juros. Valor bem superior a qualquer gasto governamental com políticas sociais. A cada ano, o governo disponibiliza por volta de 6% de nosso PIB para o pagamento de juros da dívida.

⁵⁴ Esse gráfico foi retirado da reportagem “*Câmbio fora do lugar*”, de Amir Khair no site Carta Maior, disponível no link: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=22453&alterarHomeAtual=1>

Ano	R\$ Bilhões	% do PIB
2002	114,0	7,71
2003	144,2	8,54
2004	128,3	6,61
2005	157,1	7,32
2006	160,0	6,75
2007	159,5	6,14
2008	162,3	5,99
2009	146,0	4,70
2010	195,4	5,18
2011	236,7	5,72
2012	212,0	4,80
Soma dos gastos com juros nos últimos 10 anos (2002-2012)	1.815,50	Média 2002 a 2012 6,31%

Tabela 14: Despesas com Juros Governo Central 2002 a 2012

Fonte: BCB.

Quando esses dados do Brasil são comparados com os do resto do mundo, não se encontra sequer um caso semelhante entre os países minimamente desenvolvidos ou em desenvolvimento. A próxima tabela mostra que o País, em 2010 e 2011, após a crise de 2008 e a quebra de Grécia em 2010, ocupa o segundo lugar em pagamento de juros entre os países do G-20. Porém, quando é analisada a dívida brasileira em busca de uma justificativa para o pagamento de juros tão elevados, percebe-se que o Brasil ocupa a 13^o posição no ranking de dívida total em % do PIB – isso, apesar de o País ter apresentado melhoria ao longo dos últimos anos em quase todos os indicadores.

País	2010	2011
Grécia	5,47%	6,50%
Brasil	5,18%	5,72%
Itália	4,53%	4,20%
Turquia	4,37%	3,60%
Irlanda	3,20%	3,20%
Índia	3,20%	3,20%
Portugal	3,04%	3,40%
Grã-Bretanha	2,95%	2,80%
União Europeia	2,60%	2,60%
França	2,02%	2,20%
Alemanha	2,00%	1,70%
México	1,96%	1,30%
África do Sul	1,90%	1,90%
Espanha	1,60%	1,90%
Argentina	1,53%	1,20%
Estados Unidos	1,46%	1,40%
Japão	1,43%	0,80%
Indonésia	1,40%	1,40%
Austrália	0,90%	0,90%
Venezuela	0,80%	1,30%
Canadá	0,60%	0,60%
Rússia	0,60%	0,60%
China	0,50%	0,40%
Chile	0,28%	0,20%
Coreia do Sul	-1,30%	-1,40%

Tabela 15: Pagamentos com juros da dívida (em % do PIB)

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU).

País	2010	2011
Japão	199,0%	209,2%
Grécia	142,7%	154,8%
Itália	119,1%	119,8%
Irlanda	95,7%	112,6%
Portugal	93,0%	103,5%
Canadá	84,0%	82,7%
Alemanha	83,4%	81,4%
União Europeia	82,5%	83,7%
França	82,4%	85,0%
Grã-Bretanha	76,1%	79,9%
Estados Unidos	62,3%	68,3%
Espanha	60,1%	66,7%
Brasil	59,0%	57,4%
Índia	50,7%	51,0%
Argentina	45,1%	43,3%
Turquia	42,8%	41,2%
México	36,8%	37,4%
África do Sul	32,3%	35,4%
Indonésia	25,7%	24,6%
Venezuela	24,9%	32,3%
Austrália	24,4%	25,3%
Coreia do Sul	22,6%	22,2%
China	18,9%	19,1%
Arábia Saudita	17,1%	10,8%
Chile	9,2%	10,2%
Rússia	9,0%	8,3%

Tabela 16: Dívida total (em % do PIB)

Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU).

Analisando os dados dessas tabelas, fica evidente que existe um sério problema em nossa política monetária que faz com que o Estado transfira quantidade elevada de recursos da sociedade para o pagamento de juros. Esse mecanismo vem a beneficiar as elites financeiras brasileiras e internacionais, conforme o Gráfico 30. Nele, vemos que os credores que mais são

favorecidos com o pagamento dos juros são as instituições financeiras (29,6%), os fundos de investimento (27,5%) e os fundos de pensão (14,1%).

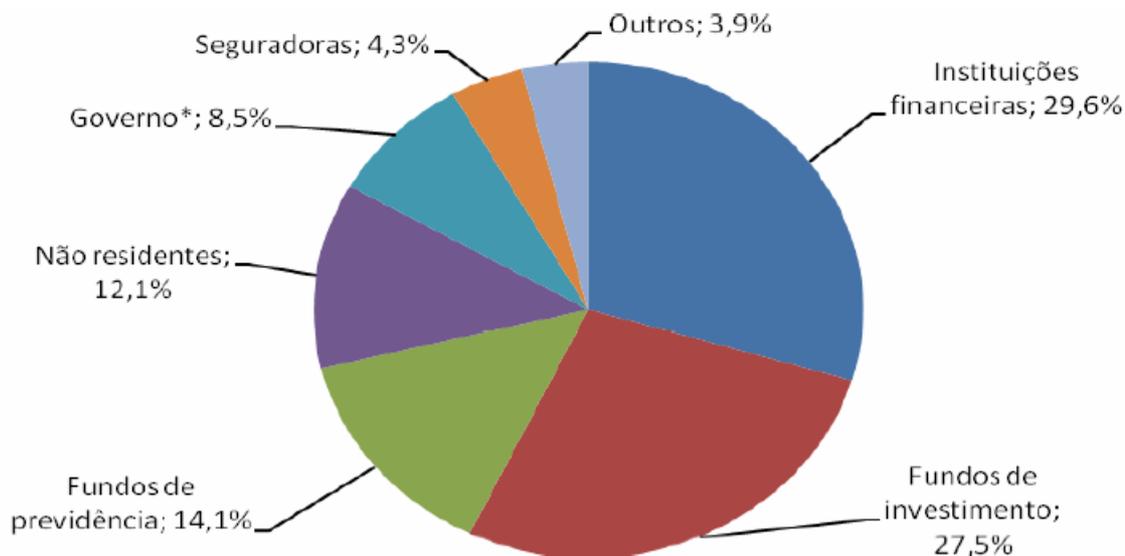


Gráfico 30: Distribuição da dívida pública mobiliária brasileira por tipos de detentores, Março de 2012, % em relação ao estoque total

Nota: *Abrangem todos os fundos cuja responsabilidade é do setor público, inclusive aqueles que envolvem recursos privados.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: DIEESE.

Avaliando, agora, os títulos públicos atrelados à taxa básica de juros do país (SELIC), fica claro que os principais beneficiados pela manutenção dos juros elevados são os fundos de investimento (51,3%) e as instituições financeiras (29,8%), que representam 81,1% dos proprietários de títulos indexados à SELIC.

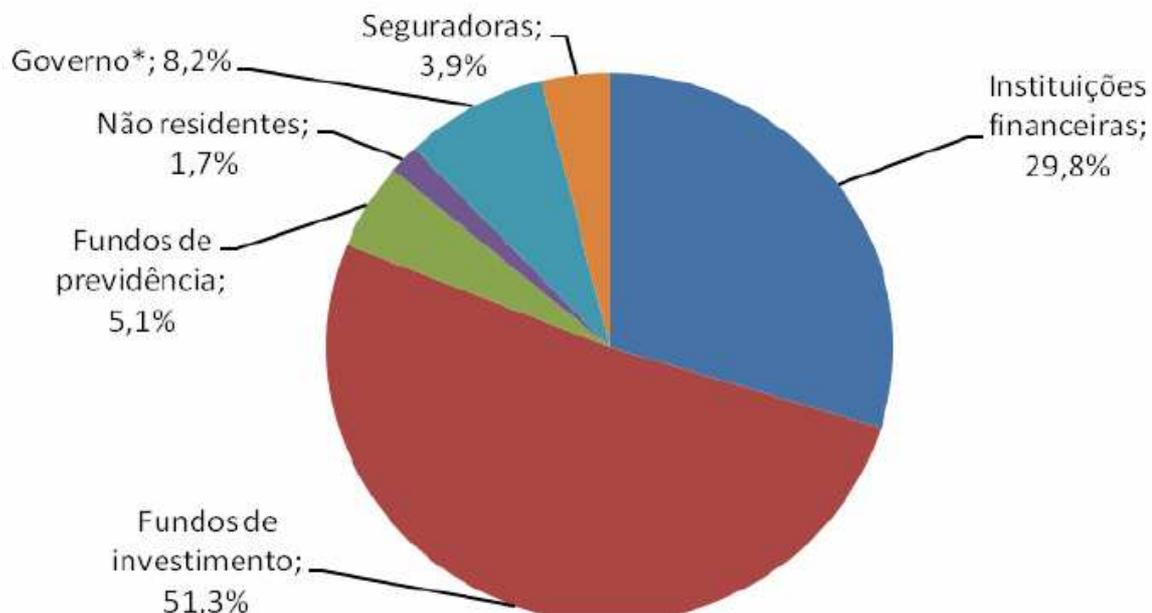


Gráfico 31: Dívida pública mobiliária brasileira: distribuição dos detentores de títulos indexados à SELIC segundo tipo março de 2012, em %
 Fonte: STN. Elaboração: DIEESE.

As principais consequências dessa “fratura” nas contas públicas do País, que repassa grande parte de sua riqueza para o setor financeiro, é a timidez dos gastos públicos em itens não-financeiros, tais como: educação, saúde, mobilidade urbana, reforma agrária e investimento em infraestrutura. Além disso, os juros exorbitantes geram ambiente de baixo crescimento econômico, uma vez que só é vantajoso investir na economia real se os ganhos forem maiores do que os ganhos com juros; de outro modo, tornam-se inviáveis os investimentos produtivos e em infraestrutura (DIEESE, 2013).

Ao se observar a taxa de investimento do Brasil, percebe-se que o País apresenta uma taxa de investimento em queda desde a implantação do Plano Real. Taxa de investimento que, mesmo com o crescimento ocorrido nos últimos, ainda não deu sinal de recuperação. Como é destaque no gráfico a seguir, em 1994, a taxa de investimento brasileira era de 20,75%; em 1994, após a introdução do Real, ela caiu e alcançou o mais baixo patamar, em 2003. Desde então, ela vem crescendo, mas a um ritmo lento, permanecendo abaixo dos 20%.

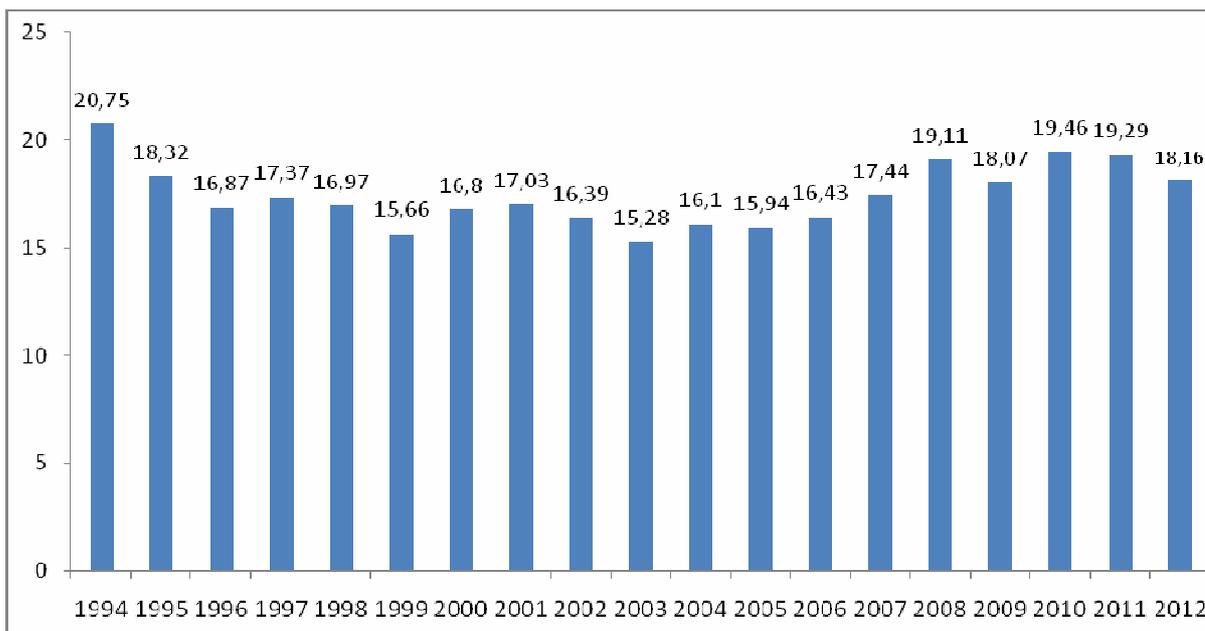


Gráfico 32: Taxa de Investimento do Brasil

Fonte: IBGE.

Um dos fatores a ser ressaltado em relação ao investimento no Brasil é que, se no período de substituição de importação (1930 a 1980), o Estado tinha grande capacidade de investir, conseguindo alavancar o investimento privado, na atual conjuntura econômica brasileira, essa capacidade foi perdida. Devido à nova correlação de forças e à dificuldade de se investir no País, cabe ao Estado induzir o investimento privado e, para conseguir esse objetivo, a taxa de câmbio e os juros são ferramentas primordiais. Em relação à influência das expectativas na escolha de investimento dos empresários, Keynes (1998, p. 244) já explicava:

A eficiência marginal do capital depende não apenas da abundância ou da escassez existente de bens de capital e do custo corrente dos bens de capital, mas também das expectativas relativas ao futuro rendimento dos bens de capital (...) é natural e razoável que as expectativas do futuro desempenhem um papel preponderante na determinação da escala em que se julguem recomendáveis novos investimentos (...) as bases de tais expectativas (...) estão sujeitas a variações repentinas e violentas.

Por isso, a valorização cambial causada pela pressão da entrada de dólares dos aplicadores em busca dos ganhos financeiros, gerando um câmbio apreciado, torna-se altamente nocivo à indústria e ao emprego nacional, pois afeta diretamente a expectativa do setor produtivo, que, muitas vezes, prefere investir no setor financeiro à economia real.

Por fim, criou-se um padrão de acumulação baseado nos ganhos financeiros de curto prazo que privilegia o setor financeiro em detrimento de outros setores. Nesse modelo de desenvolvimento, os bancos e as instituições financeiras que operam no País já contam com a garantia de altos rendimentos com os títulos da dívida do Estado e, portanto não necessitam assegurar o crédito ao setor produtivo e ao consumidor. Por se tratar de um setor oligopolizado, que cada vez mais passa por um processo de fusão e aquisição, pode se dar ao luxo de cobrar taxas de juros exorbitantes, omitindo-se de operações de crédito de médio e longo prazo, financiadas apenas por bancos públicos (DIEESE, 2013).

Entretanto, se o privilégio dos rentistas é o principal entrave ao desenvolvimento brasileiro, não se pode considerá-lo o único. Outros “nós” saltam aos olhos, quando se analisa a economia brasileira. Tema a ser investigado a seguir.

Entraves Competitivos

Apesar do impacto econômico dos PACs 1 e 2 e do esforço do governo em aumentar os investimentos estatais na área de infraestrutura. A herança de 25 anos sem investimentos no setor fez com que os gargalos acumulados e a falta de projetos e de expertise empurrassem o País para uma situação de grande desvantagem competitiva em relação a outras nações. Se comparada com o resto do mundo, por exemplo, verifica-se que a nossa infraestrutura, apesar de recentes melhorias, é precária, ultrapassada – em suma, deficiente –, o grande (e atual) problema da economia brasileira.

Síntese dessa realidade acaba de ser divulgada pelo relatório *The Global Competitiveness Report 2012-2013*, que comparou índices de competitividade de 144 países. Nele, o Brasil ocupa a 107ª. posição em infraestrutura; a 123ª, em qualidade de rodovias, ao passo que os portos e o transporte aéreos nacionais alcançam lugares de menor expressão (135º e 134º lugares, respectivamente). Quanto à infraestrutura ferroviária, o Brasil está na 100ª. posição (fato “surpreendente”, de certa forma). O estudo também apontou a mobilidade urbana como um dos grandes gargalos que agem contra a competitividade das metrópoles brasileiras.

O problema da dificuldade em se criar um ciclo virtuoso de investimento em infraestrutura, muitas vezes não está relacionado a falta de recursos. O problema passa

também pela falta de projetos, criação de novos mecanismos de gestão mais eficientes e pelos marcos regulatório dos anos 1980 e 1990, que inibiram os investimentos nessa área, pois se queria aumentar os superávits para pagar juros das dívidas.

O segundo problema da economia nacional é a falta de mão de obra qualificada, apesar da melhora no desempenho econômico e da queda nos índices de desemprego do País. Segundo o estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Demanda e perfil dos trabalhadores formais no Brasil em 2007*, somente 18% dos trabalhadores que buscam emprego no Brasil possuem algum tipo de qualificação. Mais: esse “gap” se mostra ainda mais desigual, se comparados os estados do Sul e Sudeste, com os do Norte e Nordeste.

Boa notícia em relação à educação dos brasileiros é que os indicadores estão melhorando, nos últimos anos. Segundo o Censo da Educação Superior, divulgado em 2011, na última década o País mais do que dobrou o número de universitários: em 2011, o Brasil tinha 6,5 milhões de estudantes do ensino superior, total 110% superior ao de 2001. Além disso, o investimento em educação tem aumentado e tende a aumentar mais com o dinheiro do Pré-Sal. Porém, faz-se necessário um salto de qualidade e, em curto espaço de tempo, para que se possa dispor de mão de obra diferenciada, capaz de dar suporte à economia, gerando empregos qualificados.

O terceiro grande problema da economia do Brasil é o sistema tributário extremamente regressivo e injusto. Ou seja: em percentual, quem ganha menos paga mais impostos do que quem ganha muito mais – as elites do País. O que afeta fortemente a conquista de uma desigualdade menor na sociedade e o fortalecimento do mercado interno. Segundo o primeiro relatório “*Indicadores de Equidade do Sistema Tributário Nacional*”, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, “... as pessoas que ganham até 2 salários mínimos pagam 48,8% da sua renda em impostos, enquanto os que ganham acima de 30 salários mínimos pagam 26,3%. Já os 10% mais pobres pagam 32,8% da sua renda em impostos, enquanto os 10% mais ricos pagam apenas 22,7%” (p.25) (CDES, 2009).

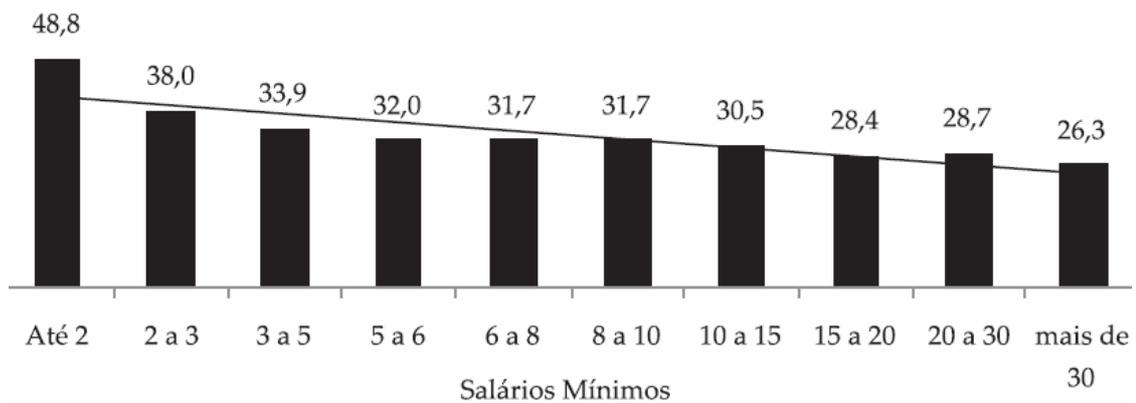


Gráfico 33: Carga Tributária sobre a Renda Total das Famílias: 2004 Em % da Renda Mensal Familiar
 Fonte: ZOCKUN⁵⁵. Cálculos efetuados com base na POF 2002/2003.

Segundo esse mesmo relatório a carga tributária brasileira em geral não é alta, em comparação com os países da OCDE, por exemplo. Aqui a taxa média de impostos foi de 34,7% em 2009, enquanto na OCDE foi de 35,8%. Os impostos indiretos no Brasil contribuem com 15,5% do PIB (44,6% da carga tributária total), enquanto os impostos diretos somam 8,5% do PIB ou (24,4% da carga tributária total). Já na OCDE, os impostos indiretos são 10,9% do PIB (30,4% da carga tributária geral) e os diretos 15,1% do PIB (42,3% da carga total) (CDES, 2009).

Um dos principais problemas do modelo brasileiro está no Imposto de Renda (IR), no Brasil ele representa apenas 8,9% do PIB, sua alíquota máxima no país é de 27%, enquanto na OCDE é de 42,5%. Além do IR ser baixo, taxamos bem mais o trabalho do que os rendimentos do capital, apesar de todos os ganhos do capital financeiro nos últimos anos. Os impostos que são cobrados sobre os ganhos financeiros correspondem a 0,8% do PIB, já os impostos sobre trabalho representam 1,7% do PIB (CDES, 2009)

Desindustrialização

Existe um grande debate entre os economistas brasileiros se há ou não desindustrialização no país. É verdade que a indústria perdeu sua importância relativa ao PIB em quase todos os países desenvolvidos do planeta, devido ao vertiginoso aumento do setor

⁵⁵ Dados extraídos do estudo de ZOCKUN, Maria Helena (coord.). *Simplificando o Brasil: Propostas de Reforma na Relação Econômica do Governo com o Setor Privado*. São Paulo: FIPE, mar. 2007 (Texto para Discussão n. 03).

de serviços nas últimas décadas. Porém, a indústria continua a ser imprescindível para o desenvolvimento econômico, em qualquer país que tenha um elevado número de habitantes, pela sua capacidade de irradiação de desenvolvimento e tecnologia por diferentes setores da sociedade. Também é fato que a indústria brasileira vem crescendo desde os anos de 1980 a um ritmo aquém do esperado – dado agravante, pois o nos últimos anos o mundo passou por uma revolução tecnológica com grandes inovações nas áreas de informática, comunicação e principalmente no modo de produção.

Quando olhamos para o que ocorreu na indústria brasileira em relação à indústria mundial, são constatados dados preocupantes. Segundo Rogério César de Souza, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a participação no valor adicionado da indústria de transformação brasileira em relação à mundial, chegou a passar dos 3% no inícios dos anos 1980, mas caiu para 2,2% em 2007⁵⁶. Fenômeno semelhante é observado em outros países e se deve em grande parte a ascensão chinesa.

Wilson Cano (2012, p. 4) lista alguns fatos que são os principais causadores da perda de participação da indústria de transformação nacional:

- 1) Uma das causas principais tem sido a política cambial prevalecente, instaurada a partir do Plano Real. Com as reformas liberalizantes e a política de estabilização, o câmbio excessivamente valorizado cumpre, até hoje, o papel de âncora dos preços, no que recebe o devido apoio “logístico” da prática de juros reais absurdamente altos e da âncora fiscal;
- 2) Outra razão resulta da abertura desregrada pela qual o Brasil passou e passa desde 1989. (...) A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional (...)
- 3) Terceira razão: a taxa de juros elevada do país faz com que o empresário capitalista – tanto na visão de Marx quanto na de Keynes –, compare-a com a taxa de lucro, com a expectativa de acumular capital. Com exceção dos raros ou ilícitos setores para os quais a taxa de lucro é exorbitante, podemos constatar que, no setor financeiro, esses ganhos têm sido muito elevados. A taxa de lucro da economia industrial moderna é relativamente contida e, quando ela se confronta com uma taxa de juros como a oficial (Selic) brasileira, hoje, pouco mais de 8%, o empresário nacional fica atento a esse fenômeno e só investe em última instância, se obrigado a investir (...).

⁵⁶ Tais informações foram retiradas da reportagem Desaceleração da indústria é anterior à crise, da Agência Dinheiro Vivo. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-desindustrializacao-relativa-no-brasil>>

Por fim, Ricardo Carneiro (2009) mostra como ocorreu a “especialização regressiva da estrutura industrial brasileira, fazendo-a perder, em larga medida, o segmento de alta tecnologia e a indústria de bens de capital”. O que é destacado no próximo gráfico:

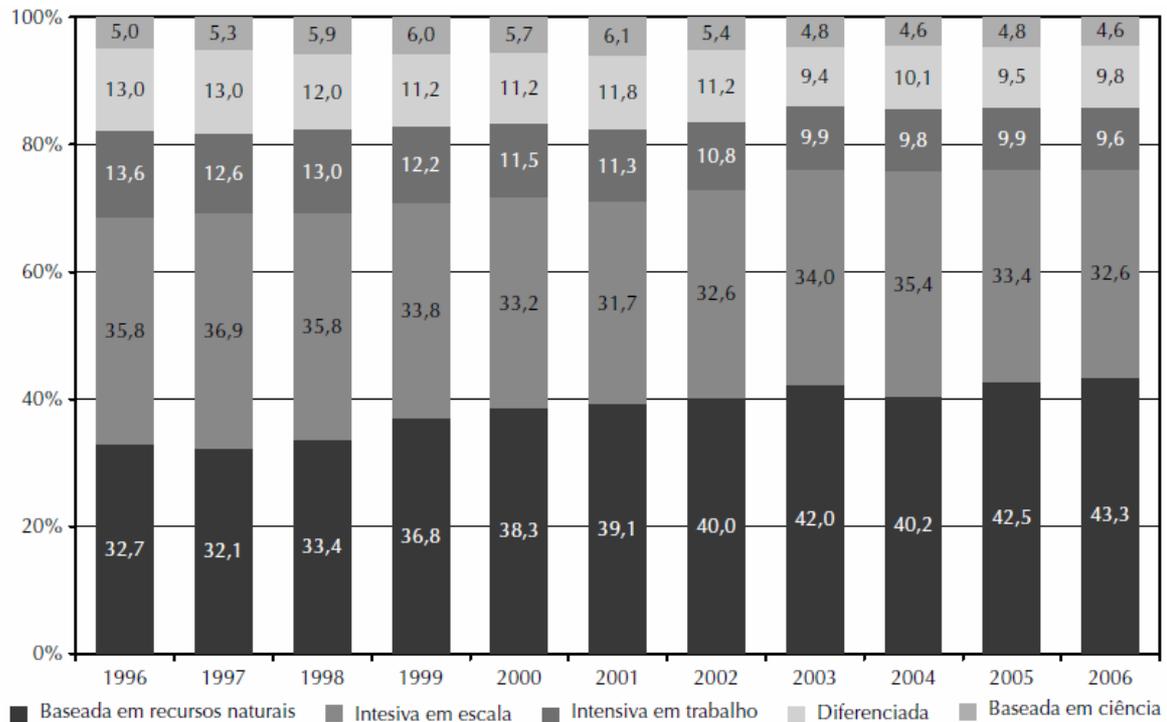


Gráfico 34: Evolução da estrutura industrial por intensidade tecnológica
Fonte: IPEA.

Finalizando este capítulo, é necessário se ressaltar, que o trabalho buscou mostrar um panorama do Brasil pré-crise de 2008, que é o principal foco dessa dissertação. Para tanto, se apresentou o desempenho econômico do país nas últimas duas décadas em que o país sofreu os efeitos da globalização financeira e a da redemocratização. Com base na análise desse capítulo e dos anteriores se buscou construir, um cenário com uma quantidade grande de subsídios, que nos permitiram entender, com maior facilidade a economia brasileira perante a crise internacional.

4 O Brasil frente à crise internacional

É importante que um episódio marcante da recente história da economia mundial não seja esquecido e que se analise a fundo sua repercussão nos quatro cantos do planeta, por diferentes óticas e metodologias. A crise que se instaurou em 2008, com a enorme valorização dos ativos, e cujo estopim foi a quebra de um dos maiores bancos de investimentos do mundo – o Lehman Brothers –, pode ser considerada a maior turbulência no sistema capitalismo desde 1929. Nosso objetivo nessa dissertação é estudar a economia brasileira durante esse tsunami que atingiu a economia global e continua repercutindo, sem sinais de que as causas profundas que deram origem a essa turbulência tenham sido superadas.

Dessa forma é sempre bom informar ao leitor, que nosso trabalho está sendo produzido em 2013 e, até o atual momento, a crise continua a se desdobrar pelo mundo em diferentes formas e intensidades. Portanto, ainda não se sabe qual será o resultado final e o legado desse acontecimento para a economia brasileira e para o resto do mundo. O que se percebe hoje, olhando para os acontecimentos em retrospectiva, é que podemos caminhar tanto para uma nova correlação de forças da economia global, com para um novo padrão de acumulação e de desenvolvimento. Neste caso, pode ocorrer o aprofundamento do neoliberalismo e suas desigualdades, com o capital financeiro e sua lógica de acumulação cada vez mais dominante sobre as economias dos países.

No presente capítulo iremos apresentar as respostas e os resultados obtidos pelo Brasil durante o período da crise internacional até os dias de hoje. Para tanto, o conteúdo será dividido em três partes: a primeira irá tratar da crise e de seus reflexos no mundo; em seguida, mostraremos como a crise atingiu o Brasil e quais foram as medidas adotadas para minimizar seus efeitos. Por fim, apresentaremos os resultados obtidos pelo país diante da crise, até o momento atual.

A última parte será fundamental, pois o trabalho irá retomar os avanços e gargalos do capítulo 3, para mostrar como os avanços fizeram com que a crise não tenha afetado o país com tanta força como em outros lugares. E também como os gargalos de nossas políticas neoliberais se tornaram latentes no período de turbulência internacional, afetando nossa economia de forma negativa. Ou seja; por um lado, os avanços obtidos estão permitindo ao Brasil manter a economia saudável, em meio ao cenário externo extremamente hostil; por

outro, os gargalos estão travando cada vez mais o desempenho econômico e empurrando o país para a tormenta.

4.1 A Crise do Neoliberalismo

A crise financeira que abalou o mundo no início do novo século não foi à primeira ocorrida durante a hegemonia do sistema neoliberal de acumulação; porém, ela abalou o mundo por ter acontecido no centro do sistema internacional, os EUA, e por ter abalado grandes instituições financeiras dos países centrais, onde se concentra a maior parte do capital. Nosso objetivo no trabalho não é aprofundar o estudo das origens e consequências da crise na economia global; apresentaremos apenas um breve resumo de suas causas e efeitos, para em seguida analisar como o Brasil reagiu a esse contexto.

A causa aparente da crise – como de muitas outras em período da hegemonia financeira –, foi à falta de regulação do mercado. Os anos de adoção do receituário neoliberal, que pregava a desregulamentação e liberalização das operações financeiras, acabaram por gerar uma enorme quantidade de capital fictício que, na sua ânsia por valorização, perdeu seu lastro com a economia real. Porém, a raiz do problema pode ser mais profunda, como explica José Luis Oreiro (2011, Valor Econômico 13/09/2011):

O resultado macroeconômico desse novo "padrão de capitalismo" (neoliberalismo) foi uma crescente desigualdade na distribuição funcional e pessoal da renda, a medida que os salários passaram a crescer num ritmo bem inferior ao da produtividade do trabalho e o sistema tributário perdeu, em vários países, o seu caráter progressivo. O aumento da concentração de renda e o crescimento anêmico dos salários reais foi o responsável pela perda do dinamismo endógeno dos gastos de consumo, notadamente nos Estados Unidos, os quais passaram a depender cada vez mais do aumento do endividamento das famílias para a sua sustentação a médio e longo prazo.

Nesse contexto, a desregulação dos mercados financeiros tornou-se funcional, uma vez que a mesma permitiu um aumento considerável da elasticidade da oferta de crédito bancário, viabilizando assim o crescimento do endividamento das famílias, necessário para a sustentação da expansão dos gastos de consumo. O aumento extraordinário do crédito bancário resultou num processo cumulativo de aumento dos preços dos ativos reais e

financeiros, permitindo assim a sustentação de posturas financeiras cada vez mais frágeis (especulativa e Ponzi) por parte das famílias, empresas e bancos.

Dessa vez, o grande vilão foram os títulos imobiliários americanos. O evento que deu início a crise foi à falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após o Federal Reserve (FED, banco central americano) se recusar a socorrer a instituição. Essa atitude afetou o estado de confiança dos mercados financeiros, que esperavam pelo salvamento da instituição.

O resultado dessa quebra foi uma corrida pela liquidez, através da venda de ativos financeiros em larga escala, gerando uma violenta queda nos preços desses ativos, além de uma forte contração do crédito bancário para transações comerciais e industriais. A asfixia do crédito, por sua vez, provocou uma forte e profunda queda da produção industrial e do comércio internacional em todo o mundo.

Com o processo de desregulamentação citado acima, aumentou a concorrência entre instituições financeiras, diminuindo as margens das intermediações realizadas pelo setor. Esse movimento acabou por gerar duas consequências importantes: a primeira levou a um amplo processo de fusões e aquisições; a segunda fez com que as inovações financeiras criadas por essas instituições passassem a explorar diferentes mercados, inclusive os de baixa renda. A principal inovação foi a securitização, que gerou seguimentos de mercados baseados em títulos vinculados a rendas a receber, permitindo assim a diluição dos riscos.

Com base em modelos econométricos em que o mercado sempre tende ao equilíbrio, o setor passou a aumentar a sua alavancagem, supondo que os mecanismos de auto-regulação do mercado seriam capazes de continuar avaliando corretamente os riscos inerentes a essas atividades. Contudo, como já havia ocorrido em outros momentos da história econômica, a regulação do mercado não funcionou.

O que ocorreu no setor imobiliário e que gerou o estopim da crise foi fruto desse processo. Com a crise "pontocom", em 2001 o FED abaixou os juros para 1%, com o intuito de recuperar economia. Aproveitando-se dessa queda, o setor imobiliário expandiu seu crédito, o que resultou em uma alta considerável no preço dos imóveis.

Nesse cenário, em busca de maiores rendimentos, as instituições financeiras passaram a atender o segmento "subprime". O cliente "subprime" é um cliente de renda muito

baixa, por vezes com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar renda. Na maior parte das vezes, esses empréstimos não eram destinados a comprar casas novas e sim hipotecas em que o tomador colocava sua casa como garantia em troca do recebimento do dinheiro equivalente ao valor do imóvel no momento do empréstimo. Nessas condições, o financiamento das hipotecas apresenta um risco maior de não ser pago, mas oferecem uma taxa de retorno mais alta, a fim de compensar esse risco.

Os empréstimos para o subprimes eram juntados e transformados em títulos negociados no mercado financeiro e, caso uma parcela pequena desses empréstimos fossem pagos, o título já daria uma lucratividade grande para seus possuidores. Em contrapartida, as instituições que fizeram o primeiro empréstimo não tinham mais responsabilidade sobre o crédito ofertado para o cliente do subprime e ganhava em cima da venda dos títulos, mesmo que o crédito não fosse pago.

No entanto, caso o tomador do empréstimo não consiga pagar sua dívida inicial, como ocorreu em grande escala, o fato dá início a um ciclo de não-recebimento por parte dos compradores dos títulos. Como consequência, os títulos perdem seu valor e os bancos, que estavam inundados por esses títulos “podres”, perdem seus ativos do dia para noite e precisam de socorro, sob o risco de quebrar todo o sistema por conta da grande concentração do sistema financeiro americano e mundial, que permitiu a existência de instituições financeiras grandes demais para quebrar.

Nessa situação, a economia real é afetada pelo corte de crédito dos bancos, que deixam de emprestar e correm para títulos de maior liquidez (títulos da dívida do tesouro americano). Com a falta de crédito, a demanda pelos imóveis despenca juntamente com os preços e aqueles que tinham financiado sua casa, por um preço muito superior ao que passou a valer após o colapso do mercado, deixam de pagar pelo financiamento. Como afirma Belluzo (2009, p. 111) a crise serviu para evidenciar a lógica do setor financeiro durante a era neoliberal:

A dinâmica da crise financeira parece impor aos recalcitrantes lições interessantes sobre as inter-relações entre mercados financeiros, crédito e moeda no capitalismo moderno. Na corrida dos investidores para títulos do governo americano, os mercados prestam reverência à soberania monetária do Estado nacional responsável pela gestão da moeda reserva. Os preços dos ativos derretem, as pseudo moedas se desvalorizam, o crédito

desaparece. A fuga para qualidade, ou seja, a preferência pela liquidez, revela a diversificação e o fracionamento da riqueza e das moedas sucumbem ao caráter central e centralizador do dinheiro universal.

Se lembrarmos dos três autores que estudamos no primeiro capítulo de nosso estudo, veremos que, sob a ótica Marxista, nos deparamos com mais um caso clássico em que ficam evidentes as contradições do capital e a tendência à crise do sistema capitalista. Já na visão de Keynes, teríamos um caso de insuficiência de demanda efetiva; por fim, para Minsky, a referida crise representaria um perfeito exemplo de uma economia no estágio ponzi. Três visões distintas, mas que apontam para as verdadeiras raízes da tempestade que abalou o sistema financeiro mundial.

Com o choque inicial da crise, todo o sistema se viu afetado e fez com que quase todos os países entrassem em recessão no segundo semestre de 2008 e começassem a agir para salvar o sistema financeiro. O FED reduziu a taxa de juros para 0%, além de lançar o Quantitative Easing, que é uma política que se baseia na compra de obrigações de dívida pública por parte da autoridade monetária, de forma a aumentar a liquidez do sistema financeiro, ou seja, colocar mais dinheiro no mercado.

Políticas similares foram adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Banco do Japão. Na área do euro, em um primeiro momento, os governos foram liberados das amarras fiscais do Tratado de Maastricht, aumentando os déficits fiscais além dos limites impostos pelo tratado. A China, por sua vez, aumentou o investimento público, principalmente em infraestrutura, com um pacote de mais de US\$ 500 bilhões em obras.

O resultado dessas políticas foi que, em um primeiro momento, tornou-se possível salvar o sistema financeiro global de uma quebra generalizada. Porém, não se conseguiu recuperar o crescimento econômico, principalmente na Europa e nos EUA. A crise afetou fortemente as atividades produtivas e o emprego desses países, que nesse novo momento se encontram extremamente endividados (devido ao salvamento do setor financeiro), deixando a economia extremamente debilitada.

Diante dessa situação, os países vêm buscando crescer através da demanda externa. Porém, ocorreu uma forte retração do comércio internacional e as políticas monetárias expansionista têm se tornado a principal arma para se conseguir novos mercados, ou seja,

todos buscam desvalorizar suas moedas para aumentar suas exportações. Entretanto, como a maioria dos países está com baixa demanda interna e se utilizam da mesma arma para conseguir melhorar suas contas externas, isso inibe ainda mais o comércio entre as nações. A esse fenômeno o ministro da fazenda do Brasil Guido Mantega deu o nome de “Guerra Cambial”.

A alternativa, como mostra Keynes, seria aumentar os gastos fiscais dos Estados, para criar demanda efetiva e induzir o setor privado a investir. No entanto, a política de maior intervenção do Estado se opõe às doutrinas do neoliberalismo e aos interesses do mercado financeiro que, após ser salvo, pressiona os governos por mais juros e corte de gastos sociais, utilizando como argumento o aumento das dívidas públicas – as quais de fato aumentaram em grande medida devido ao salvamento do setor bancário.

4.2 O Brasil e a crise financeira

Em Setembro de 2008, quando estourou a crise financeira, houve como que um banho de água fria para o Brasil. Após mais de duas décadas em que a economia brasileira conviveu com baixo crescimento e frequentes turbulências, havia um processo de recuperação econômica que parecia deslanchar, apesar de seus inúmeros problemas. No entanto, com o colapso do subprime nos EUA, a memória das crises dos anos de 1980 e 1990 logo contagiou a nossa sociedade, criando um clima de pessimismo e descrédito com o desempenho do Brasil.

A seguir, vamos estudar os efeitos da crise para o país, quais foram às medidas adotadas pelo governo para superá-la e os resultados obtidos. Para tanto, dividimos o tópico em dois ciclos. O primeiro cobre o período entre 2008 a 2010, marcado por uma recessão abrupta e profunda, com uma recuperação forte e rápida da economia brasileira. Já o segundo ciclo ocorre de 2011 até os dias de hoje, em agosto de 2013. Nessa nova fase, o baixo dinamismo da economia global vem afetando o crescimento brasileiro e o comércio externo do país, mas, apesar das dificuldades enfrentadas, o país vem mantendo indicadores sólidos e continua a distribuir renda e apostar no mercado interno.

4.3 Primeiro Ciclo da Crise em V (2008 a 2010)

Em um primeiro momento a crise financeira dos EUA atingiu o Brasil de duas formas, como resume Nelson Barbosa (2013, p.80): “uma contração abrupta e substancial da oferta de crédito e uma grande incerteza sobre a solvência de alguns grupos empresariais exportadores”. Nessas condições, os empresários brasileiros – preocupados com a deterioração do cenário externo e interno e com o congelamento dos fluxos de crédito e a reversão das expectativas de crescimento --, começaram a cortar investimentos e a fazer planos de demissão em massa. Um dos principais exemplos de mudanças de expectativas foi a Embraer, que vinha obtendo ótimos resultados, mas reviu seu planejamento e demitiu mais de 4.000 funcionários no início de 2009.

Segundo Nelson Barbosa (2013), o corte do crédito do país se deveu principalmente ao fato de que “aproximadamente 20% da oferta de crédito interno tinha como fonte de financiamento (funding) a captação de recursos fora do país”. Como o crédito externo teve todas suas fontes interrompidas após a quebra do Lehman Brothers e como os juros e o spread aqui eram muito maiores do que os de fora, muitos setores que se utilizavam desse crédito externo se viram sem fontes de financiamento. Além disso, muitas empresas brasileiras estavam acostumadas a investir relevantes quantias de seus dividendos em “operações especulativas de aposta na apreciação do real ”, o que levou à insolvência de diversas corporações, provocada pela desvalorização da moeda logo após a quebra do banco americano.

Mesmo com a crise dos EUA, a mudança de expectativas e o corte dos fluxos de crédito, o BC brasileiro subiu o juros em agosto de 2008 para 13,75% e só foi baixar os juros em Janeiro, cinco meses após a quebra do Lehman Brothers. Isso deu a impressão de que o BC estava conduzindo nossa política monetária de maneira totalmente distante da realidade do país, que tinha se modificado totalmente com a crise. Finalmente, após a primeira queda de juros e devido a forte desaceleração da economia brasileira, o BC continuou o corte de juros, até chegar aos 8,75% em setembro de 2009.

Portanto, no que se refere ao aspecto monetário, o banco central agiu vagarosamente e se manteve receoso em abaixar os juros, apesar dos sinais de recessão e da disparidade entre a taxa de juros brasileira e a do resto do mundo. Por outro lado, no âmbito fiscal e das outras esferas públicas, o governo brasileiro resolveu agir com políticas expansionistas anticíclicas,

atitude distinta da que ocorreu em todas as outras crises dos anos 1990. Como mostra Mercadante (2010), entre o início da crise em setembro de 2008 e o final do primeiro semestre de 2009, as seguintes medidas pelo governo brasileiro foram adotadas:

- Disponibilização de recursos para o financiamento das exportações e para cobrir compromissos externos das empresas, em um montante superior a US\$ 45 bilhões.
- Bancos públicos ampliaram a oferta de crédito.
- O Tesouro Nacional disponibilizou recursos adicionais de R\$ 100 bilhões para o BNDES, destinados ao financiamento de investimentos.
- O Banco Central liberou uma parcela de R\$ 99,2 bilhões do compulsório para reforçar a liquidez do sistema bancário.
- Reajuste do salário mínimo -- com um aumento real de 6% em conformidade com a política de valorização estabelecida --, foi antecipado, injetando R\$ 27 bilhões na economia.
- Estendeu-se para sete semanas a cobertura do seguro desemprego.
- Foi alterada a tabela do imposto de renda para beneficiar os contribuintes de menor capacidade econômica.
- Ampliou-se a abrangência do Programa Bolsa Família.
- Reduziu-se a carga fiscal Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a produção de automóveis e motos, geladeiras, máquinas de lavar, fogões e sobre insumos e materiais para a construção civil.
- Preservaram-se os recursos para o PAC, reduziu-se a meta de superávit primário em 2009, para 2,5% do PIB.
- Excluiu-se, a partir deste ano, a contribuição da Petrobras para a meta de superávit primário do setor público consolidado.
- Lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida – programa de habitação popular para a construção de 1 milhão de moradias, com investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões em subsídios para segmentos com renda inferior a três salários mínimos

- Preservou-se o volume de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no mesmo valor nominal de 2008, ano em que tinha ocorrido um aumento de 27% nos repasses aos municípios.
- Incentivos à exportação com a extensão da isenção tributária sobre insumos usados na produção de bens agrícolas e para mercadorias produzidas totalmente com insumos nacionais
- Prorrogada por 18 meses a desoneração do PIS/COFINS sobre o trigo, a farinha de trigo e o pão francês.
- Suspensão da cobrança de IPI, do PIS/COFINS e do imposto de importação incidentes sobre bens e serviços relacionados a investimentos em refino de petróleo e indústria petroquímica.
- Prorrogação até 2014 da desoneração do PIS/COFINS sobre a venda de computadores no varejo.
- A taxa de juros de longo prazo (TJLP) foi reduzida em 0,25 pontos, caindo para 6,0%.
- Custo dos empréstimos da União ao BNDES caiu de 8,75% para 6,0%.
- Taxa de juro para o tomador final, em empréstimos do BNDES para a aquisição e produção de bens de capital e para inovação, diminuiu substancialmente, com equalização por parte da União até 5,5 pontos percentuais, envolvendo um volume de recursos de até R\$ 42 bilhões.
- Foram criados dois fundos garantidores, com o propósito de facilitar o acesso ao crédito e reduzir o custo e o risco das operações para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e para a aquisição de bens de capital.
- A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil ampliaram em R\$ 33,6 bilhões os recursos para o financiamento das MPMEs, com um custo 30% menor para capital de giro e investimento.
- Redução de 50% da alíquota do IOF para o consumidor na contratação de novas operações de crédito.

- Autorizado o abatimento de até 0,94 ponto percentual da meta de superávit primário de 2009, referente aos gastos com os Projetos Prioritários de Investimento, o PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Como também mostra Mercadante (2010) todas essas medidas de desonerações e aumento de gastos representaram 1,2% do PIB brasileiro de 2009, o que equivalia a R\$ 36,5 Bilhões. Nos quadro abaixo, elaborados pelo Ministério da Fazenda, ficam mais claras as políticas anticíclicas adotadas pelo Estado.

Medidas fiscais em 2009	Em R\$ bilhões
IRPF	4,9
IPI	5,8
IOF - crédito ao consumidor	2,5
Cofins das motocicletas	0,2
Regime Especial de Tributação (RET)	0,2
Total Geral	13,6

Total: 0,4% do PIB em 2009

Tabela 17: Medidas de Desoneração e Aumento dos Gastos Fiscais no Brasil em 2009 – Desonerações
Fonte: Ministério da Fazenda.

Previstos – 2009	Em R\$ bilhões
Compensação de FPM	2,0
Aumento do Seguro Desemprego	0,4
Programa Minha Casa Minha Vida	6,0
Ampliação dos Investimentos	9,0
Total Geral	17,4

Total: 0,6% do PIB em 2009

Tabela 18: Aumento dos Gastos Fiscais
Fonte: Ministério da Fazenda.

Principais gastos com equalização – 2009	Em R\$ bilhões
BNDES (R\$ 100 bilhões)	1,6
Agricultura (Incremento em relação a 2008)	3,9
Total Geral	5,5

Total: 0,2% do PIB em 2009

Tabela 19: Subsídios e Equalizações

Fonte: Ministério da Fazenda.

Resumo das Políticas	% do PIB
Reduções de Impostos	0,4
Aumento nos Investimentos e Gastos do Governo	0,6
Equalização de Taxas de Juros e Outros	0,2
Total (somente em 2009)	1,2

Tabela 20: Total Geral

Fonte: Ministério da Fazenda.

Nelson Barbosa (2013) mostra que essas ações anticíclicas do governo podem ser separadas em cinco objetivos: (1) o aumento da liquidez; (2) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos a (3) as desonerações tributárias temporárias e permanentes; (4) manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos; e (5) o aumento do investimento público em habitação. Os resultados obtidos dessas políticas anticíclicas foram extremamente positivos, pois mostram que, apesar do país ter entrado em 2008 em uma forte recessão, logo se recuperou, permitindo que os efeitos danosos da crise não chegassem a afetar a população.

A respeito da reação da economia brasileira à crise, o primeiro ponto a se ressaltar é a retomada do crédito. Como mostra o gráfico abaixo, após uma queda nas taxas mensais do crescimento do crédito em 2008, em seguida à quebra do Lehman Brothers, percebemos que ocorre uma volta do crescimento das taxas de crédito do país graças principalmente ao crédito direcionado. No período entre agosto de 2008 a dezembro de 2009, os bancos públicos expandiram seu crédito em 40,6%, enquanto os bancos privados expandiram seu crédito em

10,6%. Com isso, $\frac{3}{4}$ do aumento do crédito ocorrido nos anos de crise vieram dos bancos públicos (MERCADANTE, 2012).

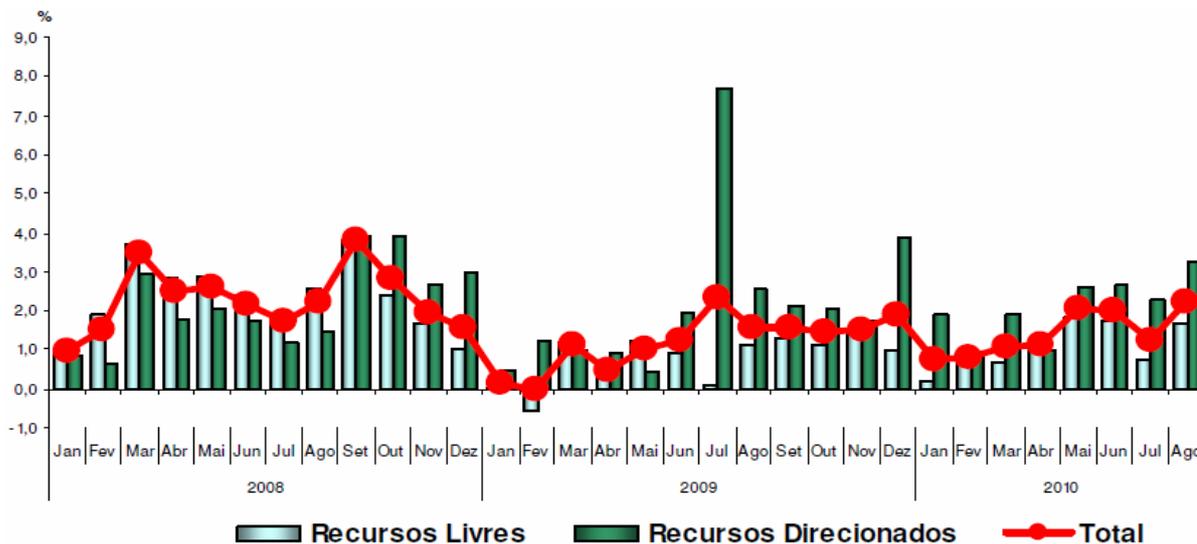


Gráfico 35: Taxas Mensais de Crescimento do Crédito – 2008/2010
Fonte: BCB.

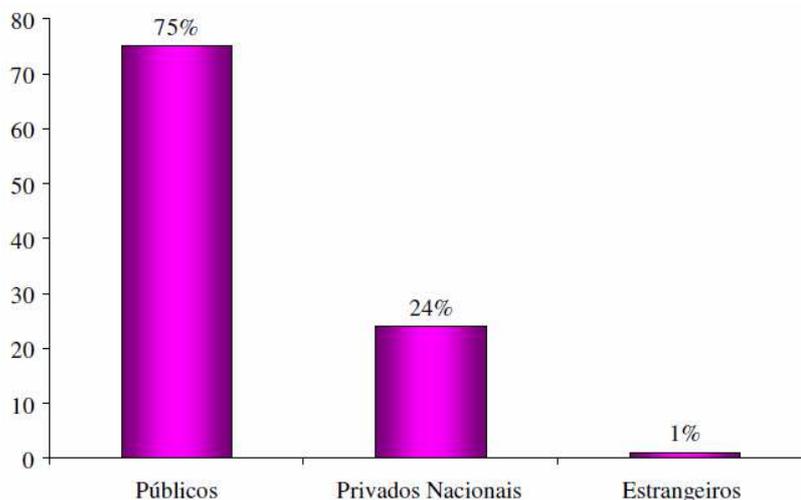


Gráfico 36: Participação Relativa dos Bancos Públicos, Privados Nacionais e Estrangeiros no Aumento do Crédito – out 2008/dez 2009
Fonte: BCB.

Outro elemento que reagiu muito bem às medidas anticíclicas foi a taxa de Formação Bruta de Capital Fixo, apesar de os investimentos terem uma taxa baixa em relação ao PIB e ainda termos grandes gargalos na área. Depois de seguidas quedas nos três primeiros trimestres de 2009, a taxa mostrou uma recuperação rápida e surpreendente, principalmente se

lembramos que no início de 2009 havia uma queda muito acentuada da confiança dos empresários em relação a economia brasileira. Dessa forma, segundo Nozaki (2011, pp. 51-52), essa recuperação se deve muito à atuação do setor público:

(...) depois de 2008 a tendência à desaceleração da taxa de investimento privado foi substituída pela ascensão da taxa de investimentos públicos, com destaque para as empresas estatais, de maneira que já no primeiro trimestre de 2010 a evolução da taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo atingiu o patamar de 25,95%.

Mas além dos itens acima mencionados, merecem atenção também as medidas de desoneração fiscal, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de automóveis, eletrodomésticos e construção civil, e do IOF para créditos a pessoas físicas. Apesar de esse conjunto de desonerações não ter atingido uma expressiva parcela do PIB, algo em torno de 0,3%, eles se mostraram importantes incentivos para a manutenção e ampliação do consumo, mas também serviram como estímulos para o investimento privado que sem eles poderia ter se desacelerado em maior velocidade.

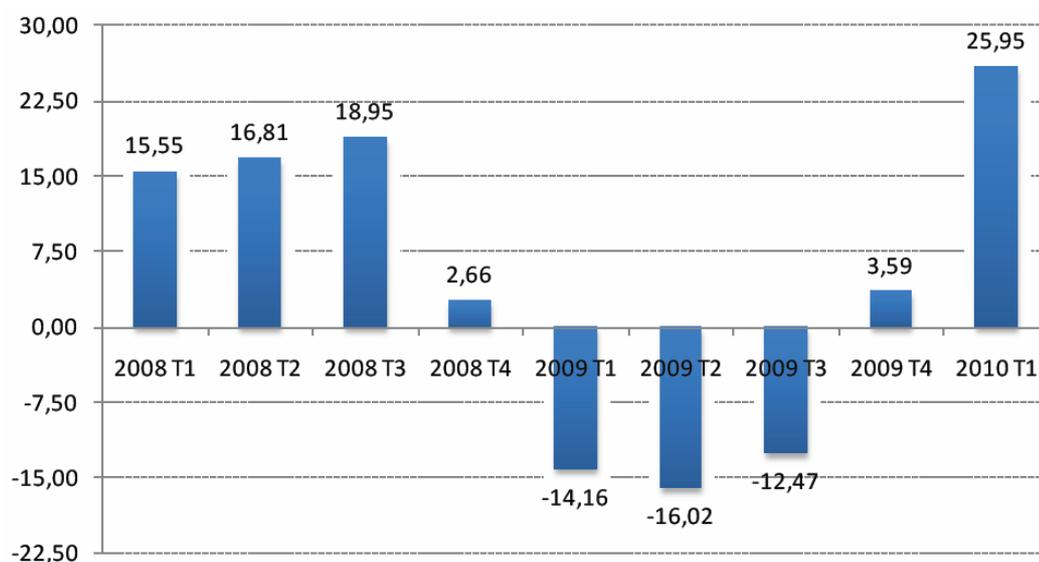


Gráfico 37: Evolução trimestral da taxa de crescimento da FBCF 2008-2010 (em % a.a.)

Fonte: IBGE/ Ipeadata.

Outra marca importante da rápida recuperação brasileira diante da crise internacional está nos índices de geração de emprego, como fala Mercadante (2010): “a preservação da capacidade de geração de empregos foi talvez o aspecto mais importante para, no contexto de uma conjuntura internacional desfavorável, limitar os impactos e os custos sociais da crise”. O colapso financeiro internacional, como já vimos, provocou uma forte alteração nas

expectativas dos empresários, o que fez com que muitas empresas fizessem demissões em massa entre o fim de 2008 e o começo de 2009. Porém, a falta de confiança na economia brasileira não durou muito tempo. Como vemos a seguir, a partir de agosto de 2009 as taxas de geração de emprego voltam a um patamar elevado e o país, não sente os efeitos da crise na taxa de desemprego.

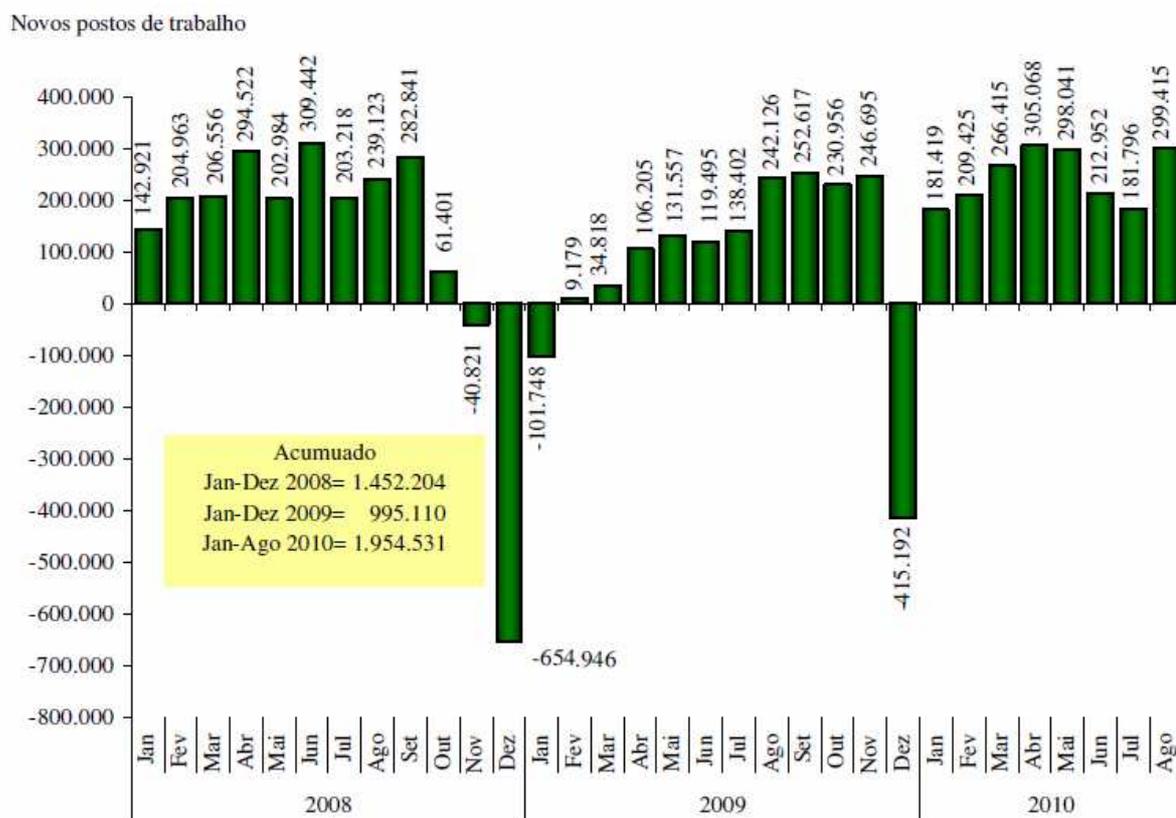


Gráfico 38: Brasil evolução do emprego formal 2008 a 2010

Fonte: Caged.

As desonerações para indústria e o aumento dos incentivos para o setor foram também de fundamental importância para a recuperação econômica nesse primeiro momento. Como se sabe, o desempenho da indústria está ligado principalmente ao segmento de bens de consumo duráveis, principalmente do setor automotivo, que é a maior cadeia produtiva nacional, cuja a produção retornou a níveis próximos de seus índices recordes, após a desoneração do IPI e o maior acesso ao crédito pelos consumidores.

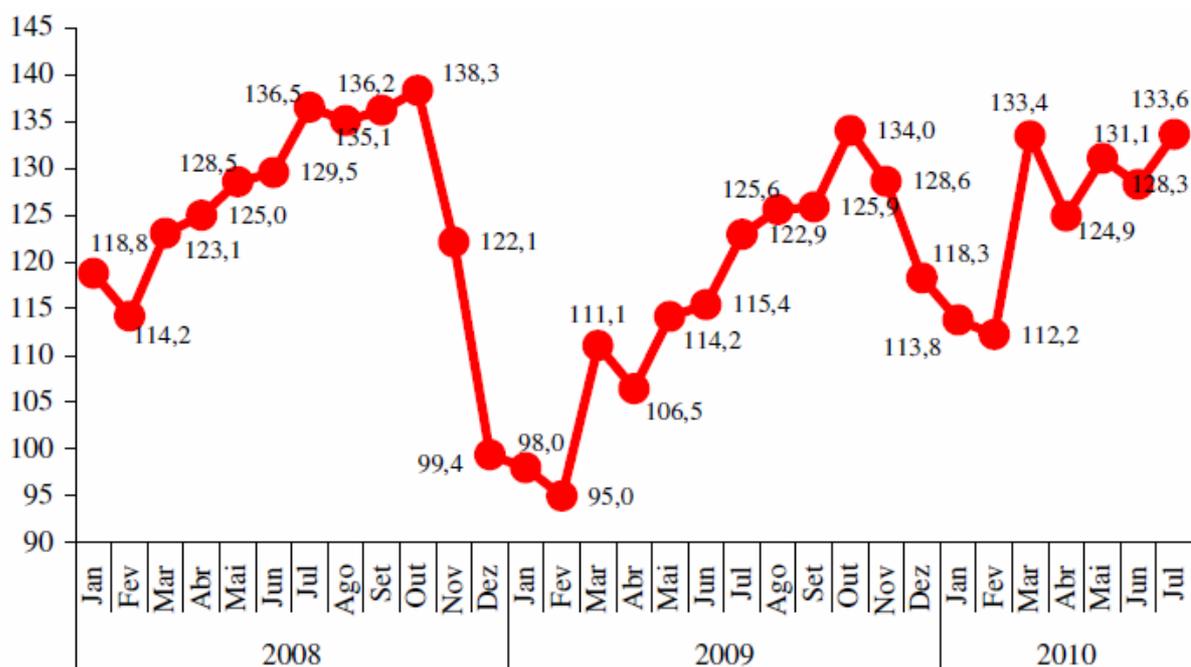


Gráfico 39: Produção Física Industrial Geral – Índice de Quantum (média 2002=100)
 Fonte: IBGE

É importante destacar com relação a curva em V que representa a crise no Brasil, nesse primeiro momento, a importante declaração do Presidente Lula que, no auge da crise (no final de 2008), foi a televisão pedir para o povo não parar de consumir, mesmo com a turbulência externa. O Presidente disse para população: “(...) não tenha medo de consumir com responsabilidade (...) Mas, se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustrar seu sonho, com medo do futuro”, afirmou ainda: "Porque se você não comprar, o comércio não vende. E se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco".

Como resultado de todas as medidas de incentivo ao consumo, somadas ao fortalecimento do mercado interno e as declarações do Presidente na TV alimentando o consumo, houve uma série de efeitos positivos e, mesmo em meio à crise, o país não parou de comprar e consumir, o que foi fundamental para nosso desempenho econômico.

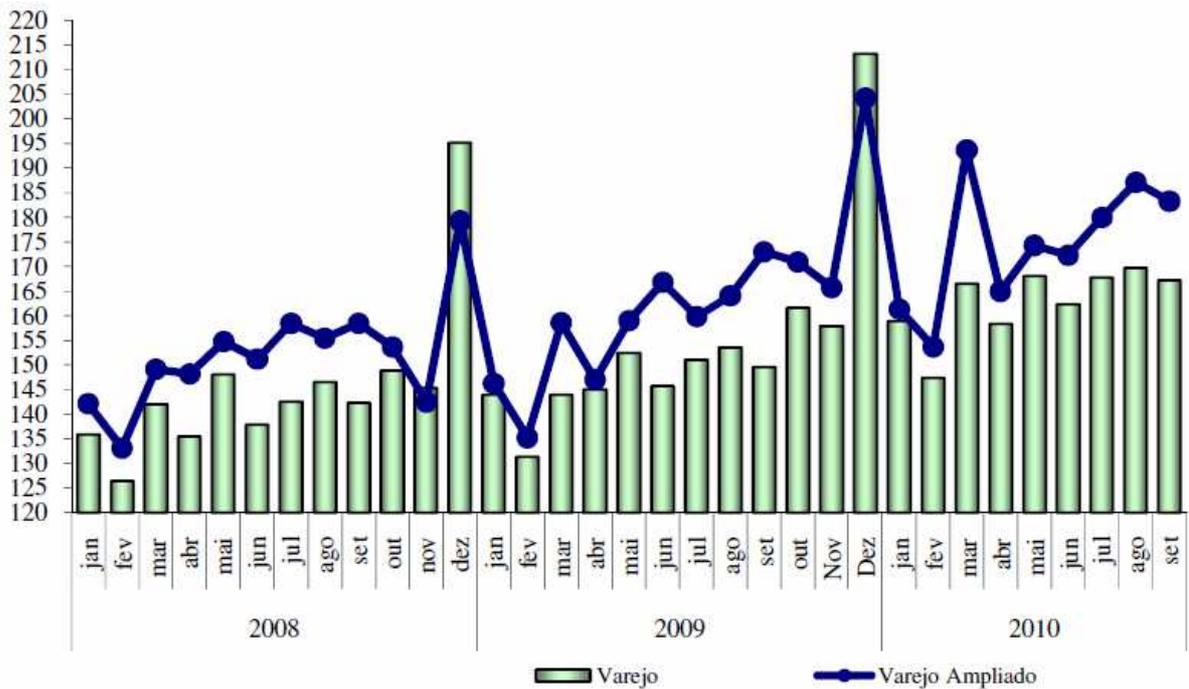


Gráfico 40: Brasil – Índices de Crescimento das Vendas Reais – 2008-2010
 Fonte: IBGE.

Se analisarmos a taxa do PIB brasileiro, veremos por fim que, apesar de ter tido uma breve recessão entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de 2009, o país logo se recuperou. Em 2010, cresceu mais de 7,5% e recuperou-se do tombo do ano anterior.

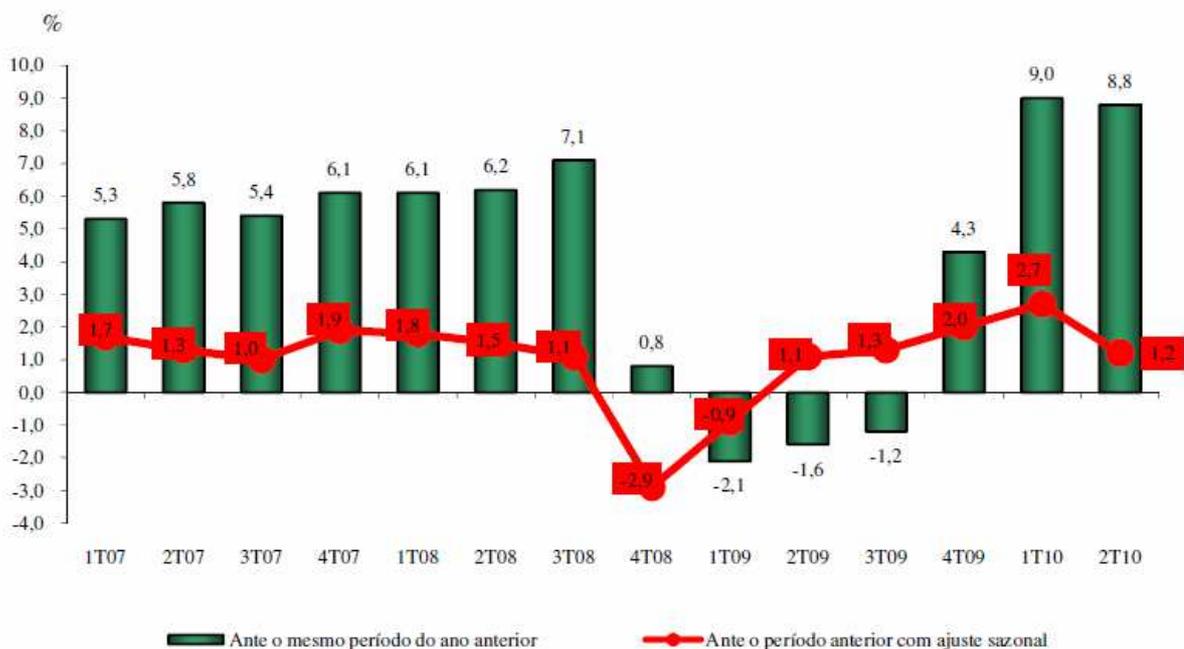


Gráfico 41: Variação Trimestral do PIB – 2007/201
 Fonte: IBGE.

4.4 Segundo Ciclo da Crise: Perda do dinamismo e busca pela retomada (2011 a 2013)

Se no primeiro ciclo da crise, entre 2008 e 2010, o Brasil experimentou uma rápida recuperação, a partir de 2011 o cenário positivo começou a mudar. Os primeiros sinais de dificuldades vieram após o salvamento do setor financeiro pelos Estados nacionais, somados a adoção de políticas recessivas e corte de gastos públicos dos países centrais. Isso gerou um baixo dinamismo das maiores economias do planeta, além de colocar em risco o futuro da União Europeia. Diante dessas circunstâncias de instabilidade e sem ter havido nenhuma regulamentação do setor financeiro, o grande volume de capital utilizado para salvar o sistema bancário começou a se movimentar em direção às commodities, que o mercado considerava ainda naquele momento com grandes possibilidades de se valorizar, principalmente devido a forte recuperação chinesa e ao aumento da demanda por esses produtos. Como consequência desse processo, houve no começo daquele ano uma inflação no preço dos alimentos em todo mundo, fator fundamental para a deflagração de movimentos de mudança nos países árabes.

Esse cenário de nova deterioração na economia global ocorreu em simultâneo ao início do governo de Dilma Rousseff. Para enfrentar as dificuldades econômicas, ela manteve Guido Mantega como Ministro da Fazenda, ligado ao pensamento desenvolvimentista. Além disso, Henrique Meireles saiu do Banco Central, tido como um ex-banqueiro muito ligado ao setor financeiro; em seu lugar, assumiu Alexandre Tombini, técnico de carreira no BC. Ou seja, pela primeira vez o BC não seria gerido por alguém ligado ao mercado, o que suscitou muitos boatos sobre o fim do tripé econômico e o risco da independência da política monetária dos ditames do mercado.

Com a alta de preços lá fora, cresceu a pressão do mercado e da mídia sobre a nova administração do BC, incapaz de retomar o alto de 2010. Em resposta, a instituição resolveu a subir a taxas de juros, para controlar as expectativas relativas aos índices de preços e dar um sinal ao setor financeiro, ainda que o aumento da taxa de juros não seja a principal causa das altas dos preços e sim o valor das *commodities*, que tem seu preço definido pelo mercado internacional.

Como se vê a seguir, no início de 2011 ocorreu um forte aumento no índice de preços que, somado às mudanças da política econômica, aumentaram a desconfiança sobre a manutenção do regime de metas de inflação.

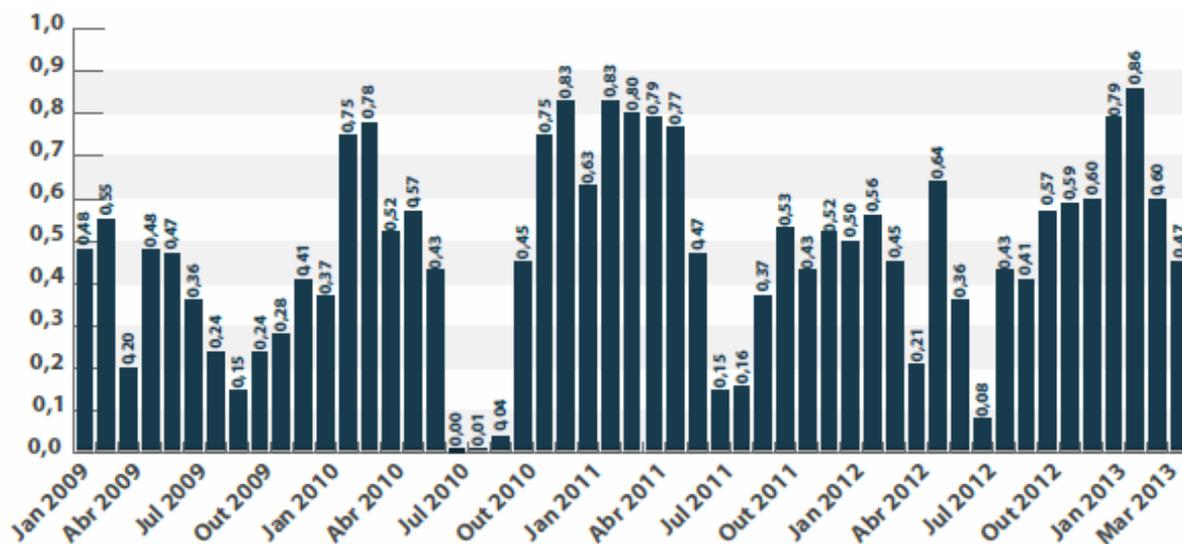


Gráfico 42: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) Mensal
Fonte: IBGE

No entanto, em um primeiro momento o BC, sob o comando de Alexandre Tombini, não sofreria tanta interferências do mercado quanto seus antecessores na condução da política de juros. A primeira mostra dessa mudança de postura foi que, mesmo sob pressão do setor bancário-financeiro-mídia por um forte aumento nos juros, o BC dessa vez subiu o juros a taxas de APENAS 0,25%; além disso, no final do Governo Lula, foram estabelecidas medidas macroprudenciais para limitar o consumo e segurar os preços. Essas medidas representaram uma mudança de paradigma, pois foi à primeira vez desde o início do tripé econômico que se buscou apoio em novos instrumentos para o combate a inflação, terminando um ciclo de 12 anos em que o controle da inflação era buscado apenas com o uso taxa básica de juros. As medidas macroprudenciais adotadas em dezembro de 2010 foram as seguintes:

- Elevação do adicional do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, em vigor desde 2002, de 8% para 12%;
- Aumento do capital mínimo dos 11,0% então vigentes para 16,5% do valor da operação para empréstimos consignados com prazo superior a 36 meses e para as demais

operações de crédito às pessoas físicas com prazo superior a 24 meses, com as seguintes exceções: operações de crédito rural; financiamento habitacional; financiamento a veículos de carga; e, no caso de financiamento a veículo automotor, as operações com prazo entre 24 e 36 meses com valor de entrada superior a 20%, com prazo entre 36 e 48 meses com valor de entrada superior a 30% e com prazo entre 48 e 60 meses com valor de entrada superior a 40%.

Segundo Prates e Cunha (2011), “a primeira medida afetou as condições gerais de liquidez dos bancos, enquanto que a segunda iniciativa teve como foco o crédito ao consumo e foi condicionada pela preocupação do BCB com a forte expansão desse crédito”. O resultado em termos de desaceleração e controle do crédito foi extremamente positivo como podemos ver a seguir:

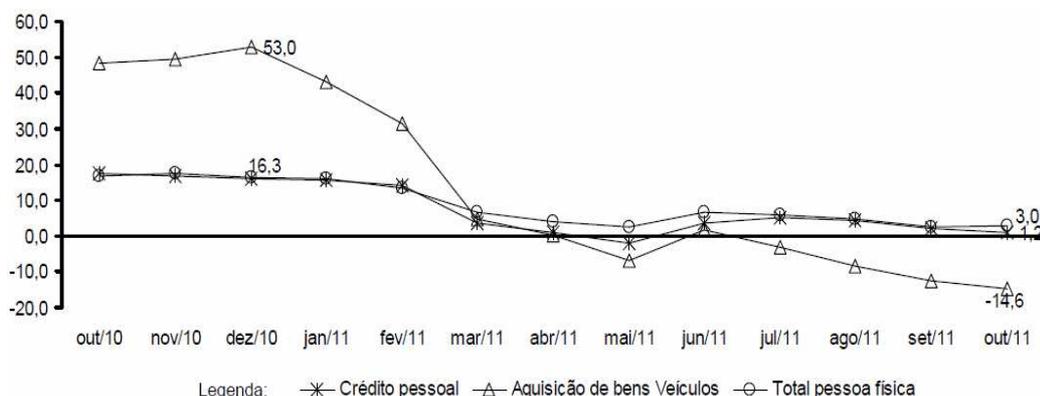


Gráfico 43: Crédito referencial para a taxa de juros no Brasil — out./10-out./11

Fonte: BCB.

NOTA: Concessões acumuladas no mês equivalem à variação real percentual da média móvel trimestral frente ao mesmo mês do ano anterior.

A segunda grande mudança na política monetária se deu em agosto de 2011, quando o BC surpreendeu o mercado financeiro com uma queda de 0,5% na taxa SELIC, após cinco altas consecutivas. O BC espantou o setor financeiro e começou a reduzir sistematicamente a Selic, então em 12,5%, até chegar ao ponto mais baixo da história, em junho de 2012, quando a taxa chegou a 7,25%. Na época, a inflação ameaçava ficar acima dos 6,5% fixados pelo governo. A instituição avaliou, entretanto, que a crise global, principalmente na Europa, iria durar mais que o esperado e jogaria para baixo o crescimento e os preços.

Apesar de muita reclamação dos representantes dos rentistas por essa mudança drástica na política de juros no país, ela se mostrou correta, pois a desaceleração veio como o BC previa. Contudo, veio mais forte do que o esperado e fez com que a economia brasileira

tivesse uma forte desaceleração. O quadro seguir mostra como a taxa de crescimento do PIB teve uma forte queda e ficou quase estagnada por quase três trimestres consecutivos, entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2013.

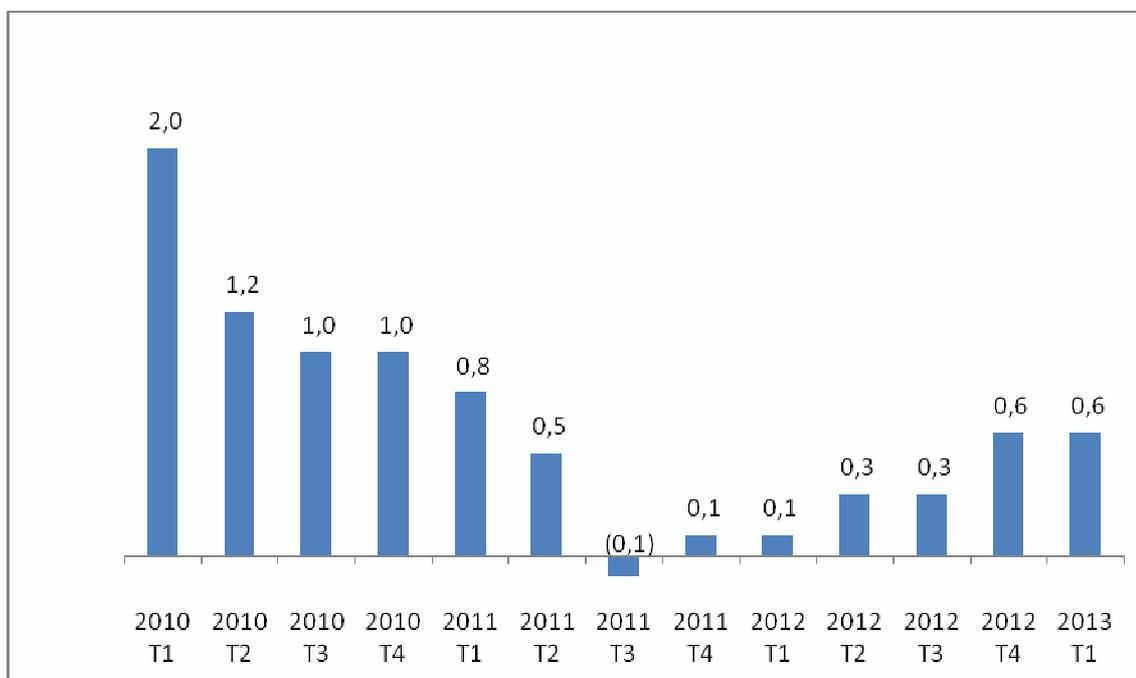


Gráfico 44: Variação PIB Trimestral (Trimestre/Trimestre imediatamente anterior)

Fonte: IBGE

Com a forte desaceleração e a mudança no patamar de juros, houve duas consequências para o setor financeiro nacional. A primeira foi a mudança da regra de caderneta de poupança, a segunda a queda dos spreads bancários pelos bancos públicos, para forçar os bancos privados a baixarem seus juros, que eram os maiores do mundo. Em relação à poupança a mudança ocorreu por receio de que, com a queda nos juros, houvesse uma corrida de depósitos para poupança, que se tornaria mais atraente que os títulos públicos. Pela nova regra, a remuneração para os ovos depósitos da poupança passava a ser atrelada à Selic, sempre que a taxa básica de juros for igual ou inferior a 8,5% ao ano.

Já em relação à política de diminuição dos spreads, o governo tinha a intenção de manter o consumo aquecido, com a manutenção do aumento do crédito, além da diminuição do nível de inadimplência, que havia aumentado com a política de estímulo ao consumo em 2009 e 2010. Para tanto, os bancos públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) iniciaram uma política de corte de juros, com o intuito de pressionar os bancos privados a também baixarem seus juros. Como podemos ver na tabela a baixo e no comentário de Amir

Kahir (2009), a taxa de spread do Brasil sempre foi um dos principais exemplos do privilégio do rentismo sobre a economia nacional:

Levantamento feito pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) para 2008. A média simples da taxa das 62 nações em desenvolvimento que integram o relatório do Iedi ficou em 6,55 pontos percentuais, no ano passado, ante 34,88, no Brasil. A comparação foi obtida a partir de dados sobre o custo do capital para os bancos de cada nação e os juros que cobram, informados pelos governos ao Fundo Monetário Internacional.

	Spread	Inadimplência
Brasil	34,88	4,40
Emergentes	6,55	4,00
Desenvolvidos	3,16	2,00

Tabela 21: Taxa de Spread e Inadimplência 2008

Fonte: Banco Central, Instituto de Finanças Internacionais e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)

O resultado dessa política de forçar os bancos privados a baixar os juros, por meio da atuação dos bancos públicos, tem dados bons resultados, apesar de o spread brasileiro ainda ser alto em comparação com o resto do mundo. Com efeito, os bancos públicos estão ganhando mercado com essa política e aumentando seus lucros, bem como tem favorecido a uma queda na taxa de spread do país, entre 2011 e 2012, conforme mostra o quadro seguinte:

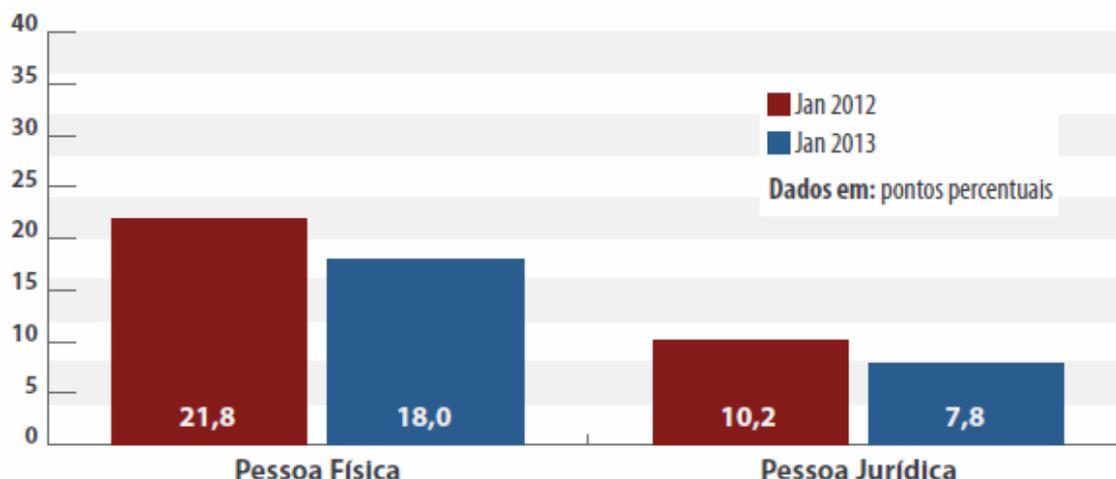


Gráfico 45: Spread Bancário: Pessoas Físicas e Jurídicas (p.p.)

Fonte: BCB.

Essas novas políticas, voltadas para diminuir as regalias do rentismo na economia brasileira, estavam ligadas a uma estratégia de desenvolvimento planejada pelo governo com vistas a se manter longe da crise. A Presidenta Dilma, sabendo que as condições externas não seriam fáceis, devido ao cenário internacional extremamente volátil e incerto, avaliou junto a sua equipe econômica que o Brasil só conseguiria escapar do pior da crise com o aumento da taxa de investimento. Além disso, também era importante o fortalecimento do mercado interno, que vinha sendo essencial para a economia brasileira ter se recuperado tão rápido do primeiro ciclo da crise.

Com a meta de destravar os investimentos surgiram duas propostas para o desenvolvimento da política econômica de Dilma. A primeira, que foi a adotada, seria levar o Brasil a ter juros mais baixos e parecidos com aqueles praticados nos outros países, ao invés das taxas estratosféricas praticadas desde os anos 1990. Segundo essa estratégia, o governo faria um forte controle de despesas para permitir ao BC baixar os juros sem grandes impactos inflacionários. Para aumentar os investimentos, sem aumentar os gastos do governo e o investimento estatal, previa-se ancorar os investimentos privados. O governo aproveitaria a grande quantidade de capitais parados no mundo em busca de investimentos rentáveis e ofereceria oportunidades de lucro em obras de infraestrutura; isso resultou em um bilionário programa de concessões de estradas, ferrovias, portos e aeroportos – processo ainda em andamento.

No entanto, essa estratégia não era unânime dentro do quadro de economistas do governo, sobretudo os ligados à escola pós-keynesiana. Segundo eles, essa política pecava por reproduzir as experiências fracassadas dos países ricos contra a crise mundial de 2008: juros baixos e rigor fiscal. Para esses economistas, o gasto público é essencial e o país não deveria abrir mão disso, principalmente em um momento de instabilidade na economia internacional, com baixas expectativas para o setor privado. Conforme essa visão, foi o avanço dos gastos públicos que empurrou a política anticíclica do governo Lula, mesmo com o BC demorando em baixar os juros; ou seja, sua proposta defende que o Estado deveria manter uma política de aumento de investimento público, para tentar induzir os empresários a investirem. Quanto aos juros, cairiam ao longo do tempo devido à grande diferença entre as taxas brasileiras e internacionais.

Sobre esse debate em torno dos investimentos públicos é necessário ressaltar as grandes dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro para viabilizar esses investimentos. Desde 2007, com o lançamento do PAC, o país procura recuperar a capacidade de planejamento e investimento do setor público, porém ainda são muitas as amarras que travam os projetos de infraestrutura pretendidos.

Quando analisamos os investimentos do setor público nos últimos dez anos, vemos que, apesar de terem crescido, ainda se mantêm em um patamar baixo, quando comparados com as imensas demandas e gargalos causados por mais de 25 anos sem investimentos em infraestrutura. Se em 2003 o Estado brasileiro investia apenas 2,5%, conseguiu dobrar esse valor em 2010, ano da recuperação e das políticas anticíclicas; isso ocorreu em grande parte devido ao forte aumento dos gastos das empresas estatais. Nos últimos dois anos, houve uma queda na taxa de investimento tanto pública quanto privada, devido à deterioração das expectativas do setor privado, bem como a transição de governo e a dificuldade em se viabilizar parte dos investimentos públicos.

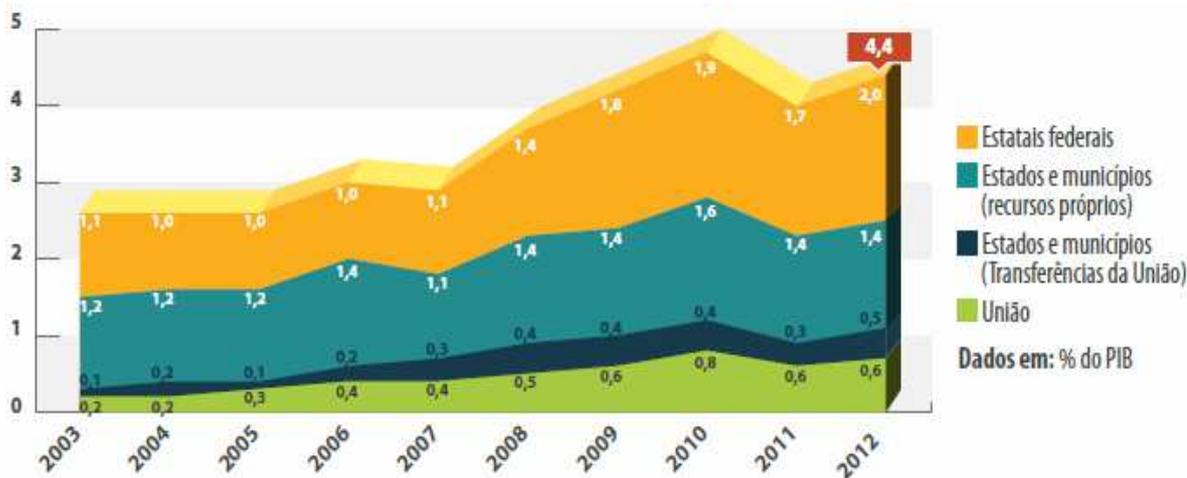


Gráfico 46: Investimento do setor público
 Fonte: Ministério da Fazenda/IBGE

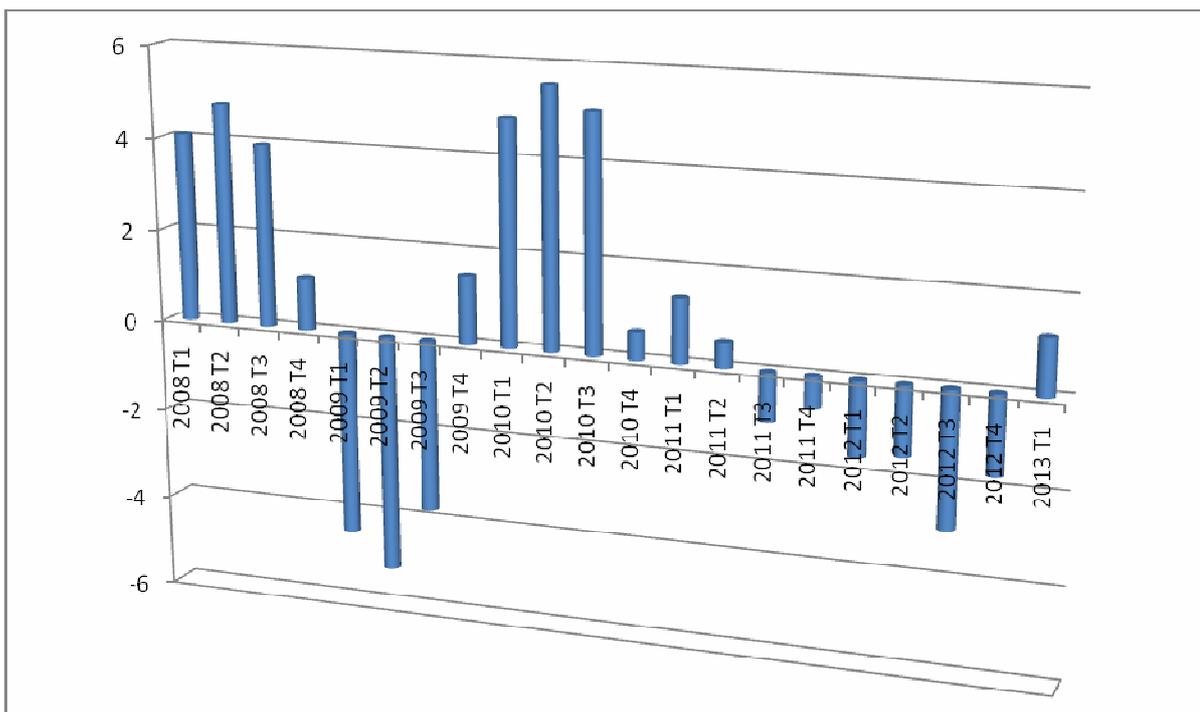


Gráfico 47: Contribuição da formação bruta de capital no crescimento do PIB 1º Trimestre de 2008 a 1º Trimestre de 2013

Fonte: IBGE.

Para buscar aumentar os investimentos em infraestrutura e retomar as expectativas dos empresários, o governo federal criou o Plano Nacional de Logística: Rodovias e Ferrovias. Lançado no dia 15 de agosto de 2012, esse Plano ainda está em fase de implementação e promete a elevação dos investimentos em infraestrutura e logística, restabelecendo a capacidade de planejamento integrado do sistema de transportes e interligando modais de transporte - rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Estima-se que o montante total dos investimentos chegue a R\$ 133 bilhões em um prazo de 30 anos, sendo R\$ 79,5 bilhões nos cinco primeiros anos, e R\$ 53,5 bilhões entre o sexto e o trigésimo (último) ano. Porém, hoje ainda é incerta a avaliação quanto ao sucesso das futuras licitações que contemplam essa carteira de projetos, pois elas ainda não foram realizadas e não se sabe se haverá interesse do setor privado e se serão realizadas todas as obras previstas. De todo modo, o destrave dos investimentos passa a ser essencial nesse segundo ciclo da crise econômica.

Outro fator essencial para manter a economia brasileira longe das dificuldades econômicas passadas pelos EUA e a Europa é a questão cambial. Como já vimos, a crise

provocou uma deterioração do comércio internacional, além de uma queda na demanda dos países centrais, somado a uma busca por aumento das exportações desses países para tentar retomar o crescimento de suas economias. Isso gerou na política monetária global a chamada “guerra cambial”, causada pela busca de desvalorização das moedas dos países em crise, que buscavam com essa medida tornar seus produtos mais competitivos e assim aumentar as exportações, principalmente para os mercados internos das nações que como o Brasil, que não entraram em recessão e continuaram consumindo.

Nessas circunstâncias, a economia brasileira -- que durante toda a década de 2000 teve uma taxa de câmbio extremamente valorizada – viu-se em apuros com a invasão das importações, que afetaram principalmente o setor industrial que passou a ter déficits cada vez mais crescentes, vítima de um câmbio desvalorizado. Essa situação está configurada no relatório *Contribuição de uma agenda de desenvolvimento* (2012), do IEDI, que afirma:

Conjugada a um crescimento da economia mais forte nos anos de 2007 e 2008 antes do agravamento da crise externa, a perda de competitividade industrial se traduziu na passagem de uma condição de saldo comercial confortável de bens típicos da indústria de transformação (segue-se aqui uma classificação da OCDE), na faixa de US\$ 30 bilhões em 2006, para déficits de US\$ 7,1 bilhões em 2008 e de US\$ 8,3 bilhões em 2009. Em 2010, o déficit comercial de produtos industriais chegou a US\$ 34,8 bilhões, o que revela um processo muito grave de deterioração da competitividade do setor. Mas, esta deterioração se mostraria ainda maior em 2011, ano em que os grandes produtores industriais do mundo amplificaram suas ações no mercado brasileiro e o déficit industrial sobe a US\$ 48,7 bilhões. Nesse processo, chama a atenção a passagem de saldo para déficit e, em seguida, o agravamento desse déficit, o que não teve precedentes no comércio exterior brasileiro, dada a sua rapidez combinada com sua enorme intensidade (IEDI, 2012 p. 20 e 21).

Cabe identificar os setores que lideraram o processo. A princípio, a liderança coube aos bens de alta intensidade tecnológica – cujo déficit passou de cerca de US\$ 12 bilhões em 2006 para a faixa de US\$ 22 bilhões em 2008 e daí para US\$ 26 bilhões em 2010. Em 2011, o déficit continua subindo, mas desacelera, chegando a US\$ 30 bilhões.

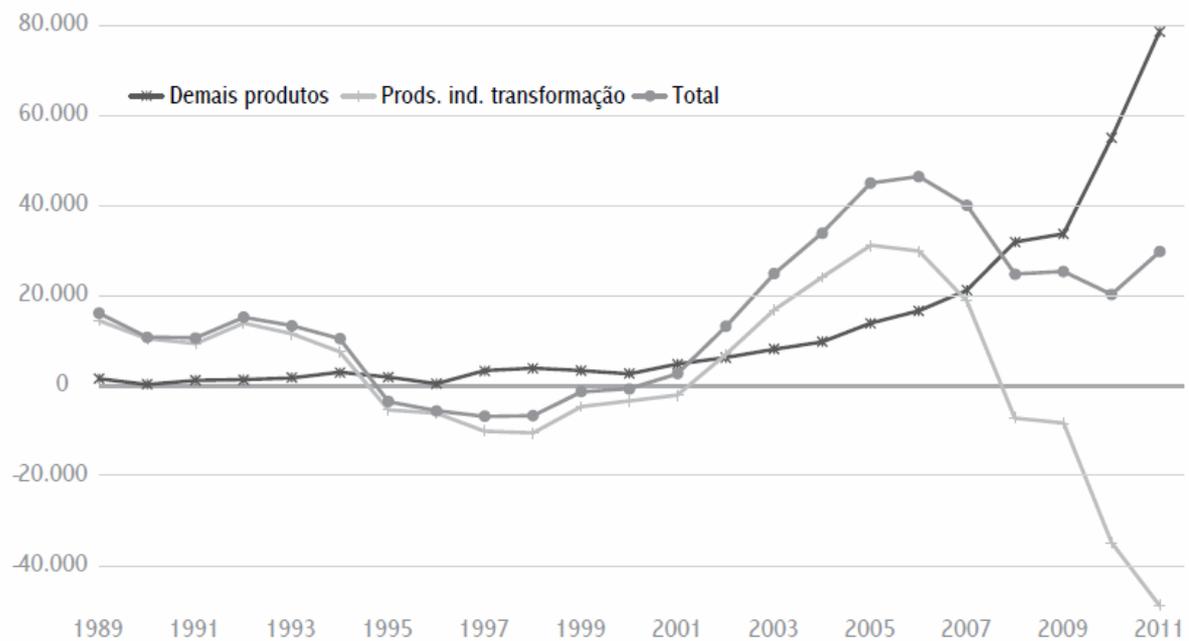


Gráfico 48: Balança Comercial (US\$ Milhões FOB)

Fonte: MDIC. Elaboração: IEDI.

Para enfrentar o cenário de desequilíbrio do setor industrial e buscar retomar o investimento privado, desde 2012 o governo federal soltou uma série de medidas visando três objetivos: 1) Redução dos custos do trabalho e capital; 2) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e 3) estímulos às exportações e à defesa comercial. Na sequência, vejamos quais foram as medidas adotadas pelo governo Dilma nos anos de 2012 e 2013:

- Desoneração da folha de pagamento para 40 setores intensivos em trabalho, abrangendo aproximadamente 46% das exportações de manufaturados: mais de 50 mil empresas beneficiadas, com desoneração estimada em R\$ 3 bilhões, em 2012; R\$ 12,83 bilhões, em 2013; e R\$ 14,1 bilhões, em 2014. Para bens exportados, isenção integral, reforçando os efeitos competitivos do câmbio;
- Simples Nacional e Microempreendedores Individuais (MEI): até julho de 2012 foram beneficiados 4,3 milhões de empresas optantes do Simples e 2,3 milhões do MEI – incremento de 6,3% e 38,3%, respectivamente, desde a vigência dos novos limites das faixas de faturamento;
- Desoneração dos investimentos: completa desoneração dos tributos federais (IPI e PIS/Cofins) sobre os bens de investimento;

- Depreciação Acelerada para efeito de apuração do Imposto sobre a Renda (IR) das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real: autorização de depreciação acelerada de dez para cinco anos para bens novos adquiridos ou objeto de contrato de encomenda até 31/12/2012, prevendo apuração a partir de janeiro de 2013;
- Fortalecimento do crédito para investimento e inovação: o total de desembolsos do BNDES para projetos agropecuários, industriais, comerciais e de serviços atingiu aproximadamente R\$ 152 bilhões em 2012;
- Reforço à Inovação via Financiadora de Estudos e Projetos (Finep);
- Política de Margens de Preferência para Compras Públicas, resultando no montante de R\$ 2,5 bilhões despedido em compras governamentais com margem de preferência em 2012;
- Instituídos oito Regimes Tributários Especiais: Automotivo; Indústria de Defesa; Semicondutores; Banda Larga; Um Computador por Aluno; Aquisição de Computadores para Uso Educacional; Portos; e Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes. A renúncia fiscal total, estimada em cerca de R\$ 12 bilhões até 2017;
- Estabelecimento do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra);
- Ampliação dos recursos do Programa de Financiamento à Exportação (Proex);
- Ampliação do número de empresas com suspensão de IPI, PIS e Cofins sobre aquisição de insumos: redução de 60% (setores intensivos em trabalho) e de 70% (demais setores) para 50% do percentual de exportações no faturamento para caracterização de Empresa Preponderantemente Exportadora;
- Seguro de crédito à exportação: aumento do limite de faturamento bruto de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) beneficiárias, de R\$ 60 milhões para R\$ 90 milhões;
- Flexibilização das garantias do Proex: autorização para o Banco do Brasil aceitar garantias do próprio empresário em operações de até US\$ 50 mil para empresas com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões;

- Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) indireto para as exportações via *tradings*: autoriza empresa que exporta via *trading* a financiar a produção a taxas de juros internacionais tomando ACC indireto;
- Lei da Inovação e Lei do Bem, que contemplam ações que visam estimular a aproximação entre produção científica e o esforço tecnológico empresarial, resultantes da Lei da Inovação e da Lei do Bem;
- Redução do IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos;
- Redução gradual do prazo de devolução dos créditos PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital de 12 meses para apropriação imediata;
- Acordo entre os bancos públicos para a harmonização das políticas de financiamento;
- Ampliação dos seguintes Programas do BNDES: de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia de Fornecedores de Bens e Serviços relacionados ao setor de Petróleo e Gás Natural (Pro-P&G); de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma); de Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft); de Financiamento às Empresas da Cadeia Produtiva Aeronáutica Brasileira (Pro-Aeronáutica); e de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Plástico (Proplástico), dentre outros.

A partir de 2011, ficou evidente que escapar das tormentas da crise não seria tão simples para o Brasil. O modelo baseado na expansão do consumo, com o fortalecimento do mercado interno necessita continuar a sua expansão, porém também é necessário aumentar a taxa de investimento e colocar o câmbio em um patamar mais vantajoso para indústria. Só assim será possível manter-se um pouco mais longe da crise.

Na busca por alavancar o investimento privado e manter o consumo, o governo vem adotando uma série de medidas, mas para muitos críticos isso é insuficiente. Segundo eles, muitas dessas ações foram tomadas às pressas, devido à desaceleração da economia e falta uma estratégia clara do governo para conseguir atingir seus objetivos. Não basta apenas

desonerar um número enorme de setores e considerar que apenas isso pode retomar o ciclo de investimento.

Na verdade, ainda é cedo para se avaliar esse pacote de medidas que o governo tomou a partir de 2011 e quais serão os reais resultados. O que podemos ver até o momento é que a indústria, o PIB e o investimento sofreram uma forte desaceleração após a recuperação de 2010 e não se sabe se conseguirão se recuperar com rapidez. Enquanto isso, o emprego e o consumo são mantidos em patamares muito positivos em comparação aos países em crise.

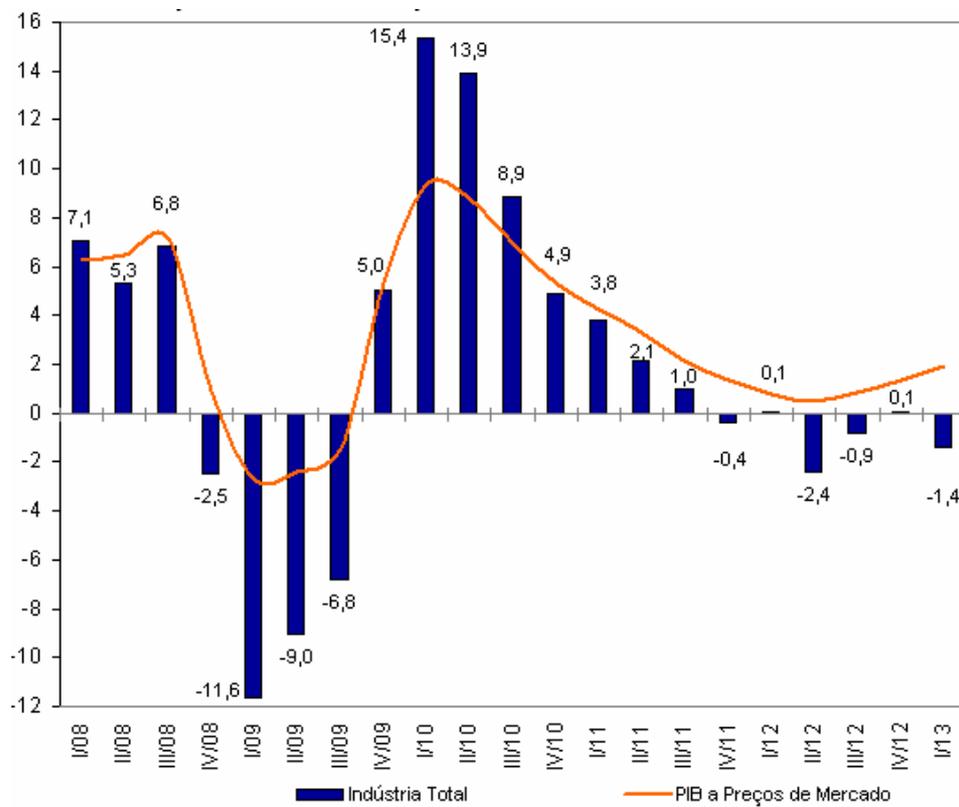


Gráfico 49: PIB total e indústria variação % real com relação ao mesmo trimestre do ano anterior
 Fonte: IBGE

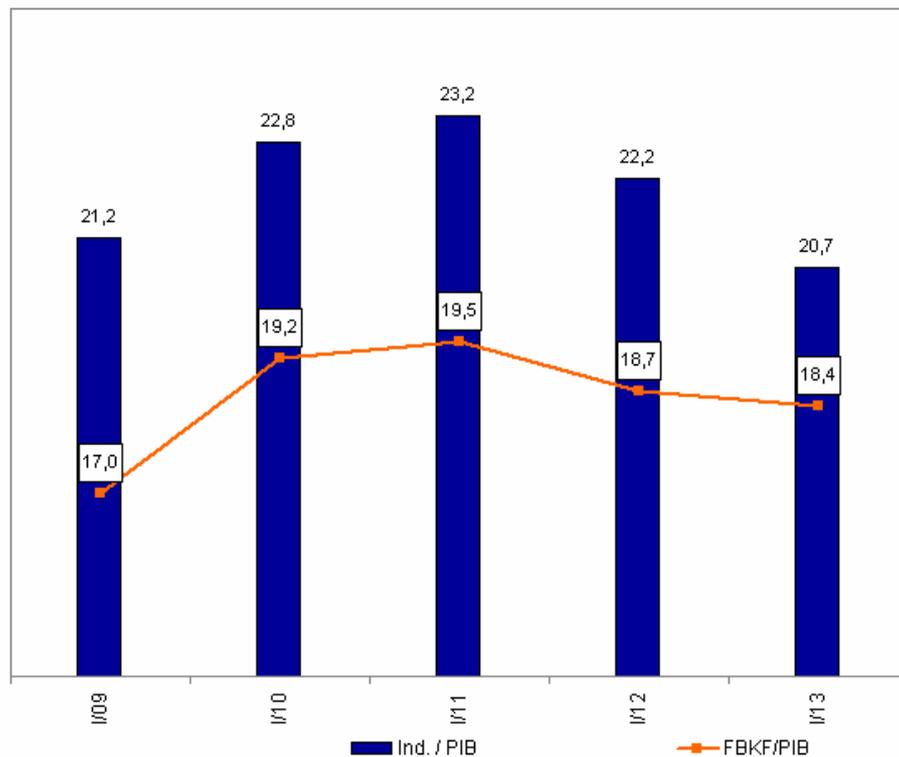


Gráfico 50: FBCF/PIB e Indústria/ PIB- %
 Fonte: IBGE

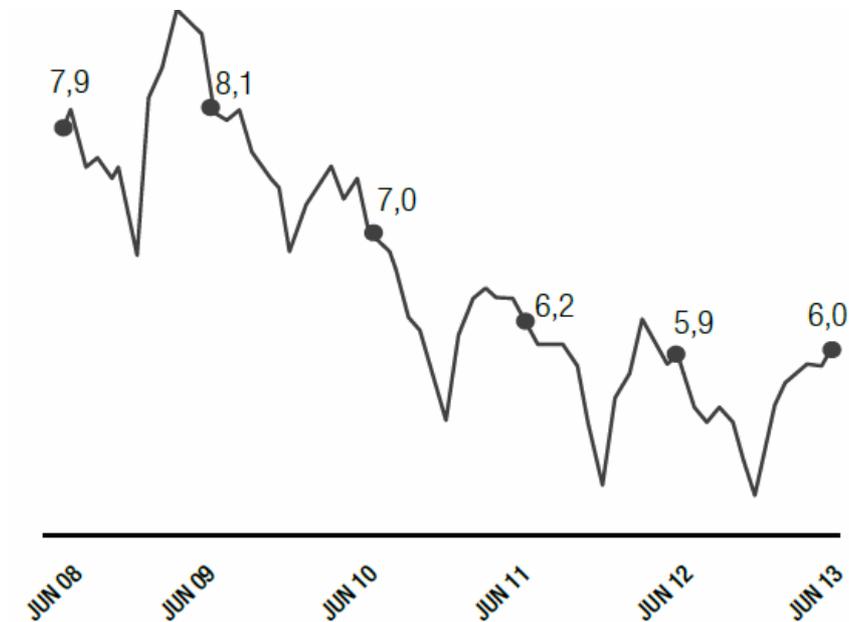


Gráfico 51: Evolução da taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas

Fonte: PME/IBGE. Nota: As seis Regiões metropolitanas pesquisadas são Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo.

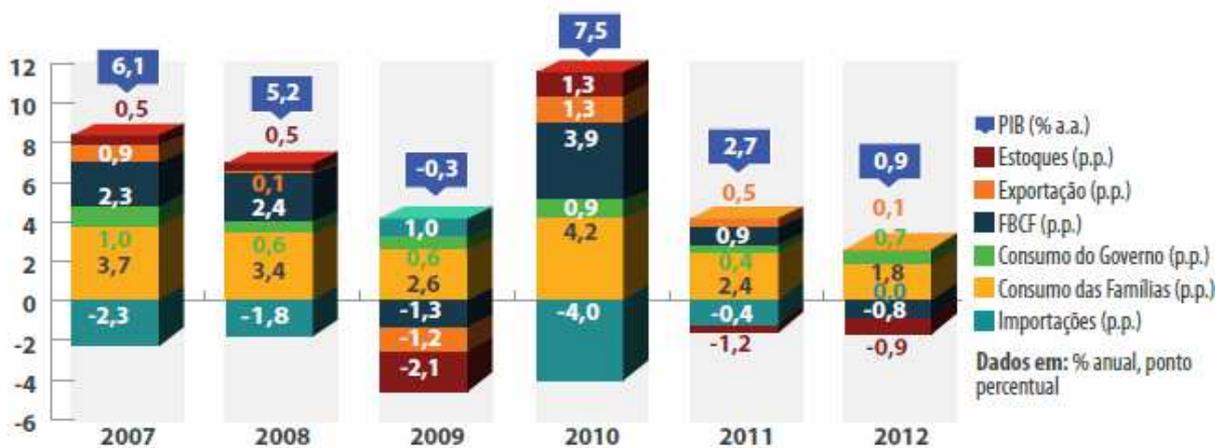


Gráfico 52: Resumo do crescimento econômico brasileiro pela ótica da demanda

Fonte: IBGE. Elaboração: Ministério da Fazenda

Nos gráficos apresentados acima, fica evidente que o consumo das famílias sempre cresceu acima das outras taxas que medem o PIB nacional na ótica da demanda e que esse fator foi fundamental para a recuperação do país diante da crise e mesmo nos resultados de 2011 e 2012. Por fim, a taxa de desemprego é o outro fator a se destacar nessa segunda fase, pois, apesar do desaquecimento da economia, ela vem se mantendo nos patamares mais baixos de toda história.

Para concluir este capítulo, gostaríamos de reiterar que, no momento em que o presente trabalho está sendo escrito, a crise internacional ainda não deu mostras de ter acabado, apesar de ter se arrefecido ao longo do primeiro semestre de 2013. Mas, ao que parece, o desconcerto econômico mundial está longe de se resolver e repercute nas economias de todos os países. Por isso mesmo, as previsões têm de ser cautelosas; a situação ainda pode mudar muito, tanto aqui como lá fora.

Como vimos acima, o governo vem tomando uma série de medidas para recuperar o vigor da economia, mas ainda não se pode afirmar se os resultados serão positivos como em 2009 e 2010. A atmosfera de crise ainda está no ar e novos eventos podem soprar numa ou noutra direção. O que não se discute é que, para o Brasil voltar a crescer, o país terá de romper com os gargalos de sua economia, que cada vez mais travam o nosso desenvolvimento. Sem retroceder as conquistas da última década.

4.5 Avaliação da economia brasileira diante da crise internacional

Conforme foi apresentado no capítulo 3, houve uma série de avanços e a manutenção de gargalos na economia brasileira ao longo da década de 2000. Período esse em que, apesar de continuar havendo uma forte influência do setor financeiro sobre a economia nacional, foi possível romper com alguns paradigmas da doutrina neoliberal, o que permitiu significativo desenvolvimento para economia do país, sobretudo no campo social.

Analisando os efeitos da crise para o Brasil, concluímos que os avanços foram fundamentais para impedir com que a crise afetasse seriamente a economia nacional e foi por meio do aprofundamento deles que se implantou uma série de políticas anticíclicas, durante o colapso internacional. Por outro lado, vimos que os gargalos apresentados no capítulo 3 vêm se tornando cada vez mais evidentes e comprometedores do desempenho da economia.

Para evidenciar essa hipótese acima, retomaremos os principais pontos dos avanços e gargalos antes apresentados e apontaremos a seguir o papel desempenhado por cada deles nos anos da crise:

Ascensão da classe trabalhadora

Os programas sociais e a política de aumento do salário mínimo foram essenciais para fortalecer o mercado interno, o que permitiu um aumento no consumo, que segurou a economia nacional, apesar da crise externa.

Queda da Vulnerabilidade

Com a melhora nas contas públicas e com a obtenção de grandes colchões de reservas, o Brasil, diferente de outros momentos de crises, não sofreu com grandes fugas de capitais e conseguiu manter a dívida pública controlada e decrescente, apesar da turbulência externa.

A retomada do papel do Estado

Durante a crise econômica de 2008, o papel do Estado mostrou-se da maior importância, principalmente com as medidas de aumento de investimentos com o PAC e MCMV, além da utilização dos bancos públicos para manter o financiamento na economia.

Manutenção dos privilégios dos Rentistas

Apesar de avanços e do começo de um enfrentamento com o setor financeiro no governo Dilma, as políticas econômicas continuam muitas vezes a ser dirigidas pelos interesses financeiros e especulativos. Nesse ponto, o câmbio e o juros servem de bons exemplo de instrumentos que são imprescindíveis para o desenvolvimento econômico e, por sua vez, continuam a servir de instrumento especulativo para o capital financeiro, afetando assim todo o setor produtivo nacional e a competitividade do país.

Entraves Competitivos

Fatores como a infraestrutura obsoleta e a baixa qualificação da mão de obra, somados à baixa taxa de investimento da economia, tornam-se mais evidentes e comprometedores no período da crise, comparados com o contexto de crescimento global ocorrido entre 2003 a 2007.

Com a deterioração do cenário externo, somente o consumo não será suficiente para manter a economia brasileira protegida da crise. Por isso, o enfrentamento desses fatores torna-se vital para o aumento da competitividade econômica.

Desindustrialização

A desindustrialização é um grande risco para economia brasileira, visto que esse setor vem sendo o mais afetado, como vimos nos gráficos do item anterior. A manutenção do câmbio valorizado, somado à invasão de produtos chineses no mercado nacional, criou um cenário extremamente difícil para o setor industrial. Apesar das medidas de incentivos do governo à indústria, com desonerações fiscais para uma série de setores, os resultados ainda são pífios e o risco de desindustrialização se torna presente e com maior força.

Com isso, o Brasil corre o risco de comprometer seu futuro. Afinal, um país com uma indústria atrasada e não-integrada sempre é um país fraco econômica e politicamente. Nesse sentido, a crise deixou mais evidente que o Brasil corre o risco de uma especialização regressiva na produção, pois o saldo da balança comercial de manufaturas está cada vez mais negativo e o país encontra dificuldades em aumentar a competitividade do setor produtivo.

Com o presente capítulo, procuramos apresentar a economia brasileira perante a crise externa de 2008, quais medidas tomadas pelo governo e os resultados obtidos pelo país, perante a turbulência que abalou o sistema econômico global. Por fim, mostramos como os avanços e gargalos do Brasil na década de 2000 foram importantes para se compreender a dinâmica da economia nacional em face da crise.

Considerações Finais

Esta dissertação procurou analisar a reação da economia brasileira perante a crise econômica internacional, no período que vai desde o início do colapso financeiro, em 2008, a 2013, quando é finalizado o trabalho. Durante esses anos o mundo vem passando por uma forte turbulência econômica, devido às décadas de implantação da doutrina neoliberal na economia global. A desregulamentação financeira – somada à crescente cooptação desse setor sobre a economia, estados nacionais e as relações sociais –, acabaram por evidenciar a instabilidade do sistema e aprofundar os riscos sobre as conquistas das classes trabalhadoras no mundo ao longo do século XX.

A crise atual se alastra pelos países centrais, que adotam como resposta a cartilha de aprofundamento das políticas que privilegiam o setor financeiro, cortando gastos sociais e retirando direitos das classes trabalhadoras, para manter o sistema financeiro intacto e funcionando da mesma forma que anteriormente ao colapso de 2008. Já se passaram cinco anos desde a quebra do *Lehman Brothers* e até o momento muito pouco foi feito para regular o sistema financeiro, mesmo estando claro que seu descontrole gera um grande risco para o sistema capitalista.

Existem grandes dificuldades para se encontrar uma saída da crise, pois, se por um lado, isso exigiria contrariar os interesses do grupo dominante (sistema financeiro), por outro, as instituições multilaterais existentes não têm as atribuições legais para colocar em prática medidas regulatórias a nível global. Além disso, um maior controle sobre as finanças mundializadas, ou qualquer mudança na governança global, exigiria acordos multilaterais que entrariam em conflito com o interesse hegemônico dos EUA.

Percebemos ainda, ao longo das últimas décadas, que os Estados nacionais e seus respectivos sistemas políticos foram cooptados pelo Sistema financeiro e seu respectivo serviço de lobby. Por conta disso, os países que resolvem impor barreiras aos interesses das finanças sofrem forte pressão e ameaças especulativas que certamente geram instabilidade econômica e política. Quanto mais essas economias ficam dependentes da especulação financeira, mais difícil passa a ser a imposição de regras para o seu funcionamento.

Nesse cenário extremamente complexo da economia global, procuramos focalizar os reflexos da crise na economia brasileira. Para tanto, no primeiro capítulo apresentamos um

breve relato sobre a crise no sistema capitalista, de um ponto de vista teórico e consagrado na história da economia. Com Marx, vimos que, em sua essência, o sistema capitalista tende a crise e Keynes nos apresentou as causas do fenômeno da crise dentro do capitalismo; Minsky, por sua vez, revela a lógica existente por trás de uma crise financeira.

No segundo capítulo foi apresentada uma retrospectiva da globalização financeira, iniciada nos anos 1980 e que implantou o modelo de acumulação capitalista responsável pela hegemonia do neoliberalismo e causador da atual crise econômica. Buscou-se mostrar os efeitos desse novo padrão de acumulação para a economia. Além disso, buscamos entender a inserção da América Latina dentro desse novo ciclo mundial da economia, para depois tratar da economia brasileira e fazer uma análise de seu desempenho e transformações nos anos que antecederam a crise do *subprime*.

Esse histórico da economia brasileira é fundamental, pois apenas entendendo o que ocorreu no Brasil nos anos 1990 e 2000 podemos compreender a reação da nossa economia perante a crise de 2008. A partir dessa visão, constatamos que, nos anos 1990, ao buscar uma nova correlação de forças que tirasse o país da crise da década anterior, o Brasil se abriu ao neoliberalismo, passando a ter sua economia subordinada à hegemonia do complexo bancário-financeiro. Na década de 2000, por sua vez, o país soube aproveitar a janela de oportunidades promovida pela melhora do cenário externo e pelo aumento dos preços das *commodities*.

Sem romper com o sistema bancário-financeiro e sem maioria política para governar, tendo que fazer um governo de coalizão – em que boa parte dos apoiadores eram representantes das oligarquias nacionais que governam o país, o governo Lula conseguiu pôr em prática uma série de avanços sociais e econômicos, que pareciam impossíveis de serem realizados dentro da ordem, sem romper com complexo financeiro e sistema político vigentes. Andre Singer (2012) caracteriza esse fenômeno como reforma gradual e pacto conservador, salientando avanços importantes como o rompimento com o neoliberalismo dos anos 1990 e a manutenção de suas políticas.

Com a crise de 2008, tratada no último capítulo, vimos que esse modelo de desenvolvimento gradual, sem rompimento com o capital financeiro, é colocado em cheque pela realidade econômica. Para se defender do primeiro ciclo da crise (2008-2010), o governo brasileiro utilizou como política anticíclica o aprofundamento dos programas e avanços dos anos anteriores, obtendo bons resultados num primeiro momento. No entanto, com a persistência da crise externa, os gargalos da manutenção da estrutura neoliberal no Brasil

começam a mostrar seus efeitos sobre a economia nacional, deixando claro que, para manter o ritmo de desenvolvimento da economia brasileira dos últimos anos, será necessário aprofundar o rompimento com a herança neoliberal.

Nessas condições, na busca pela manutenção da queda das desigualdades da sociedade brasileira, o governo Dilma tem iniciado uma série de políticas de enfrentamento dos interesses do capital rentista e busca, por meio de uma série de medidas, criar um novo ciclo de desenvolvimento, baseado no capital produtivo e que destrave o investimento privado. Se houver comparação com o governo anterior, poderemos chegar a uma possível conclusão: enquanto Lula soube mediar os diferentes interesses e disputas de classes para colocar em pauta os investimentos sociais, o governo Dilma se caracteriza por ser menos mediador e mais conflituoso com os interesses dominantes, com vistas a dar respostas às circunstâncias da crise internacional e ampliar o rompimento com as heranças neoliberais, bem como incentivar as políticas desenvolvimentistas voltadas para a redução das desigualdades e para a atualização do parque industrial.

O resultado dessa guinada na economia brasileira ainda não é possível de ser avaliado. Mas, podemos afirmar que, para que o país consiga dar um novo salto em sua economia, torna-se fundamental que a situação externa se mantenha estável e que o governo busque romper cada vez mais com os gargalos do neoliberalismo e por outro lado busque cooptar o setor privado produtivo para fazer os investimentos necessários para superar os entraves do crescimento. Para tanto é necessário seguir uma agenda de desenvolvimento, que engloba desde questões econômicas a questões políticas.

A seguir, apresentamos algumas sugestões de medidas que podem contribuir para que o país -- desde que não haja maiores turbulências internacionais -- continue na rota de diminuição das desigualdades da última década:

- 1) Continuar a fortalecer os programas sociais e as medidas de combate à desigualdade.
- 2) Reforma política, acabando com o financiamento privado de campanha, para diminuir a interferência do capital no sistema político nacional, além de criar novos mecanismos de participação da sociedade nas decisões políticas da nação.
- 3) Democratização da mídia, permitindo que a formação de opinião pública no Brasil possa ser democrática e pluralista.

- 4) Uma reforma tributária socialmente justa, que simplifique e reduza a regressividade do nosso sistema tributário – isto é, permitir que quem ganhe mais, pague mais imposto;
- 5) Colocar o câmbio em um patamar competitivo para indústria nacional.
- 6) Manter a política monetária independente das pressões por juros do mercado financeiro e aproximar o patamar da taxa de juros brasileira com o do resto do mundo.
- 7) Buscar desenvolver um mercado de financiamento de longo prazo privado, para investimentos em infraestrutura e no setor produtivo.
- 8) Fortalecer a política industrial focando no aumento da competitividade e inovação no setor.
- 9) Aproveitar os recursos do pré-sal para aumentar os investimentos na melhora dos serviços públicos, principalmente saúde e educação.
- 10) Aumento do investimento em infraestrutura, tanto por parte do setor público como por parte do setor privado.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *A economia ecológica e os desafios para os economistas de esquerda* (entrevista) In: “Revista de Estudos Avançados – USP”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, pág.103-109.
- ALVES, Giovanni. *O que é a mundialização do capital* In: “Trabalho e Mundialização do capital: A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização”. São Paulo: Praxis, 1999.
- ANTUNES, D. J. N.; GIMENEZ, D. M.; FAGNANI, E. *Crescimento Econômico e Pobreza*. Carta Social e do Trabalho, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/cesit/boletim/Versao_Integral-4.pdf>
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 2009, 7ª reimpressão.
- BARBOSA, Alexandre Freitas. *Brasil Real: A desigualdade além dos indicadores*. São Paulo: Editora Outras Expressões, 20112.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. In: SOBRINHO, Barbosa Lima (e outros autores). “*Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público*”. São Paulo: Paz e Terra, 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>
- BELLUZZO, L. G. M.; TAVARES, M, C, T. *Capital Financeiro e Empresa Multinacional – o surgimento do capital financeiro*. Revista Temas de Ciências Humanas, v.9, 1980. Republicado em: BELLUZZO, L. G. M. Antecedentes da Tormenta, UNESP - Facamp, 2009.
- BELLUZZO, L.G. *O declínio de Breton Woods e a emergência dos mercados ‘globalizados’*. Economia e sociedade. Campinas, n.4, IE-Unicamp, 1995.
- BELLUZZO, L.G. M. *Marx, Keynes e a Finança Capitalista*. Revista Princípios. Mar/Abr, 2009. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2009.

- BELLUZZO, L.G. M. *Valor e capitalismo: Um ensaio sobre a economia política*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BELLUZZO, L.G. M.; ALMEIDA, J.S.G. *Enriquecimento e produção*. Novos estudos. Mar-1989-São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BELLUZZO, L. G. M. *Depois da queda – a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BELLUZZO, L. G. M. *Jornalismo de Resultados* In: “*Revista Carta Capital*”, edição 702. São Paulo, 20 de Junho de 2012, Disponível em: <
<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/jornalismo-de-resultados/?autor=13>>
- BELLUZZO, L. G. M. *Natureza Contraditória* In: “*Revista Carta Capital*”, edição 702. São Paulo, 20 de Junho de 2012.
- BELLUZZO, L. G. M; ALMEIDA, J. S. G. *A fase 2 do crescimento* In: “*Revista Carta Capital*”, edição 611. São Paulo, julho ,2013.
- BENOIT H. & ANTUNES, J. *A dialética do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. Edições Mais Valia. São Paulo: Tikhé, 2008.
- BENOIT, A.H.R. *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. Revista Crítica Marxista. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BORGES NETO, J.M. *Valor e esgotamento do capitalismo nos Grundrisse*. In: *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)*. (Org.) PAULA, J.A., Etall. Minas Gerais: Ed. Autêntica, 2010.
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Financeirização global. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo* In: Editora UNICAMP (IE), 2002 p.195-242.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Assalto ao Estado a ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.07-23.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. *Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina?* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol.21, número especial. Campinas, Dezembro/2012, p. 811-829.

- BRUNHOFF, Suzanne de. *Finança, capital, Estados* In: “*A finança capitalista*”. São Paulo: Alameda, 2010, p.31-93.
- CAGNIN, Rafael Fagundes. *O ciclo dos imóveis e o crescimento econômico dos Estados Unidos 2002-2008* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.147-168.
- CANO, Wilson. *Política Industrial do Governo Lula* In: “*Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico - 2003-2010*”. Rio de Janeiro: Guaramond, 2010, p.181-208.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Inserção Externa e Vulnerabilidade da Economia Brasileira no Governo Lula* In: “*Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico - 2003-2010*”. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.109-131.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP; e São Paulo: Editora UNICAMP (IE), 2002.
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *O Brasil Frente à Crise Global* in: “*Revista Interesse Nacional*”, Abril-Junho/2009, p.21-30. Disponível em: <<http://www.iececon.net/ricardo/Carneiro1.pdf>>
- CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Velhos e novos desenvolvimentismos* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol. 21, número especial. Campinas, Dezembro/2012, p.749-778.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. *A crise internacional desafia o modelo brasileiro de abertura e liberalização* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.111-123.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. *Política social e desenvolvimento no Brasil* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol. 21, número especial. Campinas, Dezembro/2012, p.1011-1042.
- CENTRO DE ESTUDOS DE CONJUNTURA E POLÍTICA ECONÔMICA (IE – UNICAMP). *Pesquisa CECOM 2006-2007: Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais do desenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.iececon.net/pesquisa.htm>>
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHESNAIS, François. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

- CHESNAIS, François. *A proeminência da fiança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital* In: “*A fiança capitalista*”. São Paulo: Alameda, 2010, pág.95-182.
- CHESNAIS, François. *Mundialização: o capital financeiro no comando* In “*Caderno de textos do II Seminário Livre pela Saúde – Saúde e Neoliberalismo*. Ano 2010, p. 29-39.
- CINTRA, Marcos Antônio Macedo. *Suave racasso: a política macroeconômica brasileira entre 1999 e 2005* In: “*Revista Novos Estudos CEBRAP online*”, n°73, 2005, p.39-56.
Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002005000300004&script=sci_arttext>
- CIOCCA, Pierluigi. *1929-2009: duas crises comensuráveis?* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, n°66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p. 81-89.
- CIPOLLA, F. P. *Interpretações marxistas da crise atual*. Economia e Sociedade, Campinas, Vol 21, nr.1 (44), p. 39-59, Abril, 2012.
- CIPOLLA, F. P. *Diferentes teorias marxistas de crise e diferentes interpretações da crise atual* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol.21, n°01. Campinas, Abril/2012, p.39-59.
- CORAZZA, Gentil. *Globalização Financeira: a utopia do mercado e a re-invenção da política*. In: *Economia - Ensaios, UFU - Uberlândia*, v. 19, n. 02, 2005, p. 125-140.
- CORAZZA, Gentil. *Globalização: realidade e utopia* In: “*Revista Análise Econômica da UFRGS*”, ano 15, n°27. Rio Grande do Sul, Março/1997, p.16-27.
- COSTA, F. N. *Economia Monetária e Financeira: Uma abordagem pluralista*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- COUTINHO, Luciano. *O desempenho da indústria sob o Real* In: MERCADANTE, Aloizio. “*O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate*”. Campinas: Editora UNICAMP (IE), 1997, p. 224-247.
- DATHEIN, Ricardo. *De Bretton Woods à globalização financeira: evolução, crise e perspectivas do Sistema Monetário Internacional*. In: *VII Encontro Nacional de Economia Política*. Curitiba-PR, 2002. Disponível em: <http://www.sep.org.br>
- DELFIN NETTO, Antônio. *O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico* In: MERCADANTE, Aloizio. “*O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate*”. Campinas: Editora UNICAMP (IE), 1997, p. 89-100.

- DEOS, S. *A contemporaneidade de Minsky*. (Org.): FILHO, F.F. & PAULA, L.F. In: *A crise financeira internacional*. São Paulo: Unesp, 2012.
- DIAS, Guilherme. *A agropecuária brasileira e a crise (entrevista)* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, n°66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.71-79.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *A finança capitalista: relações de produção e relações de classe* In: “*A finança capitalista*”. São Paulo: Alameda, 2010, p.183-246.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Os três campos da teoria das relações financeiras de Marx: o capital financeiro de Hilferding e Lênin* In: “*A finança capitalista*”. São Paulo: Alameda, 2010, p.247-300.
- EINCHENGREEN, Barry. *Privilégio Exorbitante: Ascensão e queda do dólar e o futuro do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora Elsevier, 2011.
- FARHI, Maryse. *Metas de inflação e o medo de crescer* In: “*Revista Política Econômica em Foco*”, n° 04, Maio-Outubro/2004, p. 73-91. Disponível em:
<http://www.iececon.net/PEF/Secao_III04-PEF.pdf>
- FARHI, Maryse. *Metas de inflação no Brasil: canais de transmissão e gestão da política monetária* In: “*Projeto de pesquisa: O Brasil na era da globalização: condicionantes domésticos e internacionais ao desenvolvimento. Sub-projeto IV: Efetividade e dilemas do regime de metas de inflação*”, 2007. Disponível em:
<<http://www.iececon.net/bndes/SubprojetoIVRelat2BNDES.pdf>>
- FARHI, Maryse. *Os impactos dos ciclos de liquidez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária* In: “*Revista Política Econômica em Foco*”, n°07, Novembro/2005-Abril/2006, p.152-183. Disponível em:
<http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_cecon/boletim7/Secao_V_Maryse.pdf>
- FARHI, Mayse; BORGHI, Roberto Alexandre Zanchetta. *Operações com derivativos financeiros das corporações de economias emergentes* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, n°66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, pág.169-188.
- FEIJÓ, C.A. *Decisões empresariais em uma economia monetária da produção* In: (Org.). LIMA, G.T. & SICSÚ, J. & PAULA, L.F. *Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea*. São Paulo: Campus, 1999.
- FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real – fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.

- FILGUEIRAS, Luiz. *Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula*. In: “*Revista Katálysis Florianópolis*”, vol.10, n°01, Janeiro-Junho/2007, p. 24-34. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a04.pdf>>
- FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. *A Economia Política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FIORI, José Luís. *O poder global: formação, expansão e limites* In: “*O poder americano*”. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREITAS, Maria Cristina Penido de. *Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, n°66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.125-145.
- FURTADO, João. *Mundialização, reestruturação e competitividade: a emergência de um novo regime econômico e as barreiras às economias periféricas* In: *Novos Estudos* (CEBRAP), São Paulo, 1999.
- GIMENEZ, Denis. *A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil*. Tese de mestrado defendida ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desaceleração do crescimento e vulnerabilidade externa* In: *Comissão de Política Econômica do Conselho Regional de Economia*. Rio de Janeiro: CORECON-RJ, Janeiro/2008. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/hpp/mostraArtigos.php?idprof=77&cat=1>>
- GONTIJO, C. *A Teoria das crises financeiras: Uma apreciação crítica*. ANPEC.
- GRESPLAN, J. *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão popular, 2012. 2 ed.
- HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HUSSON, Michel. *Finança, hiperconcorrência e reprodução do capital* In: “*A finança capitalista*”. São Paulo: Alameda, 2010, p.301-336.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IED). *A Crise Financeira Global e as Perspectivas da Economia Chinesa*, 2008. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20081215_china.pdf>
- KEYNES, J.M. *A Teoria Geral do emprego do Juro e da Moeda*. Coleção: Os economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

- KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, dos juros e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1998.
- KILSTAJN, Samuel. *O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica O sistema financeiro internacional no pós-guerra* In: “*Revista de Economia Política*”, vol.09, nº04, Outubro-Dezembro/1989, p.88-100.
- KRUGMAN, Paul. *Um basta à depressão econômica! Propostas para uma recuperação plena e real da economia mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- LACERDA, Antonio Corrêa; OLIVEIRA, Alexandre da Silva de. *O papel dos bancos públicos no Brasil: uma análise da atuação do BNDES nos 2000* In: *IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Cidade São Paulo, 2011.
- LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. *Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI* In: “*Política Econômica em Foco - Boletim semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica do Instituto de Economia da Unicamp*”, nº7. Campinas, Novembro/2005-Abril/2006.
- LOPREATO, Francisco Luiz. *A política fiscal brasileira: limites e entraves do crescimento* In: “*Texto para discussão – IE/UNICAMP*”, nº131. Campinas, Agosto/2007. Disponível em: <http://www.ieecon.net/arquivos/publicacoes_38_2693801185.pdf>
- LOUREIRO, Maria Rita; SANTOS, Fábio Pereira; GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula* In: “*Revista Brasileira de Ciências Sociais*”, vol.26, nº76. São Paulo, Junho/2011, p.63-76. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092011000200004&script=sci_arttext>
- MARQUES, R.M. & NAKATAMI, P. *Capital fictício e sua crise*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. *Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil*. Cad. CRH [online]. 2013, vol.26, n.67, pp. 65-78.
- MARQUES, Rosa Maria; e MENDES, Áquilas. *Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula* In: “*Revista Katálysis Florianópolis*”, vol.10, nº01, Janeiro-Junho/2007, p. 15-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a03.pdf>>
- MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. *A finança capitalista: a contribuição de François Chesnais para a compreensão do capitalismo contemporâneo* In: *XXXVI Encontro da ANPEC*, São Paulo, 2008.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

- MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política – Volume I, Tomo I*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro. Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *Teorias da mais-valia*. São Paulo: Difel, 1983.
- MATEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. *A Política Econômica durante o governo Lula (2003-2010): Cenários, Resultados e Perspectivas*.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. *A China como um duplo pólo na economia mundial e recentralização asiática*. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/42/g2.pdf>>
- MERCADANTE, Aloizio. *Desafios da Política Econômica* In: *Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento*. São Paulo: FEA-USP, 2005.
- MERCADANTE, Aloizio. *Plano Real e o neoliberalismo tardio* In: “*O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate*”. Campinas: Editora UNICAMP (IE), 1997, p.131-167.
- MERCADANTE, Aloizio. *As bases do novo desenvolvimentismo; análise do governo Lula*. Campinas: Unicamp, 2010
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010*. Disponível em:
<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC.pdf>
- MINSKY, H. *Estabilizando uma economia instável*. São Paulo: Novo Século, 2010.
- MINSKY, Hyman. *Stablizing an unstable economy*. Cidade: Nova Iorque, Mac Grall Hill, 1986.
- MOLLO, M. L. R. *Crédito, capitalfictício, fragilidade financeira e crises: discussões teóricas, origens e formas de enfrentamento da crise atual*. Campinas: Economia e sociedade, 2011. v.20, n. 3, p. 449-474.
- MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. *Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula* In: “*Revista Brasileira de Ciências Sociais*”, vol.31, nº04. São Paulo, Outubro-Dezembro/2011, p. 507-527. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31572011000400001&script=sci_arttext>
- NOIJE, Paulo Van. *A diminuição da vulnerabilidade externa decorrente da Posição Internacional de Investimentos e do fluxo de rendas da economia brasileira nos anos 2000*.
- OLIVEIRA, Gesner; TUROLLA, Frederico. *Política econômica do segundo FHC: mudança em condições adversas* In: “*Revista Tempo Social – USP*”, Novembro/2003, p. 195-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n2/a08v15n2.pdf>>

- OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. *O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo* In: “*Revista Pesquisa e Debate*”, vol.19, nº02 (34). São Paulo, 2008, p.195-219.
- PAULANI, Leda Maria. *A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p. 25-39.
- PAULANI, Leda. *Brasil delivery*. São Paulo (SP): Editora Boitempo, 2008.
- POCHMANN, Marcio. *O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p. 41-52.
- POLARI, Rômulo Soares. *A concepção keynesiana das crises econômicas e sua crítica com base em Marx* In: “*Revista de Economia Política*”, vol.04, nº02. São Paulo, Abril-Junho/1984, p. 87-110.
- PRATES, Daniela Magalhães. *A alta recente dos preços das commodities* In: “*Revista de Economia Política*”, vol.27, nº03, Julho-Setembro/2007, p. 323-344. Disponível em: <<http://www.iececon.net/prates/Prates5.pdf>>
- PRATES, Daniela Magalhães. *As assimetrias do sistema monetário e financeiro internacional* In: “*Revista de Economia Contemporânea*”, nº09 (02). Rio de Janeiro, Maio-Agosto/2005, p. 263-288.
- SAWAYA, Rubens. *Crise: um problema conjuntural ou da lógica da acumulação mundial?* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p. 53-70.
- SICSÚ, J; VIDOTTO, C. (orgs.). *Economia do desenvolvimento: teoria e políticas keynesianas*. Rio de Janeiro (RJ): Campus/Elsevier, 2008.
- SINGER, Paul. *A América Latina na crise mundial* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p. 91-102.
- STIGLITZ, Joseph. *Reforma da ciência econômica* In: “*O mundo em queda livre: os Estados Unidos, o mercado livre e o naufrágio da economia mundial*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 341-387.
- TAVARES, M.C. *Ciclo e crise: O movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

- TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana* In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs), “*Poder e Dinheiro, uma economia política da globalização*”. Petrópolis: Vozes, 1985.
- TAVARES, Maria da Conceição. *A economia política do Real* In: MERCADANTE, Aloizio. “*O Brasil Pós-Real: a política econômica em debate*”. Campinas: Editora UNICAMP (IE), 1997, p. 101-129.
- TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Desenvolvimento no Brasil: relembrando um velho tema* In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs) “*Políticas para a Retomada do Crescimento: Reflexões de Economistas Brasileiros*”. Brasília: Escritório da Cepal do Brasil, 2002, p.149-184.
- TEIXEIRA, Anderson Mutter; MISSIO, Fabrício José. *O “novo” consenso macroeconômico e alguns insights da crítica heterodoxa* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol.20, nº02 (42). Campinas, Agosto/2011, p.273-297.
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. *A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol.21, número especial. Campinas, Dezembro/2012, p.909-941.
- VAZQUEZ, Daniel Ariaz; HOFLING, Daniel de Matos; CAJUEIRO, Juliana Pinto de Moura; MONFEDRINI, Maria Isabel. *Política econômica e social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes* In: “*Revista Economia e Sociedade*”, vol.12, nº02 (23). Campinas, Julho-Dezembro/2004, pág.147-167. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/VAZQUEZ%20et%20al_Politica%20Economicas%20e%20politica%20social%20no%20BR.pdf>
- VISCO, Ignazio. *A crise financeira e as previsões dos economistas* In: “*Revista de Estudos Avançados – USP*”, vol.23, nº66. São Paulo, Maio-Agosto/2009, p.189-215.